

Marxismo Vivo

Revista do Koorkom - Nº 4 - dezembro de 2001

Visões da guerra

James Petras:

A contra-ofensiva imperial

Os rumos do PT brasileiro

Marxismo Vivo

Revista do Koorkom

(Comitê Coordenador pela Construção de um Partido Operário Internacional)

DEZEMBRO/2001





COLABORADORES

Alejandro Iturbe (Argentina), Alberto Airoidi (Itália), Álvaro Bianchi (Brasil), Angel Luis Parras (Espanha), Antonio Ferreira (Brasil), Bill Hunter (Inglaterra), Carlos Taibo (Espanha), Cecília Toledo (Brasil), Cyro Garcia (Brasil), Cristina Portella (Portugal), Francisco Cruz Retama (México), Héctor Valdiviezo Brito (Equador), Isabel Teresa Jezierski (Argentina), James Petras (EUA), João Lopes (Portugal), João Ricardo Soares (Espanha), Jonas Potyguar (Brasil), José Martins (Brasil), Joseph Weil (Brasil), José Welmowicki (Brasil), Júlio Flores (Brasil), Marcelo Garcia (Argentina), Mariúcha Fontana (Brasil), Martín Hernández (Brasil), M. Razi (Irã), Radoslav Pavlovic (Iugoslávia), Ricardo Antunes (Brasil), Viacheslav Rodin (Rússia).



EXPEDIENTE

Marxismo Vivo é uma revista do
Koorkom
publicada pelo *Partido Socialista dos
Trabalhadores Unificada*
CGC 73282.907/000-64
Atividade principal 61.81.
Endereço: Rua Loefgreen, 909
Vila Clementino – São Paulo-SP
Fone 5084-2982

Impressão

GRAPHBOX CARAN
Fotolito & Gráfica
Rua Cipriano Barata, 1645
Ipiranga-São Paulo-CEP042505-001
Fone 272-5355

Jornalista responsável

Maria Cecília Garcia
MTb 12.471

Editor

João Ricardo Soares

Capa

Nazareno Godeiro

Diagramação

Mercedes Potyguar

Tradutores

Isabel Teresa Jezierski
Cristina Portela
Maria Cecília Garcia
Alejandro Iturbe
Nazareno Godeiro
Kênia Rosa Cardoso
Maria Rita T. Goldim

Entre em contato com *Marxismo Vivo*:



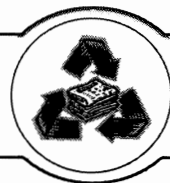
www.marxismalive.org



marxismalive@marxismalive.org



Sumário



APRESENTAÇÃO

ANO 2001

MARTÍN HERNÁNDEZ

Que guerra é esta? 7

JOÃO RICARDO SOARES

A recessão da economia mundial 18

JAMES PETRAS

A contra-ofensiva imperial: contradições, desafios e oportunidades 30

RICARDO ANTUNES

Socialismo hoje: alguns pontos para debate 43

ALEJANDRO ITURBE

Argentina: as lutas dos “piqueteiros” e suas novas organizações 46

DOSSIÊ: VISÕES DA GUERRA

ISO

Por trás da cortina de fumaça: os verdadeiros objetivos de Washington 56

POI

A Rússia na cruzada contra o “terrorismo internacional” 66

LIT

Declaração frente à guerra 73

LPP

Resolução do Comitê Nacional do Partido dos Trabalhadores do Paquistão (LPP) sobre a situação atual 78

LIT

Carta da LIT ao LPP do Paquistão 83

LPP

Resposta do LPP à carta da LIT 87



PONTOS DE VISTA



CYRO GARCIA

O PT das origens não existe mais **93**



ÁLVARO BIANCHI

Do PCB ao PT: continuidades e rupturas da esquerda brasileira **106**



JOSÉ WELMOWICKI

Cidadania, democracia e sociedade civil: a volta de Eduard Bernstein **117**



HECTOR VALDIVIEZO BRITO

Equador: recomposição da hegemonia burguesa e crise da esquerda **130**



GEOFF PILLING

Desenterrando Karl Marx **133**



NATUREZA DOS ESTADOS



OLMEDO BELUCHE

O que é Cuba hoje? **138**



CULTURA



LIVROS

DIREITO DE CLASSE E REVOLUÇÃO SOCIALISTA - Piotr Stutchka

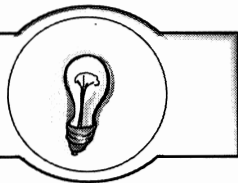
Comentários de Aderson Bussinger, Américo Gomes e

Sérgio Augusto Pinto Oliveira **148**

MULHERES: O GÊNERO NOS UNE, A CLASSE NOS DIVIDE - Cecília Toledo

Comentários de Cláudia Mazzei Nogueira **156**

Apresentação



Vários leitores de diversos países nos enviaram uma crítica: “*Muitos operários, e outros que não são operários, têm dificuldades para entender determinados artigos de Marxismo Vivo*”. Isto nos preocupa, especialmente neste número, dedicado à guerra do Afeganistão.

Nos preocupa porque a guerra é um acontecimento que afeta, de uma forma ou de outra, toda a população mundial, e por isso deve ser compreendida, em toda a sua profundidade, em primeiro lugar, pela classe operária.

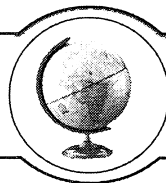
Em 1939 era editada no México uma revista chamada *Clave*, que tinha objetivos similares a *Marxismo Vivo*, na qual Trotsky publicou uma carta aos leitores abordando este problema tão importante: como fazer para que a teoria revolucionária seja compreendida e assimilada pelos leitores operários?

Consideramos essa carta tão atual que decidimos adotá-la, nesta apresentação, como nossa “Carta aos leitores”:

“Não pretendemos que nossa revista seja de leitura fácil. A teoria marxista é um guia para a ação. Queremos leitores que **estudem** marxismo, que aprendam a pensar de maneira marxista, para que **atuem** como revolucionários proletários.

Os problemas que hoje a classe operária mundial enfrenta são extremamente complexos. Tratamos de dar-lhes as respostas mais simples e claras possíveis. No entanto, o operário comum não pode entender muitos dos artigos de nossa revista. Para superar esta dificuldade é necessário formar grupos de estudo. Os revolucionários proletários encaram seriamente os problemas, sobretudo em sua própria educação teórica. É preciso submeter cada artigo a uma profunda discussão. É preciso formular com precisão e transmitir aos diretores da revista todas as dúvidas e objeções que surjam. A comunicação constante entre os diretores e os leitores é o requisito fundamental para que a revista tenha uma orientação correta e se vincule estreitamente à luta de classes do proletariado”.

Ano 2001



MARTIN HERNÁNDEZ

Que guerra é esta? 7

JOÃO RICARDO SOARES

A recessão da economia mundial 18

 **JAMES PETRAS**

A contra-ofensiva imperial: contradições, desafios e oportunidades 30

 **RICARDO ANTUNES**

Socialismo hoje: alguns pontos para debate 43

 **ALEJANDRO ITURBE**

Argentina: as lutas dos “piqueteiros” e suas novas organizações 46



QUE GUERRA É ESTA?

MARTIN HERNÁNDEZ

Membro da direção da LIT- QI Liga Internacional dos Trabalhadores - IV Internacional

Primeiro foram os atentados. Depois os EUA começaram a guerra contra o Afeganistão. O Taleban e Osama bin Laden responderam com o chamado à “guerra santa”. Mais tarde, a Aliança do Norte, os novos protegidos da CIA, ocuparam Cabul e outras importantes cidades, disputando com outros setores o controle do país. Agora é a vez da ONU, tentando formar um novo governo, e quando o leitor entre em contato com este artigo, novos fatos, seguramente tão surpreendentes quanto os anteriores, estarão ocorrendo.

Nunca a realidade se apresenta com a clareza que os analistas gostariam, mas dificilmente em outro momento histórico os fatos foram motivo de tanta confusão.

Seguindo o ritmo vertiginoso dos acontecimentos, as perguntas sem resposta (ou com respostas as mais variadas) surgem sem parar no seio da esquerda revolucionária. Por que os atentados? Qual o objetivo dos EUA? O que os Taleban defendem? O que Osama bin Laden representa? Está começando a Terceira Guerra Mundial? Existe o perigo de uma guerra nuclear? De que lado os socialistas devem estar?

Os atentados e a guerra

Os atentados de Nova York e Washington terão, sem dúvida, um significado histórico de tal magnitude que durante muito tempo falaremos de antes e depois do 11 de setembro. No entanto, a importância desse acontecimento faz com que muitas pessoas estejam tirando conclusões equivocadas sobre o caráter da guerra e suas origens.

Ao contrário do que normalmente se crê, a guerra dos EUA contra o Afeganistão não tem origem nos atentados. Pensar que os atentados (considerados um ato de guerra) deram origem à guerra significa assumir a máxima capitalista de que “a violência engendra mais violência”. Esta interpretação não explica a guerra, e muito menos os atentados.

A Primeira Guerra Mundial começou, formalmente, com um atentado terrorista, o assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando, da mesma forma que os EUA entraram na Segunda Guerra Mundial com o ataque japonês a sua base naval de Pearl Harbour, mas seria uma ingenuidade pensar que se estes fatos não tivessem ocorrido, as potências imperialistas, em 1914, não teriam ido à guerra, ou os EUA não teriam entrado na Segunda Guerra Mundial. Isto é impossível. As diversas potências não deixariam de disputar as colônias e os mercados em 1914 e os EUA não podiam deixar de participar da Segunda Guerra Mundial, sob o risco de verem ameaçado seu papel de primeira potência econômica mundial.

Evidentemente, não se trata de minimizar a importância dos atentados, mas não há nenhum atentado que possa originar uma guerra se antes dele não havia motivos para tanto.

Até hoje não se conhece melhor definição da guerra que a de Karl von Clausewitz: “a guerra é a prolongação da política por outros meios”¹. Com este critério, para identificar as razões da guerra é necessário, antes de mais nada, estudar quais foram os enfrentamentos políticos que a antecederam e nunca esquecer que a política **“não é outra coisa que economia concentrada”**. É nesse marco que os atentados devem ser vistos, como o detonante, mas não a pólvora que provocou a explosão.

Uma guerra de conquistas

Se fazemos o simples exercício de deixar de lado os gritos de ambos os lados: “*Nos atacam porque defendemos a liberdade*” (Bush) ou “*guerra aos infiéis*” (Osama bin Laden/Taleban), o verdadeiro perfil da guerra aparece com uma nitidez quase caricaturesca. De um lado, os EUA, respaldados por todas as potências militares do mundo. Do outro, um país com um atraso milenar (em todo Afeganistão existem apenas duas fábricas!), dirigido, até pouco tempo atrás, por uma corrente (o Taleban) que, depois de formada pela CIA, passou a se negar a aceitar as ordens do imperialismo. Se fazemos esse exercício, longe de encontrar um conflito “exótico”, encontramos o típico conflito de nossa época: **uma guerra pela conquista de uma nova colônia, em uma região estratégica do planeta.**

O Taleban e Osama bin Laden falam de uma “guerra santa”, mas quando explicam as razões da guerra, a questão religiosa quase desaparece.

“Quiseram ter acesso às reservas de recursos naturais, como o gás e o petróleo da região. Depois, decidiram se aproveitar da Ásia Central... o norte-americano tentou começar seu comércio e seus negócios com a Ásia Central via Afeganistão. As companhias americanas de petróleo e gás, como a Unocal, chegaram a esta região com grande pompa e exibicionismo, fazendo elogios ao novo governo (do Taleban) e

uma oferta para garantir o equilíbrio de suas companhias de petróleo e gás. Mas para sua decepção, encontraram diante deles uma nova direção, que não se dobrava à luxúria da suposta festa prometida, e não aceitava, a qualquer preço, hipotecar o futuro do país. As declarações que emanam de Washington imediatamente depois dos ataques de 11 de setembro deixaram claro que os norte-americanos decidiram explorar sua tragédia para promover seus planos coloniais...”²

Metrópole e colônias

Não se pode esperar que os EUA e as outras potências imperialistas confessem suas verdadeiras intenções nesta guerra. Em toda guerra, normalmente a clareza é um patrimônio do país oprimido, e raramente do opressor. Nunca uma potência imperialista iniciou uma guerra dizendo que seu objetivo era conquistar uma determinada região ou país. No entanto, ao longo de todo o século que acaba de terminar, a maioria dos países do mundo foram sendo colonizados, na maioria dos casos por meio de guerras, por umas quantas nações imperialistas.

Já em 1915, Lenin recordava que: “Entre 1878 e 1914, seis grandes potências se apoderaram de 25 milhões de quilômetros quadrados, ou seja, uma superfície duas vezes e meia maior que toda a Europa. Seis potências submetem a uma população de mais de quinhentos milhões de habitantes nas colônias. Por cada quatro habitantes das grandes potências há cinco habitantes de “suas” colônias”³.

A expansão do sistema imperialista foi dividindo o mundo em dois tipos de países. De um lado, os imperialistas, de outro, suas colônias e semicolônias, e esta divisão do mundo não se deu em um clima de harmonia. Todo o século XX esteve atravessado por guerras de conquistas de novas colônias, por guerras interimperialistas de disputas de colônias, por guerras de liberação nacional e revoluções.

A decadência dos velhos impérios, por um lado, e as lutas pela liberação nacional e social dos povos por outro, levaram à independência dezenas de colônias e semicolônias. Mais ainda,

na primeira metade do século XX, um terço da humanidade não só conquistou sua independência frente ao imperialismo como expropriou a burguesia.

O processo de descolonização adquiriu tal peso que não são poucos os que consideram o colonialismo algo do passado. No entanto, a realidade é bem diferente. As potências imperialistas nunca abandonaram seus projetos de colonização ou de recolonização, e este fato tem a ver com as tendências mais profundas do sistema imperialista. Nesse sentido, é bom recordar Lenin, quando dizia que:

“Quanto mais desenvolvido está o capitalismo, quanto mais sensível se torna a insuficiência de matérias primas, quanto mais dura é a concorrência e a busca por fontes de matérias primas no mundo todo, tanto mais encarniçada é a luta pela aquisição de colônias. Os interesses da exportação de capitais também empurram para a conquista de colônias, pois no mercado colonial é mais fácil (e às vezes só nele é possível), utilizando meios monopolistas, suprimir o concorrente, garantir pedidos, consolidar as relações necessárias etc.”²⁴

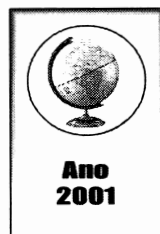
Os EUA entraram na Segunda Guerra Mundial como a primeira potência do mundo e saíram dela como potência hegemônica, papel que foram consolidando na segunda metade do século XX, sobretudo a partir da recolonização dos países que haviam estado sob influência dos velhos impérios. Este processo de recolonização aprofundou-se a partir do final dos anos 80 com a restauração do capitalismo nos ex-Estados operários, com a chamada “globalização”, com o novo e determinante papel do FMI, com a dolarização e desnacionalização das economias dos países dependentes, e com a construção dos blocos regionais (especialmente a ALCA).

A atual ofensiva recolonizadora não tem só aspectos ideológicos, políticos e econômicos. Tem também sua cara militar. É a guerra da Iugoslávia, é a guerra do Golfo Pérsico, é a ocupação militar do Timor, as novas bases militares americanas na América Latina e agora dá um salto com a guerra contra o Afeganistão e as possíveis guerras contra outros países

A ofensiva recolonizadora provoca uma resistência crescente entre as massas dos países oprimidos, o que tem como resultante uma crescente polarização social. Na ofensiva recolonizadora do pós-guerra também houve uma importante resistência do movimento de massas, mas, ao contrário desta, importantes setores patronais, apoiando-se na resistência do movimento de massas, resistiram ao imperialismo. Os máximos expoentes desse processo foram Peron na Argentina, e Nasser no Egito.

Hoje, a ampla maioria das burguesias dos países dependentes estão tão integradas e submetidas ao imperialismo que não esboçam a menor resistência. Mas há exceções. Existem setores e/ou governos burgueses que, de uma forma ou de outra, de maneira quase sempre desesperada, tentam resistir à ofensiva colonizadora, e para isso também buscam apoiar-se no movimento de massas.

Este confronto entre as massas dos países dependentes e o imperialismo, confronto do qual participam setores burgueses de vários tipos, é o que está por trás não só desta guerra, como também dos atentados. Isso é o que explica que importantes setores burgueses financiem várias organizações guerrilheiras islâmicas, da mesma forma que explica que estas apelem para as massas (falando da guerra santa ou da defesa do povo palestino) para enfrentar o imperialismo americano.



Uma guerra com cheiro de petróleo

Os EUA não tentam colonizar apenas o Afeganistão, mas toda a área que estava antigamente sob a influência da ex-URSS ou que fazia parte dela, como é o caso do Azerbaijão, Cazaquistão, Usbequistão e Turcomenistão. Esta região é estratégica para o imperialismo porque nela existem reservas de petróleo e gás superiores às do Golfo Pérsico. E o Afeganistão é um país-chave porque, do ponto de vista geográfico, é a conexão entre Ásia Central e Oriente Médio.

Se a guerra explodiu no Afeganistão e não nos outros países mencionados é porque as cinco maiores empresas petrolíferas dos EUA (Chevron, Conoco, Texaco, Mobil Oil e Unocal)

já fizeram, e estão fazendo, acordos bilionários com esses países (e inclusive com a Rússia) para explorar as fabulosas reservas de petróleo da área. O problema, para os EUA, é que o Taleban se negou a assinar acordos similares para a passagem pelo território afegão de um importante gasoduto e um oleoduto, fazendo com que essa obra, iniciada pela Unocal, fosse interrompida em 1998. Dessa forma, o conjunto dos investimentos imperialistas na região estavam questionadas. Por isso, muito tempo antes dos atentados, os porta-vozes do imperialismo iniciaram uma campanha contra seus antigos protegidos, o Taleban, e a partir dos atentados, a guerra se tornou inevitável, já que estes deram ao imperialismo o pretexto que precisava para atacar militarmente o Afeganistão.



Dono, sócios e serviços

A restauração do capitalismo na ex-URSS e sua dissolução, assim como a conseqüente decadência econômica, fez com que as diversas potências econômicas se atirassem sobre as regiões que antes estavam sob o controle do país. Principalmente aquelas regiões onde se concentram grandes reservas energéticas. Estamos, assim, frente a um típico conflito da época imperialista, só que os tempos mudaram, e os atores se comportam de forma diferente de como faziam na primeira metade do século XX.

Na Primeira e na Segunda Guerras Mundiais, as grandes potências se enfrentavam entre si, disputando as colônias. Hoje, a superioridade do imperialismo americano é tão grande que impossibilita que outra potência imperialista o desafie militarmente. A disputa interimperialista pelas colônias continua, mas não se traduz em uma guerra interimperialista. As outras potências tentam disputar as colônias como sócios menores dos americanos. Isso é o que explica a atitude de Tony Blair que, de forma quase ridícula, tenta ser mais “papista que o Papa”, e é o que explica que todas as potências estejam fazendo questão de mandar seus soldados. É que ninguém quer ficar de fora na hora de repartir o botim.

Já o papel das burguesias e dos governos da maioria das colônias e semicolônias é bem diferente. Elas não têm como disputar uma nova colônia, mas estão tão submetidas às ordens do imperialismo que não se opõem a esta ofensiva colonizadora. Seu papel é fazer declarações “contra o terrorismo” para legalizar a atuação americana ou, no caso dos países da área, emprestar suas bases militares. É papel de serviços à espera de alguma propina do amo.

A questão da Terceira Guerra Mundial

Com os atentados, muitos estão dizendo que começou a Terceira Guerra Mundial. A Primeira e a Segunda Guerras Mundiais foram, antes que nada, guerras interimperialistas. Nesse sentido, pelo que dizíamos anteriormente, uma guerra dessa natureza é praticamente impossível. No entanto, se ao falar em Terceira Guerra Mundial se tenta fazer referência a um conflito envolvendo vários e importantes países (entre eles a maioria das potências imperialistas) isto não só é provável, como devemos precisar que essa é a política do imperialismo americano.

Praticamente todas as declarações do governo dos EUA trabalham com a idéia de uma guerra longa, que envolveria os países que estariam protegendo os “terroristas” que são, justamente, aqueles países que, de alguma forma, mantêm algum grau de independência em relação ao imperialismo (como é o caso do Iraque e do Irã) ou que em seu interior há movimentos armados que seus governos não podem controlar (como é o caso da Colômbia).

Esses países são, na maioria, possuidores de importantes reservas energéticas e seus governos obstaculizam o processo de recolonização, justamente por isso estão na mira das forças imperiais.

De qualquer maneira, se a partir dos atentados, a guerra se tornou praticamente inevitável no Afeganistão, a extensão dessa guerra a outros países não é. Ela vai depender do resultado final da guerra atual, e também do ascenso dos



movimentos contra a mesma que vêm se desenvolvendo nos países imperialistas.

O perigo de um conflito nuclear

Na atual era nuclear, toda guerra desperta o temor entre as massas de que ela possa se transformar em um enfrentamento atômico que destrua toda a humanidade ou boa parte dela. Esta não é uma preocupação descabida, já que o arsenal atômico que existe atualmente seria suficiente para destruir várias vezes todo o planeta.

A partir dos atentados de 11 de setembro, o perigo de uma guerra nuclear tem estado permanentemente refletido na imprensa do mundo todo, porque se especula com a possibilidade de que existam grupos terroristas que tenham a seu dispor armas nucleares. Esta suposição se apoia em um fato. Está comprovado que no processo de dissolução da ex-URSS, desapareceu urânio enriquecido e plutônio, bem como armas nucleares menores.

Cientistas que analisaram o problema, entre eles o físico brasileiro Luiz Pinguelli Rosa, chegaram à conclusão de que com esses materiais se poderia, com certa facilidade, detonar uma bomba e provocar entre 5 mil e 500 mil mortos, dependendo do local atingido.

Então, a possibilidade de que um grupo terrorista realize esse tipo de atentado é algo real, já que os fatos de 11 de setembro demonstram que estamos frente a organizações que, de maneira desesperada, enfrentam o imperialismo e, ao não fazê-lo com uma ótica de classe, não se preocupam em poupar a vida dos trabalhadores.

No entanto, a possibilidade de que um grupo terrorista faça um atentado desse tipo não é o principal perigo que a humanidade enfrenta. Esse, podemos dizer, é um perigo potencial, porque existe a “possibilidade” que um desses grupos tenha esse tipo de armamento, e também existe a “possibilidade” que o utilize em um atentado, coisa que até agora não ocorreu. O perigo real que a humanidade enfrenta (e não só potencial) é que os EUA utilizem esse tipo de armamento. Em primeiro lugar, porque não existe a “possibilidade” que os EUA

tenham alguma arma nuclear. Eles possuem, de longe, o principal arsenal atômico do mundo e, o que é mais importante, já lançaram mão dele em 1945, no Japão.

O interessante no caso, para se ter uma idéia dos perigos que ameaçam a humanidade, foi a polémica que ocorreu nesse fatídico ano de 1945 entre os cientistas que criaram a bomba atômica e o governo americano. A construção da bomba foi proposta ao presidente Roosevelt, dos EUA, pelos físicos Szilard e Fermi, com apoio de Einstein. O motivo que levou estes cientistas a fazerem essa proposta foi o medo de que os alemães fabricassem a bomba primeiro. No entanto, antes de os EUA terminarem a construção da bomba, os alemães foram derrotados e, com isso, ela se tornou desnecessária. Mas o governo americano, mesmo assim, lançou a bomba sobre o Japão, que ainda não se havia rendido. Os cientistas se opuseram, já que a rendição do Japão era questão de tempo e, ao contrário dos alemães, eles não tinham condições de fabricar bombas nucleares. O governo americano manteve sua proposta. Um dos cientistas, Szilard, em uma tentativa desesperada de evitar a tragédia, fez uma proposta alternativa: lançar uma bomba atômica sobre um alvo desabitado para fazer uma demonstração de força. A resposta oficial do imperialismo americano foi lapidar: “A bomba deverá ser utilizada o mais rápido possível contra o Japão, sem advertência prévia e sobre um alvo com alta densidade populacional”⁵. Dias depois, por ordem do presidente Harry Truman, as cidades de Hiroshima e Nagasaki foram vítimas das bombas atômicas americanas. Em poucas horas, cerca de 300.000 pessoas morreram. Milhares morreram nos dias seguintes e outros tantos ficaram mutilados ou foram nascendo, por muitos anos ainda, com diversos tipos de deformações.

Os EUA lançaram as bombas sem necessidades militares para isso, apenas para consolidar-se, frente a ex-URSS e os impérios europeus, como a força hegemônica do planeta. Nesta guerra contra os povos de vários países que o imperialismo está iniciando, é provável que o imperialismo, ao contrário de 1945, tenha necessidades militares de usar esse tipo de ar-

mamento. Então, a classe trabalhadora e os povos de todo o mundo têm razões de sobra para estarem preocupados com a utilização de armas atômicas, não por um grupo terrorista, mas por um governo terrorista, o governo dos EUA.

Os socialistas e as guerras

As potências imperialistas, quando declararam a guerra para conquistar novos mercados e colônias, sempre o fizeram em nome de causas “nobres”, principalmente em “defesa da pátria”.

Esta campanha ideológica dos imperialistas, ao apoiar-se no sentimento patriótico que toda guerra desperta entre as massas, sempre teve eco e, mais ainda, provocou verdadeiros estragos na consciência, não só entre a classe operária, como nas próprias organizações socialistas. Basta recordar que na Primeira Guerra Mundial, a maioria dos partidos da Segunda Internacional se aliaram a suas respectivas burguesias e foram, assim, cúmplices da selvageria imperialista.

No entanto, os verdadeiros socialistas sempre lutaram contra essa ideologia, contra esse “chovinismo nacional”. E afirmam que os trabalhadores não “têm pátria”. Por isso, durante as guerras imperialistas, lutaram, mas pela unidade da classe operária internacional, chamando a que, ao invés de enfrentar-se entre si, a classe trabalhadora em cada país, lutasse contra sua própria burguesia para transformar a guerra imperialista em guerra civil e assim conquistar o poder. Nesse marco, e dessa perspectiva, a possível derrota de sua própria burguesia na guerra imperialista foi vista como o mal menor.

Mas nem todas as guerras têm o mesmo caráter. Os socialistas souberam identificar diferentes tipos de guerras e, a partir daí, diferentes políticas. E assim como identificaram guerras interimperialistas, também identificaram guerras de potências imperialistas contra países oprimidos ou dependentes. Nesses casos, a política dos socialistas foi diferente: ficaram **incondicionalmente do lado do país oprimido contra o país opressor**, e identificaram como progressivo o sentimento patriótico do primeiro contra o segundo, distinguindo claramente o “patriotismo” do país oprimido do “patriotismo do país opressor.

A respeito, dizia Lenin:

“...os socialistas admitiam e continuam admitindo o caráter legítimo, progressista e justo da “defesa da pátria” ou de uma ‘guerra defensiva’. Se, por exemplo, amanhã o Marrocos declarasse guerra à França, a Índia à Inglaterra, a Pérsia ou a China à Rússia etc., essas guerras seriam ‘justas’, ‘defensivas’, qualquer que fosse o país que atacasse primeiro, e todo socialista desejaria a vitória dos Estados oprimidos, dependentes, violentados em seus direitos, sobre as ‘grandes’ potências opressoras, escravistas e expoliadoras.”⁶

Para Lenin, portanto, a defesa do país oprimido era incondicional. Ela não estava condicionada pelo regime político desse país. Trotsky foi ainda mais explícito: os socialistas, em conflito desse tipo, deveriam estar ao lado do país oprimido, mesmo que este fosse uma monarquia bárbara ou tivesse um regime semifascista:

“...se explode uma guerra nacional entre o rei da Tunísia e a França, o progresso estará representado pelo monarca bárbaro, e não pela república imperialista. A higiene é muito importante na cultura humana. Mas num assassina-



to, carece de toda importância o fato de o assassino ter lavado ou não as mãos antes de cometê-lo. Substituir os objetivos reais dos bandos imperialistas em luta por abstrações políticas ou morais não significa lutar pela democracia, mas ajudar os bandidos a ocultar seus roubos, saques e violências.”⁷

“No Brasil reina atualmente um regime semifascista, que só pode ser odiado por qualquer revolucionário. Mas suponhamos que amanhã a Inglaterra entra em um conflito militar com o Brasil. De que lado ficará a classe operária? Nesse caso, eu pessoalmente, ficaria junto com o ‘Brasil fascista’ contra a ‘democrática’ Grã-Bretanha.”⁸

Nos casos de enfrentamento entre um país imperialista e um país oprimido (como nas guerras interimperialistas), levar adiante uma política revolucionária como a apontada por Lenin e Trotsky não foi fácil porque o imperialismo, também nesses casos, escondeu seus verdadeiros objetivos, de tal forma que suas guerras de conquistas, na maioria dos casos, aparecem como guerras em “defesa da democracia”, e esta campanha ideológica também fez estragos na consciência do movimento operário e, inclusive, dos socialistas revolucionários.

Não foi fácil para os revolucionários enfrentar esta campanha do imperialismo, porque ela se apoia em uma verdade: na ampla maioria dos casos, os países colonizadores gozam de um regime democrático, enquanto que, na maioria dos casos, os países que estão sendo colonizados suportam regimes ditatoriais e, inclusive, semifascistas, sem faltar casos de regimes com profundos resquícios feudais. Dessa forma, a ofensiva colonizadora é vista por amplos setores como uma ofensiva “libertadora” e, inclusive, como a luta da “civilização contra a barbárie”.

O pretexto usado pelo imperialismo é completamente hipócrita, porque oculta o fato de que vivemos em um mundo dominado pelo imperialismo, no qual os regimes democrático-burgueses nos países metropolitanos, e os regimes ditatoriais ou bonapartistas em boa parte das colônias ou semicolônias fazem parte de uma totalidade que é o sistema imperialista. Nesse

sentido, esses regimes diferentes não são a expressão de diferentes graus de civilização, mas de diferentes realidades econômicas impostas por esse sistema imperialista. Trotsky abordou este tema ressaltando que:

“Em sua manifestação mais desenvolvida, a democracia burguesa se fez, e continua sendo, uma forma de governo acessível unicamente às nações mais aristocráticas e mais exploradoras. A antiga democracia se baseava na escravidão; a democracia imperialista se baseia na exploração das colônias”⁹

Uma nova guerra, uma nova polêmica

Frente à guerra do imperialismo contra o Afeganistão, várias organizações revolucionárias, leninistas e trotskistas, não seguem os conselhos de seus líderes. Elas se negam a colocar-se na mesma trincheira do Taleban.¹⁰ A argumentação para isso não é nenhuma novidade. É a mesmo que foi utilizada por várias organizações revolucionárias durante a Guerra das Malvinas, do Golfo ou da Iugoslávia: o caráter ditatorial dos regimes governantes impediria qualquer tipo de unidade de ação com essas direções. No entanto, nesta nova guerra estão sendo usados dois novos argumentos, que merecem ser discutidos.

O primeiro é que os socialistas não podem estar do lado do Afeganistão porque os operários, segundo Marx, “não têm pátria”, e o outro é que desenvolver algum tipo unidade de ação com o Taleban seria um suicídio, porque essa corrente, por ser reacionária, quando a guerra terminar vai mandar matar os revolucionários da mesma forma que fizeram os fundamentalistas no Irã.

Esses dois argumentos deve ser discutidos, em toda sua profundidade, pelo marxismo revolucionário. Aparentemente, esta discussão, hoje, não teria grande importância, porque o Taleban vem sendo derrotado. No entanto, não se trata simplesmente de discutir uma postura frente ao Taleban, mas frente a todas as correntes, e inclusive governos que, sem ser revolucionários, possam no próximo período chegar a enfrentar-se com o imperialismo

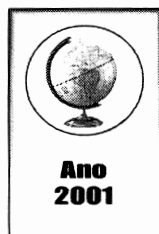
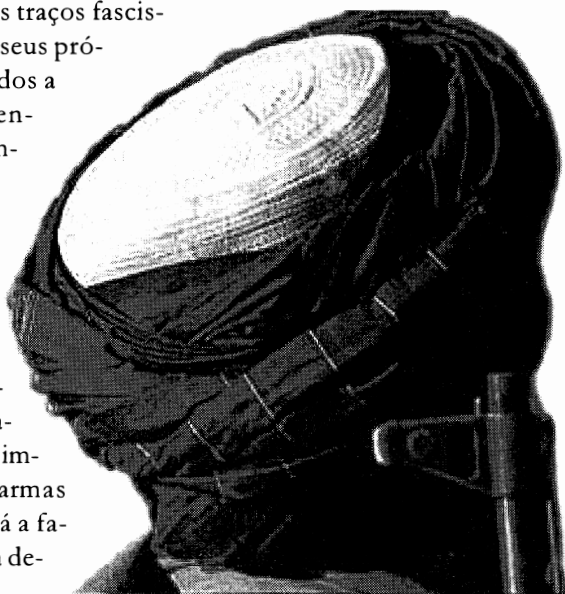
Frente ao ataque imperialista, os socialistas têm “pátria”

É certo que para o marxismo os trabalhadores “não têm pátria”. Mais ainda, os socialistas lutam pela abolição das fronteiras e dos países. Afirmam que as fronteiras entre os países são artificiais, só servem aos interesses das diferentes burguesias e são uma trava ao desenvolvimento das forças produtivas. Os socialistas lutam pela mais ampla unidade dos trabalhadores do mundo todo, sem importar seu país de origem, da mesma forma que lutam contra toda a burguesia, também sem importar o país que seja. Por isso, os socialistas são solidários com toda tentativa dos povos dos diversos países de organizar-se em uma unidade superior, como foi o caso, em sua época, da ex-URSS.

Mas é preciso levar em conta que toda guerra de conquista reforça algumas fronteiras (a dos países imperialistas) e destrói outras (a dos países a serem conquistados), e com isso os socialistas não são solidários. Na guerra atual, as fronteiras dos países imperialistas estão mais protegidas do que nunca (basta ver os novos controles sobre os imigrantes), mas o mesmo não ocorre com as fronteiras do Afeganistão, nem sequer com as fronteiras dos países vizinhos. Esses países foram obrigados a abrir seus espaços aéreos e bases militares para o imperialismo e, obviamente, nenhuma fronteira do Afeganistão está sendo respeitada. Frente a esse ataque, os socialistas internacionalistas têm a obrigação de defender a soberania dos países agredidos pelo imperialismo. O Afeganistão está sendo destruído e, diante dessa agressão, usar o nome de Marx para negar-se a defender esse país não é só um erro, é indigno de alguém que se reivindique marxista.

É possível a unidade de ação com os Taleban?

É certo que existe a possibilidade de que os Taleban, em um determinado momento, persigam os revolucionários e, inclusive, tentem matá-los. Essa possibilidade existe porque os Taleban não são uma corrente operária, socialista e revolucionária. Eles são uma corrente profundamente reacionária (inclusive com muitos traços fascistas) que, em função da defesa de seus próprios interesses, se viram obrigados a dar um passo progressivo, enfrentando política e militarmente o imperialismo. Até onde chegarão nesse curso progressivo? É difícil saber, mas o que sim está claro é que não o levarão até o final e, por isso, inevitavelmente, chegará um momento em que o que tinham de progressivo se transformará, inevitavelmente, no contrário. Por exemplo, para enfrentar o imperialismo, o Taleban distribuiu armas entre a população, mas não estará a favor de que essa população armada de-



cida, democraticamente, os destinos da guerra e do país e, quase seguramente, quem tente fazê-lo pagará com a própria vida.

É um erro achar que esta é uma particularidade dos fundamentalistas ou, neste caso, dos Taleban. Esta é a característica comum a toda corrente burguesa ou burocrática, seja islâmica ou não. Seja fundamentalista ou não. Isso é o que a história demonstra.

Na China, Chiang Kai Chek massacró milhares de comunistas com os quais, de forma conjunta, havia enfrentado o império japonês. No Vietnã, os stalinistas assassinaram centenas de trotskistas que, junto com eles, estavam enfrentando o imperialismo francês. Na guerra civil espanhola, na luta comum contra Franco, os stalinistas mataram um bom número de militantes do POUM, de anarquistas e trotskistas. No Irã, os fundamentalistas, depois de derrotar a ditadura sanguinária do Xá, perseguiram as organizações operárias e de esquerda. Na Nicarágua, o sandinismo, depois de derrotar Somoza, expulsou e entregou ao governo burguês do Panamá os revolucionários da Brigada Simón Bolívar que, junto com eles, haviam lutado contra a ditadura.

No entanto, estas trágicas experiências históricas não nos podem fazer chegar à conclusão de que os revolucionários erraram na guerra civil espanhola (ou nos outros casos citados) por estarem na mesma frente militar que os stalinistas e a burguesia republicana.

É certo que estes crimes da contra-revolução muitas vezes foram favorecidos pelas políticas de capitulação das forças que acabaram sendo vitimadas. Este foi, claramente, o caso da China, onde o stalinismo transformou uma política de unidade de ação com Chiang Kai Chek (que era correta) em uma capitulação vergonhosa, a tal ponto que dissolveu o Partido Comunista dentro do Kuomintang, favorecendo enormemente o caminho deste para massacrar os comunistas. Mas quando falamos da necessária unidade de ação com o Taleban, não estamos falando das capitulações stalinistas, e sim da unidade de ação com forças historicamente inimigas, como fizeram os bolcheviques com o governo de Kerensky, com o qual se uniram, na

ação, para enfrentar o golpe de Kornilov.

De qualquer maneira, por mais correta que seja a implementação da tática de unidade de ação com os fundamentalistas do Taleban, isso não impedirá que eles, mais adiante, reprimam os revolucionários. Mas esta possibilidade não estaria eliminada no caso de que os revolucionários se negassem a buscar a unidade de ação com os fundamentalistas. Pelo contrário.

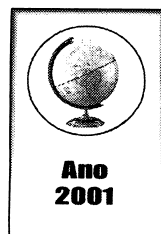
Os fundamentalistas, hoje em dia, ganham prestígio em amplos setores das massas porque são vistos como os mais conseqüentes lutadores contra o imperialismo (ainda que não o sejam). Basta ver o que está ocorrendo na Palestina, onde as correntes fundamentalistas, em muito pouco tempo, ganharam um peso enorme. Nesse marco, é preciso levar em conta que o chamado à ação comum com os fundamentalistas está dirigido essencialmente às massas que querem enfrentar o imperialismo. Por isso, os revolucionários não devem limitar-se a buscar a unidade na ação. Devem defender, incondicionalmente, os fundamentalistas quando estes são atacados pelo imperialismo, como está ocorrendo no Paquistão, e, mais claramente, no Afeganistão, onde o imperialismo, junto com a Aliança do Norte, massacró todos os presos do Taleban em uma prisão de Mazar-i-Sharif.

Se os revolucionários não encabeçarem este combate serão vistos, com razão, com uma atitude duvidosa frente ao imperialismo, e isso será utilizado no futuro pelos fundamentalistas, prestigiados por sua luta contra o imperialismo, para atacar os revolucionários.

Evidentemente, conseguir unidade com os Taleban não é uma tarefa fácil, porque na maioria dos casos, as correntes fundamentalistas odeiam profundamente tudo o que signifique esquerda ou organização independente da classe operária, mas tampouco foi fácil, na revolução espanhola ou vietnamita, para os trotskistas atuar em unidade de ação com os stalinistas justo no momento em que o principal objetivo destes era eliminar, fisicamente, Trotsky e seus seguidores.

Os que hoje dizem que não pode haver unidade de ação com os Taleban porque eles, no

futuro, poderiam chegar a matar os revolucionários, estão frente a uma profunda contradição. Não podem afirmar isto sem, ao mesmo tempo, questionar uma boa parte da política dos revolucionários em todo o século que acaba de terminar. Mais ainda, estão questionando o processo possivelmente mais avançado da revolução mundial, a Intifada, que não é outra coisa que um grande movimento de unidade de ação contra o imperialismo e Israel, do qual fazem parte, com muito peso, várias correntes fundamentalistas.



Um mundo sem guerras é possível?

Muitos analistas do Ocidente, tentando entender a situação atual, estão estudando o islamismo. Inclusive há polêmicas sobre se a violência dos fundamentalistas tem ou não origem no islamismo. O estudo do islamismo é muito importante, mas dificilmente a partir dele poderemos explicar a guerra atual e a situação que a rodeia. Seria o mesmo que tentar entender o conflito da Irlanda do Norte a partir do estudo da Bíblia.

Só podemos entender a guerra atual a partir do estudo de um mundo controlado pelo imperialismo. Nesse sentido, seria necessário que os revolucionários refrescassem sua memória, relendo um trabalho escrito por Lenin há mais de 80 anos: “O imperialismo, fase superior do capitalismo”. A propósito desse tema, o segundo Fórum Social Mundial, que será realizado em Porto Alegre, lançou uma pergunta: um mundo sem guerras é possível?

Evidentemente, um mundo sem guerras é possível, mas se se acaba com o imperialismo e a divisão da sociedade em classes. Toda tentativa de buscar um atalho nessa tarefa, como, por exemplo, tentar democratizar as instituições do imperialismo (objetivo preconizado pelos organizadores do Fórum Social Mundial) está destinada ao fracasso. É o que demonstra a história que, infelizmente, volta a dar razão a Lenin, quando este dizia: “...não se pode suprimir as guerras sem suprimir as classes.”¹¹

NOTAS

¹ Karl von Clausewitz, “Sobre la Guerra”

² Abdul Salam Zaeef (embaixador do Afeganistão no Paquistão) – Porta-voz do Taleban “La barbarie y la tirania son sellos de la vida norteamericana a traves de la historia”

³ Lenin, “El imperialismo fase superior del capitalismo”

⁴ Lenin, “El imperialismo fase superior del capitalismo”

⁵ Citado por Luiz Pinguelli Rosa – *Folha de S. Paulo* 5 de outubro de 2001

⁶ Lenin, “Los principios del socialismo y la guerra”

⁷ León Trotsky, “Una lección reciente” 10 de outubro de 1938

⁸ León Trotsky, “La lucha antimperialista es la clave de la liberación” 23 de setembro de 1938

⁹ Leon Trotsky, “El pensamiento vivo de Karl Marx”

¹⁰ Parte deste debate está no Dossiê sobre a guerra, nesta mesma edição de *Marxismo Vivo*.

¹¹ Lenin, “La actitud de los socialistas frente a la guerra”

A RECESSÃO DA ECONOMIA MUNDIAL

JOÃO RICARDO SOARES
Membro fundador do PSTU - Brasil

O debate sobre o destino da economia mundial estava pendente de como evoluiria a economia americana depois do crescimento dos anos 90. Havia duas tendências básicas em discussão: os que prognosticavam um “pouso suave”, ou seja, uma caída breve na produção industrial e uma recuperação rápida sem grandes consequências para a economia mundial. E os que viam um “pouso forçado” da economia, uma recessão norte-americana que se estenderia a nível mundial. A realidade resolveu o dilema, e o último informe da OCDE caracteriza que a economia mundial está em recessão.

No entanto, o “pouso forçado” da economia americana não tem absolutamente nada a ver com as outras “aterrissagens forçadas” ocorridas em 11 de setembro, como insiste a propaganda imperialista. O famoso problema da “supercapacidade da indústria” não se resolveu somente com a desvalorização das ações e do corte de investimentos no setor da indústria de informática, a crise chega à “velha economia”.

Isto se deve ao caráter da crise. A tendência à queda da taxa de lucro é a explicação última da crise atual; o nível de exploração dos trabalhadores já não é suficiente para repor o tamanho do capital investido.

A agressão imperialista na Ásia Central passa a ser um elemento fundamental na dinâmica da crise. Reforça o intervencionismo do Estado americano em auxílio de suas empresas. Os “teóricos da globalização” que enterraram as classes sociais e o Estado, afirmando que este já não cumpria qualquer papel dentro de um mundo de “empresas globais”, agora devem adaptar suas teorias à realidade.

A dinâmica da crise será dada fundamental-

mente pela luta entre as classes e setores de classe. A luta entre a burguesia imperialista e os trabalhadores em todo o mundo definirá as condições e os termos da exploração a que esses últimos estarão submetidos (aumento de jornada, redução de salários, aumento do ritmo de trabalho, demissões em massa). Em um segundo plano (e não menos importante) estará a concorrência entre as empresas capitalistas que expressam seus interesses através dos Estados.

A burguesia imperialista imporá cargas cada vez mais pesadas às burguesias dominadas dos países semicoloniais, baixando ao nível do solo os preços das matérias primas, impondo o pagamento em dia dos juros da dívida externa, repatriando o grosso de seus lucros às metrópoles, impondo a abertura econômica, o que intensificará a luta de classes na periferia.

Em outro sentido, a unidade interimperialista será posta à prova. Se a concorrência atual e as disputas comerciais criarem uma escalada de medidas protecionistas no mercado mundial, isto aceleraria a crise econômica. No entanto, os últimos acontecimentos parecem caminhar em outra direção.

Intensificação da exploração, dos investimentos e da ação do imperialismo: as bases da acumulação nos anos 90

Um fato desafiou por algum tempo a análise e gerou ideologias de vários tipos para sustentar sua pretensa perenidade: a expansão por dez anos da economia norte-americana, sem um grande aumento da inflação e sem crises. Os mais afoitos apologistas do capital chega-

ram a dizer que se havia superado a 'velha economia' baseada no valor do trabalho e no capital investido na produção, e havíamos entrado na era da economia (ou sociedade) da informação.

Na verdade, o segredo desta acumulação desenfreada esteve amparado na expansão contínua dos lucros do capital, no investimento em equipamentos que permitiram uma feroz ampliação da produtividade, a sucção de mais-valia, e na localização do imperialismo americano dentro do sistema econômico, político e militar internacional. Em síntese, são estes os elementos centrais desse processo:

a) um aumento impressionante da extração de mais-valia na década de 90 devido à utilização até o limite da força de trabalho (por isso o desemprego baixo, com as conhecidas formas de trabalho precário, part-time etc.; mas para o capital o que importa é que está se apoderando o máximo possível da força de trabalho)

b) investimentos massivos em máquinas e equipamentos. Desta forma, a utilização da tecnologia e dos equipamentos de informática aumentou a 'produtividade' e baixou o custo do capital; fez com que os mesmos trabalhadores produzissem mais mercadorias; desenvolveu novas empresas, em particular a dos computadores pessoais, incorporando milhões de novos operários à cadeia produtiva (chips, processadores etc.) tanto nos EUA como em todo o mundo, utilizando a mão de obra barata do sudeste da Ásia. Isto permitiu as altas taxas de lucros por anos sem interrupção e as taxas de mais-valia descritas no item *a*.¹ E deu "asas" à especulação em bolsas destas empresas.

c) o sistema de crédito: o alto grau de endividamento de empresas e consumidores jogou um papel fundamental no ciclo de expansão da economia americana. Permitiu diminuir o tempo de rotação do capital, ou seja, o tempo que leva do investimento do capital até sua realização como lucro. Quanto mais rápido se dá essa realização, mais rapidamente o dinheiro pode se transformar novamente em meios de produção, aumentando, assim, a taxa de acumulação e estimulando o crescimento. Nesse sentido, os bancos são uma parte decisiva para manter o sistema e a velocidade da acumulação, pois permitem concentrar e direcionar o capital para os setores lucrativos.

d) a sucção de mais-valia do resto do mundo para financiar o investimento nos equipamentos e no arranque da economia norte-americana. A atração dos capitais e o retorno dos capitais ianques antes investidos, financiaram a baixo custo essa renovação de equipamentos. A política de valorização do dólar e a insistência norte-americana na liberalização da circulação financeira mundial tiveram a ver com uma política consciente de atração desses capitais. A globalização financeira foi um instrumento de reafirmação e aprofundamento da hegemonia norte-americana.

e) o saque do Terceiro Mundo e a reconversão do Leste. A abertura econômica dos países coloniais e semicoloniais, a expansão dos mercados externos e o saque permanente serviram também para aumentar as taxas de lucro. A metade do aumento de produtividade pode ser atribuída à reorganização da cadeia de produção industrial e sua relocação em outros países, com a divisão internacional do trabalho de acordo com os planos das multinacionais. A moda dos países 'emergentes' foi a expressão desse impiedoso saque que assolou e agora está levando à explosão a América Latina, o sudeste da Ásia e o Leste europeu.

Os preços das matérias primas que vinham desses países sempre em que-



da², a utilização dos salários aviltados da classe trabalhadora da periferia barateavam ainda mais os custos para o capital. Os juros das dívidas externas foram outro fator de peso para drenar capital para o centro e intensificar a concentração de capital, em particular nos EUA. Some-se a isso os arremates via privatizações e fusões a preços baixos das riquezas e empresas dos países periféricos.³

O crescimento ocorrido nos anos 90 foi sem dúvida o resultado econômico de um processo político em que a ofensiva imperialista depois da Guerra do Golfo traçou um quadro favorável à expansão do capital. O crescimento dos investimentos estrangeiros e a configuração dos lucros das grandes empresas foram parte de sua cadeia mundial de produção possibilitada pela abertura comercial, fenômeno que foi popularizado como globalização. Aliado a este processo, o investimento concentrado em novos ramos vinculados à tecnologia da informação, que abriu uma nova fronteira para o capital e potencializou outros setores, como as telecomunicações. Este processo econômico permitido pela ofensiva no terreno político e militar fez com que caísse o custo do capital e se elevasse a taxa de investimento.

Mas esse processo foi construído sobre um aumento substancial da exploração da classe operária norte-americana e a espoliação das economias periféricas. Um fato que chama a atenção é a desnacionalização das economias periféricas, perda de soberania em todos os aspectos da vida econômica, ou seja, de uma profunda exploração desses países. Fenômeno que temos definido como sendo de recolonização.

Acumulação e crise: a lógica infernal do capitalismo

Ao contrário do que diziam os ideólogos do liberalismo, as crises nas economias dominadas a partir de 1995 prenunciavam a crise no coração do monstro. Quando todo o sudeste da Ásia e a Rússia entraram em crise em 1998, e o Brasil em 1999, com 'ataques especulativos' e recessão brusca, se tratava de dizer que era apenas um

problema de 'países emergentes'. Mas já eram manifestações de uma *crise mais global* do sistema.

Qual foi o mecanismo que levou o fantasma da recessão a entrar na fortaleza 'protegida'? Como definiu Marx em *O Capital*, existe uma lei que ele chamou de tendência a uma taxa de lucro decrescente. O próprio capital, em sua permanente busca por lucros e acumulação, após um certo lapso de tempo cria as condições para a crise. O capital só investe onde tem uma rentabilidade apropriada. Para isso, precisa de uma extração de mais-valia sobre determinado volume de capital aplicado na produção em permanente expansão. Ocorre que a própria renovação e investimentos em maquinaria e tecnologia para aumentar a produtividade tornam mais difícil manter a taxa de lucros em alta, já que para o capitalista o que importa é a taxa de retorno, a relação entre o que ele investe para produzir e o que ele acumula via lucros. Se ele tiver que investir C para tirar L de lucros, o que importa é que L/C seja crescente. Se ele aumenta C por meio da incorporação de novos equipamentos, L tem de aumentar ainda mais para manter a relação em alta.

Na economia norte-americana atual, a tendência à queda da taxa de lucro, antes contrabalançada por toda a sucção de mais-valia e saques, acabou por se impor e esgotar-se por vários motivos.

A própria composição orgânica do capital, agora tremendamente aumentada, exige cada vez mais produtividade (arrancar cada vez mais o couro da classe trabalhadora) para manter a taxa de lucro; ao contrário das lendas difundidas pelo capital, os trabalhadores norte-americanos não foram 'beneficiários do avanço', mas os que também pagaram o custo com a precarização da força de trabalho dos imigrantes ilegais a baixo preço. No entanto, antes de 11 setembro, os trabalhadores norte-americanos se sentiam fortalecidos e sobreveem um aumento do "custo unitário do trabalho" (nesse sentido, foram sintomáticos alguns acordos salariais, como o da empresa Delta Airlines em 2001 e de várias empresas telefônicas em 2000); a crise começou quando tanto a produtividade como os lucros e a utilização da

força de trabalho chegam a seu limite máximo, no segundo trimestre de 2000.

A crise da “nova economia”

É lugar comum atribuir o crescimento da economia americana a um novo “deus”, as chamadas “novas tecnologias”. Assim, o que se tenta esconder é o fundamento básico do capitalismo, que resulta da grande massa de investimento em novas máquinas: a diminuição do tempo socialmente necessário para a produção de mercadorias, que não é outra coisa que o incremento da exploração dos trabalhadores (lei do valor).

Entre 1995-2000, os investimentos das empresas produtoras dos chamados IT (Tecnologia da Informação) cresceram a uma média de 20% ao ano, o dobro do período 1987/95. Alguns cálculos da OCDE mostram que a utilização de novos equipamentos por parte das empresas alcançou mais de 50% da Formação Bruta do Capital Fixo em 1995. Se comparamos com outros países imperialistas, como o Reino Unido, esta cifra não ultrapassa os 13%; França 20%.⁴

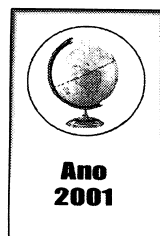
Os setores onde este grande investimento transformou completamente a produtividade foram: máquinas industriais e equipamentos, computadores e telecomunicações.⁵ As novas máquinas permitem ao capital ser “mais produtivo”, produzir mais mercadorias em menos tempo, diminuindo a quantidade de horas incorporadas na fabricação de cada produto.

As grandes empresas, que consumiam as novas máquinas, interrompem os pedidos. Em 2001, eles caíram 50% se comparadas com o mesmo período de 2000. Ao paralisar os investimentos em máquinas e equipamentos, todo o setor de IT entra em crise, processo esse extensivo à especulação em Bolsa dessas empresas. Na época do auge, as empresas da área, em especial as novas que se propunham concentrar na Internet, se valorizavam 100, 200, 1000% na Bolsa somente. A situação se inverteu completamente, com uma caída de 50% nos pedidos de novas máquinas e equipamentos às indústrias. Começou a assim a furar, a desinflar a bolha especulativa da Internet. A Nasdaq já caiu cerca de 60% entre março de 2000 e maio de 2001. O conto da ‘nova economia’ já foi por terra e os trabalhadores começam a amargar a crise, com as demissões.

A velha economia

“Não é apenas a ‘nova economia’, a ‘velha economia’ também está tendo problemas”, comentou o chefe de operações em pregão do UBS Warburg, Arthur Cashin. O ano de 2000 representou para as empresas automobilísticas um record de vendas; foram 17.4 milhões de automóveis vendidos no mercado dos EUA. Em 1998 a indústria americana estava produzindo, em termos quantitativos, quase 50% a mais que em 92, ano que iniciou a fase de expansão atual do ciclo econômico.⁶ O problema da economia capitalista é que, baixar estas taxas significa crise.

A partir do segundo semestre de 2000, as empresas começam a reduzir investimentos em novos equipamentos e máquinas. O ciclo chegara ao seu cume. E as grandes empresas, ao cortar novos investimentos, diminuem as encomendas de novas máquinas, gerando uma reação em cadeia no conjunto da economia. As repercussões vão se dar num primeiro momento nos setores vinculados à produção de máquinas e equipamentos de alta tecnologia, mas rapidamente se estende



ao conjunto da economia. Este processo conduz – até outubro de 2001 – à maior queda da produção industrial desde 1940. Os lucros de todas as empresas estão em queda livre. Em 19 de outubro, a General Motors anunciou uma queda nos lucros da ordem de 50% comparada com 2000. A Ford declara prejuízo de 692 milhões de dólares e uma redução de 15% nas vendas. Todos os ramos industriais vão seguir o mesmo caminho.

Como expressão do fato de que o nível de exploração requerido pelo enorme volume de capital acumulado era superior à mais-valia arancada dos trabalhadores, tem início um processo de desvalorização dos capitais⁷. Em primeiro lugar, no setor onde o processo de acumulação tinha sido mais dinâmico, as indústrias de equipamentos IT, e, logo depois, em toda a produção industrial. Em setembro, o grau de utilização da capacidade instalada na indústria americana descidia a 71.8% segundo o FED⁸, levando a demissões de mais de 1 milhão de trabalhadores. Resultado: aumento no número de demissões, que de junho de 2000 a junho de 2001 chegou a 56%, refletindo a queda nos investimentos nos setores de equipamentos elétricos e máquinas industriais, que estiveram na vanguarda dos ataques aos trabalhadores.

O setor de serviços

Nos últimos 30 anos, os países industrializados assistiram à grande explosão do chamado setor de serviços, como resultado da acumulação de uma massa de capital ocioso que cresce constantemente e que não se contentou somente com a taxa média de juros.⁹ Esse setor representa em média 60% da economia dos países da OCDE. Mistura setores produtivos e improdutivos da economia e distorce as contas nacionais. Por isso, a recessão não vem necessariamente com um crescimento negativo do PIB. Nos anos de 1975, 1982 e 1991, o PIB da economia mundial cresceu respectivamente 1.9%, 1.2% e 1.4%.¹⁰

Os setores não-produtivos da economia, mesmo quando a produção industrial já estava em queda, ainda não refletia o tamanho da crise, o que permitia aos economistas burgueses

não falar de recessão, até que o PIB não mostrasse uma queda substancial. Entretanto, a crise do capital produtivo arrasta, mais cedo ou mais tarde, todos os setores auxiliares do capital, tanto os vinculados à reprodução (sistema financeiro) e circulação (comércio e telecomunicações), quanto os serviços em geral, como, por exemplo, a indústria do ócio.

Talvez aí os atentados tenham precipitado a crise. O endividamento, que é superior à média geral e a perspectiva de lucros menores e o pagamento dos juros, prognosticavam tempos mais sombrios. A falência da companhia aérea belga Sabena indica o caminho dessas empresas. É o mesmo caso das empresas de telecomunicações. Na Europa, a dívida destas empresas chega a níveis assombrosos (mais de 180 bilhões de euros) e todos os novos projetos de investimentos do setor foram paralisados. O índice que mede a expansão do setor de serviços da União Européia apresenta uma desaceleração de 51.7% com respeito a 2000, isto antes dos atentados.

Nos EUA, a publicação do índice de atividades não-industriais da Associação Nacional dos Diretores de Compras (NAPM) indica um retrocesso em outubro de 40.6%, depois de uma queda de 52% em setembro. Assim as coisas, o PIB dos EUA cairá entre 0.4 a 3% no segundo terceiro trimestre de 2001.

O restante do mundo acompanha o mesmo processo. O FMI prevê que a produção industrial mundial apresentará uma contração de -6% no ano de 2001 e o comércio mundial, depois de ter crescido 12% em 2001, ficará em 1.3% em 2001. Refletindo a queda na produção industrial, a economia mundial, depois de crescer 4% em 2000, crescerá menos que 2% em 2001.

A grande questão é como retomar os investimentos e a vereda da acumulação de capital. Em nível mundial, a UNCTAD prevê uma queda de 40% nos investimentos estrangeiros este ano e a consultora KPMG aponta uma baixa ainda maior: 58%. O certo é que a repercussão nas economias dominadas já é visível; a recessão na Argentina, México e sudeste da Ásia já é uma realidade reconhecida pela OCDE.¹¹

A política anticrise e seus efeitos no processo recessivo

Tanto a resolução como o aprofundamento da crise resultará da pugna entre várias tendências: de um lado, a ofensiva imperialista para aprofundar a exploração de sua classe operária e os povos do planeta submetidos à pilhagem imperialista. De outro, a feroz resistência do proletariado reduz as margens de manobra do capital, pois não há outra forma de superar a crise que não seja aumentando a exploração dos trabalhadores e dos países periféricos. Parte deste processo são as políticas de Bush, e o reforço do Estado americano depois dos atentados é um fator que joga na direção contrária ao aprofundamento da crise.

A outra tendência que atua no processo são as contradições do próprio sistema, uma das quais é o sistema de crédito e a relação entre os países. No entanto, toda política anticrise desenvolvida hoje deve estar mediada pelo fator tempo: o espaço de tempo em que se 'queime' o capital imprestável e/ou se consiga voltar a intensificar a taxa de exploração do trabalho. Se ocorrerem de maneira simultânea, podem evitar o aprofundamento da crise, desde que não entrem em ação outras forças, por exemplo, a crise no sistema de crédito.

Entretanto, para que esta intervenção do Estado tenha efeito, a desvalorização dos capitais, nos principais ramos industriais, deve ser acompanhada de um aumento da exploração do trabalho. Isto deve ocorrer de forma simultânea, para deter a tendência à queda na taxa de lucro.

Quanto mais este mecanismo demore em apresentar resultados, mais facilitará a atuação das outras tendências que empurram no sentido de aprofundar a crise; o contrário atuará no sentido oposto. Por isso, a importância da atuação do Estado imperialista no sentido de evitar que a crise se precipite no sistema de crédito; facilitar a exploração dos trabalhadores e direcionar as relações entre os países a serviço de sua política anticrise.

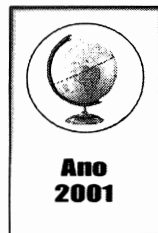
Contaminação do sistema financeiro norte-americano

A queda nas taxas de juros nas economias americana e européia tem objetivos bem claros: estimular os investimentos produtivos, reduzir a carga da dívida das empresas e famílias, manter em funcionamento a especulação na Bolsa. Apesar de a taxa de juros ter chegado no nível mais baixo desde 1962, e que tende a cair ainda mais, a questão está no limite dessa política para evitar a recessão. Em termos estritamente econômicos, a possibilidade de que a crise nos EUA se translade para o sistema de crédito abre a possibilidade de aprofundamento da recessão e da depressão.

Mas no que diz respeito a esse importante fator, a economia norte-americana não está em seu melhor momento:

a) O endividamento das empresas e das famílias já corresponde a 150% do PIB norte-americano (um pouco mais de US 7,8 trilhões); a queda do valor das companhias na Bolsa aumenta a desproporção entre a dívida e o patrimônio (ativos) das empresas. Sobre isso diz a revista *The Economist*: "Usando as últimas projeções da oficina do Orçamento do Congresso (...), o déficit do setor privado se elevaria a 8% do PIB em 2006, com um contínuo aumento em grande escala da dívida. Isso claramente é insustentável."

Cada vez mais as empresas precisam de anos de produção rentável para



garantir suas dívidas. Isso leva a retardar a recuperação da taxa de lucro. Por outro lado, as perdas e quedas de lucros podem fazer com que grande parte desses créditos se transformem em impagáveis, o que levaria a uma quebra generalizada dos bancos e uma queda ainda maior dos lucros das empresas.

b) Os Estados Unidos deviam ao mundo 4.5% de seu PIB em 2000, como resultado do déficit em conta corrente: US\$ 435,400 bilhões¹². Até agora esse déficit era fácil de financiar. Uma combinação de dólar forte com a especulação bursátil, e lucros crescentes das empresas, determinou um forte fluxo de capitais para os EUA. A queda nos lucros, se chegar a ocasionar um crack na Bolsa das empresas mais sólidas, pode provocar a fuga desses capitais.

Por isso, Alain Greenspan deve definir os juros do FED com um olho na Bolsa, no crédito às empresas (que o empurra para baixo) e o outro nas taxas que remuneram a aplicação de capital nos EUA, em comparação com as praticadas na Europa (se baixar demais, pode gerar uma fuga). Esta “coordenação” implica no tamanho da unidade imperialista, reflete que antes que nada, os interesses econômicos dos distintos blocos imperialista repousa sobre a “saúde” da economia americana.

Assim as coisas, Greenspan alertava¹³ “para a vulnerabilidade do sistema financeiro dos EUA frente à desaceleração econômica. A saúde dos bancos estaria se deteriorando e a falta de créditos pode comprometer o crescimento”. De fato, os chamados “créditos podres” do sistema bancário americano, segundo a revista *Business Week*, dobraram nos últimos 12 meses, atingindo US 192 bilhões.

Até onde pode chegar a taxa de juros para reativar as inversões? “É necessário que as taxas de juros reais cheguem a níveis negativos”, bradava outro dia na imprensa Graham Turner, do GFC Economics de Londres. Se os lucros das empresas mantiverem a tendência de queda, chegará um ponto em que por mais que caiam os juros, isso não terá efeito sobre a retomada dos investimentos dentro do ciclo.

O fato é que as taxas de juros não têm o

poder milagroso que os economistas querem outorgar-lhe. Greenspan não tem nenhuma varinha mágica. Sua margem de manobra está completamente determinada pela marcha da economia e, em particular, pela marcha da taxa de lucro. A taxa de juros não deixa de ser a parte dos lucros geral da qual se apropria o capital bancário. E se a taxa de lucros descende, também deverá descender a taxa de juros, sob pena de precipitar a crise. Greenspan está sentado no fio da navalha. O exemplo japonês é ilustrativo. No Japão, desde 1995, devido à deflação, a taxa de juros real é negativa e, não obstante, o capitalismo japonês é incapaz de superar a longa crise na qual está submerso.

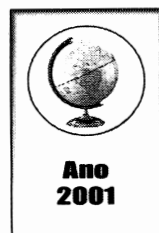
Por isso, a deflação é o principal risco das economias imperialistas.¹⁴ A inflação calculada para o próximo ano é considerada a mais baixa dos últimos 50 anos. Ainda que os EUA não pratiquem preços negativos e sim preços menores, esta não é a realidade no Japão, Hong Kong, China e Argentina.

A moratória declarada pela Argentina é um alerta. Ainda que a queda na taxa de juros diminua o efeito global do pagamento dos serviços da dívida sobre o conjunto da economia destes países, a recessão em marcha neutraliza este efeito. Em geral, uma parte destes países equilibram suas contas com os investimentos estrangeiros. A drástica redução dessas inversões (-40%), a queda no valor das exportações, pela baixa dos produtos primários, pode levar a outras crises de pagamento, obrigando os bancos a baixar ainda mais seus lucros e reter os novos empréstimos.

Saudades de Keynes ou de Reagan?

Antes do início da guerra, a política anticrise estava baseada no corte das taxas de juros por parte do FED e na tentativa do governo Bush de ampliar o corte nos impostos e aumentar os gastos militares. A queda da inflação sinaliza que a recessão pode ser mais profunda do que aparenta.

Em maio deste ano, o Congresso americano vota um corte nos impostos de US 40 bi-



lhões, o que foi considerado insuficiente pelas grandes corporações. O “estado de guerra” votado pelo Congresso e o reforço bonapartista do maior país imperialista do mundo resolve a polêmica.

E isto não afeta somente a guerra colonial que se trava na Ásia Central; suas repercussões vão muito além. Reforçado, como declara Bush, “por uma guerra longa que exigirá o sacrifício do povo americano”, os EUA agirão de acordo com sua função: garantir, em política exterior, a exploração dos povos coloniais, em defesa das transnacionais norte-americanas e, internamente, a exploração do proletariado norte-americano.¹⁵

O reforço da política anticrise acelerou todas as medidas que estavam emperradas antes da “guerra”. O pacote de estímulo fiscal representava nada mais do que 0.6% do PIB dos EUA; depois de 11 de setembro, o total de corte de impostos seguido de “ajudas” às empresas afetadas, somado aos anteriores, chega (até onde se sabe) a US 400 bilhões, ou 4% do PIB.¹⁶

O grande impulso, no entanto, vai no aumento dos gastos militares. Seguindo os passos do outro “cowboy” que ocupou a Casa Branca, Bush evidencia a profunda relação entre imperialismo e militarismo. Depois da recessão de 81/82, Reagan elevou os gastos militares que estavam em 5.8% do PIB em 1984 chegando a 6.3% em 1989. Sua função básica foi absorver o “excesso de capacidade”, evitando que estes capitais forçosamente entrassem no circuito do conjunto da economia, os chamados “gastos improdutos”.¹⁷

No auge do aumento do orçamento militar dos anos 80, as indústrias investiram 6% em máquinas e equipamentos. Quando em 1997 este investimento atingiu seu ponto mais baixo no pós-guerra (3.6% do PIB), as indústrias passaram a investir 12% em máquinas, o dobro do período anterior.

Também nos explica Magdoff como os gastos militares representavam um estímulo para a demanda de máquinas e equipamentos. Antes da guerra do Vietnã, 36% da produção industrial de máquinas (bens duráveis) era adquirida de forma direta ou indireta pelo governo federal.¹⁸

Portanto, a elevação do déficit público foi um dos eixos da política de Reagan. Isso explica o reforço de poder do governo central e a profunda relação entre o parasitismo imperialista e a destruição. O espetáculo de horror que presenciamos no Afeganistão é parte da “válvula de escape” da superprodução de capitais. O Afeganistão não é mais que o começo da guerra contra o terrorismo, diz Bush. Sua política é irreversível.

Desatada a crise, o Estado imperialista mostra suas garras. Nenhum outro presidente desde Roosevelt teve tantos poderes como Bush, o que dá a dimensão da crise para a classe dominante americana.

Reagan foi a tragédia, será Bush a farsa?

Recessão e depressão: as bases para um salto qualitativo na crise

A hipótese de uma evolução da recessão à depressão leva a comparações com a crise de 29, que foi uma crise clássica de superprodução de capitais, e a mais intensa vivida pelo capitalismo. Depois do grande crack (de Wall Street) veio a grande depressão, que durou – com rigor variável – dez anos. Em 1933, o Produto Nacional Bruto foi aproximadamente uma terça parte inferior ao de

1929. Até 1937, o volume físico da produção não alcançou os níveis de 1929; mas imediatamente voltou a retroceder. Até 1941, o valor da produção em dólares foi menor que em 1929. Entre 1930 e 1940, somente em uma ocasião – 1937 o número de desempregados baixou de 8 milhões¹⁹.

Que cenário da recessão atual poderia induzir a um salto qualitativo na crise em direção à depressão? Reproduzimos²⁰ abaixo os fatos econômicos que poderiam qualificar uma crise de intensidade superior, em que o desdobramento no tempo estaria próximo aos mais de dez anos, tempo que durou a última depressão conhecida:

1) Um desabamento da Bolsa de Nova York - do índice Dow Jones da “velha economia”, com o formato do desabamento já ocorrido na NASDAQ da “nova economia”;

2) Crise no crédito público americano e uma conseqüente e rápida desvalorização do dólar;

3) Grande desvalorização do yuan chinês, coincidindo com uma generalização de desvalorizações competitivas (política de “arruinar o vizinho”) entre as grandes economias;

4) Paralisação do comércio internacional, crise no mercado de petróleo;

5) Depressão industrial no G7;

6) Aumento do desemprego no G7 para taxas acima de 20% da população economicamente ativa, etc.

Se levamos em conta apenas os determinantes econômicos que poderiam caracterizar a passagem da crise atual à depressão, diríamos que em absoluto é uma hipótese descartável. Até mesmo setores da imprensa imperialista (séria) que não podem ser chamados de “catastrofistas” trabalham com esta possibilidade.

O índice Dow Jones caiu mais de 40%; é um índice modesto se comparado aos 85% nos três anos posteriores ao crack de 29. No entanto, também é verdade que os mecanismos de proteção para impedir uma queda brusca evitaram a derubada.²¹ Também o chamado “excesso de liquidez” dos fundos, da ordem de US 2.25 trilhões, dispostos em efetivo, um 22% a mais que em 2000, mantém a “bicicleta pedalando”.

Um dos elementos fundamentais que impul-

sionaram a depressão de 29 foi a explosão do sistema bancário. No entanto, na década de 20 o sistema bancário americano estava pulverizado por mais de uma centena de bancos regionais, que entraram em falência em cadeia, aprofundando ainda mais a deflação. Hoje, o sistema de crédito está concentrado em grandes bancos, e o sistema de “proteção estatal”, que “socializa os prejuízos”, está mais desenvolvido.²²

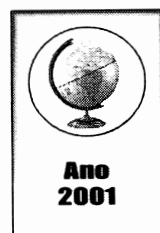
A expressão da crise sempre estará relacionada a um fato de grandes proporções, uma queda brusca de Wall Street, a quebra de um banco ou empresa importante, mas sua essência está na queda da taxa de lucro. E o principal alerta foi feito pelo índice Standard & Poor, os lucros das 500 grandes empresas americanas em 2001 caíram 30%, a maior queda desde 1930. Esta é chave de todo o problema, o tempo necessário para que se retome as taxas de lucro.

E aqui reside a diferença qualitativa com a crise de 30, que é fundamentalmente política e não econômica, como explica Trotsky: “A famosa crise de 1930-33 dividiu a história dos Estados Unidos porque suscitou uma mudança de orientação nos objetivos espirituais e materiais de tal magnitude que a velha doutrina Monroe da ‘América para os americanos’ foi superada por uma nova doutrina, ‘o mundo para os americanos’”.²³

Por isso, quem fale em globalização como um fenômeno afastado da ação do Estado burguês não entenderá absolutamente nada do que ocorre e ocorrerá nos próximos meses. Aqui o sentido do conceito de imperialismo desenvolvido por Lenin ganha todo seu significado, em oposição aos que teorizam uma globalização sem rosto e cujo “poder” passou dos Estados para os “organismos multilaterais”.

Toda recessão desencadeia uma luta feroz entre as empresas pelos mercados e matérias primas; o capital se centraliza ainda mais com as quebras e aquisições. É a forma com que a anarquia típica do modo de produção capitalista impõe sua lógica de saída da crise. E, na base de tudo, está o aumento da exploração do proletariado a escala planetária e os atritos entre os capitalistas.

Este processo atuou de forma distinta em



cada uma das crises mundiais; o papel dos Estados imperialistas na condução da crise e a forma em que tome a luta de classes, expressa na guerra na Ásia Central, terá profundas repercussões. Assim, todos os prognósticos no atual estágio da crise devem ser alternativos, ou seja, a política agora passa ao posto de mando.

As relações internacionais entre os Estados burgueses hoje marca uma profunda diferença com 29. Depois da destruição causada pela Primeira Guerra, os anos 20 conheceram uma forte aceleração da economia mundial. Ante o debate sobre a duração deste crescimento econômico e as perspectivas da economia mundial, Trotsky prognosticava que depois das primeiras conquistas, este boom entra em choque com as trincheiras econômicas cavadas antes da guerra²⁴.

Essas “trincheiras” foram as diversas políticas protecionistas de cada um dos países imperialistas, que aumentaram todas as tarifas de importação e realizaram “desvalorizações competitivas” de suas moedas com o objetivo o aumentar o “poder de fogo” de suas exportações, o que limitava a capacidade de importar e exportar, colaborando para incrementar a superprodução de capitais.

A acumulação de capitais ocorrida nos anos 90 se dá em um ambiente radicalmente diverso. A ofensiva neoliberal destruiu todos os vestígios de protecionismo; os países periféricos foram submetidos a um verdadeiro processo de recolonização, com a desnacionalização de suas economias. O capital alcançou um nível de centralização em escala mundial que lhe permite uma margem de manobra superior para enfrentar a crise. Por isso, os editoriais da imprensa imperialista felicitavam o resultado da reunião da OMC: imprescindível para afugentar os riscos de protecionismo e reforçar as expectativas na recuperação econômica.²⁵

Os laços entre as economias dos blocos imperialistas ganharam uma dimensão inusitada. Assim, mais do que os índices econômicos, o que determina a dinâmica da crise será a forma com que os antagonismos econômicos serão resolvidos entre os distintos imperialismos, se estes chegarem a questionar o atual sistema econômico mundial.

A guerra e a unidade imperialista

Nos últimos anos, ganhou espaço a tese de que os imperialismos europeus agrupados na UE poderiam fazer frente à hegemonia norte-americana, pois o seu papel de potência militar e garante da segurança da Europa já não tinha a mesma importância que teve no período da Guerra Fria. O lançamento do euro afiança uma nova relação entre os imperialismos do velho continente, em que a disputa foi substituída pela “cooperação” para enfrentar os EUA e o Japão.

Nada como a realidade para jogar por terra os sonhos dourados da unificação da Europa. A guerra e a recessão trouxeram a lógica do “salve-se quem puder”. A própria burguesia européia reconhece isso: “o momento está mostrando uma UE paralisada no diplomático e dividida no econômico, um fato de alto risco hoje”.²⁶

Enquanto os EUA despejavam US 15 bilhões para salvar suas companhias de aviação, a Comissão Européia não chegava a um acordo em como utilizar o orçamento comunitário para salvar suas empresas. Em palavras da comissária de transporte, o problema está em que “será necessária uma reconversão e uma concentração do setor; somente umas poucas empresas sobreviverão”. A ques-

tão está em quem sobreviverá; a Lufthansa jamais permitirá que os marcos que engordam a caixa comunitária sirva para salvar suas concorrentes. E este não é só um problema das empresas aéreas. A concorrência e centralização dos capitais enfrentarão uma vez mais os capitais europeus e seus Estados.

A guerra deixou as principais instituições europeias sem função. As principais decisões foram tomadas na sala de jantar do porta-aviões americano ancorado no norte de Europa, mais conhecido como Inglaterra. E neste clube, poucos tinham convite para entrar. Em tempos onde os aviões se resistem a sair do noticiário, o economista chefe do Goldman Sachs sintetiza o descalabro: “nestes momentos, na zona euro temos o piloto e o co-piloto brigando na cabine do avião”²⁷. Prenúncio de mais um pouso forçado.

A política exterior comum da UE (PESC) não existiu nesta guerra; cada um dos Estados em separado tentava diretamente participar da agressão para guardar seu próprio lugar no espólio de guerra. O resultado desta guerra colonial, reforça a presença dos EUA na Ásia Central e o aumento de seu controle sobre uma das reservas de matérias primas mais vastas do mundo. Sua consequência imediata é reforçar o papel dos americanos como garantes do fornecimento de petróleo à Europa. Isto deixa o campo livre para que o “sistema financeiro norte-americano e suas finanças públicas administrem com liberdade a massa de petrodólares em grande parte procedentes de consumidores e empresas européias”, em palavras de um comentarista.


A forte presença das multinacionais norte-americanas em solo europeu, a importância das exportações alemãs ao mercado norte-americano, indicam que o comportamento dos principais países imperialistas não descambará para uma política protecionista. Salvo que ocorra uma hecatombe, o reforço da unidade imperialista sob controle dos EUA indica que a possibilidade de ruptura no sistema econômico mundial, que levaria consigo um incremento da deflação, não é a hipótese mais provável.

E se a guerra é a continuidade da política por outras vias, seus objetivos marcam os inte-

resses de classe. Os acordos celebrados entre Bush e Putin em Crawford selam a aliança entre as petroleiras russas e americanas sobre o Cáspio. O Irã consolida o giro da “burguesia do Bazar” em direção aos braços do imperialismo, e depois do Afeganistão provavelmente chegue a vez do Iraque. O imperialismo não admitirá nenhum Estado politicamente independente.

A China acaba de assinar o acordo que acabará privatizando suas estatais e abrindo setores fundamentais de sua economia, como telecomunicações e energia. A fome voltará a ser parte da vida dos camponeses com a abertura para a importação de alimentos e as “reformas” na propriedade da terra. A tendência é seguir a destruição de todas as “trincheiras”, acelerar a ALCA, a área de livre comércio no leste de Ásia e a nova rodada da OMC indicam a política. A abertura econômica e o grau de centralização e concentração dos capitais, em mãos de multinacionais, facilita a destruição dos capitais na periferia do sistema, antes que seja necessário aprofundar sua destruição no centro.

O tamanho da superprodução definirá o tempo de recuperação da taxa de lucro, desde que as medidas anteriores cumpram seu papel. Mas todas essas medidas teriam um efeito reduzido com uma forte resistência do proletariado mundial, que dificultasse a recuperação da taxa de lucros a tempo de evitar que as outras tendências de aprofundamento da crise ganhassem corpo - deflação e crise no sistema de crédito - incidindo sobre a unidade imperialista e socavando o sistema a partir do centro.

Na luta que se abre, o imperialismo leva uma grande vantagem. Se enganam os que pensam que esta vantagem se resume a seus aviões bombardeiros. Nos momentos de crise, o que decide é uma direção centralizada e uma política determinada. É justamente o que falta à classe trabalhadora. A resistência, os êxitos e os fracassos do proletariado, em última instância, darão a forma, o ritmo e a dinâmica da crise. No fim de tudo está o fato de que o capital é, antes de mais nada, uma relação social, e não conhece outra forma de sair da crise que não seja aumentando a exploração do proletariado. 

NOTAS

1 Por outro lado, como Marx assinalava, isso vai aumentar a proporção entre as máquinas e equipamentos frente à força de trabalho empregada nas fábricas, o que contribuirá para a tendência decrescente da taxa de lucro.

2 Algumas análises sobre o preço das matérias primas situam os preços atuais nos níveis do século XIX. PNUD, 1999.

3 Não se deve desprezar as fugas em massa de capital de origem nos próprios países semicoloniais e coloniais. Eles são enviados às metrópoles imperialistas pelas filiais das multinacionais e pelos próprios capitalistas nacionais, para refugiar-se e lucrar com as dívidas de seus países. Existem, por exemplo, 120 bilhões de dólares em capitais com origem na Argentina depositados fora do país, um pouco menos do montante de sua dívida externa.

4 OCDE. The Statistics Newsletter October 2001

5 McKinsey Global Institute, publica um informe sobre a produtividade na economia americana nos anos 90. Outros analistas do FED também publicaram estudos sobre o impacto das novas tecnologias, como Daniel Sichel. Ver www.mckinsey.com

6 Martins, O Limite do Irrracional. Ed. Fio do Tempo, p.176. São Paulo, 1999. Neste artigo utilizaremos várias das análises e dados contidos no boletim Crítica Semanal da Economia editado pelo Núcleo de Educação Popular 13 de Maio, sob a responsabilidade do economista brasileiro José Martins, o que, em absoluto, compromete o citado autor com o conteúdo deste artigo.

7 A desvalorização de capitais deve ser entendida no sentido que lhe dava Marx. As máquinas e a força de trabalho não utilizados produtivamente não são capitais, ou seja, trabalhadores desempregados e máquinas ociosas, tudo isso é destruição de capitais. Teorías Sobre el Plusvalor, p. 104 (El Marxismo y el Derrumbe del Capitalismo, Colleti, org., Siglo XXI, 1978.

8 Segundo dados do FED (Crítica Semanal da Economia, out. 2001), a média de utilização da capacidade instalada entre 1960/2000 na indústria de bens duráveis foi de 79,6%. Entre 94/95, no auge do ciclo, este índice apontava 80,7%. Portanto, o índice de 71% atual é um dos mais baixos desde o pós-guerra.

9 Mandel, E. O Capitalismo Tardio, pág.273. (1982) Ed. Abril Cultural, São Paulo.

10 IMF, World Economic Outlook.

11 Economic Outlook.2001-20-11.

12 Superior a 1999 (3,6%) e a 1998(2,5%) em 1997 devia 1,7%.

13 Folha de S. Paulo, 21/6/01.

14 O processo de acumulação capitalista separa no espaço e no tempo a produção do valor e sua circulação, que está intermediada pelo dinheiro como meio de pagamento e medida da acumulação. O capitalista só conhece o seu lucro depois que as mercadorias são postas à venda. Se os preços caem abaixo do capital desembolsado, não haverá nenhuma mais-valia para o capitalista, e isso compromete toda produção futura. A deflação caracterizou a depressão iniciada em 1929. Nesse ponto, a recuperação dos lucros se torna ainda mais difícil, pois além dos lucros das empresas, a deflação leva consigo o sistema de crédito.

15 Nahuel Moreno, Escola de Quadros de Janeiro de 1985, mimeo. (transcrição textual)

16 Business Week, 8 de outubro de 2001.

17 Ver Marxismo Vivo nº 1, artigo de José Martins, "As Armas da Globalização": o verdadeiro problema é que o regime capitalista tem que desenvolver a produção de algum tipo de valor de uso cujo consumo impeça o seu retorno para a esfera produtiva...Estes antibióticos contra a superprodução são justamente aqueles valores de uso que não podem ser utilizados nem como meios de produção, nem como meios de reprodução da força de trabalho. p. 9

18 Magdoff, H. Militarismo e Imperialismo. Em "Economia Política del Imperialismo". Sweezy. Paul, (org) Edições Periferia, Buenos Aires, 1971.

19 Galbraith, J.K.,(1965) El Gran Crac del 29. Ariel Barcelona, 4ª Edição, 2000.

20 José Martins, Crítica Semanal da Economia, 1ª e 2ª semanas de setembro. Vale salientar que o autor citado define o formato de depressão, agregando que considera este cenário possível mas menos provável.

21 Em particular, nos referimos à liberalização do mecanismo de "recompra", quando as empresas compram suas próprias ações para manter o preço alto no mercado.

22 À crise do fundo de "hedge" LTCM em outubro de 98 indicou a vulnerabilidade do sistema bancário americano, que concedeu os empréstimos necessários para a especulação bursátil. Naquele caso, o FED organizou um pacote de mais de US 3.6 bilhões para cobrir o rombo e evitar o contágio dos grandes bancos, expostos devido aos empréstimos dados ao LTCM, tais como o Chase Manhattan.

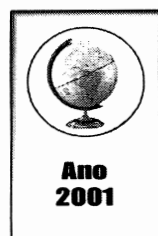
23 L.Trotsky, Escritos, tomo II, Vol 1., Ed. Pluma, Bogotá, 1977.

24 Flujos y Reflujos. La coyuntura económica y el movimiento obrero mundial. (Naturaleza y dinámica del capitalismo) CEIP Leon Trotsky . p. 74.

25 El País, 2001-16-11

26 La Vanguardia. 2001-21.11

27 La Vanguardia. 2001-21.11



A CONTRA-OFENSIVA IMPERIAL: CONTRADIÇÕES, DESAFIOS E OPORTUNIDADES

JAMES PETRAS

Professor do Departamento de Sociologia da Binghamton University (EUA)

A tese geral deste artigo é que o ataque dos EUA ao Afeganistão é um esforço para reverter o declínio relativo do império norte-americano e restabelecer sua dominação em regiões em conflito. A guerra no Afeganistão é apenas parte de uma contra-ofensiva geral imperial que tem vários componentes¹, restabelecer a subordinação da Europa a Washington², reassegurar seu controle total no Oriente Médio e na região do Golfo³, aprofundar e estender a penetração militar na América Latina e na Ásia⁴, ampliar o esforço de guerra na Colômbia e projetar poder por todo o resto do continente⁵, restringir e reprimir os protestos e a oposição contra as corporações multinacionais (MNC) e instituições financeiras internacionais (IFI) como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial do Comércio, substituir direitos democráticos por poderes ditatoriais (6), usar o dinheiro público em armas e subsídios para as multinacionais em risco de quebra (companhias de aviação, seguradoras, agências de turismo) e reduções regressivas de impostos para deter uma recessão que se aprofunda, a qual iria minar o apoio popular para o projeto de construção do império.

A segunda tese é que a preparação para a contra-ofensiva imperial seguiu uma seqüência planejada em três partes:

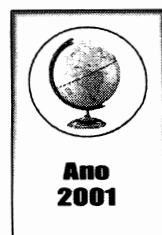
Fase 1: 11 de setembro a 6 de outubro - um esforço massivo de propaganda, que exagerou e distorceu a natureza do ataque ao World Trade Center e ao Pentágono de maneira a assegurar um apoio político mundial. A campanha

antiterrorismo criou a aparência de um “consenso mundial” em favor de Washington.

Fase 2: 7 de outubro até hoje - um ataque militar maciço foi deflagrado, apoiado ativamente pelo núcleo duro dos apoiadores dos EUA (Inglaterra, Turquia, Paquistão, França, Itália, Japão, Espanha etc.). As barreiras políticas, psicológicas e legais ao envolvimento na guerra foram derrubadas nos EUA, Japão e Alemanha. Isto armou a cena para novas intervenções militares, elevou a repressão doméstica e aumentou a acumulação, sob o pretexto das condições de “guerra permanente”.

Fase 3: Envolve uma ofensiva militar generalizada contra adversários e críticos reais ou potenciais, uso de intimidação (a ameaça de bombardeios massivos como no Afeganistão) e uma presença militar crescente para estender e aprofundar o controle em regiões de crises como na Colômbia.

A terceira tese é a de que existem três “crises internacionais”: (1) crises político-militares. A guerra sem fim declarada por Washington, que busca restabelecer unilateralmente seu poder, via imposição de novos Estados clientes; (2) crises econômicas. O declínio e o desafio ao poder imperial euro-americano derivou da recessão mundial (e possível depressão) e dos crescentes movimentos de oposição dentro e fora dos Estados imperiais; (3) as crises da oposição de esquerda. A contra-ofensiva dos EUA forçou os movimentos populares a encarar um novo conjunto de questões: maior repressão, militarização ampliada e um esforço de propaganda massivo



e monolítico, um medo/e ódio generalizados. A nova ordem imperial cria muitos desafios, perigos e oportunidades para a resistência, se a esquerda conseguir superar sua atual desorientação. Esta tríplice crise internacional, que afeta tanto o império como a oposição, coloca diversos desenlaces possíveis, os quais surgem de suas respectivas contradições.

A lógica deste ensaio irá proceder identificando primeiro o contexto para a contra-ofensiva imperial, ou seja, o relativo declínio do poder norte-americano. Iremos então examinar as vantagens que o imperialismo terá com uma guerra sem fim (como uma solução para a crise político-econômica) e as suas contradições. Por fim abordaremos a guerra como uma parte da crise e analisaremos o seu impacto sobre a oposição popular da mesma forma que as potencialidades para um novo ressurgimento do poder popular.

O declínio relativo do império e “a necessidade de um novo imperialismo”

A expressão freqüentemente ouvida de que “depois de 11 de setembro de 2001 o mundo mudou”, tem recebido significados diferentes. O mais freqüentemente declarado de forma explícita por Washington, ecoado pela União Européia e amplificado pelos meios de comunicação de massa é que, como resultado do 11 de Setembro, uma era completamente nova é anunciada, um novo “período histórico” no qual um novo conjunto de prioridades, alianças e relações políticas serão “estabelecidas”.

A perspectiva de Washington de periodizar uma nova era histórica desde o 11 de Setembro, de qualquer modo, reflete suas próprias perdas e vulnerabilidades. Da perspectiva do Terceiro Mundo (e talvez além) a “nova era” começa no dia 7 de Outubro de 2001, data da intervenção maciça dos EUA e do tapete de bombas sobre o Afeganistão. A data de 7 de Outubro é importante porque sinaliza o início da principal ofensiva mundial ampla contra os adversários dos Estados Unidos segundo as definições muito elásticas e vagas de “terrorismo”, “paraísos terroristas”, e “simpatizantes dos terroristas”. Ela marca claramente uma nova ofensiva militar contra oponentes e competidores do poder imperial norte-americano, incluindo a dissidência doméstica.

É importante entender o significado do termo “nova época” porque muito do que está acontecendo não é novo, mas uma continuação e aprofundamento da agressão imperial militar já em curso, que precedeu o 11 de Setembro e o 7 de Outubro. Assim como as lutas de liberação popular em muitas partes do mundo continuam sem cessar, apesar do 11 de Setembro e do 7 de Outubro, ainda que haja algumas mudanças significativas no contexto.

Resumindo, ainda que o 11 de Setembro e o 7 de Outubro sejam acontecimentos significativos, é uma questão ainda aberta se os fatos posteriores a estas datas marcarão um período histórico qualitativamente novo.

Eu afirmaria que é mais útil analisar a inter-relação entre os acontecimentos e processos históricos antes de 7 de Outubro e após, de maneira a separar o que é novo e significativo daquilo que é efêmero ou estabelecido.

Diversos fatores significativos estabelecem os parâmetros e o conteúdo para nossa discussão. O primeiro é o declínio relativo do poder político e econômico dos EUA ao longo dos anos 90 em áreas chave do mundo, particu-

larmente na região do Oriente Médio/Golfo Pérsico, na América Latina, Ásia e Europa acompanhada por um aumento na influência norte-americana nos menos importantes estados balcânicos de Kosovo, Macedônia e Sérvia.

O segundo fator é a vasta expansão dos interesses econômicos dos EUA via suas corporações multinacionais e bancos dentro do Terceiro Mundo, e o enfraquecimento gradual dos regimes submissos que apoiaram aquela expansão. Claramente as instituições financeiras internacionais (IFI) como o Banco Mundial (WB) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) têm sugado tanto as riquezas das economias locais, com suas políticas de ajustes estrutural, doutrinas de livre comércio e diretrizes de privatização, que os Estados clientes vêm se fragmentando e debilitando, repletos de corrupção, enquanto as elites do setor privado e políticos pilhavam o tesouro. O enfraquecimento da “estrutura de controle” imperial significou que a tradicional dependência quase exclusiva das IFIs para a extração de mais valia estava se tornando inadequada. O declínio do controle imperial “indireto” sobre os empobrecidos e devastados países do Terceiro Mundo exigiram um “novo imperialismo”, de acordo com o jornalista do Financial Times Martin Wolf (FT, 10 de Outubro de 2001, p. 13). Em termos lacônicos, bombas e marines complementariam os funcionários do FMI e SAP nas economias “em reestruturação”, e assegurariam a subordinação dos países do Terceiro Mundo. Assim, Wolf argumenta que, “Para enfrentar o desafio dos Estados pilhados e esgotados, o que se necessita não são pretensões piedosas, mas uma força coercitiva honesta e organizada.” Em outras palavras, guerras imperiais, como no Afeganistão, Iugoslávia etc., devem ser acompanhadas por novas conquistas imperialistas - recolonização é o “novo imperialismo”, um processo já em marcha no espaço aéreo, terrestre e marítimo latino-americano.

Do fim da Guerra do Golfo e da presidência de Bush (pai) até 7 de Outubro de 2001, os EUA venceram conflitos militares nos Bálcãs e na América Central (regiões periféricas) e so-

freram uma séria perda de influência em regiões estratégicas. Do mesmo modo, a economia norte-americana atravessou um mini boom especulativo entre 1995 e 1999 e então sofreu uma recessão aprofundada na entrada do novo milênio. A combinação de vitórias periféricas e a bolha especulativa ocultaram a fraqueza estrutural profunda.

As perdas na influência dos EUA podem ser brevemente resumidas. No Oriente Médio, a estratégia de derrubar ou isolar o governo iraniano e o regime iraquiano de Saddam Hussein foi um total fracasso. Esses regimes não somente sobreviveram, como efetivamente quebraram o boicote dos EUA. As sanções norte-americanas contra o Irã foram, de fato, desobedecidas pela maioria dos “aliados” dos EUA, incluindo o Japão, União Européia, os estados árabes etc. O Irã foi aceito dentro da revitalizada OPEP e assinou acordos de poder nuclear com a Rússia e contratos de petróleo com o Japão. Também assinou acordos de negócios e de investimentos com todo e qualquer grande país, exceto com os Estados Unidos e mesmo assim os EUA, MNCs, trabalhando por meio de terceiros grupos e partidos, se envolveram no comércio iraniano.

O Iraque foi reintegrado à OPEP e aceito como membro nas reuniões dos Estados do Golfo, nas conversações de cúpula árabes e em conferências islâmicas internacionais. Vendeu milhões de barris de petróleo “clandestinos”, via “contrabandistas”, através da Turquia e da Síria, com o claro conhecimento prévio do “regime de transição” e dos consumidores da Europa Ocidental.

O levante palestino e o apoio unânime que recebeu dos regimes árabes, (incluindo clientes dos Estados Unidos) isolaram os Estados Unidos, que se mantiveram fortemente ligados ao Estado de Israel. O Norte da África e a Líbia desenvolveram fortes laços econômicos com os Estados Unidos e suas companhias de petróleo, e particularmente com a Itália, além de terem desenvolvido relações diplomáticas com vários países da OTAN.

Assim, três países estratégicos produtores de petróleo e considerados alvos principais da

política americana aumentaram seus laços e sua influência sobre o restante do mundo, causando um enfraquecimento no domínio americano na região, imediatamente após a Guerra do Golfo.

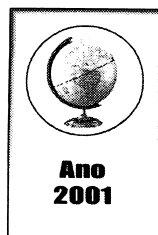
Claramente a “nova ordem mundial” de Bush (pai) estava em cheque, reduzida a mini feudos em decadência nas províncias albanesas dos Bálcãs infestadas pela máfia. Outro sinal importante do declínio do poder norte-americano pode ser visto no crescimento dos excedentes comerciais acumulados na Ásia e na União Européia às custas dos EUA. Em 2000 os EUA chegaram a ter 430 bilhões de dólares de déficit comercial. Os 350 milhões de consumidores do Leste Europeu compraram os bens de consumo europeus – mais de 2/3 dos negócios americanos foi inter-europeu. Na América Latina, multinacionais européias, em particular as espanholas, derrotaram os competidores norte-americanos na compra de lucrativas estatais privatizadas.

Politicamente, em especial na América Latina, o domínio americano vem sendo severamente testado, sobretudo pelo formidável movimento de guerrilha na Colômbia, pelo presidente da Venezuela Hugo Chávez e pelo movimento de massas no Equador, Brasil e em outros lugares. O colapso da economia argentina, a crise econômica no restante do continente e a perda significativa da legitimidade de regimes clientes dos EUA são outros indicadores do enfraquecimento do poder americano sobre os países neocolonizados.

O aumento massivo do “movimento anti-globalização”, particularmente de seus setores “anti-capitalistas” da Europa Ocidental, da América do Norte e de outros lugares, desafia o poder de Washington para impor novas regras comerciais e de investimentos amigáveis ao império. Confrontados com o declínio da influência em regiões estratégicas, e com uma economia interna crescentemente em crise, o fim da bolha especulativa (informática e telecomunicações, biotecnologia, fibra ótica), Washington decidiu começar a militarizar sua política externa (via Plano Colômbia) e a perseguir agressivamente vantagens através de decisões governamentais unilaterais: revogando tratados (o acordo sobre mísseis ABM, com a Rússia, o Acordo de Kyoto, a Corte Internacional de Direitos Humanos, a contenção das armas biológicas e os acordos de desativação de minas e outros). A ação unilateral foi vista como uma forma de reverter este relativo declínio, combinando pressão econômica com ação militar regionalizada. Para controlar o declínio da influência dos EUA na América Latina e aumentar seu controle, Washington impulsionou o Tratado de Livre Comércio das Américas (ALCA) para limitar a concorrência européia e aumentar a dominação norte-americana. Entretanto, a oposição foi forte em quatro dos cinco países chaves da região; Brasil, Venezuela, Colômbia e Argentina.

O 11 de Setembro (após o bombardeio do Cole, navio de guerra americano no Iêmen, dos ataques às embaixadas em Quênia e Tanzânia e o anterior atentado à bomba ao WTC) foi indicativo do declínio do poder americano, desta vez da incapacidade de Washington de defender os centros de poder militar e financeiro dentro do império.

O 11 de Setembro é e não é uma data significativa. Não é, porque continuou a reforçar o declínio relativo da influência dos EUA. É, porque se tornou o marco de um giro para uma maior contra ofensiva, com o objetivo de reverter o declínio e reconstruir uma “nova ordem mundial” centrada nos Estados Unidos.



A contra-ofensiva: 7 de Outubro

A declaração de guerra de Washington contra o Afeganistão tem duas fases importantes: a articulação de uma aliança dominada pelos EUA e baseada na oposição ao ataque terrorista ao WTC e ao Pentágono e, mais tarde, a transformação desta frente antiterrorista em um instrumento político de apoio à intervenção militar dos EUA no Afeganistão e outros lugares. A clara intenção do governo Bush foi lançar uma cruzada de dimensões mundiais contra os opositores do poder americano e, ao longo do processo, reverter o declínio com o objetivo de reconstruir a nova ordem imperial.

Desde o início, os bombardeios massivos e a invasão por centenas de Forças Especiais em missões para matar e destruir, foram planejados para controlar objeções internas às futuras guerras terrestres e a novas intervenções militares. Igualmente importantes foram o massacre maciço e o deslocamento de milhões de civis, que serviram para deixar claro o propósito de intimidação política direcionada a forçar países adversários reais ou imaginários a aceitarem o domínio dos Estados Unidos e o controle sobre suas políticas internas e externas, assim como ameaçar os movimentos sociais de que a mesma violência pode ser dirigida contra eles.

Em uma palavra, o declínio efetivo das Instituições Financeiras Internacionais como instrumentos da hegemonia americana tem levado Washington a se apoiar cada vez mais na força militar bruta e na extrema violência. A clara ameaça de uma série de ataques militares está explicitamente presente nas referências feitas pelo governo em relação à invasão do Afeganistão em sua primeira fase, ao fazer uma clara implicação de que outras guerras imperialistas irão ocorrer. Mais evidente é a ameaça de Washington de lançar outra escalada militar total contra o Iraque e outros “paraísos seguros” para “terroristas”.

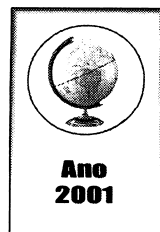
A chamada “aliança anti-terrorista” se transformou numa Aliança de Guerra (que inclui todos os países importantes da OTAN). Todas as decisões militares e políticas importantes no nível tático são tomadas exclusivamente e sem a me-

nor consulta por Washington. Em outras palavras, a aliança de guerra é uma continuidade do unilateralismo anterior de Washington, só que agora eles têm reforçado com sucesso a dominação sobre os países da União Européia. Apesar de que a atividade superdinâmica de Tony Blair a serviço da guerra de Washington tem merecido elogios do presidente e da mídia norte-americana, não tem levado nem mesmo minimamente a uma divisão do poder de decisão.

Pelo menos nesta primeira fase da contra-ofensiva dos EUA, Washington reafirmou a dominação sobre a Europa. Tomando o máximo possível da sua vantagem em poder militar, sua carta mais forte no sistema interestatal, Washington tem conseguido militarizar realidades político-econômicas. Através do “anti-terrorismo”, tema dominante em todo fórum regional e internacional (APEC, ONU, OEA), Washington espera reduzir as divisões entre países ricos e pobres e entre classes, e recolocar esta divisão no marco de uma polarização ideológico-militar entre aqueles que apóiam ou se opõem a aceitar sua definição dos adversários “terroristas” e a intervenção militar dos Estados Unidos.

Muitos regimes já adotaram esta definição militar de realidades socioeconômicas para reprimir movimentos populares e de esquerda e organizações de liberação no Oriente Médio, América Latina e Ásia Central. Uma multiplicação de expurgos “anti-terroristas” feitos por vários regimes clientes serve perfeitamente à política de Washington, na medida que os movimentos recentemente rotulados de terroristas também se opõem à política dos EUA e que os regimes clientes autoritários aceitam a nova ordem imperial.

A ameaça de Washington de guerras de conquista imperial indefinida e estendida vem sendo previsivelmente acompanhada por uma legislação repressiva, que de fato confere poderes ditatoriais ao presidente. Todas as garantias constitucionais estão suspensas e todo estrangeiro suspeito de terrorismo está sujeito a tribunais militares nos Estados Unidos - não importa qual seja sua localização geográfica particular. Há um amplo consenso de que os poderes assumi-



dos pelo Executivo de fazer a guerra violam a letra e a intenção da Constituição e as normas de um regime democrático. O argumento usado pelos defensores do autoritarismo, de que estas medidas claramente ditatoriais são temporárias, não é convincente, dada a posição expressa pelo presidente de que estamos entrando em um longo e extenso período de guerra.

Em outras palavras, autoritarismo e engajamento em guerras de agressão imperialista andam juntas, apagando a visão democrática republicana da revolução norte-americana.

A História nos ensina que as guerras imperiais sempre são custosas, os benefícios econômicos são desigualmente distribuídos e as cargas são suportadas pelos salários e pelos trabalhadores assalariados. As medidas autoritárias servem para reprimir ou intimidar aqueles que questionem a retórica patriótica, aqueles que comecem a interpelar o lema de guerra *Unidos nos Manteremos* adicionando *Divididos nós Lucraremos*.

A retomada da construção do império em um momento de recessão econômica que se aprofunda é uma estratégia problemática. Enquanto a administração federal reduz impostos para os ricos, a guerra aumenta os gastos – colocando restrições para o orçamento e para a grande massa dos pagadores de impostos. O keynesianismo militar pode estimular uns poucos setores da economia mas não poderá reverter o agudo declínio dos lucros do setor capitalista como um todo. Mais ainda, expandindo o aparato repressivo dos regimes clientes, assegura sua aquiescência com o projeto global de construção do império mas não a expansão dos mercados externos para as exportações norte-americanas. De fato, os conflitos externos irão reduzir mercados, aprofundando o déficit nas contas externas da economia dos EUA.

De forma mais significativa, a atual abordagem para a construção do império no período pós-Afganistão (fase 2) ameaça desestabilizar as economias da Europa, Japão e os países do Oriente Médio submetidos aos Estados Unidos. Um ataque militar com ocupação do Iraque certamente interromperá o escoamento de petróleo para a Europa e o Japão e desestabilizará as políticas internas da Arábia Saudita e de outros países do Golfo e do Oriente Médio. O medo dos efeitos desestabilizadores da segunda fase de construção do império já tem levado à discórdia mesmo entre os seguidores europeus mais servís na Inglaterra.

Entretanto, dada a visão imperialista de Washington, sua abordagem unilateral e seu acesso a fontes alternativas de petróleo (México, Venezuela, Equador, Alasca, Canadá etc), um ataque ao Iraque poderia servir a dois objetivos estratégicos – enfraquecer os competidores europeus e eliminar o Iraque enquanto um rival regional em potencial. Bombardear o Iraque prejudicaria as economias da União Européia e alienaria seus dois maiores clientes árabes (Arábia Saudita e Egito), mas Washington tem demonstrado que pode eliminar as objeções européias e ainda assegurar sua aquiescência.

Uma nova guerra dos Estados Unidos, no entanto, poderia criar incerteza entre os investidores mundiais e o enfraquecimento da Europa iria repercutir negativamente na economia norte-americana em tempos de crescimento negativo. Um declínio europeu induzido pela guerra poderia melhorar a posição relativa dos Estados Unidos, mas sua economia declinaria em termos absolutos.

Tendo como foco exclusivamente a perseguição a uma porção de supostos

terroristas, Bush se engasga com mosquitos e engole camelos. O prejuízo geral, tanto para a economia da União Européia quanto dos Estados Unidos, resultante de uma nova guerra, supera quaisquer possíveis perdas resultantes de atos terroristas. A imposição da definição militar do governo Bush aos conflitos político-econômicos no Terceiro Mundo está em ressonância com as políticas de terrorismo do Estado de Israel (contra os palestinos), Argélia (contra os berberes) e Turquia (contra os curdos) no Oriente Médio, no Norte da África e em outros lugares.

A política dos Ariel Sharon em Washington (defensores da guerra permanente para a construção do império) não tem virtualmente pesado as conseqüências econômicas de uma intervenção militar no Oriente Médio. O colapso da arquitetura financeira e das fontes de energia dos Estados imperiais pode derrubar um império muito mais rápido e com muito mais certeza do que qualquer rede terrorista real ou imaginária.

A contra-ofensiva: América Latina

A contra-ofensiva imperial tem dimensão mundial. Na hierarquia das regiões, a reconquista da América Latina vem em segundo lugar, depois do Oriente Médio. É a região que tem dado aos Estados Unidos sua única balança comercial favorável. Suas classes dominantes e ricas têm drenado centenas de bilhões em transferências ilegais para os bancos dos Estados Unidos, e a economia americana tem recebido quase um trilhão de dólares em lucros, pagamentos de juros, royalties e outras transferências ao longo da última década.

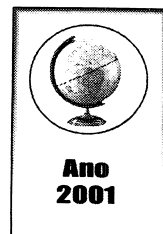
Os regimes latino-americanos geralmente seguem de maneira servil as posições dos Estados Unidos nos fóruns internacionais, e oferecem apoio militar apenas nominal às suas incursões intervencionistas, dando uma mão para o que são na verdade ações unilaterais.

Washington identificou o movimento guerrilheiro camponês baseado na Colômbia (as FARC/ELN), o mais poderoso desafio à sua dominação no hemisfério rotulando-o como um grupo "terrorista". Controlando ou influente em

mais de cinquenta por cento das municipalidades do país desde meados dos anos 1990, o avanço das FARC/ELN, junto com a política externa independente do regime de Chávez na Venezuela, e o governo revolucionário em Cuba, representam um pólo alternativo aos servís presidentes do continente.

Começando no final do mandato de Clinton e se aprofundando durante a administração Bush, os Estados Unidos declararam guerra total à insurgência popular. O Plano Colômbia e, mais tarde, a Iniciativa Andina foram essencialmente estratégias de guerra que precederam a Guerra do Afeganistão mas serviram para revelar a nova contra-ofensiva imperial. Washington alocou US 1.5 bilhão em ajuda militar para as forças armadas colombianas e suas milícias paramilitares. Centenas de forças especiais foram enviadas para dirigir operações no campo. Pilotos mercenários norte-americanos foram sub-contratados por empresas privadas para se engajarem em uma guerra química nos campos de papoula/cocaína da Colômbia. As forças paramilitares se multiplicaram sob a proteção e o apoio do comando militar. O espaço aéreo, a costa marítima e os estuários dos rios foram ocupados pelas forças armadas dos EUA. Foram estabelecidas bases militares em El Salvador, Equador e Peru para servirem de apoio logístico. Oficiais americanos organizaram um dispositivo operacional direto dentro do Ministério da Defesa em Bogotá. A contra-ofensiva em escala mundial de 7 de outubro aprofundou o processo de militarização na Colômbia. Sob a direção dos EUA, a Força Aérea colombiana violou o espaço aéreo sobre a zona desmilitarizada onde as FARC e o regime de Pastrana negociavam. Incursões ilegais cruzando a fronteira da zona desmilitarizada levaram a conflitos. O Departamento de Estado rotulou as FARC/ELN de "terroristas" e os colocou na lista de alvos a serem atacados pela máquina militar norte-americana. Na doutrina Bush-Rumsfeld, metade da Colômbia é um santuário para terroristas e, portanto, está sujeita à guerra total.

A febre de guerra levou o Departamento



de Estado a enviar uma delegação oficial à Venezuela para forçar o governo Chávez a apoiar a ofensiva imperial. De acordo com oficiais do Ministério do Exterior da Venezuela, quando Chávez condenou o terrorismo e a guerra dos EUA, o Departamento de Estado ameaçou o governo com represálias no melhor estilo dos chefões da Máfia.

A dimensão chave do projeto de construção do império de Washington na América Latina é a proposta da Área de Livre Comércio das Américas. Esta proposta dará às multinacionais e bancos dos EUA acesso irrestrito aos mercados, matérias primas e a força de trabalho, ao mesmo tempo em que limitará a entrada européia e japonesa e protegerá os mercados norte-americanos. Este sistema imperialista neo-mercantilista é uma outra iniciativa unilateral, tomada em acordo com os regimes satélites na região, sem qualquer consulta popular. Dados os altos níveis de descontentamento já existentes na região, sob os regimes neoliberais, a imposição de um imperialismo neo-mercantilista levará provavelmente a condições sociais explosivas e ao reaparecimento de alternativas nacionalistas e socialistas. A doutrina militar anti-terrorista, com suas ameaças de intervenções violentas e sua presença militar ativa e direta, serve como uma arma ideológica útil para impor o império neo-mercantilista.

A América Latina está hoje semicolonizada: seus banqueiros, políticos, generais e a maioria de seus bispos defendem o Império. Querem uma “integração” mais profunda. A outra metade da América Latina, a vasta maioria de seus trabalhadores, camponeses, índios, funcionários públicos de baixa classe média, e acima de tudo suas dezenas de milhões de desempregados que são explorados pelo império o rejeitam e resistem a ele. A contra-ofensiva imperial está dirigida para intervir, de maneira a sustentar seus clientes coloniais e a submeter a outra metade da América Latina – que não possui propriedades, mas representa os interesses históricos da região.

Estamos entrando em um período de guerra intensificada, ameaças militares constantes, bombardeios selvagens, massacres indiscriminados e dezenas de milhões de pessoas deslocadas. Os lugares de conflitos sociais violentos não mais estão confinados ao Terceiro Mundo, apesar de que aí é onde as pessoas pagarão o preço mais alto. Será este período de guerra também um período de revoluções, como no passado? Pode a economia dos EUA sustentar uma sequência de guerras, sem minar sua própria economia? Poderá sobreviver desestabilizando seus competidores europeus e japoneses, que são também seus parceiros comerciais e de investimento?

A centralidade do Estado Imperial

Existem indicações claras de que as bases econômicas do império norte-americano estão se enfraquecendo por razões econômicas e políticas. Economicamente, o setor industrial dos Estados Unidos vem em recessão há 18 meses e continuará em recessão em 2002. Centenas de bilhões de dólares investidos em tecnologia da informação, fibras óticas e empresas de biotecnologia foram perdidos. À medida que as receitas desabam, milhares de empresas vão à falência. Tanto a “velha” quanto a “nova” economia estão em uma crise profunda e prolongada. Os setores financeiro e especulativo do mercado de capitais são fortemente dependentes de circunstâncias político-psicológicas voláteis

na economia norte-americana e mundial. O declínio vertical na Bolsa de Valores após o 11 de Setembro, e a forte recuperação após o 7 de Outubro, refletem essa volatilidade. Mais especificamente, os mercados de ações e de títulos dependem pesadamente dos investidores externos, assim como dos especuladores locais. Estes ricos investidores, assim como seus correspondentes norte-americanos, investem nos Estados Unidos tanto por razões políticas quanto econômicas: eles buscam refúgios seguros e estáveis para suas fortunas privadas. O 11 de Setembro abalou sua confiança, porque demonstrou que os centros mais importantes do poder econômico e militar são vulneráveis ao ataque e à destruição. Daí a fuga em massa.

O ataque de 7 de Outubro, a contra-ofensiva maciça em escala mundial do Império, e a destruição do Afeganistão, restauraram a confiança do investidor, levaram a um influxo significativo de capital e à recuperação temporária do mercado de ações. A estratégia de guerra total adotada pelo Pentágono foi tanto para restaurar a confiança do investidor sobre a invencibilidade e segurança do poder imperial como por qualquer outra razão política ou mesmo um futuro oleoduto de petróleo. O comportamento do mercado de ações, particularmente em grande escala, o dos investidores de longo prazo nos mercados de ações e títulos dos EUA, parecem ser influenciados tanto por “razões de segurança” quanto pela atual performance da economia norte-americana. Daí, o paradoxo da relação inversa entre o mercado de ações e a economia real: enquanto todos os indicadores econômicos da economia real declinam, apontando para um crescimento negativo, a Bolsa de Valores temporariamente recuperou seus níveis pré-11 de Setembro.

Entretanto, há limites para estas bases políticas de investimento. Crescimento negativo prolongado e lucros em declínio (ou perdas crescentes) podem acabar com a recuperação e eventualmente produzir uma queda aguda no mercado de ações.

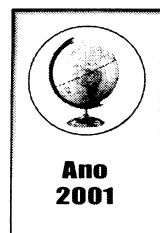
A problemática teórica é que, à medida que os fundamentos econômicos do império se debi-

litam, o papel do Estado imperial aumenta. O império se torna ainda mais dependente da intervenção estatal, revelando os laços estreitos entre o Estado imperial e os investidores, incluindo as multinacionais. Igualmente importante é que os componentes militares do Estado imperial jogam um papel cada vez mais dominante para restabelecer a “confiança do investidor”, esmagando e intimidando adversários, pressionando os regimes neo-coloniais vacilantes, impondo acordos econômicos favoráveis (ALCA) para os investidores norte-americanos e prejudiciais aos competidores euro-japoneses (por meio da ação militar no Golfo e Oriente Médio).

O velho imperialismo dos anos 80-90, que dependia mais das IFIs (Banco Mundial e FMI), está sendo suplantado e/ou complementado pelo novo imperialismo das ações militares: os Boinas Verdes substituem os funcionários de gravata borboleta do FMI/BM.

Washington liderou a extensão do domínio da OTAN desde os Estados clientes do Báltico aos satélites nos Bálcãs, e mais além da Turquia e Israel até as Repúblicas da Ásia Central e do Sul da Ásia (ex-URSS). O elo que falta nesta cadeia imperial está nos países do Golfo estrategicamente importantes: Irã e Iraque. Embora seja importante militarmente na cadeia imperial, este é antes um custo para o império que uma fonte de renda: ele circunda grandes riquezas mas não as produz, pelo menos por enquanto. Isto é claro para a administração Bush, que está mais interessada em destruir potências regionais do que fazer investimentos em grande escala para construir Estados coloniais, como se vê nos parques recursos investidos nos Bálcãs, Ásia Central e provavelmente venha a ser o caso do Afeganistão.

A centralidade do Estado imperial em conquistar e expandir o poder dos EUA refutou as suposições daqueles teóricos que guiam o movimento anti-globalização, como Susan George, Tony Negri, Ignacio Ramonet, Robert Korten e outros, que pensam em termos da “autonomia das corporações globais”. Sua ênfase no papel central do mercado mundial em criar pobreza, dominação e desigualdade é um anacronismo



no atual contexto. À medida que os Estados imperiais euro-americanos enviam tropas para conquistar e ocupar mais nações, destruir, deslocar e empobrecer milhões de pessoas, há uma grande necessidade de deslocar o foco dos movimentos anti-globalização para movimentos anti-imperialistas, substituir as falsas suposições sobre “superestados” dominados por multinacionais autônomas pela realidade das corporações multinacionais atadas aos Estados imperiais.

A contra-ofensiva mundial encabeçada e dirigida pelo Estado imperial norte-americano tem como objetivo a reconstrução da fracassada Nova Ordem Mundial do período pós-Guerra do Golfo. Hoje, em face da crise econômica e da crescente resistência popular, as multinacionais não têm a vontade ou recursos para agir “autonomamente” por meio das forças do mercado. O novo imperialismo está baseado na intervenção militar (Afeganistão/Balcãs), colonização (bases militares), terror (Colômbia). Desde as guerras do Iraque, Balcãs, até o Afeganistão, o monstro imperial avança, onde cada catástrofe humana mais horrenda é justificada por uma barragem ainda maior de propaganda sobre as missões humanitárias.

A ofensiva imperial depois de 7 de Outubro é baseada em imperativos econômicos estratégicos e não tem nada a ver com o “conflito de civilizações”. O império dos EUA inclui Estados muçulmanos (Paquistão, Arábia Saudita, Egito, Turquia, Marrocos, Bósnia, Albânia etc.), Estados judeus (Israel), assim como regimes nominalmente seculares, cristãos. O que define a ofensiva imperial norte-americana não são os aliados permanentes (de uma religião/civilização ou outra), mas interesses permanentes. Nos Balcãs e antes na Palestina e Afeganistão, Washington promoveu fundamentalistas muçulmanos e traficantes de drogas contra nacionalistas laicos e socialistas. Os clientes muçulmanos de ontem (Taleban) são, em alguns lugares, os inimigos de hoje. O fio que unifica estas alianças cambiantes é a necessidade de defender as esferas imperiais de dominação. A aparente “hipocrisia” ou “padrão duplo” das elites imperiais existe somente aos olhos do espectador que equivocadamente acreditava na propaganda original do império e agora se sente “traído” pela mudança dos clientes imperiais.

Os avanços militares no Afeganistão estão preparando o caminho para novas guerras. A aliança militar no Afeganistão é construída em torno a senhores de guerra tribais, que vivem do contrabando, tráfico de drogas e da pilhagem do botim das guerras locais. De outro lado, graves contradições e crises estruturais estão se anunciando no horizonte.

Contradições do Império

A ofensiva imperial dos EUA enfrenta dois tipos de contradições que são conjunturais e estruturais. No contexto atual, a Guerra do Afeganistão polarizou os estados muçulmanos entre seus dirigentes pró-império e a massa de simpatizantes do povo afegão e de Osama Bin Laden. Esta polarização ainda não produziu nenhum sério desafio organizacional aos clientes que dirigem esses países, embora o regime chave, a monarquia saudita, seja o mais vulnerável. A vitória militar dos Estados Unidos e de seu cliente, a “Aliança do Norte” e o resultante regime de coalizão muçulmana poderia dissipar a amorfa oposição de massa puramente muçulmana. A oposição da União Européia e dos estados árabes somente será ativada se Washington estender sua guerra ao Iraque e

desestabilizar os fornecedores de petróleo para a Europa. Estas e outras contradições secundárias conjunturais não irão minar a expansão imperial de Washington, embora elas possam isolá-lo diplomaticamente, em particular em algumas jurisdições internacionais.

As contradições estruturais de longo alcance mais profundas do “Novo Imperialismo” estão localizadas na expansão militar em um momento de recessão econômica que se aprofunda tanto em nível local, como mundialmente. O keynesianismo militar – os gastos militares elevados – não conseguiram nem irão conseguir reverter a recessão, já que poucos setores da economia são afetados por ele e as indústrias que podem receber algum estímulo -- aeroespacial – estão fortemente atingidas pela recessão no mercado de aviação civil.

Ainda que a maquinaria militar do estado imperial promova e defenda os interesses das multinacionais norte-americanas, ela não é a mais eficiente fornecedora de serviços rentáveis. Os gastos externos multibilionários excedem de longe os ganhos imediatos para as multinacionais e não revertem a taxa decrescente de lucros nem abrem novos mercados, particularmente nas regiões de mais forte comprometimento militar. A intervenção militar expande as regiões de colonização sem aumentar o rendimento para o capital. O resultado líquido é que as guerras imperiais, em sua atual forma, diminuem o investimento capitalista não-especulativo, mesmo que elas simbolicamente dêem segurança aos investidores estrangeiros.

Como na América Central, nos Bálcãs e agora no Afeganistão e na Colômbia, os EUA estão mais interessados em destruir adversários e estabelecer regimes clientes do que em investimentos em larga escala, a longo prazo, em “reconstrução”. Após realizar um elevado gasto militar para a conquista, as prioridades do orçamento se deslocam para os subsídios às multinacionais norte-americanas, e reduzir impostos para os ricos – não existem mais “Planos Marshall”. Washington deixa para a Europa e o Japão a tarefa de “livrar-se dos despojos humanos” depois das vitórias militares dos Estados Unidos.

A reconstrução após as guerras não intimida possíveis adversários, mas tapetes de bombas dos B-52 sim. A vitória militar na atual conjuntura deixa inacabada a consolidação de um regime cliente pro-imperial. Assim como os EUA financiaram e armaram a vitória fundamentalista sobre o regime nacionalista secular afegão em 1990 e então se retirou, levando à ascensão do regime antiocidental do Taleban, a vitória de hoje e a retirada provavelmente vai ter resultados similares na próxima década. A brecha entre a alta capacidade do estado imperial para fazer a guerra e a fraqueza em sua capacidade para revitalizar as economias das nações conquistadas é a contradição mais importante.

Uma contradição ainda mais séria está no esforço agressivo para impor regimes e políticas neoliberais especialmente quando os mercados de exportação que eles estavam projetados para abastecer estão em colapso e os fluxos de capital externo estão secando.

A recessão que se aprofunda nos Estados Unidos, Japão e União Européia atingiu severamente os Estados clientes neoliberais mais leais e subservientes, em particular na América Latina. Os preços dos bens exportáveis “especializados”, que os regimes neoliberais movimentam, entraram em colapso: exportações de café, petróleo, metais, açúcar, assim como têxteis, roupas e outros bens manufaturados elaborados nas “zonas de livre comércio” sofreram graves quedas nos preços e mercados superabastecidos. As potências imperiais responderam pressionando por um maior “liberalismo” no Sul, enquanto estabelecem tarifas protecionistas em casa e aumentam os subsídios para suas exportações. As tarifas sobre as importações do Terceiro Mundo nos países imperiais são quatro vezes mais altas do que aquelas sobre as importações dos outros países imperialistas, de acordo ao Banco Mundial (Perspectivas Econômicas Globais e as Nações em Desenvolvimento, 2002, www.Mundialbank.org). O apoio às grandes empresas da agricultura nos países imperiais foi de \$245 bilhões no ano 2000 (F.T., 21 de Nov., 2001, p. 13). Como o Relatório do Banco Mundial assinala, “a participação de exportações subsidiadas tem crescido ainda

mais [durante a década passada] para muitos produtos de exportação de interesse para os países em desenvolvimento.”

A doutrina neoliberal do Velho Imperialismo está dando lugar à prática neo-mercantil do Novo Imperialismo. Políticas de Estado ditam e direcionam o intercâmbio econômico e limitam o papel do mercado a um papel subsidiário – tudo em benefício da economia imperial.

A natureza altamente restritiva das políticas neo-mercantilistas no passado e no presente polarizam a economia entre produtores locais e os monopólios respaldados pelo estado imperial. O declínio e o colapso dos mercados externos prejudicam os setores de exportação ‘neoliberais’. O papel altamente visível do estado imperial em impor o sistema neomercantilista politiza o crescente exército de desempregados e trabalhadores pessimamente pagos, camponeses e funcionários públicos. O colapso dos mercados externos significa que menos comércio exterior pode ser realizado para pagar as dívidas externas. Menos mercadorias de exportação vendidas, significa menos capacidade para importar alimentos essenciais e bens de capital para sustentar a produção. Na América Latina, a estratégia exportadora sobre a qual todo o edifício imperial foi construído está desmoronando. Incapaz de importar, a América Latina será forçada a produzir localmente ou prescindir da importação. De qualquer modo, a ruptura definitiva com a estratégia exportadora e a subordinação ao império não virá como resultado de contradições internas – ela exige intervenção política.

Oportunidades e desafios para a esquerda

No curto prazo (conjuntura), a esquerda enfrenta a investida plena da contra-ofensiva imperial de Washington, com tudo que ela implica em termos de belicosidade elevada, ameaças e maior subserviência das elites clientes dominantes. Entretanto, ainda que este novo esforço imperialista dirigido militarmente à “reconquista” já esteja em curso, ele enfrenta sérios obstáculos práticos, ideológicos e políticos.

Por uma questão, a ofensiva ocorre num momento de ressurgimento político muito importante da esquerda em vários países estratégicos e um sério declínio das economias neoliberais. Na Colômbia, Brasil, Argentina, Equador e Bolívia, surgiram poderosos movimentos sóciopolíticos e consolidaram influência sobre importantes bases populares, enquanto os regimes clientes sustentados estão profundamente desacreditados, em muitos casos com taxas de popularidade de um dígito.

Esta situação tem perigos e oportunidades. Perigos de uma resposta cada vez mais militarizada e repressiva empurradas por Washington e repetidas por seus regimes clientes latinos, como foi confirmado pela Declaração da Conferência Ibero-Americana em 23 de novembro de 2001 sobre terrorismo (La Jornada, 24 de Nov., 2001). Oportunidades porque a esquerda em recomposição não sofreu uma derrota maior neste período (comparável ao de 1972 a 76) e está em uma posição forte para dar o salto do protesto ao poder. Os regimes neoliberais fracassaram em conseguir mercados externos, de maneira a sustentar a produção doméstica ou alocar novos fluxos de capital para compensar os vastos fluxos para o exterior em pagamentos da dívida externa, remessas de lucros etc. A prolongada depressão na Argentina é emblemática da direção para



a qual a América Latina está se encaminhando .

A crise atual é sistêmica, e nisso ela afeta não somente os trabalhadores e desempregados – aumentando a pobreza, desemprego e desigualdades – mas os próprios mecanismos de acumulação de capital. Todo capital acumulado na América Latina é depositado em contas no exterior como “patrimônio morto”. É evidente para qualquer acadêmico, mesmo o mais cegamente esperançoso – que não são poucos – que o neo-liberalismo está morto e o novo sistema imperial neo-mercantilista não tem espaço para ‘escolhas de mercado’.

Nesta perspectiva, o essencial para converter estas oportunidades objetivas em mudanças estruturais substanciais é o poder político. Os movimentos sociais têm mobilizado milhões, têm realizado inúmeras mudanças no nível local, têm criado um novo e promissor nível de consciência social e, em alguns casos, controlam ou influenciam governos locais e têm arrancado concessões das classes dominantes via pressão de massa. De qualquer modo, existem diversas questões ainda não resolvidas para que esses movimentos possam ser considerados como prefigurando uma alternativa política ao poder de Estado.

Em primeiro lugar, politicamente os movimentos adotam uma série de exigências e alternativas programáticas – que são positivas e importantes – mas lhes falta uma compreensão teórica da natureza da evolução do sistema imperial, suas contradições e a natureza de sua crise.


Em segundo lugar, existe desunião, um desenvolvimento desigual entre movimentos urbanos e rurais, entre o interior e o litoral, e dentro de alguns movimentos, rivalidades baseadas em personalidades, táticas etc. Os movimentos existentes agregados, se estivessem unificados em um só movimento coerente, estariam significativamente mais próximos da possibilidade de desafiar o poder de Estado.

Terceiro, muitos dos movimentos se engajam em táticas militantes e articulam programas radicais, mas na prática se comprometem em constantes negociações para assegurar concessões muito limitadas, portanto, reduzem seus movi-

mentos mais a grupos de pressão dentro do sistema do que a protagonistas para derrubar o regime. O desafio é como desenvolver um programa de transição adaptado às exigências imediatas da população mas que ponha no centro da luta a construção de uma alternativa socialista. O crescente autoritarismo dos regimes clientes dirigidos pelo império exige a construção de movimentos de massa democráticos e antiimperialistas.

A estratégia imperial norte-americana de militarização para impor um império neo-mercantilista exige maior capacidade de incorporar novos aliados e a necessidade de se preparar para diversas formas de luta. Os estrategistas imperiais selecionaram a Colômbia como campo de testes para o “Novo Imperialismo” porque é na Colômbia que eles enfrentam seu maior desafio político-militar. Todas as forças reacionárias no hemisfério têm sido mobilizadas contra os exércitos guerrilheiros, assim como contra os crescentes movimentos de massas. Todos os presidentes serviciais do hemisfério assinaram a cruzada anti-terrorista e as FARC/ELN são designadas pelo império como terroristas. Um êxito militar na Colômbia irá acelerar e encorajar a conquista militar e a colonização da América Latina, assim como o golpe militar dirigido pelos EUA no Brasil (1964) foi seguido por invasões (República Dominicana, 1965) e subseqüentes golpes militares na Bolívia (1971), Uruguai (1972), Chile (1973) e Argentina (1976).

Uma vitória ou guerra prolongada das guerrilhas na Colômbia irá fornecer um espaço e ar fresco para o restante da esquerda. Portanto, é essencial que o máximo de apoio e solidariedade seja estendido à luta colombiana. O internacionalismo não é somente a rede de solidariedade contra a nova ofensiva militar imperial em geral, mas em apoio aos trabalhadores e camponeses colombianos organizados em seu ‘Exército popular’.

Estes são tempos perigosos e cheios de esperanças - perigos que cruzam os dois caminhos: o do império e o da esquerda. A luta continua. 

SOCIALISMO HOJE: ALGUNS PONTOS PARA DEBATE

RICARDO ANTUNES

Professor Titular de Sociologia do Trabalho na Universidade de Campinas

Neste artigo, gostaria de indicar, de modo bastante breve, alguns pontos que me parecem de extrema relevância no mundo contemporâneo, quando se pensa na atualidade e contemporaneidade do socialismo. Dada a impossibilidade de tratá-los de modo mais detalhado, no âmbito deste pequeno texto, vou procurar tão-somente indicá-los sob a forma de notas.

No limiar do século XXI, em pleno curso da Guerra dos Delinquentes que assolou o mundo depois do episódio de 11 de Setembro, com a retaliação desencadeada pelo Grande Império sobre os seus supostos inimigos (cujas conseqüências e desdobramentos são completamente imprevisíveis), a busca de um novo projeto socialista encontra-se na ordem do dia.

Hoje estamos em condições de fazer um balanço mais conclusivo da experiência vivida no século XX: derrotadas as suas mais importantes experiências, com a URSS à frente, é possível constatar que estes projetos não foram capazes de derrotar o sistema de metabolismo social do capital. Esse sistema, constituído pelo tripé capital, trabalho e Estado, não pode ser superado sem a eliminação do conjunto dos elementos que compreende este sistema. Como diz István Mészáros, em *Beyond Capital* (Merlin Press, Londres, 1995), não basta eliminar um ou mesmo dois de seus pólos. O desafio é superar o tripé, nele incluída a divisão social hierárquica do trabalho que subordina o trabalho ao capital. Por não ter avançado nesta direção, os países pós-capitalistas, com a URSS à frente, foram incapazes de romper a lógica do capital. Fenômeno assemelhado ocorre hoje com a China, que oscila entre uma abertura para o mercado mundial e o controle político rígido sobre o curso e as conseqüências desta política. Penso que a reflexão deste ponto é um primeiro e decisivo desafio.

Vamos para um segundo ponto: a experiência do “socialismo num só país” ou mesmo num conjunto limitado de países é um empreendimento também fadado à derrota. Como disse Marx, o socialismo é um processo histórico-mundial; as revoluções políticas podem inicialmente assumir uma conformação nacional, mais limitada e parcial. Mas as revoluções sociais têm um intrínseco significado universalizante. Na fase do capital mundializado, conforme caracterização de Chesnais (*A Mundialização do Capital*, Xamã, 1996), de um sistema global do capital desigualmente combinado, o socialismo somente poderá ser concebido enquanto um empreendimento global/universal.

Nesse contexto, as possibilidades de revolução política na América Latina devem ser pensadas como parte de uma processualidade que não se esgota em

seu espaço nacional. Como vimos ao longo do século XX, a tese do “socialismo num só país” teve um resultado trágico. Repeti-la seria correr o risco da farsa. O desafio maior, portanto, é buscar a ruptura com a lógica do capital em escala mundial. Países como Brasil, México e Argentina podem ter papel de relevo neste cenário, visto que se constituem em pólos importantes da estruturação mundial do capital. São dotados de significativo parque produtivo e sua importância estratégica lhes confere grandes possibilidades, uma vez que estão muito diretamente vinculados ao centro do capital. Junto com a Índia, Rússia, Coreia, China, entre outros que não estão diretamente no centro do sistema capitalista, constituem uma gama de forças sociais do trabalho, capazes de impulsionar um projeto que tenha como horizonte uma organização societal socialista de novo tipo, renovada e radical.

Nesta quadra da história, o desenvolvimento de movimentos sociais de esquerda, capazes de enfrentar alguns dos mais agudos desafios deste final de século, mostra-se como bastante promissor. Desde o movimento social e político dos Zapatistas, no México, passando pelo advento do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) no Brasil, pela retomada das lutas operárias e sindicais na América Latina dos anos 90, pelas explosões sociais dos trabalhadores desempregados, pelas batalhas de Seattle, Nice, Praga, Gênova, pelos encontros do Fórum Social Mundial, dentre tantas outras ações e batalhas que estão no horizonte imediato, e entre tantos outros movimentos de esquerda que emergem no mundo contemporâneo, mais episódicos ou mais abrangentes, ampliam-se os exemplos de novas formas de organização dos trabalhadores e dos precarizados, dos “novos proletários do mundo” que se rebelam contra o sentido destrutivo do capital e sua forma mundializada.

Cada vez mais assumem a forma de movimentos contra a completa mercantilização do mundo, contra a totalizante (e totalitária) “mercadorização” de tudo que se produz. Devirão perseguir de modo cada vez mais persistente o capital em sua própria materialidade. Como

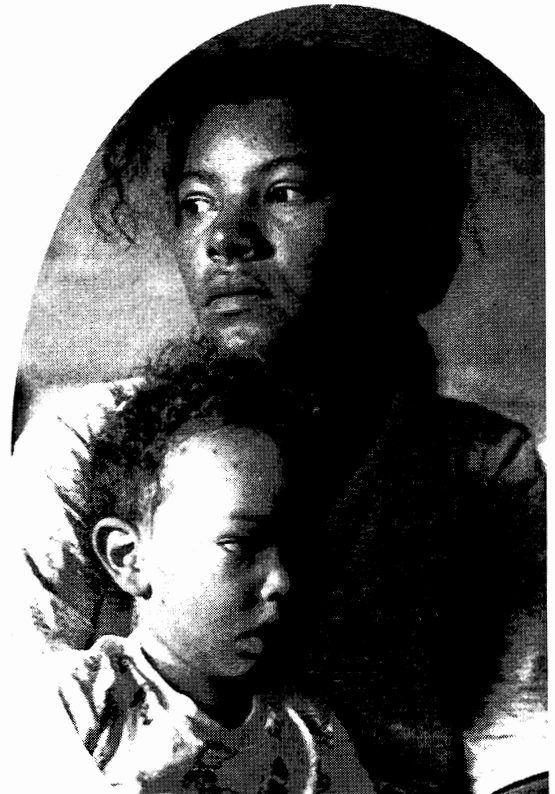
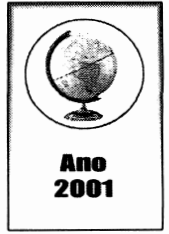
também indicou Mézszáros, o capital tem um sistema de metabolismo social essencialmente extra-parlamentar. Desse modo, qualquer tentativa de superar este sistema de metabolismo social que se atenha à esfera institucional e parlamentar, estará impossibilitada de derrotá-lo. O maior mérito destes novos movimentos sociais de esquerda aflora na centralidade que conferem às lutas sociais. O desafio maior do mundo do trabalho e dos movimentos sociais de esquerda é criar e inventar novas formas de atuação autônomas, capazes de articular e dar centralidade às ações de classe. O fim da separação, introduzida pelo capital, entre ação econômica, realizada pelos sindicatos, e ação político-parlamentar, realizada pelos partidos, é absolutamente imperiosa. A luta contra o domínio do capital deve articular luta social e luta política num complexo indissociável.

O mundo do trabalho tem cada vez mais uma conformação mundializada. Com a expansão do capital em escala global e a nova forma assumida pela divisão internacional do trabalho, as respostas do movimento dos trabalhadores assumem cada vez mais um sentido universalizante. Cada vez mais as lutas de recorte nacional devem estar articuladas a uma luta de amplitude internacional. A transnacionalização do capital e do seu sistema produtivo obriga ainda mais a classe trabalhadora a pensar nas formas internacionais da sua ação, solidariedade e de confrontação. À mundialização dos capitais corresponde cada vez mais e de modo intransferível uma mundialização das lutas sociais.

A classe trabalhadora no mundo contemporâneo é mais complexa e heterogênea do que aquela existente durante o período de expansão do fordismo, como pude desenvolver em *Adeus ao Trabalho?* (ed. Cortez/Ed.Unicamp, 1995) e *Os Sentidos do Trabalho* (Ed. Boitempo, 1999). O resgate do que Alain Bihr chamou de sentido de pertencimento de classe, contra as inúmeras fraturas, objetivas e subjetivas impostas pelo capital, é um dos seus desafios mais prementes (Bihr, *Da Grande Noite à Alternativa*, Ed. Boitempo, 1998).

Impedir que os trabalhadores precarizados

fiquem à margem das formas de organização social e política de classe é desafio imperioso no mundo contemporâneo. O entendimento das complexas conexões entre classe e gênero, entre trabalhadores “estáveis” e trabalhadores precarizados, entre trabalhadores nacionais e trabalhadores imigrantes, entre trabalhadores qualificados e trabalhadores sem qualificação, entre trabalhadores jovens e velhos, entre trabalhadores incluídos e entre os excluídos, enfim, entre tantas fraturas que o capital impõe sobre a classe trabalhadora, torna-se fundamental, tanto para o movimento dos trabalhadores e das trabalhadoras, como para a reflexão da esquerda anticapitalista. O resgate do sentido de pertencimento de classe (o que implica em entender as novas conformações da classe trabalhadora hoje) é questão crucial nesta viragem de século. 🌐



ARGENTINA: AS LUTAS DOS “PIQUETEIROS” E SUAS NOVAS ORGANIZAÇÕES

ALEJANDRO ITURBE

Professor e dirigente da FOS (Frente Obrera Socialista) da Argentina

Como dizem os marxistas, a Argentina vive uma “situação revolucionária”. Segundo a definição clássica de Lenin, isto se dá quando em um país “os de cima não podem continuar dominando como antes e os de baixo não querem continuar vivendo como até então”.

Na Argentina, uma persistente crise econômica se combina com uma aguda crise das instituições e dos partidos do regime democrático-burguês e um processo de lutas operárias e populares que, apesar dos altos e baixos, teve um caráter permanente nos últimos anos.

Nesse processo de lutas, os **trabalhadores desempregados** cumpriram um papel muito importante e, ao mesmo tempo, deram origem a novas organizações. Hoje, o “piquete”, os “piqueteros” e os “cortes de ruta” fazem parte da linguagem e da realidade cotidiana dos argentinos. De certa forma, esta é uma característica do processo argentino e, seguramente, causa impacto entre os lutadores de outros países.

O objetivo deste trabalho é analisar a origem e as características dos “piqueteros” e de suas organizações. Ao mesmo tempo, apresenta a política da FOS (Frente Operário-Socialista) nesse processo.

A evolução do desemprego na Argentina

Para entender as lutas dos trabalhadores desempregados e o fenômeno dos “piqueteros” é preciso partir do fato de que, na Argentina, os altos índices de desemprego são uma realidade relativamente recente: ocorrem nos anos 90.

Entre 1945 e 1975, a Argentina viveu uma situação de virtual pleno emprego. Em 1975, o país tinha uma taxa de desemprego aberto da ordem de 3,8% (similar à dos EUA em 2000). Este índice baixo se explica pela vigência, desde o início da década de 40, do chamado **modelo substitutivo de importações**, baseado no critério keynesiano de forte intervenção do Estado na economia, que promoveu um importante crescimento da indústria e dos serviços (com elevado emprego de mão de obra). Assim, foi absorvida não só a massa de desempregados deixada pela crise de 29 como também uma forte corrente imigratória dos países limítrofes. Em 1975 ocorreu justamente seu ponto mais alto de crescimento e expansão¹. Depois da Ditadura Militar (1976-1982), o índice havia crescido apenas 5,2% e somente com Alfonsín (em meio ao processo hiperinflacionário de 1988-89) ultrapassou a casa dos 8%.

Esta realidade de altos níveis de emprego teve, entre outras, duas importantes conseqüências. A primeira, objetiva, foi o peso estrutural da classe operária na vida econômica, política e social do país. A segunda, subjetiva, na consciência das massas, é a existência de uma verdadeira “cultura do trabalho”. Para as massas argentinas, um emprego é não só a forma “natural” de manter a família, mas também é visto como um direito. Por isso, os “piqueteros” (que até pouco tempo eram trabalhadores ou filhos de trabalhadores) se reivindicam como parte da classe operária e exigem, como principal reivindicação, um emprego.

Foi na década de 90, com o grande avanço

na colonização imperialista do país e a profunda reestruturação da economia argentina feita por Menem-Cavallo, que o desemprego deu um salto impressionante, até chegar a seus índices atuais, que continuaram aumentando durante o governo de De La Rúa. O peso do pagamento da dívida externa, as privatizações das importantes empresas estatais argentinas, as falências e fusões de empresas privadas e privatizadas, a aplicação da flexibilização trabalhista e, finalmente, uma persistente recessão econômica empurraram o índice de desemprego aberto para quase 20%. Soma-se ao desemprego o fato de que uma em cada três pessoas em condições de trabalhar está desempregada ou em situação de subemprego. Talvez, na ótica de alguns países latino-americanos ou outras regiões do mundo, estas cifras possam parecer “normais”. Mas são altíssimas para a Argentina e intoleráveis para o movimento de massas. Aí está a base e a explicação profunda do processo dos “piqueteros”.²



Os planos “Trabajar”

Durante o primeiro período do governo Menem (até 1995), o peso social do desemprego foi atenuado por alguns fatores. Em primeiro lugar, foi um período de crescimento da economia. Assim, um setor de demitidos das empresas pôde encontrar um novo emprego. Outros sobreviveram com trabalhos informais e “bicos”, o que na Argentina se denomina “changas”. Ao mesmo tempo, neste marco de crescimento da economia, muitos trabalhadores investiram suas indenizações em pequenos empreendimentos de transporte, comércio, oficinas etc.

Mas, a partir de 1995, com o “tequilazo”, termina esse período expansivo da economia argentina. Em seguida, em 1997-1998, com a quebra financeira de Hong Kong e Brasil, a crise econômica dá um salto e, desde então, os índices de desemprego não pararam de crescer.

Nessa situação, a burguesia argentina implementou, a partir do Estado, uma série de planos de emprego com baixíssimos salários (comparados com a média do país) e totalmente precários (se renovam a cada seis meses). Seguiam o modelo idealizado no Chile, sob a ditadura do general Pinochet, que permitiu à burguesia desse país reconstruir e remodelar toda sua rede viária. Na Argentina, a implementação dos planos ficava nas mãos dos governadores das províncias e dos prefeitos municipais. Receberam vários nomes mas, em geral, ficaram conhecidos como “planos Trabajar”. Entre 1998 e 1999, totalizaram 300.000 empregos com essas características.



Para a burguesia, esses planos, ao mesmo tempo que buscavam amortecer o impacto social do desemprego, representavam um avanço em sua política de redução de salários e precarização trabalhista. Fizeram com que, até o ano 2000, os protestos dos desempregados fossem um fenômeno essencialmente do interior do país e não adquirissem um caráter massivo na Grande Buenos Aires. Ao mesmo tempo, foram utilizados como uma ferramenta de controle político por parte dos governadores e prefeitos, que obrigavam esses trabalhadores a militar para eles, fazer piquetes, participar de todos os atos etc, como requisito para manter seu emprego.

De qualquer forma, para muitos desempregados, esses planos se transformaram no único mecanismo possível de obter um emprego, e cada vez aumentava o número de postulantes. O crescimento do desemprego transbordou esse dique de contenção.

Uma breve história das lutas “piqueteras”

O início das lutas “piqueteras” pode ser localizado em **Cutral-có**, província de Neuquén, na região patagônica em 1997. Esta cidade, de aproximadamente 40.000 habitantes, nasceu e cresceu em torno da indústria petrolífera. A privatização da YPF deixou inúmeros desempregados e quebrou a economia regional. Nesse ano, centenas de habitantes bloquearam a estrada que liga a cidade à capital provincial reivindicando que o Estado garantisse seus postos de trabalho com os lucros da empresa petrolífera. Como é uma região muito fria, se instalaram em barracas e em torno a fogareiros para discutir a situação. A vanguarda do processo foram os jovens entre 15 e 20 anos, que foram chamados, primeiro, de “fogoneros”, e depois, “piqueteros”, porque eram os que garantiam o “piquete” que bloqueava a estrada³.

Por solicitação do governador, uma juíza provincial ordenou o desbloqueio da estrada com a Gendarmeria (polícia militarizada de fronteiras). Mas antes da repressão, e como os manifestantes não saíam do lugar, voltou atrás e chamou o governador para abrir negociações com

os representantes eleitos pelas pessoas. Um dos pontos acordados foi, justamente, a criação de postos de trabalho.

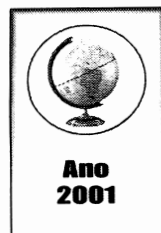
Este fato causou profundo impacto em todo o país. E nesse mesmo ano, inúmeros ativistas ou correntes começaram a impulsionar bloqueios de estradas ou acessos às cidades, juntando desempregados para reivindicar postos de trabalho. O mais importante ocorreu na cidade petrolífera de Tartagal⁴, província de Salta, no extremo norte do país, que terminou com um duro enfrentamento com a repressão. Na província de Buenos Aires, os bloqueios foram, em geral, pequenos, e só com a participação de uma vanguarda. Mas, em alguns pontos (zonas de Mar del Plata, Florencio Varela e Grande Buenos Aires) conseguiram certa massividade. Nesse período começam a destacar-se dirigentes que depois teriam relevância no movimento piqueteiro, como Juan Carlos Alderete, Luis D’Elía, Raúl Castells, Roberto Martino, Emilio Alí e outros.

A realidade pôs fim a um falso debate

Desde então, os bloqueios de estrada se generalizaram e atingiram o conjunto do país e já foram feitos um número incalculável deles, com maior ou menor massividade. É importante, então, analisar mais de perto esse método de luta.

No início do processo dos “piqueteros”, ocorreu na Argentina um debate um tanto quanto estéril. Por um lado, algumas correntes elevaram o bloqueio de estrada quase à categoria de tática absoluta, por cima da greve, das manifestações etc. Ao mesmo tempo, caracterizavam os desempregados como sendo o novo centro da luta anticapitalista, já que os que têm um emprego estável são “privilegiados” e “têm medo de lutar”. Outras correntes, pelo contrário, desprezavam essa luta por tratar-se de “setores lumpens”. A realidade, por sorte, acabou com esse falso debate.

É evidente que os trabalhadores desempregados não podem fazer greves e o bloqueio de estradas ou acessos lhes permite incidir e dificultar o processo econômico, e assim causar impacto com sua luta. Mas se sua luta não se



estende e se combina com a dos trabalhadores empregados, tem profundas limitações. Ao mesmo tempo, para os trabalhadores empregados, lutar contra o desemprego (uma arma afiada nas mãos da burguesia) também é de vida ou morte para defender seu próprio emprego, seu salário e suas condições de trabalho. O certo é que hoje as lutas dos diversos setores e os métodos empregados se combinaram de forma impressionante. Trabalhadores empregados e desempregados lutam juntos, bloqueiam estradas, fazem greves, marchas e manifestações comuns. É o que explica a força do ascenso operário e popular na Argentina.

O movimento chega com força a Buenos Aires

Já dissemos que, nos primeiros anos, o movimento “piquetero” teve sua principal força no interior e que, em Buenos Aires, era um movimento pontual. Mas o aumento dos níveis de desemprego fez com que em 2000 desse um salto e penetrasse com muita força no principal núcleo econômico, político e social do país.

O epicentro esteve em La Matanza, município com cerca de 1.400.000 habitantes, que ocupa uma extensa faixa do sudoeste da Grande Buenos Aires. Em novembro desse ano, por proposta do SUTEBA local (sindicato dos professores, em mãos de uma nova direção, combativa) e impulsionado por Luis D’Elía, dirigente dos desempregados da CTA (Central dos Trabalhadores Argentinos, agrupados dentro da FTV, Federação de Terra e Moradia), se realizou uma plenária conjunta, com participação dos funcionários públicos do distrito (ATE) e a CCC (Corrente Classista e Combativa). A plenária resolveu realizar um bloqueio de estrada com a bandeira de “Basta de genocídio econômico” e exigência de planos “Trabajar” para os desempregados da zona.

O bloqueio foi um sucesso: centenas de pessoas participaram, durante 17 dias, e recebeu a solidariedade de estudantes, comissões internas de empresas da zona, figuras políticas, artistas etc. Além do mais, foi a fâsca que detonou uma massiva paralisação geral, convocada pela CTA e pela CGT “dissidente”. Víctor De Gennaro, secretário geral da CTA, ressaltou a importância do bloqueio, dizendo que “desta vez a paralisação saiu de baixo”. Como resultado de tudo isso, conseguiu-se a principal reivindicação, a obtenção de centenas de postos de planos “Trabajar”, que seriam administrados pelas próprias organizações de desempregados.

Também houve bloqueios no interior do país. De conjunto, foram mais de 100.000 participantes. Em Salta, a repressão assassinou o motorista Aníbal Verón.

Além do que já foi assinalado (o salto do movimento “piquetero” para a principal e qualitativa cidade argentina), este primeiro bloqueio de La Matanza teve outras duas conseqüências muito importantes. Em primeiro lugar, sentou as bases da coordenação entre trabalhadores empregados e desempregados. Em segundo lugar, colocou os desempregados de La Matanza, suas organizações e seus principais dirigentes (Luis D’Elía, da FTV, e Juan Carlos Alderete, da CCC) como direção objetiva do movimento piqueteiro de todo o país e, a partir daí, como referência para o conjunto dos trabalhadores e suas lutas.

No verão de 2001, o governo nacional iniciou uma ofensiva para tirar a direção dos planos “Trabajar” das mãos das organizações de desempregados e

voltar a colocá-la nas mãos dos governos⁵. Teve início uma queda de braço que incluiu novos bloqueios e mobilizações. Uma delas foi convocada para 20 de março, na Plaza de Mayo. Terminou coincidindo com a greve nacional e uma concentração chamada por diversas organizações sindicais e estudantis para enfrentar o pacote do ministro da Economia, Ricardo López Murphy. Os fatos terminaram com a renúncia do ministro e, em meio a uma profunda crise do governo e do regime burguês, levaram à subida de um velho conhecido do imperialismo e das massas, Domingo Cavallo, como novo ministro, com amplos poderes. Nesse dia, em meio a uma chuva torrencial, cerca de 20.000 pessoas marcharam para a Plaza de Mayo, mais da metade dentro das colunas dos piqueteiros.⁶

Em junho, centenas de moradores de General Mosconi, uma pequena cidade petroleira perto de Tartagal, na província de Salta, bloquearam a estrada de acesso à refinaria de Repsol-YPF, convocados pela UTD⁷ (União de Trabalhadores Desempregados) dessa localidade. Houve uma violenta repressão, que foi respondida pelos manifestantes, finalmente dispersados pela Gendarmeria, com um saldo de dois mortos.

A primeira Assembléia Nacional de “Piqueteros”

A tentativa bonapartista do governo com Domingo Cavallo começava a fracassar por completo. No marco de uma gravíssima crise política, econômica e social, em julho, realizou-se em La Matanza a Primeira Assembléia Nacional de Piqueteiros. Participaram cerca de 1.500 pessoas, representando a grande maioria das organizações de trabalhadores desempregados de todo o país, além de dirigentes sindicais nacionais, como Víctor De Gennaro, da CTA e Hugo Moyano, da CGT “dissidente” (que foi vaiado pelos participantes e não pôde intervir). Estiveram presentes também dirigentes políticos de esquerda, como Jorge Altamira, do Partido Obrero, e os deputados da Esquerda Unida Patricio Echegaray (PC) e Vilma Ripoll (MST).

A Assembléia criou um fato muito importante: a constituição, pela primeira vez no país,

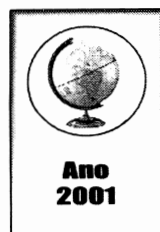
de uma organização nacional unificada de todos os “piqueteiros”. Ao mesmo tempo, traçou um plano de luta com bloqueios de estradas escalonados de 24, 48 e 72 horas em todo o país. Os bloqueios retrocederam em contundência, já que ficou acertado com o governo deixar pistas livres para circulação. No entanto, diante da falta de outras propostas por parte das centrais sindicais, este plano foi um ponto de referência e coordenação para as lutas de outros setores, como docentes e funcionários públicos. Ao mesmo tempo, a Assembléia teve um déficit: não avançou no sentido de definir um programa, essencialmente por política da direção (respaldada, nesse sentido, por Víctor De Gennaro).

A segunda Assembléia Nacional de “Piqueteros”

Foi realizada no dia 4 de setembro, também em La Matanza, e significou um avanço em relação à anterior. As principais correntes (a FTV, a CCC e, em menor medida, o Polo Obrero) concordaram em limitar o número de participantes, com um número de delegados para cada organização, mas por pressão do grande número de participantes, todos entraram no plenário (mais de 2.500 pessoas). Esta pressão da base também abalou outros acordos prévios: uma lista fechada de oradores e que só seriam votadas as resoluções já acertadas de antemão. E, por fim, fez com que fossem votadas resoluções muito mais radicalizadas.

Nesse processo, Roberto Martino, dirigente do MTR - Movimento Teresa Rodríguez⁸, cumpriu um papel muito importante. Apresentou as propostas mais combativas (como cortar os acessos a empresas produtivas e exigir trabalho genuíno, e não planos “Trabajar”) que tiveram a adesão de muitas delegações do interior e grupos menores, o que causou impacto sobre a própria base da CCC e da FTV. Isto fez com que tivesse de ser incorporado à mesa que dirigia a Assembléia.

As resoluções foram muito importantes: além do plano de luta, foi votada a convocatória a “uma Terceira Assembléia aberta de todas as



organizações de trabalhadores” com um representante a cada 20 companheiros organizados. Se isto for efetivamente impulsionado, a assembléia deixará de ser um organismo apenas de desempregados, para transformar-se, de fato, em uma instância superior de coordenação e organização dos trabalhadores. Finalmente, superando o déficit inicial, ficou decidida a elaboração de “um programa de saída para a crise”, cujas “cinco idéias fundamentais” são:

a) Não ao pagamento da dívida externa, ilegítima e fraudulenta.
b) Renacionalização das AFJP (fundos privados de aposentadorias e pensões).
c) Renacionalização dos bancos e empresas estratégicas.
d) Perdão da dívida usurária aos pequenos agricultores e preço-base para seus produtos.

e) Fora o regime que nos condena à fome, não ao governo de salvação nacional, que não passa de uma alternância nas próprias fileiras dos exploradores.

A pressão da situação levou a coordenação a incluir como ponto de programa a bandeira de **Fora o Governo De La Rua-Cavallo**. Também foi eleita uma mesa coordenadora, integrada pelos diversos setores, para preparar a Terceira Assembléia.

Em base a estas resoluções, a Assembléia Nacional de Piqueteiros consolida sua continuidade como organismo e, ao mesmo tempo, começa a ganhar características soviéticas.

Precisamente por isso, e no marco da agudíssima crise econômica e política da Argentina, as principais correntes da direção demoraram para convocar o terceiro encontro (previsto inicialmente para outubro) e previamente serão realizados oito encontros regionais. Muito mais importante que isso, buscam fazer com que perca seus traços soviéticos e se integre, por diversos mecanismos, dentro do regime burguês.

Vejamos mais de perto as forças que integram essas correntes.

As correntes

Antes de analisar cada setor, é preciso dizer que muitas dessas organizações combinam características distintas. Por um lado, são correntes políticas (algumas como colaterais de partidos) ou defendem posições políticas. Por outro, entre os desempregados atuam como organismos de base com peso de massas, fundamentalmente administrando os planos “Trabajar”.

• **A FTV (Federação de Terra e Moradia)**: se enquadra dentro da CTA e agrupa os desempregados dessa central. Seu principal dirigente, Luis D’Elía, acaba de ser eleito deputado estadual por Buenos Aires, pelo Polo Social encabeçado pelo sacerdote Luis Farinello (que incluiu um heterogêneo arco político). Propõe integrar o movimento “piquetero” como parte da Frente Nacional Contra a Pobreza, que a CTA integra junto com a organização das pequenas e médias empresas e a Federação Agrária (agricultores pequenos e médios). A principal proposta desta frente é a realização de um plebiscito para alcançar um subsídio para todos os desempregados.

• **A CCC (Corrente Classista e Combativa)**: foi criada em 1995 como a corrente sindical do PCR (Partido Comunista Revolucionário, de extração maoísta). Seu principal referente era o sindicalista de Jujuy Carlos “Perro” Santillán. Ganhou peso de massas entre os trabalhadores desempregados, e seu

principal dirigente aí é Juan Carlos Alderete. Nas últimas eleições nacionais, defenderam o chamado “voto bronca”: em branco ou nulo. Propõem derrubar o governo por meio de um “*argentinox*” e substituí-lo por um “*governo de unidade popular*” com setores bugueses.

• O **Polo Obrero** é dirigido pelo Partido Obrero, organização trotskista encabeçada por Jorge Altamira. É a corrente trotskista de maior peso no setor de “piqueteros”, apesar de minoritária em relação às anteriores. Tem peso em alguns bairros de La Matanza e, especialmente, em Tartagal. Fez parte da direção da Segunda Assembléia. Sua principal proposta política para a crise do país é a convocatória a uma Assembléia Constituinte Soberana.

• O “**terceiro bloco**” formado na Segunda Assembléia é encabeçado por Roberto Martino, dirigente do Movimento Teresa Rodríguez, com peso em zonas do sul da Grande Buenos Aires. É formado também por organizações do interior (como a UTD de General Mosconi e os desempregados do Chaco) e vários grupos menores. Nas últimas eleições, defenderam o “voto bronca”. É o setor que defende as posições mais classistas e a expansão do caráter soviético da Assembléia. Em um artigo feito por *Lucha Socialista* (jornal da FOS), Martino disse: “O único governo capaz seria um governo dos trabalhadores e do povo. Não vai ser nenhum dos partidos patronais (...) tampouco o Parlamento com os políticos corruptos. Este governo de trabalhadores vai surgir das bases e do que elas decidam. Hoje em dia, a única organização que existe e pode pôr em marcha esse projeto é esta Assembléia. Hoje em dia, é a única que poderia governar”. O “terceiro bloco” fez uma declaração exigindo a convocatória à Terceira Assembléia e a defesa do projeto de programa votado.

• Por fora da Assembléia está o **movimento de Raúl Castells** que antes integrava a CCC (apesar de nunca ter feito parte do PCR) e agora rompeu com ela⁹. Tem uma extensão nacional bastante importante. Sua proposta política é confusa, já que oscila entre a proposta de um governo de unidade popular e um governo dos trabalhadores. Castells denunciou como “trai-

dores” “os dirigentes burocráticos da CGT, CTA e CCC” e defende a formação “da verdadeira frente de luta dos trabalhadores empregados, desempregados e aposentados”. Já fez um primeiro encontro, com esta política, do qual participaram algumas organizações menores, como a “Aníbal Verón”, com trabalho na zona sul da Grande Buenos Aires.

A política da FOS

A FOS (Frente Operário-Socialista) começou a intervir ativamente nesse processo, como parte do “terceiro bloco” porque expressa as posições mais corretas no interior do movimento “piquetero”. Por isso, considera totalmente equivocada a política do setor de Raúl Castells de romper com a Assembléia, ainda que muitas de suas críticas à direção sejam corretas. A criação dessa organização nacional de “piqueteros” foi um fato muito positivo, junto com a votação de seu projeto de programa e a proposta de coordenar e ampliar o organismo aos trabalhadores empregados, tal como já analisamos. São estes os aspectos que é preciso defender e desenvolver, inclusive contra sua própria direção. Em outras palavras, dar a batalha, no interior da mesma, porque romper a Assembléia significa, na prática, fazer o jogo, pela esquerda, da política que, pela direita, é defendida pelas principais correntes da direção: esterilizar o potencial soviético que o organismo tem.

Junto com esta participação no “terceiro bloco” (e em consonância com várias das propostas desse setor), as propostas da FOS se concentram nos seguintes pontos:

• Defesa da continuidade da Assembléia: realização das Assembléias Regionais e convocatória à Terceira Assembléia Nacional, impulsionando sua ampliação aos trabalhadores empregados por meio do critério de representatividade votado na Segunda Assembléia.


• Reinvidicação da democracia operária como método para o funcionamento da Assembléia e as organizações dos trabalhadores.

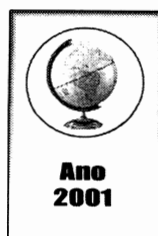
• Defesa do projeto de programa votado,

ressaltando a necessidade de lutar por postos genuínos de trabalho, e incorporando uma série de medidas concretas para poder chegar a isso (por exemplo, a que foi proposta pelos desempregados do setor de petroleiros, de que os lucros da YPF-Repsol financiem obrigatoriamente a criação de empregos nas zonas petroleiras).

- Incorporar ao programa a necessidade de lutar por um governo dos trabalhadores e do povo, como o único capaz de levar adiante essas medidas e salvar o país do desastre.

- Impulsionar a convocatória para um plano de luta, exigindo que as centrais sindicais estejam na coordenação, até derrotar a política do governo De La Rúa-Cavallo e o próprio governo.

Os próximos meses serão decisivos para definir o rumo da situação argentina e, dentro dela, a dinâmica e o futuro do movimento “piquetero” e da Assembléia. 



NOTAS

¹ O modelo de substituição de importações passou, na verdade, por duas etapas diferenciadas. Entre 1940 e 1955, a Argentina (antes semicolônia britânica) gozou de uma importante autonomia relativa como país, resultado do retrocesso da Inglaterra depois da II Guerra. Os fortes saldos agro-exportadores permitiram grandes investimentos nacionais na indústria e nos serviços. Depois de 1955, a Argentina se transformou em uma semicolônia dos EUA e teve início um processo de reconversão parcial de sua estrutura econômica. Mas, no marco do boom econômico do pós-guerra, foram feitas importantes inversões imperialistas no país, ao mesmo tempo em que se mantinham as inversões nacionais, e o modelo conservou sua vigência durante 20 anos.

² Evolução dos índices de desemprego (1975-2000)

1975	3,8%	
1982	5,8%	
1990	M 8,6%	O 6,3%
1991	M 6,9%	O 6,0%
1992	M 6,9%	O 7,0%
1993	M 9,9%	O 9,3%
1994	M 10,7%	O 12,2%
1995	M 18,4%	O 16,6%
1996	M 17,1%	O 17,4%
1997	M 16,1%	O 13,4%
1998	M 13,2%	O 12,4%
1999	M 14,5%	O 13,8%
2000	M 15,4%	O 16,2%
2001	M 16,8%	O 19,0% (estimativa)

(M=maio, O=outubro)

Fonte: Informes INDEC (Instituto Nacional de Estadísticas y Censos)

³ Os primeiros piqueteros lembravam, por sua idade e sua atitude, os jovens da Intifada palestina. Também por suas roupas, já que usavam um lenço ou cachecol cobrindo o rosto por causa do frio, da fumaça dos fogareiros e os pneus queimados e, também, para não serem identificados pela repressão. Depois, as características dos piqueteros se generalizaria para as pessoas de mais idade e, inclusive, para a participação de famílias completas.

⁴ Nas lutas dos desempregados, em especial no interior do país, se destaca o papel cumprido pelos ex-empregados da YPF. Não somente demonstram um alto grau de organização e combatividade, como também lutaram e conseguiram alguns resultados muito interessantes.

Por exemplo, nas cidades petroleiras da Patagônia costeira (Comodoro Rivadavia, Caleta Olivia, General Las Heras), com métodos distintos ao bloqueio de estrada, mas muito combativo. Conseguiram subsídios muito mais altos que os salários dos planos “Trabajar”, pagos diretamente pela YPF privatizada. Também fizeram importantes propostas programáticas à luta dos desempregados, como os 23 pontos elaborados em 1999 pelos desempregados de Comodoro Rivadavia, que incluem o não pagamento da dívida externa e a nacionalização da indústria petroleira.

⁵ Atualmente, a burguesia e o governo querem eliminar os planos “Trabajar” e substituí-los por um subsídio aos desempregados, de valor menor, a ser sacado diretamente nos bancos, com cartão magnético.

⁶ Esse processo foi analisado no folheto *Entre dos crisis: el régimen capitalista argentino al borde del abismo*, (“Entre duas crises: o regime capitalista argentino à beira do abismo”), publicado pela FOS em junho de 2001.

⁷ A UTD de General Mosconi é, possivelmente, uma das organizações de desempregados que mais avançou no sentido de tomar em suas mãos a solução dos problemas dos desempregados que se organizam nela e do conjunto da

população. Um correspondente a descreve como “um município paralelo que organiza e garante todas as tarefas (desde a distribuição dos postos de trabalho conseguidos e as obras que devem ser feitas, até a substituição do diretor corrupto do hospital) frente a uma Prefeitura oficial que não funciona”. Esta é, então, a descrição de um verdadeiro poder dual.

⁸ Durante os bloqueios votados pela Primeira Assembléia, Martino, com seu movimento, ocupou as instalações de um banco em sua zona de influência. Em declarações públicas, D’Elía o acusou de “provocador a favor do governo”.

⁹ Raúl Castells despontou em meados dos anos 90 como dirigente do setor de aposentados. Fundou o MIJP (Movimento Independente de Aposentados e Pensionistas) e impulsionou mobilizações nos grandes supermercados para exigir a entrega de comida. O movimento, com organização própria, integrou-se à CCC e chegou a ter cerca de 5.000 filiados, com setores de desempregados e jovens. Castells conquistou notoriedade porque foi preso e processado. Foi feita uma importante campanha por sua liberdade. Entre seus advogados defensores esteve Mario Villareal, dirigente da FOS. Posteriormente, rompeu com a CCC e agora tem duros enfrentamentos políticos com essa corrente.

Dossiê



VISÕES DA GUERRA



ISO

Por trás da cortina de fumaça: os verdadeiros objetivos de Washington 56



POI

A Rússia na cruzada contra o "terrorismo internacional" 66



LIT

Declaração frente à guerra 73



LPP

Resolução do Comitê Nacional do Partido dos Trabalhadores do Paquistão (LPP)
sobre a situação atual 78



LIT

Carta da LIT ao LPP do Paquistão 83



LPP

Resposta do LPP à carta da LIT 87



POR TRÁS DA CORTINA DE FUMAÇA: OS VERDADEIROS OBJETIVOS DE WASHINGTON

LANCE SELFA

Membro do conselho editorial da *International Socialist Review* (ISO-EUA)

Todas as operações militares dos EUA têm alguma justificativa para consumo do público, que serve para ocultar a explicação verdadeira. George Bush I lançou a Guerra do Golfo em 1991 pelo petróleo, apresentando-a como um nobre esforço por demonstrar que “não se toleraria a agressão descarada”. Em 1999, os EUA venderam a imagem de uma guerra feita para preservar a “credibilidade” da OTAN como um operativo humanitário para salvar os refugiados kosovares. A “guerra contra o terrorismo” de George Bush II não se diferencia dessas outras guerras. Se Bush simplesmente tivesse interesse em “levar à justiça” os responsáveis pelos ataques de 11 de setembro, não estaria declarando uma prolongada “guerra contra o terrorismo”, cujo desenlace não fica claro. O discurso de Bush sobre a necessidade de aniquilar os malfeitores serve para ocultar os verdadeiros fins geopolíticos e imperiais que os EUA perseguem nesta guerra.

É fácil explicar o motivo da enganação. Se o povo norte-americano compreendesse os verdadeiros motivos desta intervenção – tal como o compreenderam na guerra do Vietnã – não a apoiariam. Strobe Talbott, que fez parte da enganação como enviado especial de Clinton à Rússia durante a guerra do Kosovo, explica:

“O povo norte-americano jamais aceitou a geopolítica de puro cálculo de equilíbrio de poder como motivo suficiente para dilapidar o te-

souro nacional ou enviar soldados a terras estrangeiras. Neste século XX, o governo dos EUA vem explicando que sua decisão de mandar tropas obedecia a algum tipo de exigência de defesa da democracia”.¹

No seu nível mais elementar, a operação Liberdade Duradoura trata de defender um só tipo de liberdade: a constante liberdade dos EUA de intervir em qualquer lugar do globo e submeter as nações à sua vontade. Bush tem esperança de que a operação seja seu operativo Tormenta do Deserto, a guerra de 1991 contra o Iraque, que seu pai havia descrito como aquilo que dá fundamento à política norte-americana de “se faz o que nós dizemos”. Talvez, em seus sonhos mais espalhafatosos, Bush II creia que sua “guerra contra o terrorismo” será o equivalente do século XXI à Guerra Fria, com “terrorismo” representando o que era então o “comunismo”, como a razão de ser geral para os desígnios imperialistas.

Em sua etapa atual, como ataque ao Afeganistão, a Liberdade Duradoura permitiu aos EUA avançar em direção a vários objetivos de longo alcance. Três deles se destacam em forma particular: projetar o poder norte-americano até “o arco de conflito” na Ásia, erosionando a influência russa na Ásia Central para ganhar um maior acesso aos recursos de petróleo e gás no Mar Cáspio e fortalecer a hegemonia no Oriente Médio.

Ásia: a fronteira que vem para a dominação norte-americana

Desde o final da Guerra Fria, os EUA priorizaram a necessidade de evitar – ou retardar – o surgimento de “um competidor em igualdade de condições”, cujo poder militar e econômico pudesse potencialmente desafiar sua hegemonia nas grandes extensões de terra que vão da Europa a Ásia. Muitos dos analistas militares norte-americanos designam o papel de “competidor em igualdade de condições” a um dos três poderosos asiáticos: Rússia, China ou Índia. Como disse a revista *Quadrennial Defense Review*, de 30 de setembro de 2001:

“Existe a possibilidade de que um competidor militar com uma formidável base de recursos surja na região. O litoral da Ásia Oriental – desde a Bahia de Bengala até o Mar do Japão, é uma área particularmente desafiadora. Os EUA têm menos garantias de poder aceder às instalações da região. Por isso, é da maior importância assegurar um acesso adicional, acordos de infra-estrutura e desenvolver um sistema capaz de sustentar operações de maior distância com um mínimo de apoio desde o teatro de operações”.²

Nos círculos do establishment norte-americano de defesa se acredita que o perigo mais provável para a hegemonia local venha da China. A caracterização feita pelos norte-americanos da Ásia como região potencialmente mais instável do mundo se fez mais crível em 1998, quando os inimigos regionais, Índia e Paquistão, com semanas de diferença, detonaram armas nucleares. Ao contrário do que ocorria na Europa, onde o fim da Guerra Fria levou a uma notável redução das forças de ocupação dos EUA, a Ásia ainda mantém os níveis da Guerra Fria de 100 mil efetivos no Japão, na Península de Okinawa e na Coreia do Sul. Porém, fatos recentes – desde uma aproximação na península coreana até movimentos para a retirada dos EUA de Okinawa – fizeram com que as bases na Ásia Oriental tenham se tornado mais inseguras.”³

Que tem a ver isso com a “guerra ao terrorismo” que tanto se agita no Afeganistão? Bastante. Em primeiro lugar, demos uma olhada ao mapa em venda ao público dos destacamentos do exército e da marinha norte-americana, que nos mostram que os EUA estão cercado a região com tropas, navios e outros equipamentos bélicos. Resta saber se os EUA consideram o destacamento no Usbequistão e no Tajiquistão, e sua tentativa de negociar um retorno a uma base nas Filipinas, como aspectos permanentes de sua “defesa para adiante” ou não. O que sim é seguro é que nos planos a longo prazo seria muito útil se os EUA pudessem deslocar ainda mais tropas estacionadas na Europa para a Ásia.

Em segundo lugar, se a China é o principal “competidor estratégico” do futuro, o operativo militar norte-americano no Afeganistão ajuda a colocá-la em outra perspectiva. Neste momento, o poderio norte-americano está estacionado no Japão, Coreia e no Estreito de Taiwan, nas fronteiras orientais da China e na Ásia central, a oeste da China. A China não tem força para deter o avanço norte-americana na Ásia central e não se atreve a irritar os EUA. Por isso, decidiu assumir o papel de apoio limitado dos EUA no Afeganistão porque isto estenderia a influência chinesa na Ásia central. Isso equilibraria a extensão norte-americana e granjearia o agradecimento dos EUA. Como parte do processo, se iria construindo uma nova confiança entre ambos os países. Todos estes benefícios jogariam a favor da China nos temas de Taiwan e Sinjian.⁴



A China, aliada do Paquistão durante mais de 50 anos, teve um papel fundamental por trás das cortinas na tarefa de ganhar a colaboração do Paquistão com os EUA.⁵ O objetivo chinês a longo prazo, que é de converter-se em uma potência regional na Ásia, pode depender de sua capacidade de manter os EUA à distância hoje. De modo que, ao menos momentaneamente, o interesse chinês em impedir que os EUA se convertam em um inimigo coincide com o interesse dos EUA de moderar a China.⁶

Os EUA sabem que a “estabilidade” no sul da Ásia depende de sua capacidade de encontrar um modo de navegar entre Paquistão e Índia. Desde que terminou a Guerra Fria, a Índia – rival da China – vem aspirando o papel de um dos principais sócios dos EUA na Ásia. Foi o único país de certa envergadura, fora Israel, que saudou o discurso de Bush no 1º de maio de 2001, quando este apresentou seus planos para a Guerra das Estrelas. Não foi uma surpresa ver que a Índia ofereceu direitos a estabelecer bases em seu território, inteligência e apoio político para a guerra norte-americana contra “o fundamentalismo islâmico”. Dois analistas do establishment militar explicam assim o interesse norte-americano no sul da Ásia:

“Os EUA esperam manter por tempo indeterminado uma forte presença na Ásia oriental e no Golfo Pérsico. Querem que a Índia veja com bons olhos essa presença, e também gostaria, que a Índia ao menos compreendesse suas opiniões sobre como fortalecer a segurança na região do Oceano Índico – e dentro do possível as compartia. Os EUA vêem a disputa indo-paquistanesa, com sua dimensão nuclear – como a maior ameaça à segurança da região, com o perigo do terrorismo e de um Paquistão débil. Desde todos estes pontos de vista, a política da Índia é crucial para a paz regional”.⁷

No entanto, os EUA não puderam aproveitar plenamente a oferta da Índia. Voltaram-se para seu velho aliado da Guerra Fria, o Paquistão. Durante toda a década de 80, o Paquistão serviu como o principal subcontratista na guerra que se travou, por meio de terceiros, contra a URSS no Afeganistão. A inteligência militar do Paquistão

se encarregou de treinar a maioria dos combatentes *mujabidins* no Afeganistão, convertendo os Taleban em um projeto especial. Se esperava que o Paquistão fosse como todo governo que pudesse surgir do pós-guerra, que tinha que se levantar das ruínas para ser um vassalo fácil de controlar. Devido à óbvia influência que o Paquistão exercia sobre o Afeganistão, os EUA optaram por dirigir-se primordialmente a estimular seu apoio mediante um empréstimo de 1 bilhão de dólares do FMI e outro pacote de vários bilhões em ajuda. Porém, para poder tirar proveito de qualquer dos dois rivais, os EUA levantaram as sanções que havia tanto contra a Índia como contra o Paquistão.

A corrida pelo petróleo do Mar Cáspio

O Afeganistão está na encruzilhada, em uma área que possivelmente tenha as segundas maiores jazidas de petróleo e gás no mundo, somente ultrapassado pelo Golfo Pérsico. É por isso que todas as potências, maiores e menores, os EUA, a Rússia, a China, França, Grã Bretanha e Alemanha vêm conspirando há uma década, desde a queda da URSS, sobre como fazer para meter a mão nos recursos da área. Os EUA reforçaram sua posição com uma operação militar em 1997, com ampla cobertura publicitária – o deslocamento de 500 pára-quedistas norte-americanos da 82ª Divisão Aerotransportada da Carolina do Norte e seu deslocamento ao deserto do Kazaquistão. Esse operativo, o mais longo de aerotransportados da história (7.700 milhas), levava ao mundo a mensagem: “não existe nenhuma nação sobre a face da terra à qual não podemos chegar”, como descreveu o comandante da Infantaria da Marinha, general John Sheehan.⁸ Hoje, os aviões B-2, quando saem do Missouri, bombardeiam o Afeganistão e regressam à base, tudo em um único vôo, ultrapassam os marcos estabelecidos no operativo de 1997.

Como a riqueza da região está a centenas de milhas das rotas marítimas internacionais, é preciso levá-la ao mercado mediante gasodutos e oleodutos. O caminho destes gasodutos e

oleodutos definirá quem será o vencedor e quem será o perdedor da corrida pelo petróleo do Mar Cáspio. Desde a queda da URSS, os EUA vêm tratando de usar seu poderio para assegurar-se que os tubos que conduzirão o petróleo sejam um prêmio para os amigos e nada aos inimigos. É por isso que – apesar do caminho mais curto e econômico ser através do Irã até o Golfo Pérsico – os EUA vêm fazendo uma campanha a favor de uma rota de 1.100 milhas desde Bakú, no Azerbaijão, através da Geórgia, ao porto turco de Ceyhan. Essa rota e outras similares têm por objetivo fazer com que o petróleo e o gás do Mar Cáspio se distanciem do Irã e das rotas da época soviética, que atravessavam a Rússia. Os EUA se esforçaram por enfiar uma cunha entre as ex -repúblicas soviéticas e a Rússia para que estas vendam seus recursos ao Ocidente. Essa preocupação norte-americana em promover “Estados soberanos e independentes, que sejam capazes de defender-se a si mesmos” (uma das explicações que dá Sheehan para justificar a ponte aérea de 1997) tem por objetivo debilitar ainda mais o que foi uma superpotência em torno a Moscou. Para impedir isso, a Rússia tentou afiançar o que lhe restava do poderio nas repúblicas da Ásia central (Azerbaijão, Usbequistão, Tajiquistão e Turcomenistão).⁹

A política dos EUA para o Afeganistão tem a ver com essa carreira pelas riquezas petrolíferas. Tanto os EUA como o Paquistão haviam alentado a tomada do poder pelo Taleban como forma de criar “estabilidade” no país para alcançar seus objetivos. Hoje, o *Wall Street Journal* une sua voz ao concerto dos que clamam pedindo a cabeça do Taleban. Porém, em 1997, esse mesmo jornal dizia: “Gostem ou não, o certo é que os Taleban são os mais capazes de conseguir a paz no Afeganistão neste momento da história”. “O êxito dos Taleban era crucial para assegurar no Afeganistão uma rota de passagem para a exportação dos vastos recursos de petróleo, gás e outros,” afirmava o jornal. O plano mais audacioso da Unocal, o de construir um gasoduto que atravessando todo o território do Afeganistão para transportar o gás natural do Turcomenistão ao Paquistão, “se baseava na premissa que os Taleban iriam tomar o poder no Afeganistão.”

Os Taleban representavam para os EUA a “estabilidade” que podia garantir que os planos da Unocal se realizassem. Porém, os EUA começaram a rever sua política frente ao Taleban depois do ataque à embaixada dos EUA em 1998, na Tanzânia e no Quênia. Convenceram-se cada vez mais que os Taleban não iriam aceitar o papel secundário que os EUA lhes haviam reservado. É por isso que os EUA começaram a buscar meios para trocar os Taleban por um governo mais dócil – três anos antes do ataque ao World Trade Center, em 11 de setembro.

Já no ano 2000 se podia dizer que “os EUA começaram a aliar-se com os que, dentro do governo russo, aspiravam a iniciar uma ação militar contra o



Afeganistão, e baralharam a hipótese de um ataque para destruir Osama bin Laden. Antes de retrocederem por pressão local, chegaram a explorar a possibilidade de que algum país centro-asiático permitisse o uso de seu território para isso.”¹⁰ Na Liberdade Duradoura, os EUA implementaram justamente esse plano; com a ajuda dos russos, tiveram acesso a duas bases da época soviética no Usbequistão e Tajiquistão.

Essa colaboração entre a Rússia e os EUA poderia marcar o giro geopolítico mais importante da crise afegã. O presidente da Rússia, Vladimir Putin, rapidamente ofereceu sua ajuda a Bush depois dos acontecimentos de 11 de setembro. Logo passou por cima das objeções de alguns de seus chefes militares que se opunham à idéia de alinhar as repúblicas centro-asiáticas para prover bases para as forças militares norte-americanas. Alguns informes deixam entrever que tropas especiais russas estão participando de ações militares junto às forças norte-americanas no Afeganistão. A Rússia (junto com o Irã) usou sua influência sobre a Aliança do Norte para consolidá-la, depois do ataque ocidental aos Taleban.

A ação de Putin foi um giro total da estratégia russa, que considerava a União Européia e a OTAN como forças hostis¹¹, sobretudo depois que a OTAN humilhou a Rússia, ao pulverizar seu aliado iugoslavo em 1999. Putin utilizou a guerra na Chechênia para reforçar o controle russo sobre o que havia sido seu império. É óbvio que ele espera que sua ajuda ao Ocidente seja remunerada com algo mais que um passe livre pela Chechênia. O que espera é – igualmente com seu principal elo com a Europa, a Alemanha – relações distintas com o Ocidente. A conselheira de Bush para assuntos de segurança, Condolezza Rice, velha guerreira da Guerra Fria e soviétóloga, propôs uma relação “fundamentalmente alterada”. Putin chegou a baralhar a possibilidade de a Rússia ingressar na OTAN – feito assombroso se se leva em conta que uma das principais missões da OTAN foi contrabalançar a influência russa na Europa.

Não obstante, Putin – ou pelo menos seus chefes militares – podem chegar a lamentar o dia

em que expressaram seu acordo para o estabelecimento de bases norte-americanas na Ásia central. Em 7 de outubro, os EUA chegaram a um acordo com o Usbequistão, comprometendo-se a defender a república contra qualquer agressão do exterior. O acordo “praticamente anula qualquer impressão de que a presença norte-americana na região era algo a curto prazo. Permite aos EUA manterem suas tropas terrestres na região por um ano, prazo renovável, segundo os funcionários que estão familiarizados com as negociações”, informa o Wall Street Journal. O acordo é um passo a mais para converter “toda a região em reserva energética ocidental.”¹²

Impor a hegemonia norte-americana no Oriente Médio

A última vez que o Afeganistão figurou com destaque entre os temas de interesse dos EUA foi quando Jimmy Carter declarou sua “doutrina”. Depois da invasão ao Afeganistão em 1979, Carter disse abertamente que todos os governos norte-americanos desde 1940 sustentaram que “qualquer tentativa por parte de qualquer força exterior de ganhar o controle da região do Golfo Pérsico será considerada um ataque aos interesses vitais dos Estados Unidos da América, e qualquer ataque desse tipo será respondido por todos os meios necessários, incluindo a força militar.”

Na verdade, os EUA não acreditavam que a União Soviética utilizasse o Afeganistão como meio para penetrar no Golfo Pérsico. A “ameaça soviética” justificava uma nova política de intervenção direta por parte dos EUA numa região que se tomara hostil aos EUA depois que a revolução iraniana de 1979 derrubou o homem forte dos norte-americanos¹³. Para reforçar a Doutrina Carter, os EUA criaram as Forças de Deslocamento Rápido, logo rebatizadas como o Comando Central dos EUA (Centcom). Esse Comando supervisionava o esforço norte-americano por “pré-posicionar” toneladas de armamentos militares e milhares de efetivos nos países amigos ao redor do Golfo. Essa localização dava aos EUA a capacidade de responder imediatamente frente a qualquer crise que pudesse pôr em perigo seu

acesso ao petróleo, e de “manter a praça” até que chegassem os reforços mais substanciais. A operação Tormenta no Deserto – essa guerra dirigida pelos EUA – representou a culminação da Doutrina Carter e da missão do Centcom.¹⁴

A Guerra do Golfo, de resgate da monarquia kuwaitiana, também deixou fixada uma “doutrina Bush”: “enviar ajuda para defender regimes conservadores, ricos em petróleo, contra qualquer força que os ameace”.¹⁵ De fato, os três cenários de guerra mais importantes dos EUA para o Golfo Pérsico concentram sua atenção em conter o Iraque, em impedir que o Irã feche o Estreito de Ormuz, o gargalo que desemboca no Oceano Índico, e defender o regime saudita de qualquer distúrbio interno ou derrubada. Estes cenários, mais a imposição de sanções contra o Iraque e a manutenção das “zonas de exclusão aérea”, serviram para justificar a presença de aproximadamente 25.000 efetivos, seja em terra ou embarcados na região (com outros 155.000 em estado de alerta para um traslado rápido). Apesar da presença avassaladora, os EUA têm dois calcanhares de Aquiles na sua missão de superpotência na região. Um, é que não puderam resolver a questão palestina, que uma vez mais ameaça voar pelos ares o delicado equilíbrio da região. E dois, é precisamente essa massiva intervenção que torna cada vez mais impopulares as monarquias... e, portanto, mais instáveis.

A estes problemas é necessário agregar as tensões que se vêm se acumulando durante a década, desde a Guerra do Golfo. Entre elas, o ressentimento das empresas petroleiras européias e internacionais, descontentes com as sanções impostas ao Irã e Iraque, e as tentativas dos sauditas de assumir uma posição mais independente dos EUA. A atual crise no Afeganistão e a “guerra contra o terrorismo” oferecem aos EUA a oportunidade de deter esta erosão de sua autoridade no Golfo Pérsico. A grande escalada acompanhou a “guerra contra o terrorismo” de Bush.

Contradições que a guerra desvendará

Ao lançar a Liberdade Duradoura, os EUA estão fazendo uma enorme aposta, lançando todo seu poderio no centro de uma das regiões mais instáveis do mundo. Os objetivos geo-estratégicos podem parecer evidentes nesta guerra, porém, não há garantia de que os EUA consigam seus objetivos. Bush pode estar prometendo que “não vamos falhar”, porém, as contradições inerentes à situação podem fazer com que tudo voe pelos ares.

Em primeiro lugar, a enorme debilidade da coalizão de Bush, que pode explodir a qualquer momento. Bush armou uma coalizão de conveniências, cujos membros mantêm profundos antagonismos uns com os outros. O Paquistão e a Índia estão prontos a entrar em guerra pela questão da Caxemira. Como o Paquistão está atacando os militantes islâmicos, estes poderiam devolver-lhe o golpe atacando a Caxemira, provocando a resposta da Índia. Poucos dias antes de os EUA iniciarem a guerra, os militantes islâmicos lançaram o maior ataque em Srinigar, matando 35 pessoas. Desde que começou a guerra, as forças hindus e paquistanesas vêm lançando ataques por cima da “linha de controle” em Caxemira. A Geórgia e a Rússia podem estar juntas aos EUA na “guerra contra o terrorismo”, mas a Rússia acusa a Geórgia de dar asilo a rebeldes chechenos. Poucos dias antes da guerra, a Rússia travou sua guerra particular contra a Chechênia e também a Geórgia. Em resposta, esta ameaçou em retirar-se da



Comunidade de Estados Independentes e mandar suas tropas retomarem Abkhasia, província que se havia separado e que são patrulhadas, atualmente, por tropas russas.

Segundo: as disputas prévias a 11 de setembro entre os EUA e seus “sócios na coalizão”, que foram ocultadas, voltarão a surgir. Tanto a Rússia como a China estão tirando todas as vantagens da “guerra contra o terrorismo”, enquanto haja vantagens para tirar. Mas, os EUA renunciarão à sua defesa nacional por mísseis (NMD) em troca de futura colaboração russa e chinesa? É pouco provável. Na realidade, Bush já está começando a trocar a embalagem do NMD, de tal modo que possa passar por armas “anti-terroristas”. Porém, ainda no caso de que os EUA esqueçam algumas promessas e garantias à Rússia, vão abandonar seus planos de desviar o petróleo do Mar Cáspio, distanciando seu caminho da zona de controle da Rússia, ou permitirão que ela faça parte da OTAN? Insistimos: é pouco provável. E, com uma ponte militar na Ásia Central, a probabilidade de que abandone seus projetos sobre o Mar Cáspio é ainda menor. É, portanto, factível que a Rússia e a China voltem às suas posições prévias aos acontecimentos de 11 de setembro e retomem seu papel de principais adversários dos EUA na área euro-asiática.

Terceiro: a guerra joga mais combustível sobre os incêndios políticos que já estão queimando no Oriente Médio e na Ásia. Basta ver como o gangster norte-americano está atacando uma das nações mais pobres do mundo, como obriga milhões de pessoas a fugir ou morrer de fome, é um espetáculo que gera grande indignação. A oposição islâmica, do Egito à Arábia Saudita, ganhará mais adeptos para lançar ataques mais sérios sobre os governos aliados dos EUA. E qualquer atrocidade israelense contra os palestinos enquanto duram os bombardeios do Afeganistão não fará senão incrementar a indignação. É factível que se desenvolvam condições de guerra civil em vários países da região. Poucos dias depois do começo dos bombardeios por parte dos EUA e Grã Bretanha, forças paquistanesas atiraram para matar contra manifestantes em diversas cidades em todo o país. E

a Autoridade Palestina teve seu enfrentamento mais virulento com os islâmicos desde 1994, instando a polícia palestina a solicitar gases anti-motins de Israel.

De todos estes lugares candentes, os que mais incomodam aos EUA são Paquistão e Arábia Saudita, os dois principais patrocinadores do Taleban. Poucos dias antes dos primeiros ataques aéreos sobre o Afeganistão, o ditador do Paquistão, general Pervez Musharraf, “limpou” o exército para remover o perigo potencial de um golpe. Frente a grandes manifestações e um fluxo desestabilizante de refugiados procedentes do Afeganistão, Musharraf já exigiu dos EUA que reduza a guerra antes de novembro, o mês sagrado do Ramadã para os muçulmanos. O ministro do interior, príncipe Raif, denunciou a guerra contra o Afeganistão. O regime saudita, normalmente tão maleável, se negou a emprestar suas bases para lançamentos de ataques contra o Afeganistão. O diário Guardian, de Londres, explicou assim as coisas: “Oficialmente, o Departamento de Estado em Washington se declara “muito satisfeito” com a atitude saudita frente a todo este assunto, porém, há uma crescente preocupação não só pela resposta governamental como pela probabilidade de uma insurreição que poderia pôr em perigo o regime do país.

Estas tensões aumentarão de repente e a coalizão se romperá quando os EUA se voltarem para seu próximo alvo “anti-terrorista”. Os “falcões” já estão voando em direção ao Sudão, Iraque, Irã, Líbia e Líbano, que já devem somar-se à lista dos futuros ataques. Para o imperialismo norte-americano, não será suficiente simplesmente bombardear de cima. Seus líderes querem deixar bem clara a idéia de que os EUA mandarão tropas de terra para impor sua vontade. Porém, o Afeganistão e o Taleban – o governo mais isolado do mundo – já não constituem um prêmio suficientemente satisfatório. Para demonstrar com toda clareza que estão em condições de impor sua vontade em qualquer parte do mundo, os EUA têm que avançar contra outro “Estado vilão”. Se todo esse discurso dos meios de comunicação e todo o clamor da direita têm algum significado, então o Iraque seria o próximo alvo.

Em um editorial incrível, o editor do National Review, Richard Lowry, expôs a fantasia da direita sobre o Iraque. Não se trata simplesmente de depor Saddam Hussein, mas de criar uma colônia dirigida pelos EUA feita à imagem e semelhança da britânica Raj, na Índia do século XIX.

“Uma ocupação norte-americana não deveria durar anos, seguindo o modelo da regência de Mac Arthur no Japão. Os EUA atuariam rapidamente e, digamos em um ano, teriam de entregar o controle a um protetorado das Nações Unidas, com alguma colaboração árabe, para aparar as arestas e com algum não-norte-americano, por exemplo, algum europeu desconhecido, talvez um sueco para que dirija o espetáculo. De fato, atuaria como um ditador iraquiano, porém, sem as pistolas. Depois de uns cinco anos, a batuta poderia passar às mãos de um governo iraquiano.

Todo o esforço seria representar o retorno de um paternalismo iluminado para o Terceiro Mundo, baseado na premissa de que os árabes fracassaram miseravelmente na sua tentativa de autogovernar-se, e devem começar de novo.

O objetivo não seria a perfeição e sim um regime pró-ocidental, razoavelmente estável, situado entre o Xá do Irã e o atual governo da Turquia. Isto garantiria o acesso do Ocidente ao petróleo e talvez conseguisse quebrar a OPEP (cujos fundos servem para financiar ditaduras repressivas e indiretamente os terroristas). E isso traria um belo benefício econômico para os EUA. Se aos caminhoneiros lhes encanta andar perfurando no ANWR (Refúgio Nacional para a Vida Silvestre no Ártico), então, lhes encantará ocupar o Iraque.”

Não sabemos se os planos do governo são tão audazes como os de Lowry, porém, não há dúvida que existe um setor do governo que compartilha esse ponto de vista. E mais: o governo já anunciou planos de um operativo similar ao descrito como operativo de “construção da nação” no Afeganistão, fazendo caso omisso da crítica que, durante a campanha, fazia Bush de projetos similares de “construção da nação” realizados por Bill Clinton na Somália, Haiti e Balcãs. Tais planos pressagiam uma prolongada ocupação do Afeganistão, ao estilo Kosovo. Estes planos seriam “longos, custosos e, em última instância, condenado ao fracasso.”

Uma campanha norte-americana contra o Hezbollah no Líbano não se enfrentaria a um bando de terroristas exilados e sofridos, e sim um movimento político de certa envergadura e bem integrado à sociedade libanesa. Ademais, ao expulsar Israel do norte do Líbano, ganharam o status de heróis nacionais, por cima das divisões políticas e religiosas daquele país. Todo movimento tendente a expandir a guerra ao Oriente Médio traria mais pressão a já tênue aliança entre os EUA e os países árabes chamados “moderados” (leia-se: pró-norte-americanos) São milhões os que sabem, na região, sobre as sanções genocidas que os EUA mantêm contra o Iraque. Sabem também que os EUA apoiam os regimes ditatoriais em toda a região e que dão cobertura política e armas para a repressão aos palestinos pelos israelenses. Independentemente se apoiam os islâmicos ou não, é pouco provável que aceitem o renascimento de um colonialismo ao estilo do século XIX, sob a cobertura racista de “paternalismo iluminado”. Se os EUA avançam para impor um regime colonial no Iraque ou qualquer outro país, se acenderá a centelha de um movimento de liberação nacional maior que nenhum outro que tenha ocorrido desde os tempos da revolução iraniana. Os que



compartilham os delírios de Lowry, deveriam se lembrar do que aconteceu com o Xá do Irã.

Um novo século americano?

Os EUA começam este século XXI desde uma posição que se equipara quanto a seu poderio aos maiores impérios do passado – desde a antiga Roma até a Grã Bretanha vitoriana. Sua economia equivale a 22% da produção mundial e está à cabeça do processo mundial das tecnologias mais inovadoras. Seus gastos militares equivalem a mais que as 15 potências militares que o seguem, em seu conjunto. E o gasto combinado dos EUA e de seus aliados mais leais – os países da OTAN, Coréia do Sul e Japão deixa atrás o gasto do resto do mundo. Este predomínio criou uma espécie de delírio imperial ao estilo Lowry. Porém, todos os impérios acreditaram que podiam reordenar o mundo a seu gosto e terminaram caindo do cavalo. O imperialismo sempre gerou resistência, seja por parte de poderes potencialmente rivais ou por parte dos povos que tentou subjugar. Neste momento, os “pares competidores” mais prováveis, Rússia e China, estão alinhados junto com o imperialismo na “guerra contra o terrorismo”. Porém, não faz falta ser muito imaginativos para ver que não vão aceitar que os EUA os dirija sempre. E se os EUA pressionam demasiadamente por suas vantagens na Ásia Central, pode chegar a empurrá-los de volta para a oposição. A Rússia e a China, que contrapunham uma visão de um mundo “multipolar” ao mundo “unipolar” dominado pelos EUA, anterior ao 11 de setembro podem chegar a colocar-se como rivais dos EUA na política mundial e arrastar a outros países.


Mais imediato ainda, os EUA fanfaronando criarão oposição dentro do seu próprio império. Seu poder depende de sua aliança com alguns dos regimes mais corruptos e repressivos do mundo. É inevitável que as vítimas destes regimes busquem devolver os golpes e com isso porão em perigo não somente a esses regimes como também aos EUA. Se Arábia Saudita hoje se enfrenta ao perigo de uma insurreição que os EUA não podem suprimir, então os EUA terão que ver-se com o maior desastre de sua

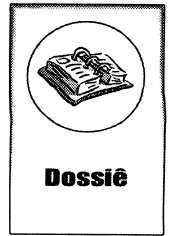
política exterior desde a II Guerra Mundial. Talvez, a queda do regime da Arábia Saudita não seja iminente, porém, o só fato de que se fale disso implica uma debilidade subjacente à dominação norte-americana.

Como a maior das potências, os EUA fazem valer seu poder em todos os conflitos do mundo. Igual como quando no Vietnã tomaram em suas mãos a administração de uma colônia francesa. As intervenções norte-americanas “americanizam” os conflitos e convertem os EUA em alvo de todo povo que lute pela auto-determinação. Se os EUA impõem uma política diretamente imperialista ao estilo do que propõe Lowry, então estes desafios se verão multiplicados. Muitos temem que, no Afeganistão, os EUA já estão se metendo em um atoleiro igual ao Vietnã. Se chegam a levar sua “guerra ao terrorismo” ao Líbano, Filipinas ou Indonésia (como alguns funcionários do governo parecem insinuar) então poderia ver-se diante de dois, três ou muitos Vietnãs.

E, por fim, o mais importante: é muito provável que os EUA se encontre com uma oposição no interior de seu país, e não simplesmente de um auto-proclamado movimento anti-guerra. A guerra de Bush “contra o terrorismo” está se desenvolvendo no contexto de uma recessão mundial. O desemprego nos EUA já é o maior dos últimos 10 anos e a desaceleração da produção é a pior desde a II Guerra Mundial. Isto significa que enquanto Bush infla a guerra, milhões de trabalhadores nos EUA pagaram com cortes em seus empregos e cortes nos gastos sociais para engrossar os ganhos dos senhores da guerra. Tal como disse o dirigente socialista Eugene V Debs em 1918. “A classe trabalhadora que luta em todas as batalhas, a classe trabalhadora que faz os sacrifícios supremos, a classe trabalhadora que generosamente derrama seu sangue e põe seus corpos, jamais até agora pode expressar sua opinião acerca de uma declaração de guerra ou acerca de fazer a paz. Sempre foram prerrogativas da classe governante”.

Em poucos dias de setembro desapareceram as promessas dos políticos acerca dos planos de saúde Medicare e “os benefícios da seguridade social” desapareceram. Porém, o Congresso en-

tregou quase \$15 bilhões de dólares para ajudar aos chefes das grandes linhas aéreas enquanto se negava a fazer alguma coisa para ajudar os 100.000 trabalhadores das linhas aéreas que acabavam de ser demitidos. “A América empresarial agita a bandeira com uma mão enquanto enche os bolsos com a outra, às custas dos trabalhadores.” Disse um funcionário do UAW (Sindicato Nacional dos Trabalhadores das montadoras de veículos), com muita precisão. À medida que a guerra se prolonga e a economia piora, crescerá a quantidade de pessoas que tomarão consciência de que não tem nada a ganhar nesta guerra. Então, denunciarão Bush pelo que fez: por manobrar cinicamente a indignação da pessoas comuns ante os ataque de 11 de setembro com o fim de impor seu próprio projeto direitista. Este é o tipo de oposição que Bush mais teme. 



NOTAS

¹ Citado por Mark Curtis, *The Great Deception: Anglo-American Power and World Order* (Londres: Pluto Press, 1998) página 40

² Departamento de Defesa dos EUA *Audrennial Defense Review*, Setembro 30 2001 (Washington:US GPO, 2001) página 4. Acesso on-line www.defenselink.mil.qdr 2001.pdf. Daqui em diante se chamará QDR

³ Tim Shorrock, “US faces pressure to reduce East Asian bases” *Asia Times*, outubro 9 2001

⁴ Francisco Sisci, “Why China is taking America’s side”, *Asia Times*, setembro 26 2001.

⁵ Francesco Sisci, “China walks a fine line”, *Asia Times*, 8 outubro 2001

⁶ Uma página web israelense-norteamericana, www.debka.com, assegura que “fontes da inteligência” revelaram que a China infiltrou-se nas fileiras de combatentes muçulmanos do Afeganistão para atar os EUA e para minar a colaboração entre EUA e Rússia. Se bem que esta opção é possível, não vi nenhuma confirmação desta notícia em nenhuma parte. Como tudo que tem a ver com esta guerra, deve-se levar em conta a fonte e tratar a informação com uma dose de sã ceticismo.

⁷ Mandavi Mehata e Teresita C. Schaffer, “India and the United States: Security interests”, *South Asia Monitor*, Junho 1, 2001, ver a página web do Centro para Estudos Estratégicos e Internacionais, www.csis.org.

⁸ Sheehan, citado por David Brindley e Kevin Whitelaw em “Asia’s big oil rush: Count us in”. *US News and Worlds Report*, 29 setembro de 1997

⁹ para as grandes manobras na região do mar Cáspio, ver também Michael T Klare, *Resource Wars* (Nova York: Henry Hold and Company, 2001, especialmente páginas de 1 a 50 e 81 a 108. A citação de Sheehan aparece na página 3

¹⁰ Citação de Frederick Starr, presidente da Central Asia-Caucasus Institute na Nitze School of Advance International Studies de Johns Hopkins em Nafeez Mosadeq Ahmed, “Afeganistão, os Taleban e os Estados Unidos” que se encontra disponível em Media Monitors Network Website www.mediamonitor.net. O artigo de Ahmed sobre o que baseia grande parte desta discussão, é um recurso excelente. Dito de passagem, o conhecimento de Starr não deve ser questionado. Até 2001 seu chefe na Johns Hopkins era o Secretário assistente de Defesa Paul Wolfowitz, o administrador do superhawk.

¹¹ Ver Alexie G. Arbatov, *The Transformation of Russian Military Doctrine: Lessons Learned from Kosovo and Chechnya* (Garamish-Paterkirchen, Alemanha: George C Marshall European Centre of Security Studies, 2000

¹² “US indicates new military partnership with Uzbekistão” *Wall Stree Journal*, Outubro 15, 2001.

¹³ O assessor de Carter sobre questões de segurança, Zbigniew Brzezinski, mais adiante se jactaria que a CIA havia iniciado clandestinamente a apoiar a guerrilha afegã antes da invasão soviética, para prejudicar a URSS e levá-la a um atoleiro. Isto não faz senão destacar ainda mais a idéia de que Carter usou “a ameaça soviética” para justificar a política de uma intervenção direta dos EUA no Golfo sendo que as verdadeiras razões para tal intervenção estavam em outro lado. Ver Ahmed “Afghanistan, the Taliban and the United States”.

¹⁴ Uma boa descrição deste plano de ação direta por parte dos EUA no Golfo o faz Sheila Ryan em “Countdown for a decade: The US build-up for war in the Gulf”. Phyllis Venis and Michael Moushabeck, eds, *Beyond the Storm: A Gulf Crisis Reader* (New York: Olive Branch Press, 1991), páginas 91-102.

¹⁵ Citado por Curtis, página 117

A RÚSSIA NA CRUZADA CONTRA O “TERRORISMO INTERNACIONAL”

POI

PARTIDO OPERÁRIO INTERNACIONALISTA DA RÚSSIA E UCRÂNIA

A “operação anti-terrorista” na Chechênia já dura dois anos de verdadeira – ainda que oficialmente negada como tal – guerra de destruição, de genocídio entre as massas caucasianas e de milhares de baixas nas forças federais. Sob a completa ocupação de tropas especiais russas, em sua maioria “contratniki”, instalou-se o governo títere de Ahmad Kadirov. Esse “governo” administra os interesses coloniais do governo de Putin assentado nas tropas e rublos de Moscou.

Durante este período, as baixas federais russas foram de 3.500 mortos e 11.600 feridos, segundo fontes oficiais. Essas mesmas fontes dizem que mataram 11.000 “bandidos”, como denominam aos combatentes chechenos. Estas cifras são tão pouco críveis como tudo o que vem sendo “informado” pelo governo desde o começo do conflito. As baixas federais informadas por organizações como o Comitê de mães de soldados são muito maiores.

Sobre a cifra de perdas chechenas não se pode saber, porque todo rapaz maior de 12 anos se considera, como mínimo, suspeito de “bandido”. Nos “campos de filtração” são comprimidos e torturados milhares desses “suspeitos”. Isto não significa que mulheres chechenas não continuem sendo atacadas. É muito conhecido o caso do coronel Yuri Budanov, que violou e assassinou uma garota de 18 anos em um povoado que estava na zona “leal” ao Kremlin. Frente ao escândalo e a mobilização dos vizinhos e parentes, o militar foi preso e responde a um processo que já dura dois anos.

A população está cansada da guerra, mas odeia os ocupantes russos, que cometem abusos permanentes, como o de Budanov, ou ainda pio-

res. Bestialidades só comparáveis aos “pogroms” dos cossacos na época czarista ou os ocupantes nazistas, e que são ignorados ou aprovados pela “opinião pública” grã-russa. Esse ódio das massas chechenas se canaliza com frequência em assassinatos de vingança contra os poucos habitantes de etnia russa que desde há muitas décadas residem ali por falta de meios ou parentes em algum outro lugar da Rússia. Outro alvo dos ataques armados são os chechenos que colaboram com os “federais” ou cumprem tarefas de administração local. As escaramuças guerrilheiras, atentados e emboscadas, inclusive na capital, Grozny, sucedem-se todos os dias.

Resumindo: no território “controlado” pelas tropas federais, se trava uma guerra de guerrilhas permanente. As forças da resistência chechena estão divididas e suas alas dirigentes também corrompidas³. O conflito está num beco sem saída.

Para Putin, o chamado de Bush foi a oportunidade de escapar dessa situação. Para Bush também é útil esquecer os “direitos humanos” na Chechênia, quando bombardeia indiscriminadamente o Afeganistão. Putin, com seu “giro histórico ao Ocidente”, tenta encobrir o genocídio e fracasso na Chechênia, participando de um novo genocídio no Afeganistão. Agora, já em grande escala, como parte de uma “coalizão internacional”. Putin declara aliviado: “Fomos os primeiros a lutar contra o terrorismo internacional, na Chechênia. Agora, os Estados Unidos e nossos aliados do Ocidente nos compreenderam quando o terror atingiu a eles diretamente”.

Enquanto isso, o FSB (Serviço de Segurança Federal) da Rússia, demonstrando sua efici-

ência sem limites, “encontrou entre as roupas de um guerrilheiro checheno instruções para pilotar Boeing”! Quer dizer, até em Nova York chega o rastro do “terrorismo” checheno! Por isso, Putin se oferece como guarda-costas de Bush. Antes de partir para o rancho do presidente americano no Texas, declarou aos jornalistas norte-americanos: “Podemos colaborar eficientemente com a CIA, temos experiência e listas de terroristas mercenários que partiram da Chechênia para o Afeganistão”.

A bacia do Cáspio e a Ásia Central

A oligarquia da Rússia não só tenta justificar massacres e transmitir sua “experiência” em matar povos rebeldes, como por trás deste “giro” de Putin está seu desespero em participar do grande negócio do século XXI: a repartição da bacia do Cáspio.

Não é segredo que, no meio da crise econômica e energética mundial, o objetivo dos Estados Unidos nesta guerra é controlar a exploração e o transporte da riquíssima bacia gaso-petrolífera do Mar Cáspio. Azerbaijão, Turcomenistão, Kazaquistão, Irã e Rússia têm costas para o mesmo. De acordo com os tratados internacionais, as reservas se repartem nas mesmas proporções dessas costas.

Os EUA, no seu afã estratégico por conservar intactas as reservas no seu território (7% das reservas mundiais), se lançam sobre as do Azerbaijão, Turcomenistão e Kazaquistão que, juntas, têm 25 bilhões de toneladas, quase 20% das reservas exploradas mundiais e – junto às do Golfo Pérsico – são de extração relativamente barata. A Rússia tem no total 13%, porém, de extração mais difícil em zonas polares e transporte mais custoso.

O problema do transporte por gasodutos vem preocupando, desde 1998, os “assessores” das transnacionais do petróleo. O Mar Cáspio é fechado. Portanto, não é possível o transporte em navios petroleiros e os porta-aviões americanos não podem entrar ali para defendê-lo, como no Golfo Pérsico e no Mar das Arábias. O trajeto pela Rússia – segundo Zbigniew Brzezinski e outros desses “assessores” – não era “conveniente”. O Irã tampouco se mostrava confiável. O trajeto “mais apto”, segundo eles, era do Turcomenistão e Kazaquistão para o sul, por meio do Afeganistão, Paquistão até o Oceano Índico e, pela Índia, para chegar ao mercado chinês. Porém, previamente, havia que pôr ordem e um governo títere no Afeganistão.

Os oligarcas russos se adaptam à “ordem” colonial sob a batuta dos EUA e exigem ser cooptados para esse “projeto” na Ásia Central. Apesar dos vistosos atributos da Rússia no cenário mundial, como seu lugar no Conselho de Segurança da ONU, o G-8 e o arsenal nuclear herdados do passado soviético; apesar dos “flertes” com a OTAN e de alguns namoricos com a OPEP para subir o preço do petróleo, sua dependência econômica e decadência militar fazem com que suas classes dominantes abandonem os custosos “hábitos” de superpotência mundial. Mostra disso é que colocaram as emissoras de rádio que mantinham em Cuba e no Vietnã na bandeja de chá em Shanghai. Tudo o que aqui se apresenta como êxitos da diplomacia russa em relação à “defesa nacional antimísseis” impulsionada pelos EUA e os acordos sobre desarmamento nuclear, se revela como absolutamente ridículos.

Como dizia Trotsky: “para discutir sobre política, é necessário ter um mapa

à mão”. Olhando o mapa, se vê que os Estados Unidos já não necessitam seu DNA, quando já instalaram, por preço muito mais baixo, suas bases militares no Uzbequistão² e – com ajuda dos guardas fronteiriços russos – no Tajiquistão e no restante da Ásia Central.

Porém, a rastejante oligarquia russa, aproveitando uma conjuntura mundial de crise econômica e debilidade política americana, tenta arrancar seu pedaço no botim imperialista do Cáspio, como submetrópole regional. Para isso, tem poderosos baluartes que provêm da estrutura “moscócêntrica” da ex-URSS e de suas imensas riquezas energéticas. A Ásia Central, assim como o Cáucaso, são considerados “zonas de seus interesses nacionais”.

Os apologistas a serviço da oligarquia financeira da Rússia fazem analogias fantasiosas. Comparam a “troika” da Segunda Guerra mundial - Estados Unidos, Inglaterra e URSS – com a coalizão Bush, Blair, Putin na atual “guerra mundial contra o terror”. Comparam a cúpula de Yalta com a de Shangai. Soa ridículo, mas é compreensível. A burocracia russa – a militar especialmente – se debate entre a nostalgia da época soviética e a crua realidade da ofensiva colonizadora imperialista. A oligarquia sabe disso e, para aliviar a vergonha burocrática mantendo a ordem anti-operária, o deixa usar o chapéu de Bonaparte. Putin, até agora, está conseguindo fazer esse papel.

Porém, a subordinação de Putin aos projetos imperialistas aumenta o descontentamento entre os quadros das FFAA e agudiza as contradições na frente oligárquico-militar. Putin tenta atenuá-las duplicando o orçamento militar, para melhorar os soldos da oficialidade e “modernizar” as forças armadas e de segurança.

Com a recessão mundial, a burguesia russa exhibe aos “investidores” imperialistas seu crescimento anual do PIB de 5,5%, pagamento pontual ao FMI e as “vantagens” da Rússia: uma força de trabalho barata e qualificada e “paz social”. O Fórum Econômico Mundial de Davos se reuniu no fim de outubro em Moscou. Com o objetivo central de manter a Rússia na Organização Mundial do Comércio (OMC), Putin

prometeu garantir estabilidade e segurança às multinacionais. Suas bandeiras: “multinacionais, enriquecei-vos!” e “antiglobalistas não passarão!”

Montou-se um operativo policial que fechou o centro de Moscou durante dois dias, com medo da suposta chegada de “milhares de violentos antiglobalistas”. Todos sabem que a Rússia é um país de “difícil” acesso e saída, exceto para o capital especulativo. Naturalmente, ninguém se manifestou contra o Fórum, porque nenhuma organização havia planejado manifestações. Porém, com toda a polícia concentrada no centro, os que marcharam nesses dias, organizando um novo “pogrom” racista no sul da cidade, foram os fascistas⁴.

Afeganistão: doze anos depois do “Vietnã soviético”

“...20.09.80 - Se incendiou o carro blindado, cinco foram feridos. Ainda continuam os disparos sobre nossa coluna, os “guerreiros santos” agora têm lança-granadas... A situação está feia, apesar de que na imprensa escrevem que o Afeganistão já está construindo o socialismo... Nossos soldados morrem a cada dia, e não há uma simples explicação – Por que?!”.. (Fragmento do diário de Yuri Pakhomov, soldado soviético morto.)

Quando a Rússia invadiu o Afeganistão, o tempo de serviço das tropas soviéticas no território afegão foi estabelecido em 24 meses, no máximo, para os oficiais, não mais de 18 meses para os suboficiais e soldados e não mais de 12 meses para os pilotos. Em todo o período de 25 de dezembro de 1979 a 15 de fevereiro de 1989, passaram por esse serviço 620 mil militares e 21 mil operários e empregados civis. Da cifra total, 90 mil foram tropas da KGB. As perdas humanas totais – segundo cifras oficiais – foram 14.457 mortos pertencentes a dezenas de nacionalidades da ex-URSS. Além disso, 53.753 ficaram feridos e 415.932 contraíram doenças infecciosas como hepatite, tifo e outras. A proporção das perdas é de, aproximadamente, um oficial para cada dois suboficiais e quatro soldados. São incontáveis os casos de transtornos psi-

cológicos. Milhares desses feridos ficaram inválidos. Hoje existem centenas de instituições de veteranos e poderosas máfias que controlam “fundos” de ajuda aos inválidos “afegãos”, como chamam a todos os que combateram.

Já se passaram mais de doze anos desde que as tropas soviéticas saíram do Afeganistão, deixando o país em ruínas e o território forrado de minas. Não é exagero dizer que a derrota militar e política no Afeganistão foi para a URSS o que o Vietnã foi para os EUA. Mas, enquanto nos Estados Unidos houve manifestações de milhões de pessoas contra a guerra do Vietnã, as massas soviéticas não se mobilizaram (só ocorreram ações de pequenos grupos dissidentes). Com a imprensa controlada pelo aparato do PCUS, as massas eram informadas de que “no cumprimento do dever internacionalista” estavam morrendo mais soldados do que se previa. A verdade só veio à tona quando Gorbachov já estava caindo, depois de 1989, quando estourou a crise econômica e social.

Saindo do Afeganistão, as tropas foram para Nagorno-Karabakh, Moldávia, Abkhazia, Chechênia em suas duas etapas, Tajiquistão, Bósnia, Kosovo. Em cada um desses “pontos quentes”, mortos e mais mortos. Essa síndrome na sociedade russa se expressa nos país que escondem os filhos ou apóiam a deserção ou a insubmissão massiva de recrutas que fogem do serviço militar e passam vários anos na clandestinidade. Porém, ainda pesam mais o desemprego, as tradições chauvinistas e a falta de alternativas de luta. Estas são as fontes de carne de canhão. Os “kontraktniki” se agarram onde quer que seja em busca de um salário e serviços sociais para suas famílias.

Por trás da “cruzada antiterror”, a luta pelo botim

O governo Putin, contrariando a opinião da imensa maioria dos operários e grande parte das massas russas, aderiu à guerra dos EUA contra o Afeganistão. Mas, com a mesma decisão, afirmou: “não enviaremos tropas”. Depois da experiência com os bombardeios da OTAN na Iugoslávia, o sentimento anti-imperialista cresceu tanto quanto a desconfiança frente a este “giro pró-Occidente” e uma aliança militar com a OTAN.

O Pentágono aprendeu a lição das tropas soviéticas e antes delas, as inglesas.



O Afeganistão é um país que vive há 30 anos em guerra civil. A única coisa que várias gerações de jovens aprenderam foi manejar armas e combater. A complexa questão nacional sempre foi aproveitada pelos ocupantes. Nesse marco, a “contribuição” de Putin foi o armamento da Aliança do Norte, o apoio econômico ao governo de bolso de Emomali Rahmonov, no Tajiquistão, conter ali o avanço islâmico com os 25 mil efetivos da 101ª divisão de artilharia motorizada do exército russo e dar apoio político incondicional ao ex-governo afegão de Rabbani.

Quando cai Cabul, Bush reage indignado. “Por que a Aliança do Norte entrou em Cabul antes de darmos a ordem? Por que não esperou a formação do governo de ‘coalizão?’” Os Estados Unidos não queriam e agora rechaçam que a Aliança do Norte tome o poder e “reinstale” o presidente Rabbani. De imediato, a ONU recebe a ordem de enviar seus “capacetes azuis” e formar um governo. Aqui é onde se vê que por trás da tela da CNN: “na guerra do mundo civilizado contra o terrorista bin Laden e o bárbaro Mulá Mohammed Omar”, transcorre a luta central para ver quem ficará com o poder nesse trecho do antigo “caminho da seda”.

Bush se desespera porque o centro da crise se desloca para o Paquistão. Putin, em Washington, se preocupa: “As massas paquistanesas queimam bandeiras dos Estados Unidos”. O regime de Musharraf treme.


As classes dominantes da Índia, a partir do histórico conflito com o Paquistão pelo controle da Cachemira, junto com a Rússia e a China, apoiam a Aliança do Norte e Rabbani. Este não quer a volta do decrépito rei, derrubado em 1973. O Japão envia seus navios e o governo da Alemanha se debate em uma crise para enviar, “pela primeira vez” depois da derrota nazi, suas tropas fora da Europa. A Grã-Bretanha prepara seus para-quedistas “para ocupar o vazio de poder em Cabul”. A França prepara os seus para “cuidar dos aeroportos”. Os Estados Unidos reconhecem que “a guerra será longa” e que também seus comandos especiais já estão no território. Não falta ninguém para o banquete!

Há muito tempo atrás, em 1916, Lenin

escreveu: “Suponhamos que todas as potências imperialistas constituam uma aliança para a repartição “pacífica” de ditos países asiáticos: isso será o “capital financeiro unido à escala internacional”. É “concebível”, perguntamos, admitir que, pressupondo a sobrevivência do capitalismo (...), ditas alianças não sejam efêmeras, que excluam os atritos, os conflitos e a luta em todas as formas imagináveis? Basta formular claramente a pergunta para que seja impossível dar-lhe uma resposta que não seja negativa, pois sob o capitalismo não se concebe outro fundamento para a repartição das esferas de influência, dos interesses, das colônias, etc., que a força de quem participa na repartição, a força econômica geral, financeira, militar”⁵⁵.

Há mais de meio século essa força é avassaladoramente desigual a favor dos Estados Unidos. A relação de forças resultante da Segunda Guerra Mundial estava inclusive formalizada em uma ordem mundial. Durante esse período não houve – e não podia haver – guerras interimperialistas. Houve “guerra fria”. Rivalidade-colaboração para manter a ordem do pós-guerra entre a URSS e o imperialismo.

Hoje, essa ordem já não existe. Apesar do grande entrelaçamento de interesses entre os blocos imperialistas e de manter-se a supremacia absoluta dos EUA, o nível das contradições crescerá. A atual recessão econômica mundial, que a ofensiva colonizadora contra as massas não consegue reverter, as exacerbará mais e mais. Historicamente, são válidas, ainda hoje, as conclusões de Lenin:

“Por isso, as alianças “inter-imperialistas” – seja qual for sua forma: uma coalizão imperialista contra outra coalizão imperialista, ou uma aliança geral de todas as potências imperialistas –, só podem ser, inevitavelmente, “tréguas” entre as guerras. As alianças pacíficas preparam as guerras e, por sua vez, surgem das guerras, condicionando-se mutuamente, dando lugar a uma sucessão de formas de luta pacífica e não-pacífica sobre um mesmo terreno de vínculos imperialistas e de relações recíprocas entre a economia e a política mundiais”⁵⁶. 

“O TERROR NOS ATACA”. JÁ VIMOS ESSE FILME EM MOSCOU

POI

PARTIDO OPERÁRIO INTERNACIONALISTA DA RÚSSIA E UCRÂNIA

Em meados de 1999, o presidente Yeltsin se recuperava das múltiplas operações cardíacas, e também de uma aguda crise política e econômica, quando uma massiva mobilização operária, com os mineiros à frente, exigiu sua renúncia no verão de 1998. O bloqueio de estradas e vias férreas em toda a Rússia, conhecida como “guerra dos trilhos”, produziu uma crise de poder, gerou uma fuga de capitais, a desvalorização do rublo a um terço em uma semana, e a quebra de grandes bancos.

Apesar de o PCFR¹ ter salvo Yeltsin e, com ele, todo o Estado burguês, sua impopularidade crescente continuava preocupando a oligarquia financeira. A camarilha oligárquica que controlava a administração presidencial se debatia em uma grande incerteza para encontrar a “sucessão” do poder do capitalismo monopólico russo. Nesse marco é que se retoma a guerra na Chechênia, aproveitando uma provocação montada na república vizinha do Daguestão, onde alguns povoados não respondiam ao poder central.

Foi assim que, surpreendentemente, o ultra desprestigiado Yeltsin nomeou Putin como primeiro ministro, um desconhecido coronel da antiga KGB e que, nesse momento, estava à frente do FSB (Serviço de Segurança Federal). Foi denominado seu “sucessor” presidencial, sentenciando: “já verão, este homem tem a valentia que está faltando...”


Rapidamente ficou claro a que se referia. A menos de um mês da posse de Putin como primeiro ministro, ocorreram os atentados explosivos nas moradias populares em Moscou e outras cidades, com centenas de vítimas.

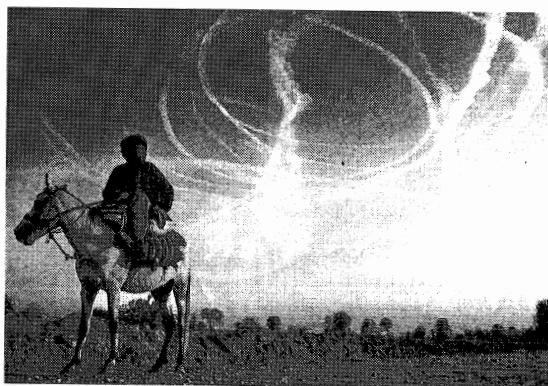
Putin denuncia: “o FSB tem provas contundentes da culpabilidade dos terroristas chechenos”... “A Rússia é atacada pelo terrorismo internacional” e “vamos rebentar os bandidos até no banheiro”. Com esta frase se torna famoso, e com a nova guerra chamada de “operação anti-terrorista”, sua popularidade cresce a cada dia. Tem início a histeria anti-caucasiana nos meios de comunicação. Os governadores organizam “caçadas” étnicas em todas as cidades. Se intensificam as ações de guerra e bombardeios em grande escala. Centenas de milhares de refugiados terminam na zona fronteira da Ingushetia.

O governo dos “senhores da guerra” se fortaleceu e as restrições à liberdade sobre o conjunto da população deram um salto. Quem estava por trás dos atos terroristas que mataram centenas de pessoas em várias cidades russas? A versão oficial: “os bandidos chechenos”. Os responsáveis reais nunca foram encontrados e o governo até hoje “está investigando”.

A popularidade de Putin, baseada na “mão de ferro”, o “combate ao terrorismo” e a “defesa dos interesses nacionais e a integridade do território”, serviu para que o “sucessor” de Yeltsin – sendo já presidente de fato – fosse eleito com bastante folga em março de 2000. Pouco tardou para essa “mão de ferro” “rebentar” não só aos chechenos como o movimento operário e as massas empobrecidas. O novo código trabalhista (KZOT) liquida o pouco que resta de conquistas sociais dos trabalhadores. As de-

missões e cortes se generalizam. Se impõe a reforma anti-popular dos sistemas de moradias municipais, pensões e impostos. A privatização da terra serve para sua concentração nas mãos da oligarquia financeira. Reação em toda a linha.

Não é difícil perceber as analogias com os Estados Unidos antes e depois de 11 de setembro. Levando em conta que Hollywood sempre foi muito mais rica em recursos de produção e audaciosa na técnica do espetáculo, podemos dizer que, em Moscou, já vimos este filme. 



NOTAS

1. PCFR: Partido Comunista da Federação Russa (Secretário geral: Guennady Ziuganov), cujos membros do CC impulsionaram e conformaram o governo de coalizão burguesa-burocrática “Confiança popular”, encabeçado por Primakov.
2. Usbequistão é o país mais importante, o mais povoado e o único que pode garantir uma relativa estabilidade burguesa na região. A complexa situação dessa região vem desde a queda da URSS. A partir de 1999, existe um movimento guerrilheiro de oposição islâmica atuando contra o regime ditatorial do presidente Islam Karimov. Há uma complicada situação interna que ameaça não só politicamente seu regime, como fisicamente a Karimov e sua corte. A queda desse regime levaria a estender a crise ao Kirguistão e ao Turcomenistão. Por isso, Karimov, sem passar por Moscou, se apressa em entregar o país aos EUA, começando pelas bases, em troca de “créditos de US 8 bilhões para a agricultura”.
3. Existem três setores mais notórios. Um setor ultra-religioso “vahabbita”, encabeçado por Shamil Basaev e Al Hattab, diretamente dependentes das finanças árabes sauditas; são partidários radicais da lei de “sharia”. Outro setor de comandantes guerrilheiros, encabeçado por Ruslan Guclayev, tem grande

influência nos povos da montanha e vales da fronteira com a Geórgia e, inclusive, entre os milhares de refugiados que vivem na Geórgia. Por último, o setor do presidente de Ichkeria, o ex-militar soviético Aslan Masjadov, considerado o mais moderado. Com representantes deste último, os emissários de Putin negociam há tempos, secretamente, em conversas sempre negadas ou interrompidas.

4. Fascistas: No mercado de *Tsaritzino* de Moscou, uma horda de centenas de jovens “skin head” armados com barras de aço irromperam, destruíram várias lojas, mataram três pessoas (um armênio e dois afegãos) e feriram dezenas. Calcula-se em várias dezenas de milhares os membros de grupos fascistas militarizados.

5. Lenin V.I., *Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*, Obras Completas, Ed. Progresso Moscou, 1985, T. 27, pag.438.

6. Lenin V.I., *Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*, Obras Completas, Ed. Progresso Moscou, 1985, T. 27, pag.439.

O MASSACRE DO POVO AFEGÃO É PARTE DE UMA OFENSIVA CONTRA TODOS OS POVOS

EXTRATO DA DECLARAÇÃO DA LIGA INTERNACIONAL DOS
TRABALHADORES - IV INTERNACIONAL (LIT-QI)

Fora as tropas dos EUA e da OTAN do Afeganistão e de toda a área

Os EUA e a Inglaterra iniciaram no domingo, 7 de outubro, uma nova guerra genocida, despejando toneladas de bombas e mísseis sobre o Afeganistão.

Com o nome cínico e hipócrita de “liberdade duradoura”, sob o pretexto de “caça ao terror”, o império norte-americano dá início a mais uma guerra de dominação, de colonização e de opressão.

O governo norte-americano e suas corporações transnacionais detonaram a guerra contra o Afeganistão e uma verdadeira contra-ofensiva sobre todos os povos oprimidos do mundo. Não poupam nem mesmo a classe trabalhadora e a juventude americana, que estão sendo demitidas em massa e serão usadas como bucha de canhão nessa guerra colonizadora.

O imperialismo está utilizando o pretexto do terrorismo para redobrar este ataque não só ao Afeganistão como a todos os povos do mundo. Basta ver que a primeira medida das grandes transnacionais é a demissão massiva de operários. Com a desculpa dos ataques terroristas, bilhões foram dados às grandes multinacionais ‘afetadas’. Nem um centavo dessa fortuna foi para evitar as demissões trabalhadores e os cortes de empregos; nem um centavo foi para as minorias ou para a juventude. Em nome de ‘atacar o terrorismo’, o imperialismo se aproveita da onda belicista para intensificar a guerra genocida contra as condições de vida da população em todo o globo.

Em discurso na Casa Branca, Bush afirmou que os EUA são uma nação pacífica, mas que não pode haver paz num mundo tomado pelo terror. Que hoje, o único modo de conseguir a paz é perseguir aqueles que a ameaçam, os terroristas e os governos e países que supostamente patrocina o terror.

Quanta hipocrisia! Os EUA à frente, seguidos pela União Européia e Japão, são os senhores da guerra. O imperialismo e sua política colonialista são os que fizeram mais vítimas inocentes em toda história da humanidade.

Essa não é uma guerra por uma causa “justa” como diz o imperialista Tony Blair, nem da “justiça contra o terror”, nem da “democracia contra a ditadura”, nem da “civilização contra a barbárie”. Esta é uma guerra de países imperialistas contra um país fraco que, no entanto, não aceitou as ordens dos EUA.

É, portanto, uma guerra de recolonização. Os EUA e demais países imperi-

alistas não estão combatendo o Afeganistão, por causa da ditadura do Taleban. Estão em guerra contra esse país porque ele, nesse momento, resiste aos desígnios dos EUA e poderia vir a ser um exemplo de desafio às ordens imperiais em uma região estratégica. Tanto é assim, que os EUA não vêm qualquer problema em apoiar a ditadura do Paquistão ou a ditadura monárquica da Arábia Saudita ou os paramilitares e terroristas de direita organizados na AUC na Colômbia. Do mesmo modo como antes armaram Bin Laden e chamavam suas milícias de “guerreiros da liberdade”, quando estes serviam ao propósito do império de lutar contra a URSS, agora serve utilizar como pretexto o terror para ocupar toda a Ásia Central.

Uma santa aliança imperialista contra os povos

Utilizando o pretexto da luta contra o terrorismo, formou-se uma ampla frente imperialista com o governo Bush à cabeça.

Seus parceiros imperiais se alinham ao seu lado em sinal de interesse comum e de reconhecimento do papel de chefe outorgado e legalizado nas reuniões da OTAN. Sempre em nome da ‘legítima defesa’, deram carta branca para massacrar os afegãos.

Todos os governos dos países imperialistas, em particular a social-democracia que dirige os principais países da União Européia, se ajoelham diante do “chefe supremo”.

Mais uma vez a ONU mostra sua verdadeira cara de instrumento imperialista, quando seu Conselho de Segurança autoriza a intervenção em nome da “legítima defesa”, sem sequer exigir provas da autoria dos atentados, aceitando as prerrogativas imperiais do seu verdadeiro senhor, os EUA. Contou para isso com o beneplácito da Rússia e da China, representando uma capitulação vergonhosa dos governos dos países antes mal chamados “socialistas”, agora convertidos ao capitalismo e em caminho de transformar-se em colônias.

Até o Papa abençoa esse crime. Em nome da paz, ele declara que é legítima a ‘auto-defesa’

de Bush, mas nega esse mesmo direito de auto-defesa aos palestinos atacados e expulsos por Israel de suas terras, aos quais pede que respeitem a fraudulenta ‘trégua’.

Os governos capachos dos países coloniais e semi-coloniais disputam o lugar mais próximo dos EUA, tentando ganhar algumas migalhas das arcas aferrolhadas do FMI. Aí se juntam: o governo militar paquistanês, que recebe em pagamento uma pequena redução da dívida externa e suspensão das sanções anteriores pela manutenção de um arsenal de bombas nucleares. A Turquia, estado que emprega uma política terrorista contra os curdos, oferece tropas para invadir o Afeganistão. Os governos árabes e muçulmanos reunidos na Organização da Conferência Islâmica, decidiram condenar categoricamente os atentados a Nova York, mas recusaram-se a condenar a agressão ao Afeganistão, para alegria de Bush; e os latino-americanos, como De la Rúa, da Argentina, que chegou a propor ajuda militar, Fernando Henrique, do Brasil, que evocou o Tratado Interamericano de defesa mútua para que o Brasil aparecesse respaldando o amo do Norte em sua cruzada.

Esta ampla frente construiu uma verdadeira cortina de ferro para isolar o Afeganistão e esmagá-lo, seja pela falta de comida e remédios, seja pela impossibilidade de receber armas para sua defesa.

A maioria das direções do movimento de massas se submetem à santa aliança

Nesse momento, as principais direções do movimento, infelizmente, se unem na santa aliança, permitindo ao imperialismo garantir um isolamento econômico, militar e diplomático do Afeganistão.

O maior exemplo disso está no coração da revolução árabe, a Palestina. Yasser Arafat cumpre um papel de quinta coluna, avalizando a frente dos EUA contra o terror em nome da retomada de negociações de paz, chegando ao ponto de se comprometer a não disparar mesmo que em legítima defesa contra as tropas israel-

lenses. No entanto, não vacilou um minuto sequer em disparar contra os palestinos que não aceitam os pactos: no dia 8 de outubro, a polícia palestina assassinou dois manifestantes, dos quais um tinha somente 13 anos. As mortes de manifestantes em Gaza marcam talvez o giro definitivo desse dirigente, que vai se passando para o bando imperialista.

No outro lado do mundo, no Brasil, a direção majoritária do movimento de massas, o PT, ora sob disfarce “pacifista”, ora sem disfarce algum, tem emprestado legitimidade à essa guerra e ofensiva do imperialismo americano. Lula declarou em Lisboa, na véspera do bombardeio americano, que todos nesse momento devem estar “solidários com os americanos” e com a disposição de fazer “um esforço muito grande para pegar o culpado ou os culpados”.

No México, o PRD de Cárdenas, se perfilou junto com o governo de Fox no apoio à ofensiva de Bush contra o Afeganistão.

Nesta guerra não existe neutralidade

Frente à dimensão da agressão e ao medo da guerra e suas conseqüências, muitos trabalhadores e jovens pensam que é necessário centrar seus esforços na busca da ‘paz’. Com Bush de um lado e o fundamentalismo do Taleban de outro, a alternativa seria então não tomar partido. Diante disso, queremos dizer com toda a clareza: os trabalhadores de todo o mundo – incluindo os trabalhadores dos EUA e da Europa – não podem ficar neutros. Como na guerra do Vietnã, devemos lutar pela derrota dos EUA e de toda a OTAN. Pois é justamente a expansão imperialista a mãe de todo terror. É o avanço imperialista que joga mais de dois terços da humanidade na miséria, que faz uma verdadeira pilhagem e roubo nos países dominados, lucram com as guerras e são os verdadeiros responsáveis pelo surgimento de grupos e ações terroristas, ao perpetuar as condições de subdesenvolvimento e barbárie em centenas de países.

Uma vitória do império nesta guerra significará menos liberdade, mais opressão e mais fome e exploração em todo o planeta e, seguramente, também não só mais terrorismo, como mais guerras de todo tipo. Uma derrota do império significará mais força para a luta dos trabalhadores e dos povos oprimidos em todo o mundo contra a opressão, a exploração e contra todas as ditaduras existentes. Sem a derrota do imperialismo, jamais haverá paz e muito menos justiça.

A melhor maneira de lutar verdadeiramente pela paz é batalhar pela derrota do imperialismo. Como na época do Vietnã, nesta guerra estamos contra o imperialismo, contra Bush, contra a OTAN, e lutamos pela vitória do Afeganistão e pela derrota dos EUA.

Com o Afeganistão até derrotar o imperialismo! Nenhuma confiança ou apoio ao fundamentalismo islâmico!

Lutar pela derrota dos EUA e vitória do Afeganistão e, portanto, colocar-se militarmente no campo daqueles que estão combatendo a guerra de agressão imperialista, não significa que devemos



emprestar o menor apoio político ao fundamentalismo islâmico, menos ainda ao Taleban e sequer depositar qualquer confiança que estes levem uma luta anti-imperialista conseqüente. Como também não significa dar nenhum apoio ao terrorismo individual como método de luta. Pelo contrário, o terror individual, alheio ao movimento de massas, além de produzir vítimas inocentes, quase sempre só ajuda o imperialismo, como no caso dos atentados contra as torres de Nova York. O fundamentalismo islâmico, por sua vez, é constituído de correntes burguesas, anti-democráticas, que propõem na maioria dos casos estados teocráticos, ou seja, que obrigam todos os habitantes a seguir as leis de uma determinada religião, portanto, um projeto reacionário. Estas também utilizam muitas vezes métodos fascistas contra o movimento operário organizado.

Os EUA hoje não as combatem, entretanto, pelo que têm de reacionário, mas sim pelo único de progressivo que expressam: seu anti-imperialismo. E é a miséria e constante espoliação imperialista na região e o profundo sentimento anti-imperialista desses povos e a inexistência de direções operárias revolucionárias de massas, que dão a essas correntes base de massas. Sua natureza burguesa, entretanto, assim como seu programa político reacionário e seus métodos anti-operários não garantem sequer que sejam conseqüentes até o final na luta contra o imperialismo. Além disso, convertem-se em obstáculo a esta luta não só ao dar inúmeros pretextos ao inimigo, mas principalmente por se constituir num entrave para a auto-organização do movimento operário e popular nos diversos países.

Romper o cerco ao Afeganistão

A política dos EUA tem sido clara: fazer um cerco o mais completo possível ao Afeganistão para que seja obrigado a capitular sem grandes perdas para as tropas imperiais. Por isso, cortaram o acesso em todas as fronteiras e pressionam os governos vizinhos a cessar qualquer intercâmbio ou apoio até que eles consigam ocupar o país.

Estão dispostos a matar de fome, doenças e pelas bombas a todo um povo para atingir seus objetivos de conquista militar. Já nos primeiros dias caiu por terra o mito das “bombas inteligentes e cirúrgicas”, com a destruição de um posto da ONU e a morte de quatro assessores encarregados de limpar as minas que ficaram da outra guerra. Todo o fluxo de ajuda humanitária foi interrompido, como denunciam os próprios encarregados da ONU e das ONGs, deixando no ridículo a orientação de despejar alimentos junto com as bombas (“pão e bombas”, como ficou conhecido). A China, os governos árabes e muçulmanos da área, e em particular o Paquistão, que tem uma extensa fronteira e antes apoiava o Taleban, concordaram em fechar todos os canais de comércio e este último até persegue os refugiados afegãos para que não sejam base de apoio do Afeganistão em seu território.

Mas as populações árabes e muçulmanas dos países vizinhos estão demonstrando nas ruas seu repúdio à agressão imperialista, seu apoio ao Afeganistão. Nas ruas, demonstram também sua indignação e entram em choque com os governos que colaboram com os EUA.

O movimento deve exigir desses governos que rompam relações com o imperialismo agressor e reabram as fronteiras com o Afeganistão, que enviem comida e remédios para evitar uma tragédia ainda maior. Mas a resistência necessita não somente de ajuda humanitária, pois precisa resistir aos ataques armados e ter condições mínimas de reação contra os bombardeios imperialistas. Não há como derrotar o imperialismo sem um armamento em condições para reagir aos ataques armados e aos massacres. Há que exigir desses governos o envio de armas para poder enfrentar o tremendo armamento dos exércitos imperialistas.

Para expulsar o imperialismo, é preciso estimular as mobilizações e as iniciativas de incorporação das massas à luta contra os exércitos invasores.

Como no Vietnã, é necessário combinar a resistência militar no teatro da guerra e as mobilizações nos países agressores para que as tropas sejam obrigadas a se retirar.

Ampliar a mobilização mundial pela retirada das tropas imperialistas do Afeganistão

Saudamos e apoiamos as manifestações que desde o dia 7 de outubro estão pipocando em todo o mundo contra os bombardeios imperialistas, pela retirada das tropas dos EUA e da OTAN do Afeganistão. Saudamos os trabalhadores e jovens que tomaram as ruas de Nova York – mais de 10 mil – exigindo que seu governo pare de jogar bombas no Afeganistão, que pare de matar inocentes. Saudamos os ativistas que, em Roma, às centenas foram às ruas denunciando que a OTAN é assassina, queimaram uma bandeira norte-americana e exigiram que a Itália rompa com a OTAN. Outros milhares protestaram na Inglaterra. No Paquistão, Indonésia, Egito e dezenas de outros países acontecem diariamente manifestações massivas contra o apoio de seus governos aos EUA, que indicam o rastilho de pólvora anti-imperialista que deve recorrer o movimento de massas de toda a região.

Na guerra do Vietnã, as mobilizações no interior dos EUA e em todo o mundo foram decisivas para a derrota do imperialismo.

Esse é também o caminho para derrotar o imperialismo nessa guerra. Tomar as ruas exigindo a retirada das tropas dos EUA do Afeganistão e que se cessem todos os bombardeios.

A única garantia de que o Afeganistão não seja derrotado e que, por essa via, seja imposto o plano de opressão do imperialismo, é a mais ampla unidade e mobilização internacional de trabalhadores, jovens e setores explorados. Os trabalhadores e a juventude de todo o mundo precisam assumir essa luta como sua. A luta do povo palestino, a luta pelo não pagamento da dívida externa, a luta pela defesa dos empregos e salários dos trabalhadores atingidos pela recessão, serão estimuladas caso derrotemos o imperialismo.

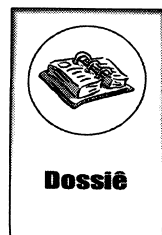
Só essa ampla mobilização pode garantir que o Afeganistão seja o novo Vietnã do imperialismo.

QUE CESSEM JÁ TODOS OS BOMBARDEIOS!

**FORA AS TROPAS DOS EUA E DA OTAN DO AFGANISTÃO
E DE TODA A ÁREA!**

ARMAS, COMIDA E REMÉDIOS PARA O POVO AFEGÃO!

*São Paulo, 10 de outubro de 2001
Secretariado da Liga Internacional dos Trabalhadores
Quarta Internacional*



RESOLUÇÃO DO COMITÊ NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES DO PAQUISTÃO (LPP) SOBRE A SITUAÇÃO ATUAL

Durante dois dias (27 e 28 de outubro) esteve reunido o Comitê Nacional do LPP. Os 23 membros do CN e 6 observadores discutiram a atual situação política e econômica do Paquistão e analisaram os efeitos que a guerra imperialista contra o Afeganistão exerceria sobre a consciência da classe trabalhadora e suas organizações. Também se discutiu minuciosamente a questão do fundamentalismo religioso, sua natureza, um possível cenário do futuro e o perigo de seu crescimento, tanto no Paquistão como em todo o mundo.

O CN também expressou sua posição frente à situação atual e decidiu enfrentar o perigo do fundamentalismo religioso, mobilizando a classe trabalhadora para realizar em todo o país um movimento de paz ligado à luta de classes. Ficou decidida a realização de um amplo movimento pela paz, juntamente com os sindicatos, os camponeses, as organizações da sociedade civil, grupos de esquerda e indivíduos.

Em 4 de novembro haverá uma concentração pela paz em Hyderabad, no dia 6 em Islamabad, com organizações da sociedade civil, e dia 11 em Karachi. Além disso, o LPP decidiu organizar, em 29 de novembro, uma concentração do LPP, em caráter nacional, em Lahore.

O LPP decidiu abandonar a ARD (Aliança pela Restauração da Democracia). A decisão será anunciada formalmente em 5 de novembro em uma conferência de imprensa a realizar-se simultaneamente em Lahore, Karachi e Islamabad. As principais razões são: a capitulação dos partidos burgueses, seja ao imperialismo norte-americano ou ao Taleban. Ambas as

correntes quiseram prosseguir com a guerra, enquanto que o LPP se pronuncia por um movimento pela paz. A questão da democracia está intimamente ligada à questão da paz. Durante os últimos meses, a ARD se tornou um peso morto e não implementou sua própria decisão de fazer convenções operárias e atos públicos.

O CN formou comitês encarregados de fazer, ao próximo CN, propostas concretas para o lançamento de uma nova organização de camponeses e da juventude. Também resolveu organizar a Linha de Ajuda à Mulher Trabalhadora a nível nacional, em todas as províncias.

O CN do LPP vai lançar uma campanha de assinaturas ao jornal semanal, com duração de dois meses, com o objetivo de conseguir mil novos assinantes até 31 de dezembro de 2001.

Resoluções Políticas

Estamos atravessando uma conjuntura crucial na história do Paquistão. O LPP se opôs e se oporá à guerra do imperialismo americano contra os países mais pobres do mundo. A guerra não é uma solução e não passa de um ato terrorista em represália a outro ato terrorista, dos responsáveis pelos acontecimentos de 11 de setembro.

O imperialismo americano matou afegãos inocentes e obrigou milhares a fugir de suas casas, em condições subhumanas. Não existe nenhuma justificativa para esta guerra contra o Afeganistão. O verdadeiro propósito do imperialismo é fortalecer sua hegemonia no mundo para controlar os mercados da Ásia Central,

curar seu ego ferido e humilhado pelos acontecimentos de 11 de setembro e promover uma vez mais a indústria da guerra a um nível sem precedentes.

A guerra imperialista contra o Afeganistão, com pleno e ativo apoio do regime militar do Paquistão, promoveu as forças fundamentalistas a um nível sem precedentes. Isto pôs em perigo a existência da esquerda no Afeganistão e no Paquistão. O resultado será mais ataques perpetrados pelos religiosos fanáticos contra as minorias, a esquerda, a sociedade civil e os sindicatos. Já tínhamos visto o incidente de Bahawalpur, onde, em 28 de outubro, fanáticos religiosos desconhecidos, em um tiroteio indiscriminado contra uma igreja, massacraram 16 cristãos.

O fundamentalismo religioso crescerá como um poder político em todo o Paquistão, porém, mais ainda na fronteira e na província do Baluquistão. Vários camaradas observaram que muitos trabalhadores e cidadãos comuns do Paquistão estão contra o imperialismo americano e não estão a favor dos fundamentalistas. Porém, devido à existência de uma brecha sem alternativas, este estado de ânimo pode tornar-se favorável aos fundamentalistas religiosos. O alto nível de assistência às manifestações em Karachi, por exemplo, não se consegue entre a população local e sim dos refugiados do Afeganistão e imigrantes pashtun na cidade. Os estudantes das escolas religiosas são uma parte importante das colunas de manifestantes.

À diferença dos países europeus, da Índia e quase todas as partes do mundo, os movimentos anti-guerra no Paquistão estão dominados pela extrema direita. De modo que são majoritariamente os estudantes religiosos que ocupam seu lugar nas manifestações, porém, recebem um apoio crescente e cada vez mais simpatia por parte das pessoas comuns, que estão totalmente contra o ataque norte-americano ao Afeganistão.

O objetivo real dos fundamentalistas religiosos no Paquistão é organizar um golpe islâmico e tomar o poder nesse país. A probabilidade de que isto ocorra não é alta já que a maioria dos generais, com a ajuda do imperialismo norte-americano, lançarão um ataque frontal contra uma tentativa de tomada do poder no Paquistão. Isto só pode acontecer se os norte-americanos sofrerem uma derrota no Afeganistão e, em uma situação de guerra civil no Paquistão, os generais sejam derrotados.

Nos opondo à guerra imperialista contra o Afeganistão, não prestamos nem uma grama de apoio ao regime fascista do Taleban. Apoiamos as forças progressivas e as forças da esquerda no Afeganistão. Não importa se hoje são muito pequenas e não têm possibilidade real de participar das decisões.

As forças imperialistas criaram e organizaram as forças religiosas, porém, estas saíram de seu controle. Os fanáticos religiosos chegaram a constituir um verdadeiro perigo à existência mesma da civilização e a todas as concessões à classe trabalhadora mundial. São o fascismo de novo tipo, com um pensamento e um modo de atuar medievais. É necessário enfrentá-los e não se deve chegar a nenhum tipo de aliança, nem se deve brindar nenhum tipo de apoio em nome de combater o imperialismo.

O efeito da talebanização do Paquistão é que já se escutam muitos argumentos a favor do fechamento da TV. Os cabos de TV estão sob ameaça e os fanáticos religiosos estão obrigando aos operadores de cabo a não passar os

canais da Índia ou do Ocidente.

Os fundamentalistas não podem ser eliminados pela guerra imperialista contra o Afeganistão. Existem grandes possibilidades de que o Taleban perca seu poder a curto prazo. Porém, isto não significará o fim destas forças. Isto criará as bases para mais ataques suicida e situações anárquicas, particularmente no Afeganistão.

Se o Taleban prevalece, também crescerá o mito de que Alá está com eles e que ninguém pode derrotá-los. Isto fortalecerá a propaganda fanática do Mujahidin [guerreiro santo, N.T.]. Eram débeis, porém, agora, têm sua própria base devido à falta de uma alternativa de massas. Os camaradas sentem que a história não é com o fundamentalismo religioso. Quando o Taleban perder o poder, também perderá muita autoridade, já que chegou a ser um exemplo para muitos jovens.

Não podemos descartar a possibilidade de um ataque nuclear limitado por parte do imperialismo americano, em uma tentativa de conseguir uma vitória rápida.

Não haverá paz no Afeganistão inclusive se os Taleban sofrem uma derrota decisiva. Os esforços dos norte-americanos no Afeganistão para trazer a Aliança do Norte polarizarão a situação afegã muito mais do que foi até agora. As forças religiosas dominam na Aliança do Norte. Porém, uma vez que consigam a vitória, se voltarão contra o imperialismo. Serão como os *Mujahidin*, que nos anos 80 apoiaram os norte-americanos. Porém, a curto prazo entrarão em contradição com os Estados Unidos. Não estamos a favor do retorno do rei Zahir Shah como governo alternativo. Seu retorno ao poder será outro revés para as massas afegãs, porque não seria mais que um governo títere do imperialismo, mais que a Aliança do Norte.

O LPP exige que se ponha fim imediatamente à guerra imperialista no Afeganistão. É por culpa destes ataques que os fascistas do governo Taleban ganharam, em pouco tempo, a simpatia da maioria dos muçulmanos pobres no Paquistão. A única saída para as massas afegãs é liberar-se dos Taleban com uma insurreição re-

volucionária que deixe sentadas as bases para a tomada do poder socialista e democrático.

É necessário que todo o movimento socialista internacional apoie e promova os grupos de esquerda no Afeganistão como uma alternativa à solução imposta pelos norte-americanos. O LPP acompanhará o movimento pacifista internacional. Chama a todo o movimento de esquerda internacional a participar ativamente no movimento anti-guerra, ligado ao movimento mundial anti-globalização. Porém, não se deve prestar apoio ao Taleban nem a nenhum outro grupo de fanáticos religiosos. Deve-se denunciar o destino das massas afegãs e pressionar a ONU e outras agências de ajuda para que, através da sua própria rede, garantam emergencialmente provisões e alimentos para o povo afegão.

A crise econômica

A ajuda imperialista ao Paquistão não mudará no essencial sua situação econômica. A perda é muito maior que a ajuda que se oferece. O imperialismo americano, nesta etapa recessiva, não está em condições de oferecer ao Paquistão ou ao Afeganistão a ajuda pós-Taleban. O imperialismo norte-americano não pode chegar nem sequer a equiparar o nível de ajuda ao regime militar do Paquistão dos anos 80. A ajuda permitiu dias de colheita para a cúpula de generais do exército, já que estes generais serão os verdadeiros beneficiários. A perda nas exportações pode chegar a 50% do total. Se calcula que a perda será de quase 4 bilhões de dólares norte-americanos este ano. As áreas mais castigadas pela guerra são têxteis, tapetes e artigos esportivos. Muitas ordens de compra internacionais foram canceladas e não existem novas ordens nem perspectivas de novos investimentos. Muitas indústrias do Paquistão estão fechando e muitas das empresas relacionadas às exportações já fecharam. Se comenta que milhares de trabalhadores, tanto na área formal, como na área informal, estão perdendo seus postos de trabalho devido à crise.

Em circunstâncias normais, outubro e novembro são meses de pico para as exportações.

Isto se deve ao aumento das ordens que têm que ver com as compras natalinas. Porém, a maioria destas ordens foram canceladas e não vêm ordens novas. Estas ordens agora vão para a Índia ou Bangladesh e a outros países.

A economia paquistanesa, seguindo as instruções do FMI e do Banco Mundial e sob o regime militar, será muito golpeada pela crise. Porém, o peso recairá sobre os trabalhadores desempregados, o aumento de preços e os novos impostos. O problema do Paquistão é sua incapacidade de competir no mercado mundial para exportar têxteis, tapetes, arroz e outros artigos de exportação. É um problema de produtividade e soluções monitoradas para esta crise trarão novas contradições dentro da economia.

Outro efeito é a drástica redução das remessas de dinheiro dos imigrantes paquistaneses. Os países do Oriente Médio deixaram de emitir vistos para paquistaneses. A maioria das linhas aéreas cancelaram os vôos para o Paquistão, provocando uma crise aguda na indústria aérea. Em nenhum lugar há uma demanda pela mão de obra paquistanesa.

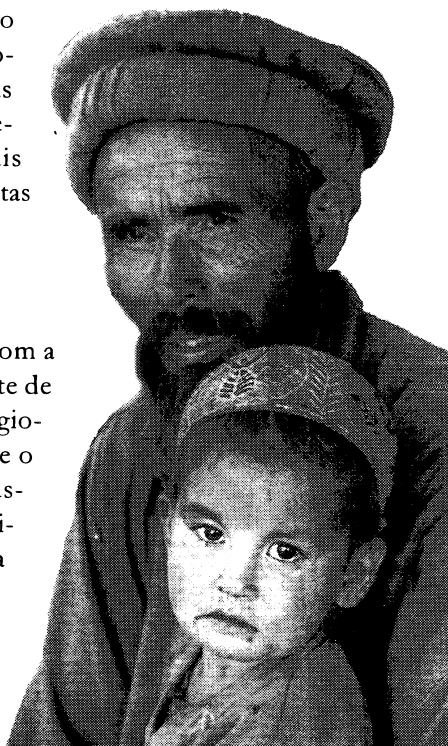
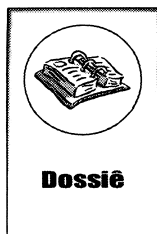
O efeito sobre os partidos políticos burgueses

As três semanas da guerra afegã e a incapacidade dos EUA de chegar a um triunfo maior incrementou a popularidade do fundamentalismo religioso. Isto significou menos apoio para os partidos burgueses que apoiam o regime militar e o imperialismo norte-americano. Por exemplo, o Partido Popular Paquistanês, de Benazir Bhutto, está perdendo seu caudal de votos e atualmente tenta fazer um giro em seu aberto apoio ao regime militar. O mesmo ocorre com o partido nacionalista Awami na província da Fronteira Noroeste. A Liga Muçulmana, o principal partido conservador, se divide em duas partes. O grupo do ex-primeiro ministro Nawaz Sharif, depois de haver marchado à reboque dos fundamentalistas, agora abertamente organiza seus próprios atos em apoio ao Taleban e para se opor ao imperialismo americano. Estes partidos são os principais perdedores na atual crise, e os ganhos são dos fundamentalistas religiosos, Jamaat-I-Islami e Jammiat Ulemai Islam.

O futuro do regime militar no Paquistão

O regime militar se beneficiou momentaneamente com a crise atual devido à ajuda econômica. Porém, perdeu parte de sua base social a favor das forças do fundamentalismo religioso. A ira contra o regime militar cresce. Se o Taleban perde o poder dentro de um prazo curto, o regime militar pode sustentar a situação. De alguma maneira, permitiu que as manifestações dos fanáticos religiosos se realizassem. Esta é a ilusão que pode desvanecer-se.

O regime militar teve uma política dual com o terrorismo. Se opõe ao terrorismo do Taleban, ao qual havia dado apoio durante anos, porém, continua apoiando as atividades terroristas dos Mujahidin em Caxemira, ocu-



pada pela Índia. Isto não pode durar muito. Quanto às soluções de Caxemira, o regime deve decidir-se a atuar de acordo com os desejos da classe governante norte-americana. Se se afeira à sua posição atual, pode haver outro golpe militar a favor do imperialismo norte-americano e Musharraf pode perder o poder para outro general.

Isto já ocorreu no Paquistão na década de 80. Em 1988, depois do acordo de Genebra sobre o Afeganistão, segundo o qual os norte-americanos e a URSS retirariam suas tropas do Afeganistão, o ditador militar do momento, General Zia, não aceitou e quis dar um golpe islâmico no Afeganistão. Em 29 de maio de 1988, demitiu seu primeiro ministro Jonejo, que havia sido cuidadosamente selecionado para o posto. Porém, em agosto de 1988, Zia perdeu a vida em um acidente de avião em circunstâncias misteriosas e com ele morreram outros 20 generais da mais alta patente, além do embaixador norte-americano no Paquistão. Muitos paquistaneses crêem que desfazer-se de Zia foi um trabalho da CIA. Neste sentido, Musharraf pode perder tanto o poder como a vida se insistir na inimizade índia, que durante tanto tempo vem promovendo.

Se Musharraf sobrevive a esta crise, coisa mais provável a curto prazo, pode continuar sendo presidente durante alguns anos, presidindo um governo civil muito dependente. A promessa militar de uma rota à democracia para outubro de 2002 depende dos resultados desta guerra. Se o Taleban perde o poder, Musharraf pode ir a estas eleições em outubro de 2002.

Estas eleições podem trazer resultados surpreendentes para os fundamentalistas religiosos. Não eram mais de 9% nas eleições gerais de 1993. Boicotaram as de 1997. Conseguiram bons resultados – uns 15% – para os orga-

nismos locais nas eleições no começo deste ano. Porém, podem subir até uns 20% nas eleições, com os quais se estabelecería um equilíbrio do poder. Nestas circunstâncias, estes fundamentalistas podem participar de um governo civil do tipo turco. Um governo civil instaurado assim, com a ajuda dos militares, pode entrar em contradição com Musharraf, o que resultaria em mais anarquia. ●



CARTA DA LIT AO LPP DO PAQUISTÃO

São Paulo, 22 de outubro de 2001

Ao companheiro Farooq Tariq

À direção do Labour Party of Pakistan (Partido dos Trabalhadores do Paquistão)

Estimados companheiros

Nos últimos anos tivemos a oportunidade de conhecer vossa organização e em mais de uma oportunidade ficamos surpresos com importantes acordos que temos sobre os mais variados temas. No entanto, frente à atual guerra dos Estados Unidos contra o Afegânistão, temos importantes diferenças com vossas posições e acreditamos que é nossa obrigação fazê-las do vosso conhecimento.

Todas as organizações revolucionárias estão sendo postas à prova ante esta nova guerra. Porém, esta prova se torna decisiva para os partidos revolucionários dos países diretamente afetados pelo conflito. Acreditamos que esse é o caso do LPP. Vosso país, por razões geográficas, históricas, econômicas e políticas está tendo um papel chave neste conflito. Nesse marco, a política do LPP, que é a principal organização de esquerda revolucionária não só do Paquistão como também de toda a área, pode chegar a transformar-se em uma referência para os marxistas revolucionários de todo o mundo e, inclusive, para uma boa parte da classe operária internacional. Daí a importância desta discussão que nós esperamos que sirva para aproximar ainda mais nossas organizações.

O caráter da guerra

Frente a uma guerra, os marxistas tratam, em primeiro lugar, de definir o caráter da mesma. Vocês fazem isto só que, em nossa opinião, o fazem de forma equivocada.

Lendo seus textos vemos que, para vocês, nesta guerra de um lado está o imperialismo e do outro os fundamentalistas do Taleban. A partir daí denunciam com muita dureza o imperialismo e o mesmo fazem com os fundamentalistas, os quais (com razão) são caracterizados como "...um movimento reacionário, não-científico, encaminhado a reverter a sociedade a estruturas sociais ultrapassadas há séculos, desafiando todos os fatores materiais e históricos"¹ e, mais ainda, assinalam (também com razão) os elementos fascistóides desse movimento.

Com base nesta análise, vocês chegam a conclusão que os trabalhadores têm que ter uma posição independente de um e de outro setor e concretizam esta visão em uma política contra uns e contra outros ("...porém os operários não podem ganhar estando com qualquer um dos dois setores. Eles podem perder sua identidade independente se sustentam um lado contra o outro.")².

Nós coincidimos com vocês que os trabalhadores têm que ter uma política independente. O problema é: qual é essa política? E, na hora de responder

¹ "Fundamentalismo islâmico e Paquistão" Farooq Sulchria

² "Mudanças em todos os lados ..."

Farooq Tariq 25-09-2001

a esta pergunta, passa a ser primordial analisar o caráter da guerra já que, se erramos nesta questão, inevitavelmente erraremos na política para a mesma.

Na nossa opinião, vocês se equivocam ao reduzir a guerra a um enfrentamento do imperialismo com os fundamentalistas do Taleban. Este enfrentamento obviamente existe, porém, ele não determina a essência da guerra. O que existe de essencial é que estamos em uma guerra entre um país imperialista (na realidade vários países imperialistas) e um país sumamente atrasado (Afeganistão) que não é mais que uma das vítimas desse imperialismo.

A respeito deste tema, Trotsky, seguindo Lenin, assinalava: “Toda a humanidade atual, desde os operários britânicos aos nômades etíopes, vive atada ao jugo do imperialismo. Não devemos esquecê-lo nem um só minuto. Porém, isto não significa que o imperialismo se manifesta da mesma maneira em todos os países. Não. Alguns países são os condutores do imperialismo, outros suas vítimas. Esta é a divisória fundamental dos estados e nações modernos.”³

Vocês seguramente nos responderão que isso é verdade só que, neste caso, não se trata de qualquer país atrasado e sim do Afeganistão, um país governado pelo retrógrado e semifascista Taleban, no entanto este fato (o caráter do regime do Afeganistão) não muda a essência deste conflito e tampouco pode mudar a localização dos revolucionários frente a esta guerra.

Nossos mestres, fundamentalmente Lenin e Trotsky, nos ensinaram que sempre, em um conflito entre uma potência imperialista e um país dependente, a classe operária, preservando sua independência, deve se colocar do lado deste último, e esta localização não pode depender do regime político que tenha esse determinado país.

Trotsky era categórico ao respeito: “...os regimes políticos se sucedem com suficiente surpresa e frequência sem alterar os cimentos sociais, sem freiar a decadência capitalista. Em qual destes dois processos deve basear-se nossa política é uma questão tão fundamental como a guerra: na mudança de regimes políticos ou nos cimentos sociais do imperialismo comuns a todos

os regimes políticos e que infalivelmente os unem contra o proletariado revolucionário? A questão estratégica fundamental é nossa atitude frente a guerra, e esta não pode se subordinar a considerações e especulações táticas conjunturais.”⁴

Em outras palavras, para Trotsky, nossa política frente à guerra não estava determinada pelos regimes internos dos países em conflito (que mudam com muita frequência) e sim pela relação desses países com o imperialismo e para exemplificar assinalava: “No Brasil reina atualmente um regime semifascista ao qual qualquer revolucionário só pode considerar com ódio. Suponhamos que amanhã a Inglaterra entra em conflito militar com o Brasil. De que lado se colocará a classe operária neste conflito? Neste caso, eu pessoalmente estaria junto com o Brasil “fascista” contra a “democrática” Grã Bretanha.”⁵ e dava também um exemplo que têm bastante relação com o momento atual “...no caso em que se estabeleça uma guerra nacional entre o rei da Tunísia e a França, o progresso será representado pelo monarca bárbaro, e não pela república imperialista.”⁶

Como vocês poderão ver, vossa política está muito longe da que Trotsky recomendava. Vocês não dizem, como em nossa opinião deveriam dizer: “Nesta guerra entre o imperialismo e o Afeganistão estamos no mesmo campo militar dos retrógados do Taleban” e conseqüentemente não dizem: “Comida, medicamentos, armas e voluntários para enfrentar o imperialismo no Afeganistão” e não dizem isso porque para vocês, diferentemente de Lenin e Trotsky, o regime do Afeganistão (e não sua relação com o imperialismo) é o determinante. Por isso, vocês não estão pela vitória militar do Taleban. Vocês dizem “Paz” e também dizem “nenhum compromisso com os fundamentalistas”.

Trotsky tinha razão

Nunca Trotsky, frente a uma guerra entre um país imperialista e outro atrasado, defendeu uma política similar à de vocês. Correndo o risco de ser cansativos, novamente vamos citar Trotsky: “..em uma luta entre uma república ci-

vilizada, imperialista, democrática e uma monarquia atrasada, bárbara de um país colonial, os socialistas estão totalmente do lado do país oprimido, apesar de sua monarquia, e contra o país opressor, apesar de sua “democracia”.⁷

A história demonstrou que Trotsky tinha razão. A sobrevida do imperialismo está levando o mundo à barbárie. Não acreditamos que seja necessário estender-nos neste ponto porque temos uma compreensão comum. Porém, se isto é assim, não tem nenhum sentido a política de vocês aos fundamentalistas (“nenhum compromisso”). Pelo contrário, é válida a política de Trotsky de fazer acordos com quem seja (monarcas, burgueses e até fascistas) ao nível dos países dominados pelo imperialismo, para enfrentá-lo. E, por isso também, Trotsky tinha razão quando dizia que em um enfrentamento, o “bárbaro” rei da Tunísia representava o progresso e não a “civilizada” França. Esta última questão é muito importante porque hoje em dia existe uma poderosa campanha do imperialismo, tratando de demonstrar que na atual guerra, existe um enfrentamento entre a civilização (os países imperialistas) e a barbárie (Afeganistão dos Taleban) e nós estamos vendo que vocês, de alguma forma, por sua política, estão caindo nesta armadilha. Não porque considerem que o imperialismo represente a “civilização”, mas porque consideram que o Taleban representa a barbárie e para nós, neste enfrentamento, os “bárbaros” Taleban representam o progresso justamente porque enfrentam a barbárie imperialista. Se o imperialismo ganha esta guerra, terá as mãos livres para avançar na sua tarefa de recolonizar o mundo, quer dizer, para atacar a outros povos em todos os terrenos. Dessa forma, estaremos mais próximos da barbárie, porém, se, pelo contrário, eles são derrotados pelos Taleban e pelas massas do Afeganistão, estas se sentirão fortalecidas não só para continuar enfrentando o imperialismo, como também ao próprio Taleban, e a classe operária e os povos de todo o mundo também se sentirão fortalecidos para enfrentar seus inimigos.

Nossa experiência na Guerra das Malvinas

Nós sabemos que esta não é uma discussão simples porque não é fácil enfrentar cotidianamente aos fundamentalistas. Em muitas oportunidades, como bem diz o companheiro Sulehria em seu texto, eles resolvem seus conflitos com seus opositores com o simples expediente de matá-los. No entanto, este fato não pode obstaculizar uma análise e uma política marxista. Nesse sentido, acreditamos que nossa experiência na Guerra das Malvinas, em 1982, pode ajudar nesta discussão.

Em 1982, a ditadura militar argentina (a pior que já teve a América Latina) invadiu as Ilhas Malvinas, usurpadas há mais de 100 anos pelo imperialismo inglês. E este fato gerou um conflito armado entre a Argentina e a Inglaterra.

A Guerra das Malvinas originou uma enorme polêmica na esquerda mundial. Uma



³ “Combater o imperialismo para combater o fascismo” 21 de setembro de 1938 - León Trotsky - Escritos - Tomo X /Vol 1 pag 33 - Editorial Pluma - Sublinhados nossos.

⁴ “Um passo em direção ao social-patriotismo” 7 de março de 1939 - León Trotsky - Escritos - Tomo X Vol 2 pag 303 - Editorial Pluma

⁵ “A luta anti-imperialista é a chave da libertação” 23 de setembro de 1938 - León Trotsky - Escritos Tomo X Vol 1 pag 44 - Editorial Pluma

⁶ “Uma lição recente” 10 de outubro de 1938 - León Trotsky - Escritos Tomo X Vol 1 Pag 89 - Editorial Pluma - Sublinhados nossos.

⁷ “Lenin e a guerra imperialista” 30 de setembro de 1938 - León Trotsky - Escritos Tomo X Vol 1 pag 239 - Editorial Pluma



parte se colocou abertamente ao lado da Inglaterra, já que, segundo eles, se tratava de um conflito entre a “democracia” e a “ditadura”. Outra grande parte (possivelmente a maioria) adotou uma posição similar à que vocês defendem atualmente: contra a Inglaterra e contra a ditadura argentina e uma minoria, entre os quais estávamos nós, seguiu os conselhos de Trotsky e assim nossa corrente internacional publicou uma declaração intitulada: “No campo militar da ditadura argentina” que no seu interior, entre outros conceitos dizia: “Fiel a tradição leninista trotskista que apóiam o nacionalismo dos países oprimidos, qualquer que seja seu regime e governo, contra o imperialismo, a Liga Internacional dos Trabalhadores, Quarta Internacional, proclama que lutará, chegado o momento, no campo do governo argentino.”⁸

Isto não foi só uma declaração. Nossos militantes, correndo o risco de serem mortos pela ditadura (que já tinha matado mais de cem companheiros) lançaram-se a organizar um grande movimento anti-imperialista, enquanto nossos presos, nas prisões, exigiam que o governo os liberasse para ir lutar, junto com o exército repressor, nas Ilhas Malvinas.

Uma boa parte da esquerda entendeu que estávamos capitulando à ditadura. No entanto, as massas, que a essa altura odiavam o governo militar, se colocaram, como nós, em seu campo militar, de tal forma que se criou um poderoso movimento anti-imperialista que, no seu desenvolvimento, depois da derrota frente aos ingleses, acabou derrubando a ditadura. Nesse processo, o PST (o partido da LIT nesse momento) ganhou um enorme prestígio, coisa que o levaria, pouco tempo depois, a transformar-se (com o nome do MAS), no principal partido revolucionário da Argentina e da América Latina.


O LPP frente a um desafio

No texto do companheiro Farooq Suleheria se assinala que entre a classe operária “existe um grande vazio” e que “a esquerda e os fundamentalistas podem preencher este vazio”. Esta caracterização é muito importante porque

esse é o grande desafio do LPP: transformar-se na direção da classe operária, que ainda não foi atraída, de forma massiva, pelos fundamentalistas. No entanto, também é necessário ver que o LPP só poderá preencher esse vazio se for capaz de colocar-se à cabeça dessa mobilização contra o imperialismo. Neste momento de guerra, isso significa colocar-se à cabeça da luta pela derrota militar dos Estados Unidos no Afeganistão. Se o LPP não cumpre este papel, inevitavelmente, o atual vazio na classe operária será preenchido, mais cedo ou mais tarde, pelas correntes fundamentalistas – que vocês mesmos assinalam que se fortalecem porque aparecem enfrentando o imperialismo – e se isto acontece seria um crime histórico, pelo que vocês mesmos dizem: porque é impossível que estas correntes, pelo seu próprio caráter, levem adiante uma luta consequente contra o imperialismo.

São muitas as correntes revolucionárias que estão olhando em direção ao LPP. Nós somos parte dessas correntes. Estamos à espera que vossa organização ajuste sua política e lance um chamado para construir um grande movimento internacional para derrotar, política e militarmente, o imperialismo no Afeganistão. Um movimento para tentar conseguir que o Afeganistão seja o novo Vietnã dos Estados Unidos. Se vocês encabeçam esse movimento, nós estamos dispostos a segui-los. Aguardamos vossa resposta.

Com saudações revolucionárias

**Secretariado Internacional da Liga
Internacional dos Trabalhadores
Quarta Internacional** 

⁸ Declaração da LIT-QI de 6 de abril de 1982 – Publicada no Correio Internacional Nº 5

RESPOSTA DO LPP À CARTA DA LIT

FAROOQ TARIQ

Dirigente e fundador do Labor Party of Pakistan (Partido dos Trabalhadores do Paquistão)

Prezados companheiros da LIT

Suas críticas são bem-vindas. Temos e teremos uma base comum mais ampla para trabalharmos juntos para nos livrar do capitalismo e do feudalismo internacionalmente. Também entendemos a posição do LPP neste período crucial da história do Paquistão. Só com duras críticas às táticas e políticas do LPP se assegurará o caminho certo a ser adotado.

O LPP é uma nova experiência de reagrupamento das forças de esquerda no Paquistão. Existem diferentes tendências dentro do partido porém todos nós acreditamos que a teoria da Revolução Permanente é o único caminho rumo ao socialismo paquistanês e de todos os países subdesenvolvidos. Um juízo teórico equivocados, particularmente neste momento da história, pode levar à morte efetiva o progresso que o LPP está conseguindo neste momento.

Pensamos que, se opondo à guerra imperialista no Afeganistão, o LPP escolheu o lado correto da batalha entre opressor e nações oprimidas. Infelizmente, a crítica da LIT ao LPP e o caminho que ela nos pede para seguir irá definitivamente assegurar uma morte prematura do ascenso revolucionário que há atualmente de baixo do clamor do fundamentalismo religioso.

A LIT defende que o LPP deve lutar ombro a ombro com os Taleban para assegurar a derrota do imperialismo norte-americano. “No nosso ponto de vista, neste confronto, os bárbaros Taleban representam um progresso simplesmente porque desafiam aos bárbaros imperialistas.” Que tipo de análise dos Taleban é essa? Somente a LIT poderia criar tal formulação.

Deixe-nos mostrar alguns exemplos da história do movimento de esquerda.

Os stalinistas, na década de 30, estavam lutando lado a lado com os fascistas para garantir a derrota decisiva dos social-democratas na Alemanha. Jan Valtin descreve no seu livro “Surgido da Noite” diversas tentativas neste sentido feitas pelos stalinistas na Alemanha. Qual o resultado? Os fascistas vitoriosos não somente deram início à Segunda Guerra Mundial como também atacaram a URSS.

Vejamos o recente exemplo do “Partido Tudeh (comunista) do Irã”. No final da década de 70, defenderam que Khomeini representava uma força anti-imperialista e que os comunistas deveriam fazer parte desta ampla aliança. Eles o fizeram e o Xá do Irã foi derrotado, Khomeini foi vitorioso e a primeira iniciativa deste regime fanático religioso foi enforcar Nurrudin, o líder do Partido Comunista, banir o partido e eliminar o resto da esquerda no Irã. O resultado é que ainda hoje, depois de 22 anos desta infeliz aliança dos comunistas com os fundamentalistas religiosos,



não existe mais base social para as forças de esquerda no Irã. Isto apesar dos incríveis esforços por parte de muitos grupos de esquerda iranianos para encontrar uma base dentro e fora do Irã, sendo frustrado até hoje.

O fundamentalismo religioso é uma força anti-imperialista? Esta é a pergunta que temos que responder todos os dias e dizemos sempre “não”. Esta é uma força reacionária, que tenta retroceder a história. Sua política econômica é exatamente como a imperialista. Ambos acreditam na propriedade privada e no direito de lucrar o máximo possível. Os fundamentalistas religiosos vão além do imperialismo norte-americano porque justificam que Deus escolhe quem é rico e quem é pobre. Os pobres devem ser pacientes e pedir a Deus que os ajude. É predestinado e natural que o pobre seja pobre e o rico seja rico. Eles são os neofascistas e um subproduto do imperialismo norte-americano.

Se o imperialismo americano dissesse hoje que iria se opor ao Estado de Israel, os fundamentalistas, mais que felizes, se tornariam aliados do imperialismo. A posição dos fundamentalistas não se deve a uma inimizade ideológica com o imperialismo norte-americano, mas sim porque os Estados Unidos aliaram-se a Israel e os deixaram sozinhos após a retirada das forças soviéticas do Afeganistão, deixando-os enfurecidos.

Isto não significa que o LPP vê o Taleban e o imperialismo como perigos e inimigos iguais. Na questão da guerra, o LPP quer que os ataques dos EUA sejam derrotados, e isso é inequívoco. Mas este ataque não será derrotado pelas ações militares do Taleban. Será derrotado apenas com a construção de um movimento de massas anti-guerra entre os trabalhadores do mundo inteiro, incluindo, acima de todos, os trabalhadores dos EUA.

E isso só pode ser feito com base a uma posição derrotista revolucionária nos países que estão realizando a guerra contra o Afeganistão, exigindo o fim imediato dos bombardeios e a retirada imediata das tropas estrangeiras do Afeganistão. Tal movimento não ganhará audiência entre a classe trabalhadora dos EUA se for visto dando qualquer apoio político ao regime ultra-reacionário e totalitário do Taleban.

Para não ir muito longe, permita-nos pegar o exemplo da sua própria experiência na Guerra das Malvinas. Aliando-se à ditadura militar durante a

guerra, jogando com o sentimento chovinista das massas argentinas, o MAS teve a possibilidade de ter uma base de massas. Depois da queda da ditadura, organizou mais de cem mil argentinos num estádio de futebol, uma mostra de força para a maioria das correntes de esquerda internacionalmente. Mas essa base tinha alguns erros de cálculo e mal entendidos. Não era a base real do partido, era uma base superficial e não levou muito tempo para a história ensinar à LIT a lição de que não é possível construir bases sólidas com fundações fracas.

Se seguirmos o conselho dos nossos companheiros da LIT, de lutarmos militarmente ao lado da ditadura, podemos nos tornar populares. Mas precisamos dizer que “no campo militar dos Taleban” significa adotar todos os costumes do Taleban. Pressuponho que devem estar cientes dos costumes do Taleban.

Fui indagado recentemente por um contato que tem quase 21 anos que está no grupo “Luta” e 4 anos no LPP, por que não temos uma base de massas no Paquistão, enquanto que muitos grupos que surgiram depois são muito populares e estão construindo muito bem esta base de massas. Eu respondi ao companheiro que estes novos grupos são, em sua maioria, fanáticos religiosos e que, se quisermos, podemos ser populares como eles: basta deixar a barba crescer, dizer às pessoas que Alá me deu poderes especiais para resolver qualquer problema e que, com a graça de Deus, tenho poderes especiais e cada pessoa doente poderá ser curada com minhas orações; dizer para serem pacientes e não fazerem nada, apenas rezarem cinco vezes ao dia e Deus atenderá. Poderia ser santo e muito popular, ganhar votos e me tomar parlamentar.

Disse-lhe que se ainda não nos tornamos populares não é porque não somos capazes ou porque não temos sabedoria. Crescer é possível, mas não queremos seguir pelo caminho que promove o fundamentalismo. A História não está conosco neste momento, mas isso vai mudar e nossos ideais se tornarão poderosos.

Sabemos que poderíamos crescer seguindo os conselhos da LIT e somos os primeiros a dizer que o fundamentalismo está crescendo aos saltos. Mas apoiar o fundamentalismo religioso é cortar nossos pés com nosso próprio machado, não importa a justificativa ideológica para isso.

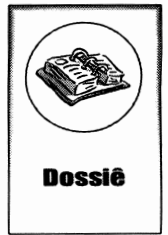
Os companheiros da LIT estão, de fato, fora

de contato com a realidade e do funcionamento da consciência revolucionária das massas. Eles querem que trabalhem com aqueles que, quando chegaram ao poder, mataram o Dr. Najibullah, seu irmão e muitos outros comunistas. Tínhamos todas as divergências com as forças stalinistas no Afeganistão, mas os defendíamos contra o perigo do fanatismo religioso. Era correto para nós, naquele momento, darmos apoio ao avanço da revolução mesmo nos opondo às forças soviéticas degeneradas, principalmente por causa do perigo dos fundamentalistas religiosos.

A LIT defende que se o Taleban sair vitorioso vai dar força à luta anti-imperialista das massas. Mas se esquece de um detalhe nesta frase: não serão as “massas”, mas os fundamentalistas religiosos que sairão fortalecidos. Até hoje, escutamos dos fundamentalistas que eles derrotaram os Soviéticos e agora poderão dizer que derrotaram o imperialismo norte-americano. Que efeito isso terá nas massas, especialmente nos países muçulmanos? Os companheiros da LIT não têm noção.

Mas, que tipo de vitória para o Taleban a LIT está se referindo? Creio que quiseram dizer que se o imperialismo norte-americano é incapaz de prender Osama, vivo ou morto, ou que o Taleban permanece no poder por mais algum tempo. É esta a vitória do Taleban a que a LIT se refere? Ou se referem a outro “bem-sucedido” ataque terrorista em algum outro país imperialista onde outras milhares de pessoas irão morrer? É esta a vitória do Taleban? Nenhuma dessas “vitórias” irão repercutir positivamente para que as massas, a nível internacional, se levantem contra o imperialismo. Em qualquer caso, haverá mais ataques por parte do imperialismo norte-americano às massas inocentes dos países subdesenvolvidos e, nos países avançados, mais restrições e perda das liberdades civis conquistadas por anos de sacrifício pelas massas.

A tão falada vitória do Taleban vai apenas promover o fanatismo religioso, não as idéias revolucionárias. A vitória do Taleban significa a exploração das minorias, arrancar os direitos das mulheres, ditadura, o fim das eleições e a necessidade de ser muçulmano para ser “certo”. Não-muçulmanos não têm o direito de viver, eles precisam se tornar muçulmanos; nem mesmo as estátuas têm o direito de viver no governo dos Taleban. Este é o caminho que os companheiros da LIT querem que sigamos? Se opor à guerra dos EUA é a melhor e mais clara forma de levar a oprimida nação afegã à auto-determinação. O que



significa “apoio militar ao regime Taleban”? A LIT está propondo que o LPP deveria estar organizando o envio de armamentos e voluntários para se juntarem ao exército Taleban? No entanto, não se trata de nenhuma posição principista marxista o LPP organizar armamentos e voluntários para o Taleban e nem se unir as manifestações fundamentalistas.

O regime Taleban e seus defensores no Paquistão são comprometidos a exterminar a esquerda e as organizações da classe trabalhadora. É nosso dever não ajudar neste processo. Os princípios marxistas nunca ditam suicídio político! Estas unidades de ação contra a guerra com essas forças são, no mínimo, problemáticas. Seja qual for o caso, não existe nenhum princípio marxista que diz que o inimigo de nosso inimigo é nosso amigo ou que dita fechar alianças com os oponentes reacionários do imperialismo.

Qual a posição de Lênin e Trotsky a respeito disso? Nas “Teses Sobre as Questões Nacionais e Coloniais” adotadas no 2º Congresso da Internacional Comunista (1920), declaram:

“Em relação aos Estados e nações mais atrasados, nos quais as relações feudais ou patriarcais e patriarcais-camponesas predominam, é particularmente importante manter em mente: “primeiro, que os partidos comunistas devem ajudar o movimento de libertação burguês-democrático nestes países e que o dever de se dar ajuda mais ativa descansa principalmente sobre os ombros dos trabalhadores dos países dos quais os países coloniais dependem financeiramente; segundo, a necessidade da luta contra o clero e outra influência reacionária e elementos medievais nos países atrasados; terceiro, a necessidade de combater o pan-islamismo e outras tendências similares, as quais se empenham em combinar a libertação do movimento contra o imperialismo europeu e norte-americano com a tentativa de fortalecimento das posições dos khans, latifundiários, mulás etc.; quarto, a necessidade de, nos países atrasados, dar apoio especial ao movimento camponês contra os latifundiários; quinto, a necessidade de uma luta determinada contra as tentativas de dar um tom comunista às tendências de libertação burguesas-democráticas, nos países atrasados. A Internacional Comunista deve entrar numa aliança temporária com a burguesia democrática nos países coloniais

e atrasados, mas não deve fundir-se com a mesma, e deve, sob qualquer circunstância, manter a independência do movimento proletário, mesmo o mais embrionário; sexto, a necessidade constante de expandir e expor entre a mais ampla massa trabalhadora de todos os países e, particularmente, dos países atrasados, a ilusão sistemática exercida pelo poder imperialista, os quais, sob o disfarce da independência política, estabelecem Estados sob sua total dependência econômica, financeira e militar. Nas condições internacionais atuais, não há outra saída para as nações dependentes e débeis que não seja na União das Repúblicas Soviéticas”.

Note que em parte alguma o Comintern defende que o comunistas dos países coloniais ou semi-coloniais são obrigados a construir alianças temporárias com elementos reacionários ou medievais contra o imperialismo. É especificado apenas alianças temporárias com a burguesia democrática. E Lenin (em um trecho dessas teses) vai além em sua declaração: “os comunistas devem e vão apoiar os movimentos de libertação burgueses-democráticos nas colônias apenas se estes não atrapalharem nosso trabalho de educação e organização do campesinato e das massas exploradas no espírito revolucionário.”. Estas condições não existem a respeito do Taleban ou de seus apoiadores islâmicos, seja no Paquistão ou no Afeganistão.

Existem circunstâncias nas quais algumas formas de ação conjunta ou aliança com as forças reacionárias do imperialismo são possíveis e até necessárias, mas esta é uma questão concreta a ser considerada responsabilmente pelos companheiros sobre bases concretas, e não fora do contexto, de longe.

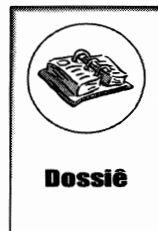
O que significa dizer que o país é pobre, portanto, devemos nos somar a eles sem nos preocupar com a caracterização social do regime? Nunca vi em toda minha vida as citações de Trotsky serem tão mal colocadas como pelos companheiros da LIT. O pobre Trotsky ficaria desapontado com estas “gesticulações revolucionárias” da LIT. Nós estamos com o povo afegão, e não com o Afeganistão. Marx dizia, no Manifesto Comunista, que os trabalhadores não têm pátria. O que é o Afeganistão em termos históricos? Tem sido um agregado de diferentes nações e tribos lutando umas contra as outras durante séculos. É esta a história do “país” que queremos defender? Os Taleban

são da tribo dominante pashtun, que explora as outras nacionalidades. Portanto, o Taleban não é somente um usurpador religioso mas também um opressor de nacionalidades.

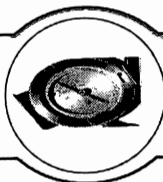
Quando o Taleban subiu ao poder, um dos partidos religiosos Jamiat Ulema e Islam disse num pronunciamento que daquele dia em diante, abandonariam a política e lutariam apenas pela revolução islâmica no Paquistão. Este é o partido que está à frente liderando, neste momento, os fanáticos religiosos no Paquistão em apoio ao Taleban.






Este foi o efeito da vitória do Taleban naquele momento e é muito mais favorável ao fundamentalismo religioso na atualidade, e não foi o do fortalecimento das forças independentes anti-imperialistas, como a LIT quer que acreditemos.

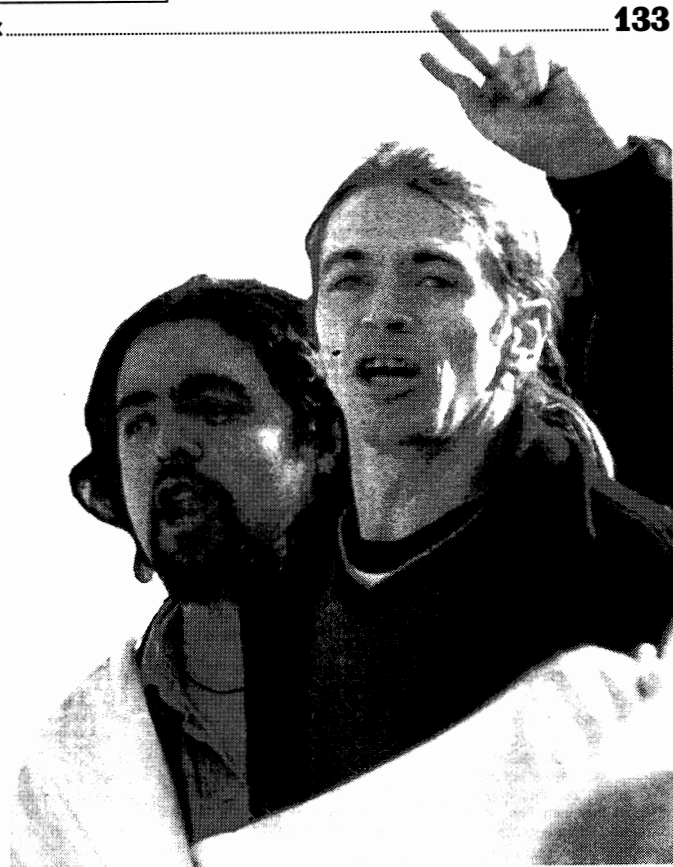
O LPP rejeita a crítica da LIT e pede ao movimento de esquerda internacional que rejeite este caminho ao desastre. Estes conselhos vão destruir as forças remanescentes do marxismo nos países avançados, particularmente nos EUA. Esta é uma ótima receita de suicídio e não queremos seguir o caminho dos ataques suicidas adotados mundialmente por aqueles que apoiam o Taleban. 🌐



Pontos de Vista



 CYRO GARCIA	O PT das origens não existe mais 93
 ÁLVARO BIANCHI	Do PCB ao PT: continuidades e rupturas da esquerda brasileira 106
 JOSÉ WELMOWICKI	Cidadania, democracia e sociedade civil: a volta de Eduard Bernstein 117
 HECTOR VALDIVIEZO BRITO	Equador: recomposição da hegemonia burguesa e crise da esquerda 130
 GEOFF PILLING	Desenterrando Karl Marx 133



O PT DAS ORIGENS NÃO EXISTE MAIS

CYRO GARCIA

Membro da Direção Nacional do PSTU e diretor do Sindicato dos Bancários do R.de Janeiro

O PT nasceu em 1980, numa lógica de ruptura com o regime, e algo novo no cenário partidário brasileiro. A ameaça por ele representada era visível. Tanto assim que foi transformado, pelo discurso da burguesia, através dos meios de comunicação, em um partido radical, imagem em que se consagrou no senso comum.

O país viveu um período em que se observou um grande crescimento econômico, de 1968 até meados da década de 70. Eram os anos do “milagre econômico”, que combinavam uma repressão brutal ao movimento social organizado, por parte da ditadura militar, com uma mudança estrutural na economia brasileira. A classe operária praticamente se quadruplicou, principalmente nos setores de ponta (metalúrgicos, químicos etc.), fazendo com que, só em São Paulo, houvesse cerca de 6 milhões de operários industriais.

Porém, por volta de 1976/77, o modelo econômico da ditadura passou a se esgotar. Alguns setores mais modernos do empresariado, vinculados aos setores de ponta da indústria, principalmente o setor metal-mecânico, começam a defender publicamente algumas modificações na política econômica. Começam a ganhar corpo alguns movimentos populares que reivindicam melhorias nas condições de vida e colocam questões democráticas.

A ditadura começa a se colocar na defensiva e lança mão de uma política de transição, a partir da posse do Governo Geisel. Esta transição, na concepção de seus articuladores, deveria ser “lenta, gradual e segura”, ou seja, sob o total controle dos militares. Seu objetivo era negociá-la por cima, no interior da própria classe dominante, a exemplo de vários outros momentos da história de nosso país, de forma a evitar qualquer possibilidade de ruptura.

Contudo, o anseio de redemocratização ia muito além das fronteiras das classes dominantes. A luta pela anistia, que, num primeiro momento, se resumia a parentes e amigos dos presos políticos, exilados, cassados e “desaparecidos”, ganhou o apoio popular, com a reentrada em cena do movimento estudantil. Por outro lado, o movimento popular ganhava corpo com o Movimento contra a Carestia, organizado por setores da Igreja Católica, através das Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs). No campo, ampliava-se a luta pela posse da terra, instrumentalizada principalmente pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). A crise econômica, a inflação e o arrocho salarial recolocariam também no cenário político a classe trabalhadora urbana. A campanha de reposição das perdas salariais lançada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo,

em 1977, teve grande repercussão. Mas o salto de qualidade viria com a greve das montadoras do ABC, em maio de 1978. Esta greve deu início a uma onda grevista que se generalizaria por todo o ano de 1979, atingindo mais de três milhões de trabalhadores de diversas categorias profissionais e em diversas regiões do país. Com este ascenso, surge o que vários autores chamam de “novo sindicalismo”, cuja maior expressão é o metalúrgico Luís Inácio da Silva, o Lula.

É neste cenário de profunda agitação social que é lançada a proposta de reforma partidária. Seu objetivo explícito era fragmentar a oposição e acabar com o caráter plebiscitário em relação ao regime, que se acentuava a cada eleição no bipartidarismo, com progressivas perdas para a situação. Esta reforma se pretendia bastante controlada. Entretanto, o que o governo não esperava é que estes obstáculos fossem transpostos por um partido, o PT, que se apresentou “como uma ruptura em relação aos padrões conhecidos de organização partidária no Brasil”

A ruptura como traço fundamental no surgimento e na trajetória inicial do PT

É importante destacar que, em seus documentos fundacionais, o Partido dos Trabalhadores expressava essa ruptura. Em sua carta de princípios, por exemplo, denunciava os objetivos da reforma partidária e afirmava que “...a única força capaz de ser fiadora de uma democracia efetivamente estável são as massas exploradas do campo e da cidade.”, além de reafirmar a máxima marxista de que a “emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”. Assim, definia-se que o PT era um partido “sem patrões”, portanto pautado pela independência de classe. Na Declaração Política de 13/10/79, sustentava-se que “O PT luta para que todo poder econômico e político venha a ser exercido diretamente pelos trabalhadores.” E em sua Carta de Princípios afirmava seu caráter socialista e profundamente democrático nas relações internas: “Um partido que almeja uma sociedade socialista e democrática, tem que ser

ele próprio democrático nas relações que se estabelecem no seu interior. Assim, o PT se constituirá respeitando o direito das minorias de expressarem seus pontos de vista. Respeitará o direito à fração e às tendências, ressaltando apenas que as inscrições serão individuais.”

É importante esclarecer que utilizamos a expressão “ruptura com a ordem” no sentido de um projeto de independência de classe e de oposição radical. Em nenhum momento de sua criação o PT foi visto como um partido revolucionário, no sentido clássico do marxismo, por seus fundadores. A rigor, os sindicalistas não tinham nenhuma formação marxista e viam com muita desconfiança a presença das organizações de esquerda no interior do partido. Estas, por sua vez, também os viam com muita desconfiança, notadamente por suas trajetórias oriundas do seio da estrutura sindical oficial.

Nas eleições de 1982, o PT elegeu como eixo de sua campanha, a independência política de classe: “Trabalhador vota em trabalhador!”.

Obteve 3,3% do total de votos, a nível nacional, elegendo oito deputados federais, sendo seis em São Paulo e doze deputados estaduais, sendo nove em São Paulo. Elegeu, também, dois prefeitos e setenta e oito vereadores em trinta e nove municípios. Em São Paulo, Lula, lançado candidato a governador, conseguiu mais de um milhão de votos.

Deve-se ressaltar, neste processo eleitoral, a utilização pelo PT de slogans que representavam uma ruptura com a forma de fazer campanhas até o momento existente no país. Do ponto de vista da construção de uma identidade de classe, a campanha do PT era inédita: “trabalhador vota em trabalhador”, “quem vota em peão, não vota em patrão”, “vote no três, que o resto é burguês”.

O resultado da votação de Lula e dos candidatos operários, principalmente nos municípios industriais do estado de São Paulo, levando-se em conta o peso da campanha do voto útil no PMDB e todas as tentativas de isolar o PT, foi significativo.

A fundação da Central Única dos Trabalhadores – CUT, em 1983 foi outro momento im-

portante na trajetória inicial do PT, que indica o caráter de rupturas, desta vez expresso na área sindical. O movimento sindical estava rachado. De um lado, os “pelegos”, que se apoiavam na estrutura sindical oficial, e a esquerda reformista tradicional (PCB e PC do B) protelavam a criação da Central. Tinham uma linha de conciliação com o regime, ao defenderem uma visão de que o aprofundamento das lutas poderia levar a um recrudescimento no processo de abertura. Esses setores se opuseram à criação do PT e preferiram apoiar ou se abrigar no PMDB, dando conseqüência à sua política de conciliação de classes. Do outro lado estavam os setores que majoritariamente se abrigavam no PT e que decidiram fundar a CUT, em agosto de 83.

A fundação da CUT foi importantíssima e esta central foi decisiva, ao longo da década de 80, no enfrentamento à política econômica dos governos, principalmente o de Sarney, com a recusa sistemática de participar dos “pactos sociais” propostos pelo governo e a organização de inúmeras greves.

Nesse marco, a campanha pelas Diretas Já, e boicote ao colégio eleitoral, em 1984, é o momento mais emblemático desta fase do PT. Em seu 3º Encontro Nacional, realizado de 6 a 8 de abril de 1984 em São Bernardo do Campo, foram aprovadas as Teses para a atuação do PT, que no item 4 estabelecia que:

“... a luta por eleições livres e diretas não tem prazo para acabar, como ocorre com os outros partidos de oposição. Significa também que essa campanha traz em seu bojo a luta contra a política salarial, contra o desemprego, contra a estrutura sindical atrelada ao Estado, contra o acordo com o FMI. Para nós, a luta por eleições diretas é uma luta pelo direito de o povo exercer o controle do governo.

Portanto, a luta pelas diretas deve ser conduzida na perspectiva de frustrar as tentativas de conciliação, o que inclui um firme posicionamento contra o Colégio Eleitoral, que consideramos espúrio e ilegítimo’.

Após um papel decisivo na campanha pelas Diretas Já, que havia sido o maior movimento de massas realizado no Brasil até então, com a derrota da emenda Dante de Oliveira, o PT recusou-se a participar do Colégio Eleitoral.

A maioria da oposição atribuiu a esta atitude um isolacionismo do PT. Mas a postura do PT foi exemplar, pois o novo regime que nascia com o Colégio Eleitoral já nascia comprometendo os setores de oposição.

Como dissemos acima, em função de sua trajetória, o PT passou a ser visto como o principal partido de oposição ao regime. À medida que a crise do governo da “Nova República” se aprofundava, com ela também se aprofundava o desgaste dos partidos que compunham a Aliança Democrática, notadamente o PMDB, cada vez mais identificado com as medidas anti-populares do governo. Paralelamente o ascenso dos movimentos sociais prosseguia e se agudizava. Em 1988 realizaram-se 2.137 greves com 8.218.546 grevistas.

Era comum nessas greves e nos movimentos sociais vermos as bandeiras petistas desfraldadas ao lado das da CUT.

O PT já vinha obtendo um crescimento eleitoral demonstrado nas eleições de 85 e 86, quando Lula foi o deputado federal mais votado do país. Porém, um fato da luta de classes acelerou, à beira do pleito, o salto na consciência dos trabalhadores brasileiros que os momentos anteriores já indicavam, fazendo-os dirigirem-se para a esquerda e em particular para o PT. Este fato foi o assassi-



nato de três operários metalúrgicos em Volta Redonda: Carlos Augusto Barroso, 19 anos; William Fernandes Leite, 22 anos e Walmir Freitas Monteiro, 27 anos. Isto se deu em 8 de novembro de 1988, durante uma greve com ocupação na Companhia Siderúrgica Nacional.

Ao invés de intimidar os trabalhadores, o que o governo conseguiu foi aumentar a indignação e generalizá-la para todo o país. A greve da CSN continuou ainda mais forte, obrigando o governo a recuar. As greves aumentaram e se radicalizaram, sendo que na semana da eleição havia mais de um milhão de trabalhadores parados.

Vieram as eleições e o resultado surpreendeu até os mais otimistas. O PT ganhou a prefeitura de 39 cidades brasileiras, sendo que dentre elas São Paulo, a maior cidade do país, a maioria dos municípios do ABC, Campinas e Santos, no estado de São Paulo. Em Minas, Contagem e alguns municípios do Vale do Aço. Ganhou ainda as eleições em Porto Alegre e ficou em segundo lugar no Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

Logo se estabeleceu um debate sobre o significado do voto no PT. As classes dominantes, preocupadas com o fortalecimento do partido e com as eleições presidenciais do ano seguinte, em uníssono tentavam minimizar o conteúdo da votação, identificando-o com um mero voto de protesto.

Naquele momento, milhões de operários e de setores de classe média optaram pelo PT, por ser ele um partido constituído pela vanguarda da classe trabalhadora, que defendia o socialismo e cujos principais dirigentes também eram os dirigentes da CUT, das greves, das lutas pela terra, por moradia e dos movimentos sociais. Foi um voto por uma opção classista, de oposição radical ao governo e de repúdio aos partidos tradicionais. Neste sentido, foi um voto de ruptura com o status quo.

Contraditoriamente, avaliamos que a partir dos êxitos eleitorais, notadamente o de 1988, o partido começou a romper com a lógica da ruptura, iniciando um processo de integração ao regime que se aceleraria no decorrer da década

de 90. Sua vida orgânica passou a ser dominada pelos funcionários das prefeituras, dos gabinetes dos parlamentares, levando-o a um processo de burocratização, que o afastou progressivamente daqueles setores que, em sua origem, reivindicava representar.

O resultado eleitoral de 88 fortaleceu os movimentos sociais de uma maneira geral. Em 1989, foram realizadas 3.943 greves com a participação de mais de 18 milhões de grevistas.

Entretanto o PT, com uma série de políticas identificadas genericamente como “modo petista de governar”, começava a dar passos largos no processo de integração ao regime. Apesar da evidência de que a generalização das lutas ajudava o desempenho eleitoral do partido, começava-se a discutir no seu interior o efeito das greves sobre a candidatura de Lula nas eleições presidenciais de 1989.

A tendência majoritária da direção do partido, a Articulação, começava a ter como centro de suas preocupações tornar a candidatura de Lula palatável para setores mais amplos do eleitorado, inclusive das classes dominantes.

É claro que este processo não se poderia dar sem contradições, e a campanha presidencial de 1989 representou – muito menos pela vontade dos dirigentes petistas e muito mais pelo significado dado pelos trabalhadores mais conscientes e os setores mais organizados da sociedade civil à candidatura de Lula – uma momentânea retomada da lógica de ruptura. Diferentemente de 82, Lula não disse “Trabalhador vota em trabalhador!”, mas muitos trabalhadores viam nele o mais legítimo representante de uma década de lutas contra os governos e os regimes de plantão. E milhões embalaram-se nos sonhos de Lula-lá, chegando muito próximo de uma vitória eleitoral que poderia estabelecer uma ruptura com os planos traçados para a transição.

Os avanços eleitorais distanciam o PT de sua proposta original

Os êxitos eleitorais do PT são inegáveis. Em 82, o partido elegeu 8 deputados federais e 16 deputados estaduais; em 86, 18 deputados fe-

derais e 33 deputados estaduais; em 90, 35 deputados federais e 79 deputados estaduais; e em 94, 49 deputados federais e 92 deputados estaduais. Quanto a senadores o PT elegeu 1 senador em 90 e 5 em 94. Ainda em 94 o PT, pela primeira vez, conseguiu eleger governadores estaduais, no Espírito Santo e no Distrito Federal. A votação de Lula também cresceu de 16,1% do total de votos no 1º turno de 89 para 27% no 1º turno de 94, e em números absolutos, de 11.622.321 para 17.136.163.

Desde sua primeira eleição em 1982, o PT atingiu um crescimento de 900% em 1994.

Esse desempenho eleitoral ao longo da década de 80 traz luz a um importante debate sobre o significado do partido, que alguns autores classificam como o embate entre o arcaísmo e a modernidade nas ambigüidades petistas, mas que ao nosso ver nada mais é do que o secular embate entre reforma e revolução.

Após as eleições de 82, um profundo desânimo tomou conta do partido.

Este desânimo impediu uma análise mais aprofundada de algumas importantes vitórias obtidas naquele momento. Primeiramente, a expressiva votação de Lula e dos demais candidatos operários em São Paulo.

Outra vitória importante foi a eleição de um operário metalúrgico para a prefeitura de Diadema. Guardadas as devidas proporções, repetiu-se aqui o fato de os trabalhadores obterem suas vitórias onde o elo da corrente capitalista é mais fraco. A exemplo do que se deu na Europa no início do século, onde a Revolução foi vitoriosa na Rússia, também Diadema representava o elo mais frágil do ABCD paulista, berço do “novo sindicalismo e palco de inúmeras greves que fomentaram a criação do partido”. Ali, desde o início, o PT fincou sua bandeira.

Tudo isto sem falar que para uma primeira eleição, realizada ainda sob um regime militar, não foi nada desprezível a eleição de 8 deputados federais e 16 deputados estaduais. Ver nisto uma derrota, mesmo eleitoral, é ignorar a história e o contexto em que se realizaram as eleições, a campanha do voto útil para o PMDB e a campanha difamatória da “frente ampla de oposição” de que o PT era “divisionista”, “simplista” e “sectário”.

Em 1985, o crescimento eleitoral do PT em relação a 1982 é inegável. O partido recebeu nas urnas cerca de 10% dos votos válidos do pleito nacional em disputa. Ganhou a prefeitura de Fortaleza, quinta maior capital do país, chegou em segundo lugar em Vitória, Aracaju e Goiânia, onde até hoje afirma-se que houve fraude eleitoral, e em terceiro lugar em Porto Alegre.

Algumas lideranças partidárias atribuíram o sucesso eleitoral em parte à mudança do tom da campanha. Mas no nosso entendimento, ocorreu um outro fator da maior importância, talvez superior aos mencionados, que foi o fato de o PT ter se negado a participar do Colégio Eleitoral, numa clara postura de ruptura com a ordem institucional vigente. O PMDB, que tinha o presidente e 9 governadores, passou a ser visto por amplos setores das massas como parte do regime. O PT começava a pavimentar o seu caminho de fiel depositário do voto de protesto, do voto de quem procurava uma alternativa aos políticos e partidos que se sucediam no poder a serviço das classes dominantes.

O grande fato que marcou as eleições de 86 foi a implementação por parte do governo de um plano econômico, o Plano Cruzado, cuja sustentação política,



após sua falência prática, deu-se com fins eleitoreiros, propiciando uma estrondosa vitória do PMDB no país. Contudo, o PT aumentou suas bancadas, como já afirmamos no primeiro parágrafo, e, mais que isto, Lula foi o parlamentar mais votado do país para a Constituinte, com 651.763 votos, superando inclusive Ulisses Guimarães do PMDB, que obteve 590.873 votos.

Ou seja, mesmo numa conjuntura adversa, o PT continuou crescendo eleitoralmente. Juntamente com a CUT, assumiu a vanguarda na denúncia dos verdadeiros objetivos do Plano Cruzado, enfrentando a mídia burguesa, os partidos da classe dominante e os PCs, que prestaram mais este desserviço aos trabalhadores brasileiros, alinhando-se com a “transição” da “Nova República”.

Ainda no momento da apuração dos votos no segundo turno, assegurado seu objetivo que foi o de eleger a maior bancada para a constituinte, o governo revoga o Plano Cruzado e decreta o Plano Cruzado II, confiscando salários e liberando os preços ainda congelados. Os protestos são imediatos e a CUT decreta uma greve geral para o dia 12 de dezembro.

É nesta conjuntura que se dão as eleições de 88. A vitória do PT é arrasadora, o partido elegeu 36 prefeituras e 3 vice-prefeituras, em aliança com outros partidos. Dentre elas, as capitais São Paulo, Porto Alegre e Vitória; as cidades do ABCD paulista, São Bernardo, Santo André e Diadema; ainda em São Paulo, Campinas, Santos e Piracicaba; além das “cidades do aço” de Minas Gerais, Ipatinga, Timóteo e João Monlevade. O partido elegeu, também, 1.007 vereadores.

Esta eleição representou o coroamento de toda uma década de luta por parte da classe trabalhadora e do movimento social organizado. Entretanto, o PT já começava a sentir o peso de sua integração à institucionalidade, a partir do êxito eleitoral de 88, mas a tônica ainda é dada pelas lutas e pela ofensiva dos trabalhadores e é isto o que a candidatura de Lula reflete, principalmente no primeiro turno. Naquele momento, ele atinge 16,08% dos votos e ultrapassa os 15,45% de Leonel Brizola e de todos os demais representantes da burguesia, superado apenas

por Collor de Mello, que obteve 28,52%.

No segundo turno, pressionado intemamente pela adaptação do PT às instituições do regime e, externamente, pelo arco de alianças que é obrigado a construir, ele tenta construir um discurso mais amplo, visando atingir um eleitorado de classe média, e acaba se afastando da tônica do primeiro turno.

Burocratização muda o perfil do PT

Várias foram as mudanças no interior do PT transcorridas desde a sua fundação. A mais importante verificou-se a partir dos êxitos eleitorais que propiciaram um brutal aumento, em sua vida interna, de profissionais do partido, parlamentares, executivos, assessores, funcionários de confiança e toda uma legião de pessoas que vivem diretamente da gestão do Estado.

Além disso, quando da fundação do PT e em seus primeiros anos, vários eram os sindicalistas ligados às oposições sindicais que não exerciam mandato sindical, permanecendo, portanto, nas bases de sua categoria. No entanto, a partir do crescimento da CUT, este quadro foi se alterando e várias oposições ganharam sindicatos, aumentando o número de dirigentes liberados, muitos deles militando também ativamente no PT.

O marco nessas alterações de perfil foram as eleições de 88. Embora inexistam pesquisas sistemáticas do período pré-88, é possível chegar a algumas conclusões, com os dados disponíveis.

Analisando os dados colhidos por Tadeu César em 91, verificamos que naquele momento, 18,9% dos membros dos diretórios do PT possuíam mandatos parlamentares ou executivos. Eles correspondiam a 12,8% do total dos militantes pesquisados e constituíam 11,4% dos membros dos diretórios com rendimentos mensais entre mais de dois e cinco salários mínimos, 13,2%, com renda entre mais de cinco a dez salários mínimos e 30,2% com ganhos acima de vinte salários mínimos. Além disto, dentre os dirigentes concentrava-se a maior parcela dos quadros militantes, politicamente profissionalizados pelo próprio partido, com rendimentos que, em sua maioria, situavam-se na faixa que se estende de mais de cinco até dez salários mí-

nimos. Somando-se aos detentores de mandatos os dirigentes profissionalizados pelo próprio partido – como assalariados partidários, “liberados”, assessores ou detentores de cargos de confiança nas administrações sob o comando do partido – e obtendo-se assim o total daqueles que se podem denominar como quadros políticos dirigentes profissionais do partido, verifica-se que eles representam 28,8% do universo pesquisado. Esta somatória de fatores faz com que a média final dos índices de rendimentos individuais dos dirigentes petistas se eleve, aproximando-se, por uma questão estatística, dos pontos mais elevados e, assim, oferece parte da explicação de sua superioridade salarial frente aos de sua base.



QUADRO

Rendimento Individual Mensal de Todos os Trabalhos dos Militantes de Base e dos Dirigentes do PT, segundo os níveis de militância, em salários mínimos.

Classes de Rendimentos	Base	Base	Diretório	Diretório	Diretório	Diretório
	Municipal	Nacional	Zonal	Municipal	Estadual	Nacional
Até 1 SM	6,0	1,4	0	4,3	2,0	0
Mais de 1 a 2 SM	20,8	6,4	6,0	9,6	2,5	0
Mais de 2 a 5 SM	34,2	26,4	18,1	31,9	21,7	16,7
Mais de 5 a 10 SM	25,0	34,3	37,3	30,3	38,9	43,3
Mais de 10 a 20 SM	11,6	19,3	25,3	19,3	21,2	20,0
Mais de 20 SM	2,5	12,1	13,3	4,7	13,8	20,0
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Tadeu César.

Após constatar esta realidade, César expressou um comentário bastante elucidativo sobre as relações internas no PT “Percebe-se que os níveis de renda acompanham, em sua progressão, os níveis de ascensão na hierarquia partidária, o que permite que se afirme que a renda, tal como já se apontou quanto à escolaridade, se constitui num filtro que, de alguma forma, seleciona os militantes, dificultando seu acesso aos cargos dirigentes do partido.”

Em 97, esta situação deu um salto. 60,0% dos delegados ao Encontro é de profissionalizados, o que atesta cabalmente que eles determinam a vida interna do partido. Destes, 18% são parlamentares, 13% os assessoram, 8% são funcionários de confiança no governo, 6% são dirigentes profissionalizados pelo PT, 2% são profissionalizados por suas tendências, 1% é funcionário/assessor do partido, 1% exerce mandato executivo e 9% são profissionalizados pelo movimento social. Somente 9% não responderam e 31% não eram profissionalizados.

Os efeitos da burocratização do partido se refletem na brutal alteração do perfil dos militantes.

Os altos salários acabam estabelecendo uma dependência material em relação ao Estado burguês e, como o calendário eleitoral brasileiro é bienal, as correntes internas do PT acabam direcionando os seus melhores quadros e esforços para a via eleitoral, deixando de lado o cotidiano da luta de classes.

Além da lógica individual de garantia de vantagens materiais, existe uma questão mais ampla. As finanças do partido dependem da contribuição dos que ocupam cargos e as correntes se reforçam com as assessorias e contribuições de

cada membro em cargo público, ampliando, com isso, seu peso interno no partido.

Mas a pressão material logo abre espaço para a pressão política e a corrupção. Começa a pesar a necessidade de defender posições “populares”, a busca por ter boas relações com a imprensa, a consideração excessiva com a opinião da classe média, e a tendência a discutir questões que não têm nada a ver com os interesses dos trabalhadores, mas sim com a gestão do Estado, sem falar do abandono físico das lutas em troca da presença constante no parlamento e em outras instituições.

O fenômeno da burocratização não é novo em se tratando dos partidos operários.

Recorrendo-se às elaborações feitas por Trotsky, mais próximas do nosso horizonte teórico, em sua análise do Estado soviético, vê-se que a burocracia soviética assumiu um papel semelhante ao de uma classe social por dirigir um Estado, transformando-se, segundo aquele autor, numa casta. Já a burocracia petista não dirige o Estado, mas, a partir dos êxitos eleitorais, está cada vez mais integrada a ele e a exemplo do que acontece com a burocracia sindical, defende seus interesses com “unhas e dentes”: seus empregos, salários, espaço interno e prestígio. Isto faz com que se consolide no PT seu distanciamento da base e da perspectiva da maioria da classe trabalhadora, como dizia Trotsky; “a burocracia assemelha-se a todas as castas dirigentes pelo fato de se encontrar sempre pronta a cerrar os olhos perante os mais grosseiros erros dos seus chefes em política geral se, em contrapartida, estes lhe forem absolutamente fiéis na defesa dos seus privilégios.”

Luta interna: a consolidação de um projeto reformista

Em sua fase inicial, a Articulação defendia a independência de classe e o partido como um instrumento de intervenção na luta dos trabalhadores. A Articulação via com suspeitas a institucionalidade: “Sem subestimar a atuação legislativa, nossos deputados e vereadores devem basear sua atuação principalmente nas lutas e re-

vindicações do movimento sindical e popular...”

Ainda que com ambigüidades, seguia defendendo a tomada do poder por vias não institucionais, como se pode notar nesta entrevista de Lula à Folha de São Paulo em 29 de dezembro de 1985: “Estou querendo mostrar que é falsa a democracia formal...Primeiro estamos tentando cumprir as regras do jogo. Não achamos que o Parlamento é um fim, ele é um meio. E vamos tentar utilizá-lo até onde for possível. Na medida em que a gente perceber que pela via parlamentar, pela via puramente eleitoral, você não conseguirá o poder eu assumo a responsabilidade de dizer à classe trabalhadora que ela tem de procurar outra via”.

Por ocasião do 5º Encontro Nacional, realizado em 1987, que foi o primeiro grande debate teórico-estratégico no interior do partido, a Articulação mantinha-se firme na defesa do socialismo, porém já acenava com uma certa dose de flexibilização em relação a alguns conceitos do marxismo revolucionário: “Somos favoráveis ao pluralismo no socialismo, onde a organização social e política da sociedade deve abrir espaços para as diferentes expressões sociais se organizarem politicamente ao nível do Estado e das instituições. A nova legalidade estabelecerá os limites da atuação daqueles que se opõem ao socialismo, mas não proibirá que haja oposição legal ao próprio socialismo.” Também mantinha-se firme na crítica à democracia institucional, ao propor que o PT tomasse como tarefa a luta para “...transformar as liberdades políticas e a democracia formais próprias do capitalismo nas liberdades e na democracia real que deve ser própria do socialismo.”

A defesa da tomada do poder por vias não institucionais também continuava presente em suas formulações.

A Articulação começa a mudar suas formulações a partir da combinação de uma série de fatores nacionais e internacionais. Internamente, a vitória eleitoral do PT em 88, o tornou governo em várias prefeituras, inclusive São Paulo, a maior e mais rica cidade do país, o que representou um salto na integração do partido ao regime político que antes combatia e, tam-

bém, o aumento da burocratização, como vimos anteriormente. Externamente, a ampliação da hegemonia neoliberal e a crise do “socialismo real”, com a consequente queda dos regimes do leste-europeu. Tudo isto levou a uma revisão e questionamento de suas posições anteriores e a uma recusa cada vez maior das premissas marxistas.

O PT, em seus documentos, sempre se colocou como uma alternativa à social-democracia e ao socialismo real. Entretanto, como parte dessas mudanças, Marco Aurélio Garcia, secretário de relações internacionais do PT à época e importante membro da Articulação, defendeu em artigo publicado na revista Teoria e Debate que o PT era um partido “pós-comunista” e “pós-social-democrata”, porém afirmava que “a democracia é um fim em si. Se essa tese é social-democrata, então sejamos social-democratas.”

Plínio Arruda Sampaio, outro expoente do grupo, em entrevista ao Jornal do Brasil em novembro de 1989, declarava: “Nossa concepção democrática de socialismo é a tomada e a permanência no poder através da disputa eleitoral.”

A revisão de posições se aprofundava e a democracia representativa passou a ser considerada um valor estratégico. José Dirceu, um dos principais dirigentes da Articulação, que mais tarde veio a se tornar presidente do PT, em entrevista concedida a Teoria e Debate em 1990 sob o título “O pluralismo é inevitável”, afirmava:

“Para superar a teoria leninista de Estado (é preciso) ter um Estado democrático(...) No socialismo, a oposição tem o direito de existir. A oposição tem que exercer todos os direitos individuais e coletivos, que devem estar escrito na Constituição. E a ela deve ser garantida até mesmo a liberdade de pregar a volta ao capitalismo (...) É um erro descartar a democracia representativa (...)”

Também na questão da gestão da economia, as mudanças se deram substancialmente. Na plataforma política apresentada pela Articulação ao 5º Encontro Nacional, intitulada “Por um PT de Massas Democrático e Socialista”, o grupo analisava a crise da transição conservadora, afirmando: “O que está em questão é a possibilidade de conquista de um governo democrático e popular, com tarefas eminentemente antimonopolistas, antiimperialistas, antilatifundiárias, de democratização radical do estado e da sociedade, tarefas estas que se articulam com a negação da ordem capitalista e com a construção do socialismo”¹⁶ Anos mais tarde, em um debate interno preparatório do 1º Congresso do PT, realizado em 1991, Luiz Gushiken, outro importante dirigente petista e da Articulação, defendia:

“Os textos nossos têm um tripé, que é a ação concentrada da política do partido: a ação antiimperialista, antimonopolista e antilatifundiária. Se a gente assume a ação antiimperialista como um dos elementos pilares, eu acho que é um desastre total para quem vai ser governo daqui a três anos. O que vamos dizer para a sociedade? Nós somos contra as empresas estrangeiras, nós somos contra vir capital externo aqui no Brasil? Isso é um suicídio. Um dos primeiros pilares que temos que demover – e aí tem divergência – é a questão do imperialismo. Porque qual a idéia de imperialismo que tem o PT? E a empresa estrangeira? Uma coisa concreta. Nós podemos nos relacionar com o capital estrangeiro tal como nós tínhamos formulado, na relação com o imperialismo. Acho que mudou. Mudou. Mudou o quadro. Significa dizer o seguinte: se fo-



rem perguntar para o Lula se o seu governo interessa atrair capitais de monopólios, de trustes, o Lula não pode titubear. Ele tem que dizer: nós queremos sim. Agora, qual é a contrapartida, para efeito de política, não só para a sociedade, até para justificar nosso projeto socialista? Nós queremos, mas que não tenha abuso na determinação do preço, que não tenha abuso na determinação do investimento, abuso no pagamento dos operários. Mas aí há uma inversão global da linha política com relação ao capital. Coisa que antigamente não tinha tanto, porque de uma forma ou de outra, a gente tinha inconscientemente que um processo revolucionário no Brasil teria como ponto de apoio, material-financeiro-político, o socialismo real. Mas, desagregou. E, durante longo tempo, ele era uma referência para nós, nesse aspecto. Com a mudança, que foi de fundo, de fundo, eu quero saber, se nos mesmos moldes uma revolução socialista hoje, no quadro da economia basicamente capitalista, nós temos condições de argumentar na linha de ação antiimperialista como centro.”

A citação acima demonstra a profundidade do impacto da crise do socialismo real nas formulações da Articulação. E, também, o impacto da hegemonia do neoliberalismo no âmbito mundial.

O embate teórico-estratégico no interior do PT

Por ocasião da fundação do PT, como havia impedimentos de ordem legal para a utilização da palavra socialismo nos documentos oficiais do partido, o termo era substituído pela expressão de Marx “sociedade sem explorados nem exploradores”. Entretanto, na Carta de Princípios, lançada no 1º de Maio de 1979, constava: “O PT afirma seu compromisso com a democracia plena exercida diretamente pelas massas, pois não há socialismo sem democracia, e nem democracia sem socialismo.”

Em discurso proferido na 1ª Convenção Nacional do partido, realizada em Brasília, no dia 27 de setembro de 1981, ao se referir à questão, Lula afirmou:

“O socialismo que nós queremos se definirá por todo o povo, como exigência concreta das lutas populares, como resposta política e econômica global a todas as aspirações concretas que o PT seja capaz de enfrentar”

O 6º Encontro realizou-se em junho de 1989. Refletindo o êxito eleitoral do ano anterior, a polarização do debate não se deu em torno às questões estratégicas, mas sim em torno às táticas eleitorais e ao programa de governo, com vistas à campanha de Lula para a presidência da República. Contudo, ganhava corpo, no interior do partido, o debate sobre o conceito gramsciano de hegemonia, que muitas vezes foi utilizado com uma leitura, a nosso juízo, equivocada, que na verdade encobria uma visão legalista da construção do socialismo.

No 7º Encontro o debate teórico-programático mais uma vez, o “socialismo petista” foi debatido, e a resolução votada refletia o avanço das posições legalistas institucionais, no interior do partido.

Por ocasião do 1º Congresso, realizado em 1991 o tema socialismo foi debatido com alguma profundidade, discussão que só foi retomada no último congresso do Partido, realizado em 1999, quando o grande debate que se deu foi sobre a validade ou não do socialismo, numa descaracterização cabal dos pressupostos originais do PT, ainda que ambíguos.

A resolução aprovada sobre o socialismo demonstrava o avanço das posições reformistas no interior do partido. A Resolução negava o socialismo real e a social-democracia, porém elevava, cada vez mais, a democracia representativa a um valor universal e conciliava também com a economia de mercado.

A política de alianças é um aspecto através do qual se pode ter uma nítida visão da trajetória petista. O PT nasce com um forte sentimento de independência de classe, negando a prática conciliadora com as classes dominantes da esquerda tradicional.

Em 1981, no 1º Encontro Nacional o partido aprovou o lançamento de candidaturas próprias, em todos os níveis, nas eleições de 1982 e a não-realização de coligações, ainda que afir-

masse que esta era uma questão tática e não de princípio. No 2º Encontro, realizado em 27 e 28 de março, o partido referendou esta posição.

O balanço, exageradamente pessimista do desempenho eleitoral de 1982, lança no partido a necessidade de uma política de alianças, predominando, porém, a posição de lançamento de candidaturas próprias. Para 1985 e 1986, a flexibilização na tática se dá pelo perfil das candidaturas petistas, em sua maioria de classe média, diferentemente de 1982, que tinha um grande número de candidaturas operárias.

Em 86, no Rio de Janeiro, deu-se de fato a primeira coligação do PT. Em uma Convenção dividida, foi aprovada a candidatura de Fernando Gabeira, do Coletivo Verde.

Nas eleições de 1988, o PT coloca em prática a política de alianças votada no 5º Encontro.

A relação com o PDT dá um salto de qualidade. E o PSDB também passa a freqüentar as listas de possibilidades. No 7º Encontro, o PT aprofunda esta política: “Nossa política de alianças do 5º e do 6º Encontros nos autorizava a realizar alianças com PSB, PV, PH, PCB e PC do B dentro de determinados critérios e, só em casos excepcionais e particulares, com o PDT, o PSDB e com setores progressistas do PMDB.” No 8º Encontro a essência da política permanece, porém, contraditoriamente, as expectativas no PSDB aumentam: “...Hoje, predomina no PSDB a busca da terceira via, mas amanhã pode estar mais próximo de nós. Por isso, o PT deve disputar o apoio da militância e do eleitorado tucano, a começar pelas cidades onde coligamos, polarizando o máximo de forças para uma aliança com esse partido, a partir de um programa democrático e popular”.²⁰ Essa discussão se dá há um ano da eleição em que o PSDB lançou a candidatura de Fernando Henrique Cardoso, aliado ao PFL, contra a candidatura de Lula. Só mesmo a participação nas eleições elevada à condição de objetivo estratégico é que poderia permitir tamanho erro de avaliação.

A ampliação da política de alianças por critérios apenas eleitorais deixa bem evidente que a independência de classe é apenas coisa do passado no PT.

Outro aspecto importante a ser analisado é a relação do partido com a ordem econômica internacional em face das características de dependência da economia nacional.

Na plataforma política do Movimento Pró-PT de 1979, não se fazia menção explícita à questão da dívida externa, mas no item 3, denominado “Questão nacional”, constava as seguintes consignas dentre outras:

“. Estatização das empresas que prestam serviços básicos (transporte de massa, educação, saúde, produção e distribuição de energia, etc.);

. Nacionalização e estatização de todas as empresas estrangeiras;

. Estatização das grandes empresas e bancos;

. Política externa independente.”

Já no II Encontro Nacional, realizado em 1982, o PT se preparava para as suas primeiras eleições e no item 8 da plataforma política eleitoral abordava essas questões de uma maneira contundente:

“O Estado tem de assumir o monopólio de todas as operações financeiras.... Impõe-se, portanto, a estatização do sistema financeiro sob o controle dos trabalhadores.



O país não pode se matar para pagar uma dívida da qual quem mais lucrou foram sempre os banqueiros internacionais. Propomos um completo inquérito, para saber onde e como são aplicados os recursos provenientes da dívida. É preciso suspender o seu pagamento e estudar, caso a caso, as condições de reescalonamento dos prazos, renegociação, congelamento e até o não pagamento. Para melhor controle desta situação, impõe-se também a nacionalização do comércio exterior.”

Em 1985, realiza-se um Encontro Nacional Extraordinário. No item sobre a política do PT, omite-se a questão do sistema financeiro, porém ratifica-se a questão da dívida externa:

No IV Encontro, realizado em 1986, o PT aprovou seu “Plano de Ação Política e Organizativa do PT” para o período 86, 87 e 88. No item “Contra o arrocho salarial”, na pauta de reivindicações consta:

“. Estatização do sistema financeiro sob o controle dos trabalhadores;

. Suspensão do pagamento da dívida externa e rompimento dos acordos com o FMI.”

No VI Encontro Nacional, realizado em 1989 são aprovadas as bases do PAG (Plano de Ação do Governo). Em relação à dívida externa, o partido manteve sua posição, iniciando, porém, o processo de flexibilização quanto ao sistema financeiro.

No I Congresso Nacional do PT, no texto aprovado sobre as eleições de 1994, dilui-se a questão da suspensão do pagamento da dívida externa e omite-se a estatização do sistema financeiro.

No X Encontro, realizado em 1995, no documento aprovado sobre conjuntura nacional, a reforma do sistema financeiro é abordada de maneira ainda mais diluída e pela primeira vez altera-se a ênfase na questão da suspensão do pagamento da dívida externa, subordinando-a a realização de uma renegociação da dívida externa e a uma auditoria.

Constatamos que, à medida que a dívida aumenta vertiginosamente, e com ela a dependência do país, diminui na mesma proporção a capacidade de o PT fazer frente a essa realidade

de com uma resposta de ruptura. No XI Encontro Nacional, o partido simplesmente não assumiu a suspensão do pagamento da dívida externa, colocando-a apenas como um debate na ordem do dia. Omitiu-se também em relação ao combate ao sistema financeiro.

Em pouco mais de uma década, o PT abandonou as bandeiras de não pagamento da dívida e de estatização do sistema financeiro, trocando-as por um economês que, traduzido, significa: impor limites (mesmo que tênues) ao sistema financeiro privado, de forma a estimular a produção (capitalista), através da queda da taxa de juros e do menor comprometimento do Estado (não do fim) com o pagamento da dívida.

A lógica da diferença é substituída pela lógica social-democrata

Como não podia deixar de ser, à medida que o PT vai alterando suas formulações, vai alterando simultaneamente a sua prática. É o caso da afirmação do “sindicato classista e de luta” dos anos 80, decisivo para a formação da CUT e do PT, como podemos ver nesta resolução sobre estrutura sindical aprovada no I Congresso Nacional da CUT: “Sindicalismo classista: dentro da realidade do conflito de classes em que vivemos, a nova estrutura sindical defenderá a unidade da classe trabalhadora em torno de seus objetivos imediatos e históricos, combatendo a política de colaboração de classes e não compactuando com planos de governo que sacrificam os interesses dos trabalhadores.”

Em seu lugar surge o “sindicato cidadão e negociador” dos anos 90, como se observa nesta resolução do I Congresso do PT a respeito do papel da CUT na luta pela hegemonia.

No lugar das negativas aos pactos sociais e das greves, testemunhamos a CUT participando do “Entendimento Nacional” com Collor e das câmaras setoriais.

Diferentemente da recusa em participar do pacto de transição das classes dominantes, boicotando o Colégio Eleitoral que deu posse a Tancredo/Sarney, vimos o PT dando sustenta-

ção à posse de Itamar Franco e se recusando a lutar por eleições diretas, contribuindo, desta forma, para a estabilidade das instituições da democracia representativa.

Os eixos classistas nas campanhas eleitorais como “trabalhador vota em trabalhador” deram lugar a eixos como a “ética na política” e o “modo petista de governar” contraditoriamente num momento em que o partido mais se envolve com as práticas aéticas dos partidos burgueses.

Ao contrário do que ocorria no passado, em que tínhamos um partido que era um instrumento de apoio às lutas, hoje temos um partido que se enfrenta com elas, como se deu no episódio recente da greve dos professores de Rio Grande do Sul, categoria fundamental na formação do PT. Vale registrar que o governo desse estado é encabeçado por Olívio Dutra, dirigente histórico do partido que hoje pertence à chamada “esquerda petista”. Ainda que seu governo seja formado por integrantes de todas as correntes do partido, a maioria deles é ligada à esquerda petista, o que mostra que as diferenças são secundarizadas, em face da prioridade do exercício do governo.

Cada vez mais, o espaço institucional passa a ser privilegiado em detrimento das lutas sociais. O conceito marxista de “luta de classes” deu lugar a um conceito difuso de “direito à cidadania”, segundo o qual, os trabalhadores são vistos como cidadãos sem nenhuma clivagem de classe, diluindo-se o papel da exploração capitalista.

O PT das origens não existe mais. O partido que se impôs como uma diferença no cenário político nacional, hoje é um grande partido eleitoral, com políticas cada vez mais social-democratas, ainda que seus dirigentes formalmente não se assumam como tal.

No momento em que preparamos este texto, as evidências apontam para o contínuo crescimento eleitoral do PT. Não sabemos se Lula eleger-se-á Presidente da República, pois não temos bola de cristal, mas os temores de que aqui no Brasil se repita, como tragédia, o desastre de Fernando De La Rúa, na Argentina, está presente nas reflexões de um setor mais consciente da população trabalhadora. 🗳️



DO PCB AO PT: CONTINUIDADES E RUPTURAS NA ESQUERDA BRASILEIRA

ÁLVARO BIANCHI

Professor de Teoria Política na Universidade Metodista de São Paulo

Na cidade de Porto Alegre existia uma velha casa, com cara de abandonada, que acima de seu portão de ferro tinha os seguintes dizeres escritos: “os mortos governam os vivos”. Se não falha a memória, ficava na Avenida João Pessoa, passando o parque da Redenção. Mas tanto faz o lugar, o que importa registrar é a sensação de desconforto que provocava em quem por lá passasse. A frase, que tinha o ar de maldição, era, na verdade, um velho bordão positivista e se lá estava é porque aquela casa tinha servido, há muitos anos, como local de reunião dos admiradores gaúchos de Auguste Comte.

Se a esquerda brasileira merecesse uma divisa em seu portão, provavelmente deveria ser a mesma. Perseguida por uma velha maldição, ela é governada pelo espectro de Stalin, pela sobrevida da estratégia da Frente Popular aprovada pelo 7º Congresso da Internacional Comunista. Esta sobrevida limitou a construção de uma alternativa classista, impediu a afirmação de uma concepção de mundo própria e, de fato, facilitou a vitória da ideologia neoliberal, como iremos demonstrar.

Falar da maldição de Stalin pode parecer surpreendente. Afinal, desde o informe Krushev, em 1956, nenhuma figura foi tão execrada pela esquerda internacional, e restam hoje apenas poucos agrupamentos, alguns dos quais com representação política em nosso país, que associariam seu nome ao do déspota. Mas se os crimes de Stalin e o culto à sua personalidade receberam grande repúdio, o mesmo não ocorreu com as diretrizes políticas formuladas no exato momento em que os crimes se torna-

vam ainda mais brutais e o culto mais doentio. Desvinculada da política, a ruptura com o stalinismo assume a forma de crítica moral e oposição ética. E de fato não foram poucos os que romperam moral e eticamente com o stalinismo sem a contrapartida política.

Voltemos, pois, ao ano de 1935. Moscou é o local. O Congresso da Internacional Comunista, realizado naquele ano, aprovará uma importante guinada política. As teses esquerdistas dos anos anteriores são abandonadas, bem como a caracterização da social-democracia como social-fascismo, que tanto ajudou à ascensão de Hitler ao poder. Em seu lugar, são aprovadas teses nas quais não só a criação de uma frente única operária com os dirigentes social-democratas era aceita, como também era proposta uma ampla frente única com partidos e movimentos antifascistas.¹

A mesma resolução aprovava a relação dos partidos comunistas com prováveis governos da frente antifascista:

“Na medida em que o governo de frente única tome realmente medidas decisivas contra os magnatas financeiros contra-revolucionários e seus agentes fascistas, e não restrinja de forma alguma a atividade do partido comunista e a luta da classe operária, o partido comunista apoiará totalmente o governo. A participação dos comunistas no governo da frente única será decidida separadamente em cada caso particular, na medida em que variar a situação concreta.”²

Por trás do linguajar classista encontrava-se uma proposta de constituição de frentes e governos que extrapolavam os limites de classe. A apli-

cação destas resoluções, onde frentes populares chegaram ao governo, deixou claro que quando transformadas em prática política, acarretavam a subordinação do movimento operário a seus novos aliados. Na França, o Partido Comunista Francês (PCF) não economizou esforços para constituir a Frente Popular, com a Seção Francesa da Internacional Operária, o partido social-democrata de Leon Blum, e com o decadente Partido Radical do ex-presidente Daladier.

A vitória eleitoral da Frente Popular foi seguida da maior onda de greves já vista pela França e por um excepcional crescimento do PCF. A situação radicalizou-se rapidamente e a esquerda revolucionária anunciou, através de seu líder, Marceau Pivert, que “tudo era possível”. Mas o jornal dos comunistas, *L’Humanité*, afirmava o contrário:

“Existe simplesmente um programa da Frente Popular no qual o presidente Daladier fazia observar que não existia nada de revolucionário e que não era natural assustar quem o desejava. Neste programa, todas as partes e organizações agrupadas na Frente Popular entendem sua realização sob a ordem, a calma, a tranqüilidade e sem precipitações completamente inúteis. (...) Não! Nem tudo é possível!”³

Para não assustar os aliados, o PCF se voltou contra as greves. Maurice Thorez, o chefe do PCF, fez história com sua afirmação: “Se bem é importante conduzir bem um movimento reivindicatório, há que saber também terminá-lo. Agora não é questão de tomar o poder.”⁴

A crescente subordinação da Frente Popular a seus aliados e, principalmente, ao Partido Radical, acabou corroendo sua própria base de sustentação. Ao invés de expandir sua base de apoio, a aliança havia afastado os trabalhadores. Menos de um ano depois de vencer a eleição, o presidente Leon Blum era derrubado pela Assembléia Nacional, sem nenhuma resistência extra-parlamentar.

As teses do 7º Congresso da Internacional Comunista tiveram largo curso no Brasil. A Conferência da Mantiqueira, realizada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1943, apoiou uma política de unificação nacional a favor do governo Getúlio Vargas e contra o nazi-fascismo. O aliancismo pecebista não era um movimento conjuntural, determinado pelo desenrolar da Segunda Guerra Mundial. Após seu término, durante o governo do general Eurico Gaspar Dutra, o PCB procurou manter sua imagem de partido da ordem e da tranqüilidade, opondo-se, até mesmo a movimentos grevistas para “evitar as provocações”.⁵ Em seus pronunciamentos, Prestes afirmava:

“Lutamos, antes de tudo, por ordem e tranqüilidade. Não cessamos de explicar ao povo que, no período histórico que atravessamos, de desenvolvimento pacífico, só aos fascistas e reacionários interessa a desordem. Por isso, defendemos, intransigentemente, a posse do candidato eleito e reconhecido pelo Tribunal, particularmente diante da maneira como se realizou o pleito, num clima de liberdade. Frente ao governo do general Dutra, nossa política será a mesma que vimos mantendo em face dos governos dos srs. Vargas e Linhares: apoio a todas as medidas democráticas, contra os agitadores, demagogos e salvadores que pretendam perturbar a ordem e interromper o processo democrático com novos golpes armados.”⁶

Colocado na ilegalidade, em 1946, o PCB promoveu uma inflexão à esquerda. No Manifesto de Janeiro de 1948 faz autocrítica de suas posições anteriores e



de suas “ilusões reformistas”. Mas a política de Frente Popular permanece, em seus pressupostos fundamentais, intocada. É claro, as alianças não chegam até o governo, mas o Partido não deixa de sonhar com “os elementos antiimperialistas que sempre ainda existem na burguesia nacional, especialmente suas camadas médias e progressistas”, nem com a constituição de uma Frente Democrática de Libertação Nacional.⁷ O giro à esquerda é consolidado pelo Manifesto de Agosto de 1950, que afirmava a necessidade de o proletariado dirigir a Frente Democrática de Libertação Nacional.⁸

Mas mesmo esta “esquerdização” não teve vida longa.⁹ Após seu 4º Congresso, realizado em 1954, o PCB começou a se distanciar do chamado Manifesto de Agosto, retomando, em grande medida, suas posições anteriores. O caráter antiimperialista e antifeudal da revolução brasileira era mais uma vez afirmado pelo Partido e a burguesia nacional apresentada como aliada.¹⁰

A conhecida Declaração de Março de 1958, reafirma mais uma vez essa política e aponta a existência de uma contradição fundamental entre uma burguesia “nacional e progressista” e o imperialismo norte-americano e seus aliados. De acordo com a declaração,

“O proletariado e a burguesia se aliam em torno do objetivo comum de lutar por um desenvolvimento independente e progressista contra o imperialismo norte-americano. Embora explorado pela burguesia, é do interesse do proletariado aliar-se a ela, uma vez que sofre mais do atraso do país e da exploração imperialista do que do desenvolvimento capitalista. Entretanto, marchando unidos para atingir o objetivo comum, a burguesia e o proletariado possuem também interesses contraditórios.”¹¹

Anunciada a contradição, a política indicada foi a constituição de uma Frente Nacionalista, constituída pelos “patriotas da burguesia nacional”, a pequena burguesia e o proletariado urbano e rural. Tal frente poderia desenvolver suas forças pacificamente, chegando até mesmo a constituir, por esses meios, um governo nacional e a realizar “por formas e meios pacíficos”, a revolução antiimperialista e antifeudal.¹²

As diretrizes anunciadas pela Declaração de Março foram ratificadas pelo 5º Congresso, realizado em 1960. O apoio à candidatura do marechal Lott, em 1961, e o suporte dado pelo partido ao governo de João Goulart, foram os desdobramentos práticos dessas teses. A política do Partido ficou, em grande medida, atrelada ao governo e suas iniciativas ficavam a ele subordinadas. Tal subordinação fica evidente em discurso de Prestes no dia 17 de março de 1964, colocando o partido e o “povo” sob a liderança de João Goulart:

“O povo veio à rua (...) para perguntar ao Presidente da República se está disposto a colocar-se à frente do processo revolucionário que avança. E as massas puderam naquele dia tomar conhecimento de alguns atos do Presidente da República, conhecer suas palavras em discurso que, sem dúvida alguma, podemos chamar de memorável. Porque, naquele dia, o Presidente João Goulart, com os atos que assumiu e com as palavras que enunciou, disse ao povo brasileiro que quer assumir a liderança do processo democrático em desenvolvimento em nosso País.”¹³

O golpe militar de 1964 colocou a nu as contradições da política pecebista. Não só o Partido não se preparou para enfrentar a reação, como assistiu a tudo passivamente. De acordo com a descrição que Jacob Gorender faz da reunião da direção nacional do PCB, na manhã dia 31 de março, quando já havia notícias imprecisas sobre o levante militar em Minas Gerais, a única decisão da reunião foi realizar um contato com o presidente Goulart. Ao final da tarde, frente à convocação de uma greve geral pelo Comando Geral dos Trabalhadores, Prestes telefonou para a sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, influenciada pelo Partido, para propor a retirada da convocação.¹⁴ No dia 1º de abril os jornais noticiavam uma censura pública do partido ao movimento grevista:

“O Partido Comunista Brasileiro responsabilizou ontem os grupos radicais pela precipitação da crise política, tachando de imprudente a tática utilizada por líderes extremados. Acha o PCB que tal atitude conduzirá à união do centro contra a

direita, neutralizando assim a ação dos setores mais moderados da esquerda, e que, no seu entender, levará à deposição do Presidente da República, com lastro na opinião pública.”¹⁵

O quietismo da direção do PCB abriu um processo de lutas internas e desagregação política que havia, em certa medida, sido antecipado pela expulsão em 1962 da fração de João Amazonas, Pedro Pomar e outros. Tinha início a primeira onda de reorganização da esquerda brasileira.



Parte I. A vingança

O balanço do golpe e da ausência de resistência popular foi, também, uma crítica à política do PCB. Ao longo dos anos 1960, um grande número de militantes rompeu com o partido e deu início à revisão das teses que haviam conduzido à sua paralisação. Inspirados pela Revolução Cubana, a maior parte desses militantes optou pelo caminho da guerrilha. Substituíram a arma da crítica pela crítica das armas à estratégia do PCB.

Dentre essas rupturas, as mais importantes foram as que deram origem à Aliança Libertadora Nacional (ALN) e ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). A ALN surge a partir da ruptura de Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira com a direção do partido, em 1967, depois que o primeiro, então dirigente do PCB no estado de São Paulo, participou, sem autorização, da Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (Olas), realizada em 1967 na cidade de Havana. Na ocasião, Marighella desferiu duras críticas ao PCB, mas seus desacordos já estavam evidentes em 1965, em sua obra *Por que resisti à prisão*.¹⁶

Nela, o então dirigente pecebista manifesta sua concordância com a definição das tarefas da revolução brasileira definidas pelo Partido, mas critica explicitamente o papel dirigente atribuído à burguesia nacional, bem como os meios pacíficos utilizados para realizar essas tarefas. Suas críticas não o afastavam, entretanto, de uma aliança com a burguesia nacional:

“As premissas para o estabelecimento do futuro do país e seu destino democrático são condicionadas pela natureza da frente única de combate à ditadura. Trata-se, pelo seu conteúdo, da frente única anti-ditadura.

É uma frente única de vasta amplitude de massa. Pela sua composição de classe, exige a participação da burguesia nacional e da pequena burguesia, como dos operários e camponeses, além de quaisquer setores das classes proprietárias em oposição à ditadura no momento atual.”¹⁷

E mais adiante concluía:

“Continua certo que a aliança com a burguesia nacional é uma necessidade na conjuntura histórica brasileira. Seja como for, porém, torna-se imprescindível travar a batalha pela conquista da hegemonia, sem o que o futuro do movimento de massas estará comprometido”.¹⁸

Após a ruptura com o PCB, as críticas tornaram-se mais agudas, sem que isso implicasse em uma redefinição do caráter da revolução ou das relações com a burguesia nacional. A crítica concentra-se, assim, no quietismo do PCB e no seu burocratismo, apresentando como alternativa o ativismo radical organizado por grupos armados semi-autônomos. Em seu famoso *Mini-manual do guerrilheiro urbano*, de 1969, esta perspectiva é assim resumida:

“A organização é uma rede indestrutível de grupos de fogo e de coordenações ente eles, que funciona de maneira simples e prática, com um comando geral que também participa dos ataques; organização que existe com o único propósito, simples e puro, de ação revolucionária”.¹⁹

A estratégia dessa ação parava, entretanto, no umbral de um governo popular-revolucionário, vagamente definido em sua composição e muito distante de uma revolução socialista.²⁰ A instalação de “governo popular-revolucionário” era também a estratégia do PCB, como fica claro no documento *Linha Política*, de abril de 1968: “o objetivo fundamental da revolução brasileira é destruir o aparelho burocrático-militar do Estado burguês-latifundiário, substituindo-o por um Governo Popular Revolucionário.”²¹

O Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e suas rupturas, a Ala Vermelha e o partido Comunista Revolucionário, mantinham as análises do PCB, caracterizando a revolução brasileira como antifeudal e antiimperialista. O mesmo se pode dizer, evidentemente, das organizações guerrilheiras nacionalistas, como o Movimento Nacionalista Revolucionário e a Resistência Armada Nacionalista, além de outros pequenos grupos com o mesmo caráter.²²

Outras organizações como a Vanguarda Popular Revolucionária e os Comandos de Libertação Nacional tinham posições dúbias a respeito. A primeira afirmava o caráter socialista da revolução, muito embora seu nome apontasse para a evolução democrática e popular. Na segunda, coexistiam as duas posições, conforme relata Herbert Daniel em seu livro de memórias.²³

Ambigüidades também podem ser encontradas na organização Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares, que resultou da fusão de ambas, no partido Revolucionário dos Trabalhadores, no Movimento Revolucionário 8 de Outubro, herdeiros da formulação da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (Polop) que, muito embora afirmassem o caráter socialista da revolução identificavam, de maneira muito próxima ao PCB, no latifúndio e no imperialismo os entraves ao desenvolvimento nacional.²⁴ A persistência do programa pecebista atingiu até mesmo o troskismo. O Par-

tido Operário Revolucionário, influenciado pelo argentino J. Posadas, desenvolveu, a partir de 1963 um processo de aproximação e adaptação ao nacionalismo, conforme demonstrado no alentado estudo de Murilo Leal Pereira Neto.²⁵

Não é o momento de fazer o balanço dessas experiências guerrilheiras. Basta, por enquanto, afirmar que o que elas apresentaram em termos de coragem e dedicação, não teve paralelo em capacidade de inovação programática. O espectro de Stalin e da Frente Popular continuou a rondar a esquerda brasileira.

Parte II. O retorno

A segunda onda de reorganização da esquerda brasileira teve início com as greves do ABC paulista, a partir de 1978, e com o renascimento do movimento sindical no Brasil. No interior desse movimento, expressava-se uma crítica radical ao aliancismo e ao peleguismo. Era uma crítica prática, mas uma crítica capaz de fundar uma classismo espontâneo, que foi a marca política dessa reorganização.

O Partido dos Trabalhadores e a Central Única dos Trabalhadores nasceram desse classismo espontâneo. Relembremos um pouco. A proposta de formação de um Partido de Trabalhadores começou a ser veiculada pelo jornal *Versus*, influenciado pela organização Convergência Socialista, em meados do ano de 1978. Tal proposta se materializou na tese que o Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André apresentou no 9º Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico do Estado de São Paulo realizado na cidade de Lins, em janeiro de 1979.²⁶

A tese propunha um chamado a todos os trabalhadores brasileiros para a construção de “seu partido, o Partido dos Trabalhadores”. Tal partido deveria excluir a colaboração com a burguesia, deveria ser “de todos os trabalhadores da cidade e do campo”, mas “sem patrões”.²⁷

O caráter classista era reafirmado pela Carta de Princípios, divulgada pela Comissão Nacional Provisória do Partido dos Trabalhadores no dia 1º de maio de 1979. Nessa carta era afirmada a necessidade dos trabalhadores organi-

zarem sua participação independente na vida política nacional.²⁸ Nos documentos fundacionais, a questão do poder aparece ainda de maneira muito vaga, como podemos ver no Programa de Fundação do Partido: “A luta do PT contra o regime opressivo deve construir uma alternativa de poder econômico e político, desmantelando a máquina repressiva e garantindo as mais amplas liberdades para os trabalhadores e oprimidos que se apoiem na mobilização e organização do movimento popular e que seja a expressão de seu direito e vontade de decidir os destinos do País. Um poder que avance nos rumos de uma sociedade sem exploradores e explorados. Na construção dessa sociedade, os trabalhadores brasileiros têm claro que essa luta se dá contra os interesses do grande capital nacional e internacional.”²⁹

Este classismo foi reafirmado pela campanha eleitoral de 1982 e pela Plataforma Eleitoral Nacional que a orientou. Nela pode ser lido um compromisso com a construção de um novo poder, baseado na classe operária. O objetivo desse novo poder seria a construção de uma “sociedade sem explorados e sem exploradores”.³⁰ Tal poder baseado na classe operária não foi definido de maneira precisa pelo programa do novo partido nem as tarefas históricas que ele teria que realizar, assim como a “alternativa de poder econômico e político” era por demais abstrata. O conteúdo abstrato e impreciso das formulações programáticas era até mesmo justificado nos textos partidário fazendo referências ao caráter permanente e processual das lutas que haviam dado origem ao partido.³¹

As afirmações genéricas e as declarações de princípios ocuparam o lugar da formulação programática nos primeiros anos do PT. Sua crítica as tradições políticas e organizativas que lhe precederam ficaram, desta maneira, em grande medida no terreno prático. Não deixa de causar estranheza o fato de que o diálogo com essas tradições inexistente nos documentos do primeiro quinquênio petista. Evidentemente, o PT separa-se, em sua atividade, do passado guerrilheiro, muito embora muitos de seus dirigentes estivessem vinculados a essa tradição. Sua participação, desde o momento da legalização, nos processos eleitorais e seus profundos laços com o movimento de massas, particularmente com o chamado “novo sindicalismo”, deixam claro esse afastamento. Afasta-se, também, da tradição política conciliadora e aliancista que marcara o PCB e que era reproduzida também pelo PCdoB.

Mas tal separação, tal afastamento, realiza-se, fundamentalmente no terreno prático. O que o PT inaugura, com seu surgimento no cenário político nacional, é uma nova prática, o classismo, e não um novo programa. Ora, tal classismo nunca chegou a ultrapassar seu estágio inicial, representando a agregação dos interesses econômicos imediatos da classe trabalhadora. A ausência de um programa, a ausência de uma estratégia, impediu que a prática petista estivesse referenciada em uma nova concepção de mundo capaz de superar o nível econômico-corporativo e afirmar a classe operária como classe dirigente ou classe que almeja ocupar esse posto.

O que seria necessário para ultrapassar esse classismo prático? Para superar o nível econômico-corporativo seria necessária a afirmação, além da independência política da classe trabalhadora, de uma concepção de mundo própria, concepção esta que se materializaria em um programa socialista, ou seja, um programa anticapitalista, um programa capaz de unificar economia e política.



Nos seus primeiros anos as imprecisões programáticas do PT serviram para unir forças políticas e sociais até então dispersas. Mas o acentuado crescimento eleitoral da esquerda a partir de 1985 tornou imperativa a formulação estratégica. Coincidentemente, apogeu do classismo prático, a decisão do Partido dos Trabalhadores de boicotar o Colégio Eleitoral e de opor-se ao pacto social proposto por Tancredo Neves, coincide com o início de seu abandono. O mesmo Encontro Nacional Extraordinário que referendou o boicote e a oposição ao pacto, formulou, pela primeira vez a “alternativa democrática e popular”.³² Introduzia-se, assim, uma definição a respeito do caráter do poder, muito mais precisa do que as vagas referências presentes, até então, nos documentos petistas. Definição essa que remetia, sem lugar a dúvidas, ao velho programa do PCB.

Tal definição sobre o caráter do poder seria retomada de maneira mais minuciosa nas resoluções do 4º Encontro Nacional, realizado em 1986. O texto aprovado, “Plano de Ação Política e Organizativa do Partido dos Trabalhadores para o período 1986/87/88” tem ambições programáticas muito maiores do que aqueles que o precederam. Discute o estágio de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, analisa a estrutura de classes em nosso país e delinea, em seu Plano de Ação, um “projeto alternativo de transformações a curto e médio prazos”.³³

Um dos itens do plano de ação chama a atenção, aquele dedicado à “conquista de governos estaduais”.³⁴ Nele, é afirmada a necessidade de apresentar uma “plataforma de governo séria, de aplicação viável e que corresponda a suas reivindicações e graus de consciência”. Tal plataforma deveria “estar assentada nas reivindicações e aspirações democrático-populares e ser um instrumento que contribua para mobilizar e organizar os trabalhadores e o povo na luta.”³⁵

De maneira emblemática, o desenvolvimento deste ponto leva o documento a colocar a questão das alianças. No texto, é afirmada a necessidade de alianças com a diversidade de forças políticas e sociais que atuam no interior das classes trabalhadoras e são descartadas as

“alianças estratégicas com a burguesia e com as forças políticas que sustentam a dominação e a hegemonia da classe burguesa e a perpetuação do sistema capitalista”.³⁶ O adjetivo permite pensar, entretanto, um amplo leque de alianças não-estratégicas e imaginar que enquanto o socialismo não estiver batendo na porta nenhuma aliança é estratégica. A própria resolução se encarrega de desenvolver essa perspectiva:

“Na ampliação do espaço democrático e na criação de condições políticas para avançar no caminho do socialismo, bem como na defesa de conquistas imediatas das classes trabalhadoras, são necessários e possíveis, sim, acordos itemizados e delimitados com forças sociais e político-partidárias, mesmo que essas forças não se proponham o socialismo como objetivo final.”³⁷

Nas resoluções do 4º Encontro, programa e estratégia estavam apenas esboçados. Caberia ao 5º Encontro expandir e desenvolver os temas apenas propostos anteriormente e formular de maneira precisa a “alternativa democrática e popular”. Realizado em 1987, tal encontro assentou as bases para a supressão do classismo prático originário e a retomada da estratégia pecebista.

Acompanhemos a formulação e verifiquemos esta retomada pecebista. De acordo com o Encontro: “A crise da transição conservadora é a crise específica de uma certa forma de dominação burguesa, e não a crise geral do Estado ou do regime, uma crise de tipo revolucionário. O que está em questão é a possibilidade de conquista de um governo democrático e popular, com tarefas eminentemente antimonopolistas, antiimperialistas, antilatifundiárias, de democratização radical do espaço e da sociedade – tarefas estas que se articulam com a negação da ordem capitalista e com a construção do socialismo.”³⁸

Nesta primeira formulação o caráter do governo, bem como as tarefas que ele têm colocadas pela frente ficam já plenamente enunciadas. Faltava, ainda, definir o bloco de forças políticas e sociais que compõem o governo. O tema começa a ser introduzido através de uma análise da estrutura de classes da sociedade brasileira. O ponto de partida é a constatação de que no partido existiria um certo consenso so-



bre o inimigo principal: a burguesia. Mas tal consenso logo seria desfeito se analisada a composição dessa burguesia. De acordo com a resolução: "... muitos companheiros colocam no campo da burguesia parcelas significativas de pequenos e microempresários urbanos e rurais e mesmo as camadas assalariadas que não trabalham diretamente na produção fabril ou agrícola. Com isso, não levam em conta que tais camadas possuem profundas contradições com o capital e, por isso, podem se incorporar à luta por transformações sociais no sentido socialista."³⁹

Logo a seguir, culpando mais uma vez os militantes que não tem "conhecimento suficiente", o texto amplia ainda mais as possibilidades de alianças:

"Por outro lado, ao tomar a classe burguesa como inimiga principal, estratégica, muitos militantes são levados a se oporem a que se aproveitem as contradições momentâneas entre os diversos setores da burguesia. Colocam-se contra qualquer aliança política, tática ou pontual, com alguns desses setores. Mas o que importa aqui é que tais posturas são reflexos também de um conhecimento insuficiente ou mesmo de um desconhecimento das contradições internas que movem as classes em sua luta, e que muitas vezes podem colocar em oposição diferentes setores da própria burguesia."⁴⁰

O texto da resolução, marcado por emendas que suprimiam ou alteravam passagens não chega a precisar as forças políticas que poderiam compor alianças políticas e eleitorais não-estratégica. Mas artigo do dirigente petista José Dirceu, publicado no primeiro número da revista Teoria & Debate, então órgão do Diretório Estadual de São Paulo, deixaria claro qual seria a interpretação oficial da resolução.

De acordo com Dirceu, a base para uma política de alianças deveria ser, apenas, a oposição ao presidente José Sarney (PMDB), ao governador Orestes Quércia (PMDB) e ao prefeito Jânio Quadros (PTB). Desta forma, a política do PT "exclui evidentemente, alianças com os partidos da direita e que apoiam a 'Nova República' (PDS, PL, PTB, PDC, PFL e PMDB) e coloca a discussão de alianças com o PCB, PSB e PDT no campo objetivo da posição destes partidos com relação aos governos Sarney e Quércia."⁴¹ As alianças poderiam abranger até mesmo setores do PMDB, denominados de progressistas, "desde que rompam com suas políticas oficiais em nível nacional".⁴²

A definição de uma "alternativa democrática e popular", do caráter antimonopolista, antiimperialista e antilatifundiário dessa alternativa e da possibilidade de alianças não-estratégicas, ou seja, táticas, com a burguesia, remete de maneira tão evidente ao PCB, que o texto da Resolução é obrigado a tentar livrar-se desse incômodo parentesco. O incômodo deveria ser grande. Esta é a única vez, em todas as resoluções oficiais do Partido na qual a estratégia do partidão é criticada. A crítica, de maneira tosca, afirma não ser a alternativa do PCB "democrático e popular" e sim "nacional e democrática", ou seja, uma alternativa na qual a burguesia "nacional" teria seu lugar.⁴³

A César o que é de César. Já no Manifesto de Agosto citado anteriormente, o PCB fez amplo uso da expressão "governo democrático e popular", colocando tal formulação como o ponto número um de seu programa, como podemos ver abaixo:

"Unamo-nos, todos, democratas e patriotas, acima de quaisquer diferenças

de crenças religiosas, de pontos de vista políticos e filosóficos, homens e mulheres, jovens e velhos, operários, camponeses, intelectuais pobres, pequenos funcionários, comerciantes e industriais, soldados e marinheiros, oficiais das forças armadas, em ampla Frente Democrática de Libertação Nacional para a ação e para a luta com o seguinte Programa

1 – Por um governo democrático e popular

2 – Substituição da atual ditadura feudal burguesa servil do imperialismo por um governo revolucionário, emanção direta do povo e legítimo representante do bloco de todas as classes e camadas sociais, de todos os setores da população do país que participem efetivamente da luta revolucionária pela libertação nacional do jugo imperialista, sob a direção do proletariado.”⁴⁴

Não se tratava de uma formulação passageira, fruto de um arroubo esquerdista do partidão. A mesma formulação acoplada a um programa idêntico ao do PT pode ser encontrada no chamado que o PCB, através de seu secretário geral, Luís Carlos Prestes, fez ao Partido Trabalhista Brasileiro de João Goulart e Leonel Brizola: “Comunistas e trabalhistas podem e devem unir-se. É com razão que nos chamamos de irmãos. (...) Quanto a nós, os comunistas, não ocultamos jamais nossos objetivos. Lutamos pela libertação do Brasil do jugo do imperialismo norte-americano, pela entrega da terra dos latifundiários gratuitamente aos camponeses, pela substituição do regime de latifundiários e grandes capitalistas pelo regime democrático-popular.”⁴⁵

Mas chega de documentar a paternidade da proposta de “governo democrático popular”. Seu desenvolvimento nos encontros posteriores do Partido dos Trabalhadores e a expansão cada vez maior do arco de alianças valem mais do que citações e as experiências petistas à frente de administrações municipais e estaduais informam mais do que mil documentos.

Retomemos nossa tese: a partir de 1985, quando a esquerda teve colocada diante de si a obrigação de formular sua estratégia, ao invés de avançar retomou a velha estratégia pecebista. Ao invés de afirmar o governo dos trabalhadores afirmou o “governo democrático e popu-

lar”, depois transformado em “administração democrática e popular” municipal, “governo para todos” e, para não deixar lugar a dúvidas, “frente popular”, denominação adotada pela chapa petista nas eleições nacionais.

As idéias de governo ou administração “democrático popular”, primeiro, e “para todos”, posteriormente, apaga a existência dos antagonismos que fundavam o classismo prático. Só é possível governar para todos se o conflito capital-trabalho é entendido como conflito meramente distributivo. Neste caso, bastaria encontrar um *optimum* que permitisse a ambas as partes ganhar o máximo sem prejudicar a outra.

Não demorou muito para as conseqüências programáticas dessa concepção ficarem evidentes e o “crescimento econômico com distribuição de renda” ser afirmado como ponto chave do programa democrático-popular. O tema aparece no Plano Econômico Alternativo de Emergência, apresentado como alternativa ao Plano Verão em dezembro de 1988 e é desenvolvido em documentos posteriores. Encontra-se, assim, no documento As bases do PAG (Plano de Ação do Governo), aprovado no 6º Encontro Nacional para servir de base ao programa da candidatura Lula, que propõe a “distribuição de renda com vistas à erradicação da miséria absoluta, redução das desigualdades regionais e ampla difusão dos benefícios gerados pelo desenvolvimento, com busca permanente do pleno emprego dos trabalhadores.”⁴⁶

Desenvolvimento nos marcos do capitalismo, é bom que se diga e distribuição gradual para impedir aos capitalistas “sabotar os objetivos do governo”.⁴⁷ Depois disso foi só um passo para defender, como fez o 10º Encontro Nacional do PT: “Uma política de renda nacional e negociada entre trabalhadores, governo e empresários, que acione as câmaras setoriais de forma articulada com uma política industrial e agrícola ativa e a utilização de mecanismos de controle e punição de práticas abusivas de marcação de preços e outros crimes contra a concorrência e a economia popular.”⁴⁸


Nas eleições de 1998, o sonho de Prestes se concretizou. O partido que veio ocupar o lugar



do PCB na esquerda brasileira se uniu ao partido herdeiro do PTB de João Goulart. Alçado à condição de integrante do “campo democrático-popular”, o Partido Democrático Trabalhista, na figura de seu presidente, Leonel Brizola, ocupou a vice presidência na chapa de Lula. No programa da frente que sustentou as candidaturas de Lula e Leonel Brizola, os três eixos fundamentais eram “o nacional”; “o social”; e o “democrático”, constituindo o que o Encontro Nacional Extraordinário realizado em 1998 chamou e “um Projeto Nacional de Desenvolvimento”.⁴⁹

A resolução aprovada nesse encontro trazia o título “O fim de um ciclo”. De fato, a aliança PT-PDT encerrava o ciclo do classismo prático. O programa democrático popular ao fim das contas, resumiu-se ao modelo keynesiano-desenvolvimentista defendido como horizonte pelo PCB dos anos 1950 e 1960. Ao proceder de tal maneira, a fração majoritária da esquerda brasileira assumiu, programaticamente, sua condição subalterna. As energias utópicas que haviam sido criadas pelas greves do final dos anos 1970 e dos anos 1980, pelo nascer de um classismo prático, dissiparam-se.

Restrito a sua forma prática, econômico-corporativa, o classismo se demonstrou ideologicamente frágil. Sua luta foi pulverizada em um grande número de pequenos fronts de batalha, as greves e os movimentos reivindicativos econômicos. Bastou o adversário unir-se em torno de um projeto e desferir uma série de golpes bem sucedidos nos fronts chaves para desarticular esse classismo. A preponderância da ideologia neoliberal foi um dos resultados desse processo.

O classismo prático foi derrotado ideologicamente por que não deixou raízes nas massas. Não se plasmou em um programa que pudesse galvanizar as esperanças de milhões. Se estamos mais próximos hoje do que há alguns anos de uma retomada das lutas de massas, precisamos refletir sobre a experiência das últimas décadas e definir as tarefas da esquerda na nova conjuntura. Se queremos evitar os erros do passado temos que colocar entre essas tarefas a ruptura com a velha maldição: a estratégia pecebista, o aliancismo, a colaboração de classes e a frente popular. A ruptura com a subalternidade, afirmando um projeto próprio, um projeto que renegue a ordem capitalista, um classismo teórico e programático. 

NOTAS

¹ “Extracts from the resolution of the Seventh Comintern Congress on fascism, working-class unity, and the tasks of the Comintern.” In Degras, Jane (ed.). *The Communist International. 1919 – 1943 Documents*. Londres: Frank Cass, 1971, v. 3, p. 364.

² *Idem*, v. 3, p. 365.

³ Guitton, Marcel. “Tout n’est pas possible. L’Humanité, 29 mai 1936”. In: Rioux, Jean-Pierre (org.). *Révolutionnaires du Front populaire. Choix de documents, 1935-1938*. Paris: Union Générale d’Éditions, 1973, p. 160.

⁴ Apud Moreno, Hugo. Tudo era possível. França, 1936. *Desafio*, n. 3/4, jul. 1993, p. 40.

⁵ Mazzeo, Antonio Carlos. *Sinfonia inacabada. A política dos comunistas no Brasil*. Marília/S.Paulo: Unesp-Marília/Boitempo, 1999, p. 73.

⁶ “Prestes faz novo apelo pela União Nacional e para defesa da ordem. *Tribuna Popular*, 12 dez. 1945”. In: Moraes, Denis de (Org.) *Prestes com a palavra. Uma seleção das principais entrevistas do líder comunista*. Campo Grande: Letra Livre, 1997, p. 73.

⁷ PCB. “Informe político de maio de 1949”. In: Carone, Edgar. *O PCB*. S.Paulo: Difel, 1982, v. 2, p. 101.

⁸ Prestes, Luiz Carlos (Pelo Comitê Nacional do Partido Comunista Brasileiro). “Manifesto de agosto de 1950”. In: Vinhas, Moisés. *O Partidão. A luta por um partido de massas. 1922-1974*. São Paulo:

Hucitec, 1982, p. 152-153.

⁹ Ver para tanto Mazzeo, Antonio Carlos. Op. cit., p. 74-83.

¹⁰ “No concerne às relações com a burguesia nacional, o Programa do Partido não só não ameaça seus interesses como defende suas reivindicações de caráter progressista, em particular o desenvolvimento da indústria nacional. Essa posição é acertada, decorre de uma justa compreensão do caráter da revolução brasileira em sua primeira etapa, quando as necessidades já maduras do desenvolvimento da sociedade brasileira, que exigem solução imediata, são exclusivamente as de caráter antiimperialista e antifeudal. A burguesia nacional não é, portanto, inimiga; por determinado período pode apoiar o movimento revolucionário contra o imperialismo e contra o latifúndio e os restos feudais.” PCB. “4º Congresso do PCB. Problemas, 64, dez. 1954-fev. 1955”. In: Carone, Edgar. O PCB (1943-1964). São Paulo: Difel, 1982, v.2, p. 132.

¹¹ PCB. “Declaração sobre a política do PCB. Voz Operária, 22 mar. 1958”. In: Carone, Edgar. O PCB (1943-1964). São Paulo: Difel, 1982, v.2, p. 187.

¹² Idem.

¹³ Gorender, Jacob. Combate nas trevas. São Paulo: Ática, 1998, p. 68.

¹⁴ Idem, p. 71.

¹⁵ Jornal do Brasil, 1º abr. 1964.

¹⁶ Marighella, Carlos. Por que resisti à prisão. São Paulo/Salvador: Brasiliense/Oludum-Ufba, 1995.

¹⁷ Idem, p. 137.

¹⁸ Idem, p. 147.

¹⁹ Marighella, Carlos. “Mini-manual del guerrillero urbano”. Marxist Internet Archive, 2000. Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/noneng/espanol/marigh/obras/mini.htm>>. Acesso em: 19 mai. 2001.

²⁰ Marighella, Carlos. “Llamado al pueblo brasileño a unirse a la lucha”. Marxist Internet Archive, 2000. Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/noneng/espanol/marigh/obras/mensaj.htm>>. Acesso em: 19 mai. 2001. O texto de Marighella termina com três palavras de ordem, nenhuma das quais faz menção ao socialismo: “Ódio mortal aos imperialistas norte-americanos. Abaixo a ditadura militar. Viva Che Guevara.”

²¹ PCB. “Linha Política, abr. 1968”. In: Reis Filho, Daniel Aarão e Sá, Jair Ferreira de (Org.) Imagens da revolução. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

²² Para a miríade de organizações surgidas após 1964, siga as indicações de Jacob Gorender, na obra já citada e do livro de Ridenti, Marcelo. O fantasma da revolução Brasileira. S.Paulo: Unesp, 1993, p. 25-72. Coletâneas de textos, que antes disso possuíam restrita circulação podem ser encontradas no livro organizado por Daniel Aarão Reis Filho e Jair Ferreira de Sá, já citado, bem como em Frederico, Celso (Org.) A esquerda e o movimento operário (1964-1984). São Paulo: Novos Rumos, 1987, v.1.

²³ Apud Ridenti, Marcelo. Op. cit., p. 36.

²⁴ Este argumento é apresentado, de maneira convincente por Ridenti, Marcelo. Op. cit., p. 35-36.

²⁵ Pereira Neto, Murilo Leal. Contribuição à história do trotskismo no Brasil. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1998.

²⁶ Partido dos Trabalhadores. “A Tese de ‘Santo André-Lins’ – 1979”. In: Resoluções de Encontros e Congressos. 1979-1998. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 47-48.

²⁷ Idem.

²⁸ Partido dos Trabalhadores. “Carta de Princípios – 1979”. In: Resoluções de Encontros e Congressos. 1979-1998. Op.

cit., p. 49-54. (Grifos nossos.)

²⁹ Partido dos Trabalhadores. “Programa. Reunião Nacional de Fundação do Partido dos Trabalhadores – 1980”. In: Resoluções de Encontros e Congressos. 1979-1998. Op. cit., p. 68-69.

³⁰ Partido dos Trabalhadores. “2º Encontro Nacional – 1982. Plataforma Eleitoral Nacional. Trabalho, terra e liberdade”. In: Resoluções de Encontros e Congressos. 1979-1998. Op. cit., p. 125. (Grifos nossos.)

³¹ Como, por exemplo, na seguinte afirmação: “nosso partido não pode nascer pronto e acabado. Ele se desenvolve ao mesmo tempo em que se desenvolvem as lutas dos trabalhadores.” Partido dos Trabalhadores. “Programa. Reunião Nacional de Fundação do Partido dos Trabalhadores – 1980”. In: Resoluções de Encontros e Congressos. 1979-1998. Op. cit., p. 68.

³² “O PT se propõe a, junto com as entidades sindicais, partidos, associações e com base nas lutas dos movimento, quebrar o pacto social, opondo à transição conservadora uma alternativa democrática e popular que expresse a vontade de milhões de brasileiros que, na campanha por eleições livres e diretas, exigiram democracia e mudanças.” Partido dos Trabalhadores. “Contra o continuísmo e o pacto social. Encontro Nacional Extraordinário – 1985”. In: Resoluções de Encontros e Congressos. 1979-1998. Op. cit., p. 191.

³³ Partido dos Trabalhadores. “4º Encontro Nacional. Plano de Ação Política e Organizativa do Partido dos Trabalhadores para o período 1986/87/88 – 1986”. In: Resoluções de Encontros e Congressos. 1979-1998. Op. cit., p. 269.

³⁴ Idem, p. 281-286.

³⁵ Idem, p. 282.

³⁶ Idem, p. 283. (Grifo nosso.)

³⁷ Idem.

³⁸ Partido dos Trabalhadores. “5º Encontro Nacional – 1987. Resoluções Políticas”. In: Resoluções de Encontros e Congressos. 1979-1998. Op. cit., p. 309.

³⁹ Idem, p. 314.

⁴⁰ Idem. (Grifo nosso.)

⁴¹ Dirceu, José. “As alianças e o Partido dos Trabalhadores”. Teoria & Debate, São Paulo, n. 1, dez. 1987. Disponível em: http://www.fpabramo.org.br/td/nova_td/td01/td1_debate.htm. Acessado em 19 mai. 2001.

⁴² Idem.

⁴³ Partido dos Trabalhadores. “5º Encontro Nacional – 1987. Resoluções Políticas”. In: Resoluções de Encontros e Congressos. 1979-1998. Op. cit., p. 314. O argumento é repetido por José Dirceu (Op. cit.).

⁴⁴ Prestes, Luiz Carlos (Pelo Comitê Nacional do Partido Comunista Brasileiro). Manifesto de agosto de 1950. In: Vinhas, Moisés. O Partidão. A luta por um partido de massas. 1922-1974. S.Paulo: Hucitec, 1982, p. 152-153.

⁴⁵ Prestes, Luiz Carlos. “Comunistas e trabalhistas ombro a ombro na luta contra o inimigo comum. Voz Operária, 02 out. 1954”. In: Carone, Edgar. O PCB (1943-1964). S.Paulo: Difel, 1982, v.2, p. 125. (Grifos nossos.)

⁴⁶ Partido dos Trabalhadores. “6º Encontro Nacional – 1989. As bases do PAG [Plano de Ação do Governo]”. In: Resoluções de Encontros e Congressos. 1979-1998. Op. cit., p. 408-409.

⁴⁷ Idem. (Grifos nossos.)

⁴⁸ Partido dos Trabalhadores. “10º Encontro Nacional – 1995. Conjuntura nacional”. In: Resoluções de Encontros e Congressos. 1979-1998. Op. cit., p. 620.

⁴⁹ Partido dos Trabalhadores. “Encontro Nacional Extraordinário – 1989. O fim de um ciclo”. In: Resoluções de Encontros e Congressos. 1979-1998. Op. cit., p. 669-681.

CIDADANIA, DEMOCRACIA E SOCIEDADE CIVIL: A VOLTA DE EDUARD BERNSTEIN

JOSÉ WELMOWICKI
Professor de Ciências Sociais

A falência do modelo neoliberal, a crise do capitalismo global e o colapso do stalinismo nos últimos anos do século XX, e mais ainda nesse início de século XXI, se combinaram com a ascensão de poderosos movimentos de contestação antiglobalização e movimentos de trabalhadores, camponeses e indígenas contra as condições de vida impostas pelo neoliberalismo. Com isso, geraram uma efervescência política em relação ao programa alternativo ao capitalismo imperialista.

O Fórum Social Mundial vem sendo uma expressão dessa intensa busca de um contra-projeto. No entanto, as propostas apresentadas por suas principais referências até agora deram destaque a teorias que visam reformar ou humanizar o capitalismo. Conceitos como sociedade civil, a conquista da cidadania, democracia radical foram substituindo, na elaboração de uma série de correntes de esquerda, o conceito de luta de classes. A própria idéia de revolução socialista foi sendo rejeitada. Sua palavra de ordem é Um outro mundo é possível, sem definir qual o caráter desse outro mundo nem como chegar a ele.

Algumas dessas correntes, que antes se colocaram no campo do marxismo, se propõem mesmo a “atualizá-lo” sob essas bandeiras. Seu traço mais geral é que rejeitam a revolução socialista e se propõem a mudar o mundo por uma via reformista em nome da justiça, do direito universal e da transformação democrática do Estado. Propõem como linha de orientação política a Democracia participativa ou radical, ou seja, a ampliação dos direitos e espaços democráticos do Estado burguês através de uma maior participação popular.

Mas seus autores sempre omitem a origem dessas mesmas idéias. Em geral, apresentam-nas como elaborações originais, como fruto das modificações da realidade com a globalização, ou como fruto de uma reflexão, de um repensar da teoria socialista frente aos impasses pós-queda do muro de Berlim. Tentam apresentar-se como uma saída renovadora, pós-colapso do stalinismo. Correntes social-democratas, stalinistas ou ex-stalinistas e até mesmo algumas que ainda se reivindicam do marxismo revolucionário, atribuem a Lênin ou mesmo a Marx os desastres dos países ditos socialistas e do stalinismo em geral e assim justificam assumir posições cada vez mais defensoras da ‘sociedade democrática’.

Ao se apresentarem como formuladores de uma “nova” estratégia socialista, tratam de ocultar sua dívida com outros pensadores e correntes da esquerda bem anteriores, que em sua imensa maioria já haviam escrito posições semelhantes em relação ao estado e à revolução há bastante tempo. Por isso, poderi-

amos chamá-los neo-reformistas.

Em particular, cometem uma grande injustiça com o primeiro e verdadeiro inspirador de praticamente todas essas variantes, Eduard Bernstein. Como as posições de Bernstein ficaram extremamente associadas e comprometidas com a própria trajetória da social-democracia, sua traição aos princípios socialistas e sua bancarrota na Iª Guerra Mundial, não se faz a devida alusão a suas idéias. No entanto, como trataremos de demonstrar, elas estão na origem de muitas das 'novas propostas' que se discutem no interior do movimento operário e de esquerda atual.

A origem histórica do primeiro revisionismo

Bernstein foi o primeiro teórico importante, oriundo do movimento operário, a elaborar uma revisão completa do marxismo, adaptada às perspectivas políticas da burocracia sindical e política e da intelectualidade reformista que já tinha grande peso no interior do Partido Social-Democrata alemão. Quando sua posição veio à tona, em fins do século XIX, era minoritária entre os dirigentes do partido social-democrata. Só após a guerra de 1914-18 ela passou a dominar teórica e politicamente o partido. Por isso, Bernstein tratou, no começo, de apresentar suas idéias como uma atualização e correção parcial das posições de Marx e Engels, tentando mostrar-se como um seguidor crítico do marxismo, e não como frontalmente contrário a suas posições.¹

Essa primeira reação no interior do movimento operário e do marxismo contra as posições marxistas revolucionárias já incorporava a visão liberal-burguesa (sob outro nome) para justificar seu reformismo. Era, como ele não cansava de afirmar em sua defesa, a expressão programática de uma prática cada vez mais presente na intervenção política diária dos organismos do partido alemão em uma época de luta por reformas que durou décadas (do quarto final do século XIX até o começo do XX) e que acostumou o partido social-democrata à vida legal e às conquistas graduais. Dessa pressão material provinha seu encanto pela democracia bur-

guesa, pela via reformista, sua recusa a enxergar antagonismos de classe, sua crença na moral e no possível idealismo desinteressado de todos os setores da sociedade. Sua aceitação, enfim, da realidade da ordem burguesa vigente, do parlamento, do direito e da justiça burguesa como o horizonte e limite da prática e da luta social-democrata. Suas posições teóricas e programáticas tinham uma inquestionável coerência com essa visão política de transformação gradual em direção a uma sociedade mais justa, por dentro da ordem. Por isso, com razão seus críticos no partido, em particular a maior deles, Rosa Luxemburgo, o chamaram de revisionista do marxismo.

As principais posições de Bernstein: cidadania e emancipação de classe

No principal texto de Bernstein, As premissas para o socialismo e as tarefas da social-democracia, é sintomático como já aparece a luta pela cidadania como substituto à luta pela emancipação do proletariado. Uma característica de sua visão é negar a postura de classe em nome de uma pretensa luta pelos interesses de todos, em nome de uma cidadania a ser alcançada: "A social-democracia não deseja romper a sociedade civil e fazer de todos os seus membros juntos proletários; na verdade, ela trabalha incessantemente para elevar o trabalhador da posição social de proletário para a de cidadão, e portanto, para tornar a cidadania universal". Isso, segundo Bernstein, se faria pela ampliação dos direitos às camadas desfavorecidas.

A consequência política dessa posição de Bernstein era aceitar a ordem burguesa, pois ao considerar a 'cidadania' como estágio superior para todas as classes, significava aceitar a sociedade burguesa como a sociedade humana, como lhe replicava Rosa Luxemburgo: "quando (Bernstein) utiliza a palavra cidadão, sem distinções, para referir-se tanto ao burguês quanto ao proletário, querendo com isso, referir-se ao homem em geral, identifica o homem em geral com o burguês e a sociedade humana com a sociedade burguesa."²



Comparando com os atuais defensores da cidadania como estratégia, fica claro que a lógica é a mesma: nega-se o antagonismo de classe, nega-se a contradição estrutural entre burguesia e proletariado, para justificar a possibilidade de avançar em direção a uma sociedade justa sem romper com o capital, sem expropriar os meios de produção, com a ampliação contínua dos direitos individuais e sociais. Como os atuais estrategistas da cidadania, em lugar da derrubada da burguesia, Bernstein pensava em chegar a uma civilização superior sem destruir o capital, e que deveria ter uma construção independente e acima das classes.

Colocar a cidadania como horizonte superior exigia a aceitação de leis e procedimentos do interesse de todos, o que acabava levando à defesa apenas da reforma da ordem vigente. Já discutimos em artigo anterior (ver *Marxismo Vivo* n° 3) que também os que defendem a cidadania planetária, como a ATTAC, uma das principais promotoras do Fórum Social Mundial, aplicam em escala internacional essa mesma lógica que leva a cidadania em um país a significar aceitação da ordem. Por isso, direcionam seus esforços a fazer a ONU assumir um papel de governo democrático mundial, assim como propõem que os Estados mudem seu papel e adquiram mais força frente a aqueles que manejam os mercados internacionais.³

A sociedade civil para Bernstein

A visão de Bernstein sobre a sociedade civil tinha a mesma base teórica, de redução da sociedade a uma soma de indivíduos possíveis de se desenvolver de forma harmônica. Ele sustentou que todas as classes têm um interesse comum na manutenção e aperfeiçoamento dos valores civilizados, e seria este interesse comum o objetivo da atividade política.

Para Bernstein, os valores da ‘sociedade civil desenvolvida’ continham e transcendiam todos os interesses e pontos de vista setoriais, de classes. “A moralidade da sociedade civil desenvolvida não é de forma alguma idêntica à moralidade da burguesia”.

Em *Premissas do socialismo*⁴, Bernstein chamava a atenção para o fato de que a palavra alemã *bürgerlich* significava tanto ‘civil’ como ‘burguês’, e que essa ambivalência lingüística haveria dado a falsa impressão que, ao clamar pela abolição da sociedade burguesa, os socialistas estariam também exigindo o fim da sociedade ‘civil’.

Os social-democratas de hoje costumam usar essa mesma referência: “A sociedade civil que queremos criar é uma sociedade da liberdade e da autodeterminação, da solidariedade e da justiça. Uma sociedade que não seja dominada por uma classe, senão que conceda aos cidadãos soberanos sua independência e responsabilidade própria.” Assim proclamava em seu discurso o presidente do Partido Social-Democrata (SPD) da Alemanha, o chanceler Gerhard Schröder, por ocasião do Ato de Festejo de 125 Anos do “Congresso da Unificação” (Gotha) dos Lassaleanos e dos Eisenachianos, origem do moderno SPD⁵.

Bernstein e a democratização do Estado

Para Bernstein, o Estado burguês moderno, democrático, era a realização da civilização, dos interesses de todos os homens, sem vínculo de classe. A democra-

cia burguesa era associada à ‘ausência de governo’. Que podia e devia ser aperfeiçoada, mas sem romper suas regras básicas. O trecho a seguir é ilustrativo do pensamento bernsteiniano:

“Esta questão traz uma outra: O que é democracia? A resposta parece simples e é respondida como ‘o governo pelo povo’. Num primeiro olhar, isto parece satisfazer. Mas mesmo a mais breve consideração fala que isto nos dá uma definição muito superficial e puramente formal. Atualmente, todos que utilizam o termo democracia, o fazem para significar algo mais do que simplesmente uma forma de governo. Chegaremos muito mais perto do cerne da questão se nos expressarmos negativamente e definirmos democracia como a ausência de um governo de classe. Isto indica um estado em que nenhuma classe tem o privilégio político.”

“Como entendemos hoje, consideramos que o conceito de democracia inclui a idéia de justiça, que alude à igualdade de direitos entre todos os membros da comunidade e coloca limites para a regra da maioria – que é o que o governo pelo povo significa em cada caso concreto.”

“É claro que democracia e ausência de lei não é a mesma coisa. Democracia se diferencia de outros sistemas políticos não pela ausência de leis em si, mas tão somente pela ausência de leis que criem sanções ou limitem direitos individuais, com base na propriedade, nascimento, ou religião confessa. Democracia é tanto meio quanto meta. É uma arma na luta pelo socialismo e é a forma na qual o socialismo será concretizado. É claro que não pode realizar milagres”⁶

O socialismo era, de acordo com

Bernstein, ‘o herdeiro legítimo do liberalismo’. Para ele, ‘não existe pensamento realmente liberal que não pertença também aos fundamentos das idéias do socialismo’. Por isso, quando várias personalidades de esquerda hoje defendem a democracia como valor universal, sem qualquer localização de classe, devemos lembrar que Bernstein já tinha essa concepção muito clara em seu pensamento em fins do século XIX.

Rosa Luxemburgo contestou frontalmente essa visão: “Quando (Bernstein) fala do caráter humano geral do liberalismo e transforma o socialismo em uma variante do liberalismo, priva o movimento socialista (em geral) de seu caráter de classe e, portanto, de seu conteúdo histórico; o corolário disso é que se reconhece na classe que representa historicamente o liberalismo, a burguesia, a campeã dos interesses gerais da humanidade.”

Para Bernstein, o Estado não era necessariamente, nem mesmo normalmente, o instrumento da dominação de classe. Era o meio pelo qual o barbarismo e a inumanidade poderiam ser eliminados, e os princípios da civilização avançada poderiam ser impostos sobre todos os

aspectos da vida pública. Esta extensão da civilização, para ele, devia ser o objetivo último da social-democracia, ainda que aceitasse, no limite, que quando a classe operária era sistematicamente excluída da arena política ela não teria opção a não ser a luta revolucionária. Mas, se e quando a democracia fosse alcançada e todas as classes pudessem participar dos direitos civis e políticos, então seria possível satisfazer as reivindicações dos trabalhadores por meios políticos normais e estabelecer com-



Eduard Bernstein



promissos na base do interesse comum. O primeiro objetivo do movimento socialista deveria, por isso, ser a democracia plena, e é significativo que Bernstein definisse democracia como 'a ausência de um governo de classe'⁸.

Essa concepção contrariava a essência da teoria marxista, que analisava tudo tendo como referência a dominação das classes, e no caso da sociedade capitalista, da dominação burguesa. Para Marx e Engels, todo Estado burguês, por mais democrático que fosse, correspondia a uma ditadura da burguesia. Lenin, em *O Estado e Revolução*, deixou clara a necessidade de destruir a máquina estatal burguesa e revolucionar toda a estrutura, construindo um Estado proletário, destituindo e expropriando a burguesia, como demonstrara a experiência da Comuna de Paris.

A “atualidade” do revisionismo de Eduard Bernstein: a esquerda atual e a democratização do Estado

A proposta de democratização do Estado é uma matriz de pensamento comum, atualmente, a uma gama de posições de esquerda que vão da social-democracia em todas as suas variantes (Terceira Via e outras) até o PC francês e o PT brasileiro, incluindo vários ex-comunistas e uma série de setores que participam do Fórum Social Mundial.

Para dar sustentação a essa posição, alguns teóricos trabalharam o tema de defender uma sociedade democrática em contraposição a todas as sociedades 'totalitárias'. Ou seja, a diferença se daria pelo regime político e não pela natureza de classe. Outros defendem o que chamam de revolução democrática, tentando reformular teoricamente a problemática da revolução socialista. Ambas trazem embutidas formulações de Bernstein e suas conseqüências influenciam na mesma direção reformista várias correntes de esquerda hoje.

Claude Lefort, ex-membro do antigo grupo Socialismo ou Barbárie fundado por Castoriadis e outros ex-trotskistas nos anos 50, se destacou por tentar fazer da crítica ao stalinismo um ponto de partida para renegar o marxismo, buscando nele uma suposta raiz para o 'totalitarismo'. Para isso, Lefort faz uma leitura particular dos textos de Marx, em que ele define o Estado e o direito burgueses, como *A Questão Judaica*, *A Ideologia Alemã* e outros.

Depois de recriminar Marx por seu 'desprezo aos direitos humanos'. Lefort defende a superioridade da '**sociedade democrática**', onde, segundo ele, "haveria um lugar vazio no poder, sem ninguém o ocupando, nem classes nem partidos".

"Ora minha convicção continua sendo a de que só teremos alguma oportunidade de apreciar o desenvolvimento da democracia e as oportunidades para a liberdade com a condição de reconhecer na instituição dos direitos do homem os sinais da emergência de um novo tipo de legitimidade e de um espaço público no qual os indivíduos são tanto produtos quanto instigadores; com a condição de reconhecer, simultaneamente, que esse espaço só poderia ser devorado pelo Estado a custo de uma violenta mutação que daria nascimento a uma nova forma de sociedade."

"São os enunciados que sempre são tomados como alvo dos críticos dos direitos do homem, particularmente, o mais virulento entre eles, Marx, que

persegue todos os sinais do individualismo e do naturalismo para lhes atribuir uma função ideológica. Na liberdade de ação, na liberdade de opinião, reconhecidas a cada um, nas garantias de segurança individual, Marx só demarca a instauração de um novo modelo que consagra ‘a separação do homem com o homem’ e mais a fundo, ‘o egoísmo burguês’.”¹⁰

Lefort alega que Marx ignora a subversão das relações sociais e políticas encoberta sob a representação dos direitos. Para ele, os direitos do homem atestam e suscitam uma nova rede de relações entre os homens, a sociedade democrática. Reivindica Tocqueville como precursor e o que foi mais longe nessa análise. Entre outros, Lefort influenciou Tarso Genro, atual prefeito de Porto Alegre e formulador teórico além de importante dirigente do PT brasileiro em suas formulações defensoras da ‘sociedade democrática’ e do Estado de Direito:

“Abordarei o tema ‘instituições políticas do socialismo’ como instituições políticas de um Estado democrático de Direito, que abra perspectivas para um projeto socialista democrático, e não como instituições de um Estado ‘inteiramente outro’ para usar uma expressão de Claude Lefort. Faço-o porque entendo arriscado avançar mais do que isso. Diante da total falência e da inoperância dos ‘soviets’ parece imprudente partir desta instituição política da democracia direta para pensar um novo Estado. [...] É preciso, pois, reinventar a democracia para repor a confiança da sociedade nas instituições políticas do Estado democrático, indicando os pontos de desequilíbrio para sua democratização radical.” Não se pode negar a clareza da formulação de Genro, que recusa o caminho dos ‘soviets’ (ou seja de um estado proletário) para apostar na democratização radical deste Estado.

Outros teóricos, Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, defensores da chamada “revolução democrática”, na verdade um outro nome para a democratização radical do Estado, tiveram grande influência na esquerda latino-americana, utilizando praticamente os mesmos argumentos.

A discussão de Mouffe e Laclau parte do questionamento ao que eles chamam ‘reducio-

nismo de classe’. Em seu texto ‘Hegemonia e radicalização da democracia’, esses autores afirmam que: (...) “a alternativa da esquerda deve consistir em colocar-se plenamente no campo da revolução democrática (...) Desde o ponto de vista da determinação dos antagonismos fundamentais, o obstáculo básico tem sido, segundo vimos, o classismo: ou seja, a idéia de que a classe operária representa o agente privilegiado no qual reside o impulso fundamental da mudança social...”¹¹

A conclusão sobre a revolução democrática na verdade é que não é necessária enquanto momento de tomada do poder, a não ser nos termos que Bernstein colocava (vide acima), ou seja, caso se tratasse de um regime sem liberdades civis; para Laclau e Chantal Mouffe não se trata de uma revolução social contra o sistema, anticapitalista, de classe, até porque seria cair numa visão, segundo eles, reducionista. Seus autores preferem colocar-se no campo da democratização radical da sociedade, que não é mais que a extensão de direitos sociais e políticos, a reforma do Estado vigente, ou seja, o aperfeiçoamento nos marcos do Estado, desde que ele seja democrático de Direito.

A importância de suas elaborações se mede pela influência nas propostas da maioria do PT brasileiro e que são explícitas nas resoluções de seu primeiro Congresso de 1991:

“Para o PT socialismo é sinônimo de radicalização da democracia. [...] É por isso que encaramos a democracia política, econômica e social como a base constitutiva de nossa sociedade. O socialismo pelo qual o PT luta prevê, portanto, a existência de um Estado de Direito no qual prevaleçam as mais amplas liberdades civis e políticas [...] Nossa perspectiva, entretanto, não se limita à democratização e à socialização da política apenas a partir do Estado. Visamos construir no socialismo uma esfera pública na qual ‘política’ não se restrinja a iniciativas estatais-institucionais, ...na perspectiva de que a população se aproprie de funções hoje reservadas às esferas estatais-institucionais, exercendo em plenitude uma nova cidadania”.¹²

Reforma ou Revolução? A atualidade da crítica de Rosa Luxemburgo

Para Bernstein, revolução era sinônimo de blanquismo¹³: no capítulo II, item b de seu livro, intitulado *Marxismo e Blanquismo*, ele chegava a dizer:

“Na Alemanha, Marx e Engels, trabalhando sobre a base da dialética hegeliana, chegaram a uma doutrina muito similar ao Blanquismo. O herdeiro da burguesia só poderia ser sua contrapartida mais radical, o proletariado, este produto intrínseco da economia burguesa. As exigências da vida econômica moderna eram totalmente desprezadas e a força relativa das classes e seus estágios de desenvolvimento eram completamente superestimados. Ainda o terrorismo proletário – o qual, dado o estado das coisas na Alemanha poderia apenas manifestar-se em forma destrutiva e, portanto, desde o primeiro dia em que estivessem atuando dessa forma especificada, contra a democracia burguesa”.

Bernstein aclara que ele não está se referindo apenas ao aspecto de montar ligas secretas e buscar golpes rápidos para tomar o poder, típico do blanquismo.

“O Blanquismo se assemelha mais a uma teoria do que a um método; seu método, de outro lado, é simplesmente a conclusão, o resultado de uma determinada teoria política implícita, bem mais profunda. E esta é simplesmente a teoria da potência incomensuravelmente criativa da força política revolucionária e de sua manifestação, a apropriação revolucionária.”¹⁴

Mais claro que isso, é impossível. Para ele, a revolução proletária é, por definição, associada a uma aventura ultra-esquerdista, “destrutiva” por se voltar contra a democracia; segundo ele, a doutrina revolucionária despreza a situação real da economia moderna, o desenvolvimento das classes, e mais que tudo, a democracia burguesa.

A grande revolucionária Rosa Luxemburgo lhe respondeu, em um texto que continua atual frente aos argumentos de seus herdeiros políticos:

“Bernstein, ao insultar a conquista do poder político como teoria blanquista da violência, tem a infelicidade de taxar de erro blanquista aquela que tem sido sempre o pivô e a força motriz da história da humanidade. Desde a aparição das primeiras sociedades de classes, com a luta de classes como conteúdo essencial de sua história, a conquista do poder político tem sido o objetivo das classes sociais em ascensão.”¹⁵

“É por isso que a concepção da conquista de uma maioria parlamentar reformista é um cálculo de espírito diretamente burguês liberal que se ocupa de apenas um aspecto – o formal – da democracia, mas não tem em conta o outro: seu verdadeiro conteúdo. Definitivamente o parlamentarismo não é um elemento socialista que vai impregnando gradualmente o conjunto da sociedade capitalista. Ao contrário, é uma forma específica do Estado classista burguês, que ajuda a amadurecer e desenvolver os antagonismos existentes do capitalismo.”¹⁶

Mas também neste aspecto a idéia de revolução proletária, socialista, tão cara a Marx e Engels, e tão questionada há um século por Bernstein, sofre hoje ataques muito semelhantes por parte de correntes, dirigentes e intelectuais que se reivindicam marxistas ou então socialistas. Toda a moda é pregar uma espécie de luta por valores, de que qualquer luta acirrada ou enfrentamento entre as classes é radicalismo que não leva a nada, só ao ‘autoritarismo’ ou ao ‘totalitarismo’.



Hoje é comum a uma série de dirigentes e cientistas sociais e políticos ou filósofos, alegar que, em função das mudanças sociais e do avanço tecnológico estaria inviabilizado qualquer projeto de revolução. Alguns como Offe, com Habermas, partem do “fim da sociedade do trabalho”, outros partem dos novos sujeitos sociais para pregar a “soberania popular descentralizada” ou ainda a utopia da razão. Mas todos têm em comum a negação como autoritária, como destrutiva, da revolução socialista.

A visão idealista de Bernstein

A última idéia que coroa a tentativa de Bernstein de esvaziar o marxismo de toda a sua força como concepção de mundo e que hoje tem inúmeros seguidores é a visão do socialismo como idéia moral, não como necessidade material. O Socialismo como realização moral, como difusão de valores universais e atemporais partia em Bernstein de sua negativa a aceitar a idéia de ‘objetivo final’ como meta a serviço de uma classe. Embora nisso ele não fosse propriamente original (basta lembrar os socialistas utópicos), também nesse caso foi ele quem sistematizou e deixou um legado para todos seus sucessores reformistas: como buscar suavizar o antagonismo de classe com a burguesia e como apontar as baterias para os marxistas revolucionários, apelando para a moral e os valores eternos.

Em uma citação publicada no *Vorwärts*, jornal social-democrata alemão, Bernstein disse que via o objetivo final do socialismo, não como um futuro estado de coisas mas como um conjunto de princípios que governaria o dia-a-dia da atividade política no partido.¹⁷ A atividade política deveria ser segundo ele, governada por princípios atemporais que funcionavam como imperativos morais ao estilo Kantiano. “O ponto de desenvolvimento econômico atingido hoje deixa aos fatores ideológicos e especialmente aos éticos um espaço bem maior para a atividade independente do que era o caso antes”; não por acaso ele fechava esse trabalho com um apelo por ‘um retorno a Kant’.

Esta é a outra faceta do pensamento de Bernstein que influi poderosamente hoje no cam-

po da esquerda. A idéia de conquistar uma sociedade justa pela propaganda dos valores da ética e da justiça.

Habermas, filósofo alemão de grande prestígio junto aos verdes e social-democratas de seu país, mas cuja influência se estende em escala mundial, prega a ação comunicativa e o diálogo racional entre todos os cidadãos como substituto à luta de classes dita ‘obsoleta’. Ele tem paudado todo seu esforço em buscar através da filosofia política um direito racional e normas éticas universais que permitam um exercício democrático renovado que fuja às determinações seja do poder econômico (ou mercado) e do estado (poder administrativo).

Para isso, apela a uma participação e liberação do ‘mundo da vida’ (os homens comuns) supostamente mais imune às injunções do mercado e da burocracia e que poderia chegar a um ‘consenso racional’, como se fosse possível isolar essas esferas da organização capitalista da sociedade. O peso dado ao ‘diálogo’ e a conseguir uma ética superior transmitida a todos a partir desse ‘consenso’ tem levado os seguidores de Habermas a limitar-se a uma luta pela difusão do direito e de valores éticos.

Os ecos dessa posição chegam também ao outro lado do mundo, como aos que apelam em sua militância à ética na política. José Genuíno presidente em exercício do PT diz: “ao contrário da pretensão universalista do neoliberalismo e do socialismo do passado,..o que deve se universalizar são alguns valores, alguns objetivos e alguns direitos comuns a todos os seres humanos...”. Coerente com essa formulação, sua proposta para o Brasil resume-se a postular a ‘democracia republicana’¹⁸.

Podemos dizer que se há alguma diferença entre esses reformistas de hoje e Bernstein é que são ainda mais claros que ele em sua inspiração kantiana ou rousseauiana. A aposta em uma ética racional os leva a intermináveis debates sobre um direito universal.

Bernstein começou a elaborar as implicações idealistas de sua posição em Premissas. Não chegou a rejeitar plenamente o materialismo nem se declarou um idealista.



Mais tarde, num ensaio intitulado “Como é possível o Socialismo Científico?”, Bernstein deixou clara sua posição. Depois de reiterar que a tese do ‘colapso do capitalismo’ e portanto da necessidade histórica do socialismo é incapaz de prova científica, ele foi mais além e disse que nenhum sistema de pensamento é científico ‘quando seus objetivos e pressupostos incluem elementos que estão fora dos limites do conhecimento desinteressado’ e que o socialismo é um sistema de pensamento que contém precisamente tais elementos, ou seja, um conjunto de objetivos que expressam não os resultados da investigação científica, mas os interesses da classe operária. A ciência, sendo mera cognição, não poderia mover os homens para a ação; e por esta razão, o socialismo, como um movimento que tem objetivos a ser conquistados, um movimento em direção ao que deveria ser, não poderia ser científico.¹⁹

Rosa Luxemburgo contestou, argumentando que, para os socialistas, a ciência seria uma questão de demonstrar o que é ‘objetivamente necessário’ no sentido histórico, e a atividade prática era científica à medida que ela fosse guiada por um reconhecimento da necessidade objetiva como oposta a alguma idéia preconcebida do que deveria ser.

“Bernstein não gosta que se fale de uma ‘ciência do partido’, ou mais precisamente de uma ciência de uma classe, assim como não gosta que se fale do liberalismo de uma classe, ou da moral de uma classe. Acredita que consegue expressar a ciência humana em geral, abstrata, o liberalismo abstrato, a moral abstrata. Porém, dado que a sociedade está composta por classes que possuem aspirações e concepções diametralmente opostas, uma ciência humana em geral, um liberalismo abstrato, uma moral abstrata, são na realidade, ilusões, utopia pura. A ciência, a democracia, a moral, que Bernstein considera gerais, humanas, são na verdade, nada mais que a ciência, a democracia e a moral dominantes, ou seja, burguesas.”²⁰

Ela agregava que, ainda segundo Bernstein, a consciência de classe do proletariado deixaria de ser ‘um simples reflexo intelectual das contradições crescentes do capitalismo e de seu declínio progressivo’ e em vez disso passaria a ser ‘um mero ideal cuja força de persuasão reside apenas nas imperfeições atribuídas a ele’. Não era suficiente para o proletariado reconhecer que, medido por certos princípios éticos, o sistema capitalista é defeituoso.

Portanto, ao ver o socialismo não como uma necessidade histórica, mas uma questão de compromisso moral, Bernstein tinha ‘oferecido uma explicação idealista do socialismo’. Este respondeu:

“Eu francamente admito que tenho muito pouca inclinação ou interesse pelo que é usualmente chamado de ‘objetivo final do socialismo’. Este objetivo, independente do que seja, não significa nada para mim, o movimento é tudo”.²¹ Bernstein estava desprezando nessa frase a noção essencial para os marxistas, que um programa revolucionário e uma estratégia de classe que deveriam dar sentido a toda a prática política e às táticas que o partido aplicaria.

Ao se mover pelos objetivos **imediatos**, se perderiam a perspectiva histórica e a própria razão de ser do partido socialista revolucionário, ele se converteria em um movimento por pequenas conquistas fadado à integração na ordem. O destino posterior da social-democracia é a maior prova desta contradição inescapável.

Bernstein e a colonização. A posição frente ao imperialismo

Uma outra questão em que Bernstein tentou justificar teoricamente dentro da esquerda a adaptação ao capitalismo europeu foi a posição de apoio em relação a seu imperialismo, expressa na questão colonial. Os trechos a seguir são de seu artigo publicado em 1900, “O socialismo e a questão colonial”:

“Medindo-se com esse padrão, a cultura superior possui sempre em face da cultura inferior, sob condições iguais, em circunstâncias diversas, o maior Direito do seu lado, em verdade, possui o dever de subjugar a cultura inferior”.

“Não se pode conceder a nenhuma tribo, a nenhum povo, a nenhuma raça, o Direito incondicional a uma qualquer parte da terra habitada. A terra não pertence a nenhum mortal. Ela é propriedade e herança do conjunto da humanidade.

Tão interessados quanto possam ser os representantes das culturas inferiores, originárias, pelos etnólogos, não hesitará o sociólogo, por nenhum instante, em declarar como sendo necessária e justa, em sentido histórico-mundial, a sua perda de terreno em face dos representantes das culturas superiores.”²²

Como se lê, já aparece nitidamente aí a idéia do direito de uma cultura ‘superior’ em dispor das riquezas e território das ‘inferiores’. A comparação com os social-democratas de hoje salta à vista. E não só com as correntes que estão nos governos, mas com uma gama de posições ditas de esquerda.

Habermas, filósofo bastante escutado pela social democracia e verdes alemães, tem feito uma campanha em torno da defesa do Patriotismo Constitucional, orientação que ele já havia defendido à época da Guerra da ex-Iugoslávia, visando a justificar seu posicionamento em favor da intervenção militar do imperialismo quando se trata de ir contra ‘nações desprovidas de Direito Constitucional e liberdades fundamentais’.

“Naturalmente, os EUA e os Estados membros da União Européia, que possuem responsabilidade política, partem de uma posição co-

mun. Depois do fracasso das negociações de Rambouillet, eles executam a ação punitiva militar ameaçadora contra a Iugoslávia com o objetivo declarado de impor regulações liberais para a autonomia de Kosovo, no interior da Sérvia. No quadro do Direito Internacional Público clássico, esse ato teria sido visto como intromissão nos negócios internos de um Estado soberano, i.e. enquanto violação da interdição de intervenção. Sob as premissas da política de Direitos Humanos, essa ingerência deve ser entendida como uma missão armada que gera, porém, por obra da comunidade dos povos (tacitamente, também sem um mandato da ONU), a paz autorizada.”²³

“Segundo essa interpretação ocidental, a Guerra de Kosovo poderia significar um salto do caminho do Direito Internacional Público clássico para o Direito Cosmopolita de uma sociedade civil mundial”.

Apesar de Habermas centrar sua proposta de utopia na busca de uma compreensão comum e de uma ética universal, isso não o impede em caso de guerra, e portanto de ‘necessidade imperativa’, concordar com os governos europeus sobre a necessidade da violação da soberania de países periféricos em nome da ética racional e do direito cosmopolita de uma sociedade civil mundial, da futura ‘Sociedade de Cidadãos do Mundo’ (!?!), ou do ‘patriotismo constitucional’, o qual para ele é hoje representado e exercido, é claro, pela vontade de um punhado de grandes potências imperialistas.

Seu raciocínio é evidentemente muito parecido com as elocubrações de Bernstein sobre a cultura superior. Quem define o que é ‘cultura superior’ ou onde está o ‘direito internacional da sociedade civil de cidadãos do mundo’ é o G-7, ou apenas o governo dos EUA. O mesmo argumento pode ser usado agora contra o Afeganistão ou qualquer inimigo do imperialismo, considerado o guardião da civilização e dos ‘valores’ ocidentais. Ou se usássemos os argumentos de Bernstein, onde prevalece uma ‘cultura inferior’, é progressivo que se imponha a vontade dos ‘civilizados’ e ‘superiores’ europeus.

Civilização e barbárie: o caráter benigno da colonização para os social-democratas

Nesse mesmo texto sobre as colônias, Bernstein defende uma idéia muito cara aos ‘humanitários’ de hoje, mas que havia sido antecipada por alguns representantes do liberalismo burguês.

Tocqueville, o burguês liberal que é ídolo de alguns desses teóricos, como Lefort, alertava seus compatriotas já no século XIX sobre o perigo de fazer nascer entre os árabes a ilusão ou a pretensão de que eles poderiam ser tratados “como se ele fossem nossos concidadãos ou nossos iguais”. A idéia de igualdade do homem não poderia se estender a ponto de incluir os “povos semi-civilizados”.

Em uma carta, antecipando notavelmente o discurso do imperialismo na guerra de hoje contra o Afeganistão, Tocqueville, num momento em que a Índia inteira se rebelava, afirmava: “a recaída da Índia na ‘barbárie’ seria desastrosa para o futuro da civilização e para o progresso da humanidade”. Por isso, ele apostava com esperança no resultado de uma repressão eficaz por parte dos ingleses, o império hegemônico da época: “hoje em dia não existe quase nada impossível para a nação inglesa, se ela empregar todos os seus recursos.”²⁴.

Também hoje, quando social-democratas como Blair, Jospin e Schroeder apoiam o lado da ‘civilização contra a barbárie’ apoiando o ataque norte-americano ao Afeganistão em nome do ‘direito à legítima defesa’ de Bush, quando os ‘pacifistas’ Verdes da Alemanha servem de embaixadores imperiais como orgulhosamente fez o ministro Joska Fischer, para ir negociar com os países limítrofes como fechar o cerco ao Afeganistão, quando o PDS de D’Alema na Itália apoia a intervenção dos EUA e mesmo assim quer aparecer como pacifista, podemos verificar que o cinismo defensor da colonização e a postura pró-imperialista de Bernstein tem numerosos herdeiros um século depois entre aqueles que se dizem de esquerda, socialistas ou comunistas.

As conseqüências do reformismo ontem e hoje

A verdade é que os resultados práticos da posição reformista não ajudam muito a defender a posição bernsteiniana e de seus sucessores envergonhados. Em primeiro lugar o reformismo desorienta a classe em sua luta contra a burguesia, alimenta a crença nas instituições; em vez da desconfiança e da intransigência classista, faz a classe acreditar em uma via pacífica e gradual a cujos fracassos se segue uma desmoralização política quando a utopia se mostra inviável. Lembremos o processo na classe operária alemã e européia quando eclodiu a 1ª Guerra Mundial. A divisão se instalou nas fileiras dos trabalhadores por culpa da direção social-democrata quando mais eles precisavam de sua unidade internacionalista.

Mas o problema assume contornos ainda mais graves quando os governantes social democratas e todas as demais variantes reformistas, coerentemente com essa concepção, assumem a gestão do estado burguês para ‘democratizá-lo’ e acabam por defender o Estado e a ordem que se propõem a reformar. Os reformistas como Bernstein alertam contra o perigo da ‘revolução prematura’. Aconselham o caminho ‘mais lento e seguro’ das reformas gradativas. E aqueles que querem revolucionar esse estado, destruir a ordem burguesa, os marxistas




revolucionários, acabam por ser tratados pelos próprios reformistas como 'inimigos da democracia'. O assassinato de Rosa Luxemburgo perpetrado sob um governo social-democrata durante o processo revolucionário que explodiu na Alemanha com o fim da Iª Guerra Mundial foi a dramática expressão dessa lógica infernal da posição reformista e de seu antagonismo em face da revolução.

O papel dos atuais governos sociais democratas e trabalhistas na Europa, destacados defensores da reconversão econômica em seus países para adaptá-los às diretrizes de Maastricht, a antiga coalizão do Olivo na Itália com o PDS, ex-Partido Comunista Italiano, à cabeça da aliança em defesa dos planos econômicos 'para implantar o euro' e da diminuição do Estado, os governos estaduais e municipais do PT brasileiro com sua aplicação da política do FMI em nome do cumprimento da Lei de Responsabilidade fiscal são expressão dessa concepção. Seu posicionamento leva a se chocar com as aspirações do movimento de massas e o conseqüente apelo a políticas repressivas para defender a ordem em nome da democracia. São a demonstração desse vínculo entre teoria, programa e política.

Mas a realidade da ofensiva imperialista colonizadora inerente à chamada globalização coloca a questão do reformismo não só perante a opção de ser ou não pela democratização do Estado nacional, mas de ser pela destruição ou pela reforma do imperialismo, das instituições mundiais. Uma outra ala reformista se agrupa em função da proposta de reforma das instituições internacionais e de uma articulação européia em contraposição aos EUA: se colocam como a alternativa dos cidadãos contra os mercados. Essa corrente se afasta dos desgastados governos da Terceira Via e inclui setores críticos da social-democracia, como o ex-ministro de Finanças e Fazenda do primeiro governo Schroeder, Oskar Lafontaine, ONGs, a ATTAC, o jornal *Le Monde Diplomatique* e correntes oriundas do trotskismo e do marxismo revolucionário, que têm em comum a proposta de uma maior regularização do fluxo de capital (taxa Tobin), o fim dos

paraísos fiscais e do segredo bancário (proposta que até George W. Bush agora defende como medida contra os grupos terroristas).

Lafontaine propõe que a Europa reforce seus laços e 'utilize seu poder frente a Wall Street'. E que a ONU adquira mais vigor na hora de aplicar os direitos humanos.²⁵ Essa corrente contrapõe a atuação conjunta da ONU à ação isolada dos EUA. Mas não conseguem sair dos marcos das medidas tópicas em relação à ordem financeira, a ampliação das prerrogativas da ONU e a reforma das instituições internacionais atuais. Acreditam ser possível que o imperialismo europeu tenha uma postura mais 'social' ou 'progressista' que o norte-americano.

Hoje, ser reformista implica não apenas aceitar o status quo em seu país, mas em nome de uma mudança gradual dela, a aceitar na prática a ordem imperialista. Esse neo-reformismo acaba por também desarmar os movimentos que se radicalizam contra o imperialismo ao apontar um caminho propositivo, de criar 'espaços democráticos no mundo', ou seja, de reformas 'viáveis' no marco do capitalismo globalizado. Por isso, como pôs a nu a guerra contra o Afeganistão, o século XXI começou com a disjuntiva para a esquerda entre a reforma da ordem imperialista ou a revolução mundial. 

NOTAS

¹ Para fortalecer suas posições, Bernstein utilizava o papel de executor testamentário das obras de Engels, posto que dividiu com outro grande dirigente e teórico do SPD, Kautsky. Apesar de alguns vaivens e posições ocasionalmente mais principistas, como o voto contra os créditos de guerra em 1915, ele foi a primeira grande referência teórica e programática para aqueles que, dentro do movimento operário, abandonavam princípios essenciais do marxismo. Seu apogeu como teórico da social-democracia foi no Congresso de Görlitzer, em 1921, quando foi um dos redatores e inspiradores do programa votado que rompeu totalmente com o marxismo revolucionário e tornou o partido abertamente um partido reformista, que até hoje serve de referencial ao SPD alemão.

² LUXEMBURGO, Rosa. Reforma e revolução, In Obras escogidas, vol. I, Bogotá, Pluma, 1982, p.



³ Recentemente o ex-ministro alemão Lafontaine esteve presente a um congresso da ATTAC para apoiar a proposta da entidade: “O ex-ministro de Finanças e Fazenda do primeiro governo Schroeder pediu uma maior regularização do tráfico de capital, o que agora curiosamente defende George W. Bush como medida contra os grupos terroristas. ‘Reclamamos o fim dos paraísos fiscais e do segredo bancário, que só favorece a quem quer evadir imposto’, explicou Lafontaine. Instou a Europa a que reforce seus laços e utilize seu poder frente a Wall Street. O ex-líder social-democrata também se referiu à necessidade de que a ONU adquira mais vigor na hora de aplicar os direitos humanos. ‘Há que criar as condições sociais e econômicas adequadas para a paz, não só autorizar a guerra’, ressaltou Lafontaine. Depois de 11 de Setembro, Lafontaine destacou que fica mais claro que ‘a mais desigualdade, mais violência e mais terrorismo’, daí ser necessário o trabalho de movimentos como Attac, que o ex-ministro alemão apóia”. El País, 23/10/01

⁴ Esse foi o nome do trabalho mais ambicioso de Bernstein, escrito em resposta às críticas de militantes e dirigentes do partido a seus artigos na imprensa, e publicado pela primeira vez em 1899. Dele extraímos a maior parte das citações aqui utilizadas, na edição inglesa de Henry Tudor, *Preconditions of Socialism*, Cambridge, 1996.

⁵ in: <http://www.spd.de/events/congress/>

⁶ Bernstein, *Preconditions*, pg. 141.

⁷ Luxemburgo, R., op.cit. p.112.

⁸ “Nós nos aproximaremos em muito ao coração do problema quando nos expressamos negativamente e definimos democracia como a ausência de governo de classe. Isto indica uma sociedade em que nenhuma classe tem um privilégio político que seja oposto à comunidade como um todo” Idem, p.140. “Em princípio, democracia é a abolição do governo de classe, embora ela não seja em si a abolição das classes”. p. 143.

⁹ Lefort, Claude. *Pensando o político*, p.47

¹⁰ Idem, p.49

¹¹ LACLAU, Ernesto, MOUFFÉ, Chantal. *Hegemonia y Estrategia socialista*. Madrid, Siglo XXI, 1987.

¹² Partido dos Trabalhadores: Resoluções e encontros e Congressos. São Paulo. Editora Perseu Abramo, 1998.

¹³ Blanquismo era o nome de uma corrente que advogava a tomada do poder pelos operários e oprimidos através de um golpe conduzido por uma minoria seleta de revolucionários bem preparados, posição sempre criticada por Marx em seus escritos. Deve seu nome ao revolucionário francês Louis Blanqui, que teve papel destacado nas revoluções de 1830, 1848 e na Comuna de 1871.

¹⁴ Bernstein, E. *Preconditions*, p. 38

¹⁵ Luxemburgo, R., op.cit., p.102

¹⁶ Idem, p.76

¹⁷ Tudor, H. e Tudor, *Introduction to Preconditions of Socialism*, Cambridge, 1996, P. xxx.

¹⁸ Esse foi o título da tese da corrente de Genóio ao II Congresso do PT.

¹⁹ TUDOR, P. xxxiv

²⁰ Luxemburgo, op. cit., p.112.

²¹ Tudor e Tudor, p. xxviii

²² BERNSTEIN, E. *O Socialismo e as Colônias*, tradução de Emil Von Munchen, Instituto José Luiz e Rosa Sunderman.

²³ HABERMAS, J. *Brutalidade e Humanidade. Uma guerra entre o Direito e a Moral*. 1999, tradução de Emil Von Munchen, Instituto José Luiz e Rosa Sunderman.

²⁴ Idem, p.28

²⁵ El País, 23/10/01

EQUADOR: RECOMPOSIÇÃO DA HEGEMONIA BURGUESA E CRISE DA ESQUERDA

HÉCTOR VALDIVIEZO BRITO

Advogado de Sindicatos e Movimentos Sociais do Equador

A década de 90 começou para o Equador com dois fatos de grande importância: a queda do “socialismo realmente existente” na Europa do Leste e o levante indígena que marcou a presença de um dos setores sociais mais desprezados na cena política, com sua ideologia, suas reivindicações específicas e suas próprias formas de gestão.

A burguesia, que suportou estoicamente as ações das organizações sindicais durante as décadas anteriores, soube aproveitar o momento para “desarmar” o movimento operário e consolidar sua hegemonia. Para isso, implementou uma estratégia que envolvia vários passos.

Em primeiro lugar, corromper a direção sindical, enchendo-a de privilégios (becas, viagens, cargos etc.), para em seguida iniciar uma campanha de desmoralização, qualificando-a de “burocracia dourada”, e conseguir arrancar-lhe a legitimidade no seio do mesmo movimento operário.

Em segundo, implementar a chamada flexibilização do trabalho, que se baseou principalmente na Lei 133, reformadora do Código do Trabalho, mediante a qual o governo social-democrata de Rodrigo Borja esmagou as mais importantes conquistas trabalhistas, como a estabilidade, estabelecendo indenizações ínfimas para a demissão sumária, destruiu mais de três mil sindicatos no país e obrigou a unificação de todos os sindicatos de uma mesma empresa num só, medida que reduziu o número de dirigentes a “comprar”.

Em terceiro, iniciou-se a chamada “moder-

nização” no setor público, que consistiu em transferir as empresas do estado, a preços ínfimos, para os patrocinadores das campanhas eleitorais dos governantes, mediante a figura da desinversão (por exemplo Fertizara, Aztra, Companhia de Cimentos Nacionais etc.). Consistia também na eliminação da maioria dos empregados com experiência sindical com mentiras. Para conseguir que eles “vendessem” seus direitos, o Estado prometeu cursos de capacitação, crédito para a criação de micro-empresas, acesso aos armazéns do Estado, entre outros benefícios, nenhum dos quais cumpriu.

Em quarto lugar, ao mesmo tempo que implementava essas ações, a burguesia, com a ajuda do Estado, foi criando, mediante as ONGs, o ambiente necessário para que os novos setores sociais que se insurgissem (indígenas, jovens, mulheres, moradores dos bairros populares, ecologistas, inscritos no Seguro Social Camponês etc.) não pusessem em perigo a viabilidade do projeto burguês e se conduzissem pelo “caminho da construção cidadã da sociedade civil”, que seria a interlocutora do Estado. Desta forma, possibilitava a coabitação dos explorados (a quem designam com o eufemístico nome de desempoderados [despossuídos]) com os setores dominantes, num ambiente de diálogo e harmonia, que não se alterou nem com os levantes de 5 de fevereiro de 1997 e 21 de janeiro de 2001, graças à manipulação da direção reformista da Conaie¹, para que as mobilizações desembocassem nas famosas “mesas de diálogo”,

nas quais naufraga a luta do povo, porque tais dirigentes se submetem a um “diálogo subordinado” aos interesses da oligarquia. Cabe assinalar, sem dúvida, que a atitude desta organização não é gratuita, menos ainda inocente, já que a direção que controla seus projetos é muito bem remunerada, o que valeu aos burocratas indígenas o apelido de “ponchos dourados”.

Em quinto lugar, mediante uma sólida campanha publicitária, a burguesia levantou seus cantos de sereia do “Fim da História” proclamando o triunfo definitivo do capitalismo sobre o socialismo através dos meios de comunicação que controla. Desta forma, contribuiu para criar o ânimo derrotista que caracteriza a maioria dos ex-militantes pequeno-burgueses saídos da esquerda e para justificar o colaboracionismo dos reformistas, que ao considerar o capitalismo como inexpugnável, optam por tratar de reformá-lo e dar-lhe um “rosto humano”.

Em sexto, o movimento indígena, que havia hibernado por um longo período, do 28 de maio de 1944, quando a Federação Equatoriana de Índios (FEI) participou ativamente na derrubada de Carlos Alberto Arroyo del Rio - acontecimento em que se destaca a histórica traição do Partido Comunista pró-soviético ao proletariado equatoriano, ao entregar o poder ao caudilho populista de direita José María Velasco Ibarra -, até o levantamento indígena do ano de 1990, tomou um súbito impulso. Sem dúvida, o novo movimento indígena tem como antecedente o fato de que organismos ligados à Democracia Cristã e à Social Democracia haviam “capacitado” durante os anos anteriores vários dos dirigentes indígenas que surgiram no levantamento de 1990. Essa “formação” propiciou o aparecimento de uma nova *intelligentsia*, caracterizada por seu marcado antimarxismo. A mesma que revela uma suspeita coincidência de posições com a mensagem difundida pelo Banco Mundial e pelas ONGs, o que levou que tanto a Conaie como a Coordenadora de Movimentos Sociais (CMS) compartilhassem o mesmo espaço político, que é o Movimento de Unidade Plurinacional Pachacutik (MUPP), e manejassem um discurso muito similar. Discurso que talvez se diferencia apenas pela ênfase que colocam os indígenas e os mestiços da Conaie no aspecto étnico, que reivindicam como uma forma de afirmação de sua identidade, por sua vez como uma maneira de reclamar autonomia para o manejo interno de seus assuntos.

Sem dúvida, e a despeito dos que tratam de apresentá-la como algo original, autóctone, esta nova *intelligentsia* não é mais do que um “saco de gatos” formado com pedaços do pensamento de Martinho Lutero, Eduard Bernstein, Emilio Durkheim, Max Weber, Michel Foucault, Antonio Gramsci, Alain Touraine e outros pensadores burgueses. Esta indigesta doutrina é o escudo com o qual a burguesia busca proteger-se do “fantasma do marxismo”.

Com o movimento operário reduzido à sua mínima expressão e ao imobilismo, graças à corrupção crescente de sua direção e ao pavor que gera o desemprego, num país onde 75% da população economicamente ativa mantém-se no desemprego ou no subemprego (percentagem que não alcança um nível maior graças à migração que se converteu numa válvula de escape), e controlados os novos movimentos sociais, tem novamente a burguesia o seu “Prometeu acorrentado” e pode consolidar seu domínio.

Já salva da ameaça revolucionária – com o proletariado manipulado, desesperançado, desorientado e desorganizado – e dos movimentos sociais –



Conaie - Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador, agrupa treze nações indígenas. Calcula-se que fazem parte dela aproximadamente três milhões de pessoas.


controlados ideologicamente pelo reformismo colaboracionista –, a burguesia pode entregar-se sem remorsos à voluptuosidade de sua corrupção. Entregando-se de corpo e alma ao Tio Sam, cujos ditames através das cartas de intenção do FMI e das CAS do Banco Mundial, aplicará ao pé da letra, assumindo o postulado do neoliberalismo, da globalização, da dívida externa, da ALCA e de tudo quando seja serviço aos interesses do imperialismo ianque; assaltando o dinheiro do povo que o entregou nas mãos dos banqueiros corruptos; concedendo os serviços públicos em termos de exclusivo benefício dos acionistas; deixando de atender às necessidades básicas da população, como saúde, educação, trabalho, assistência social etc.; prostituindo a justiça ao pô-la a seu serviço. Enfim, fazendo tudo quanto seja possível para converter o Equador no campo fértil onde as flores da corrupção possam inundar com seu nauseabundo aroma todas as instâncias do poder.

Hoje, a burguesia equatoriana desfruta de um poder inquestionável, não obstante o agravamento da situação de miséria de mais de 80% da população, que deve comprar uma cesta alimentar básica que chega aos \$ 290,00 com uma renda familiar de \$ 200,00 mensais.

O movimento operário está condenado à impotência pela ação da burguesia e pela cumplicidade dolosa da “esquerda tradicional”. Nascida no rosado leito da pequena-burguesia intelectual, esta esquerda foi alimentada por certos centros de poder político até a queda do muro de Berlim. Ao ver-se órfã desta tutela, correu aterrorizada a refugiar-se no colo da burguesia, como filho pródigo que, para limpar de sua imagem a mancha vermelha, se esmera em lançar seus dardos antimarxistas contra o movimento revolucionário dos “que ainda o são”.

A “esquerda tradicional”, integrada pelo Partido Comunista do Equador (PC, pró-soviético), Partido Socialista Equatoriano (PSE) e Partido Comunista Marxista Leninista (PCMLE), não somente cedeu posições à burguesia como se pôs descaradamente a seu serviço. As mobilizações de suas frentes estudantis e de profissionais (carecem de frentes operárias,

camponesas e populares) somente servem para negociar quotas de poder com o mesmo estado burguês. Seu discurso estereotipado soa vazio e não convoca qualquer mobilização. Hoje, a “esquerda tradicional” arrasta o maior fardo de desprestígio e vergonha entre os setores proletários, o que a levou a propor como sua última tábua de salvação a sovada tese da “Unidade da Esquerda”, que, apesar de ser uma necessidade histórica do proletariado, na construção da “esquerda tradicional” mostra-se como a “unidade dos mortos”.

Os revolucionários proletários, que “são poucos mas são”, resistiram de pé às investidas da burguesia e hoje buscam construir um partido proletário, o Partido dos Trabalhadores do Equador (PT), como o espaço de convergência das mulheres e dos homens honestos que de maneira infatigável lutam pela revolução como a única forma de derrotar o capitalismo e o seu império de corrupção, de injustiça, exploração e iniquidade, e construir a sociedade humanista-socialista. Neste empenho, temos recebido o apoio solidário do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado, do Brasil (PSTU). Conhecemos também a revista *Marxismo Vivo*, da qual queremos fazer parte. 

DESENTERRANDO KARL MARX (PARTE 3)

GEOFF PILLING

Dirigente do WRP (Workers Revolutionary Party)
da Inglaterra, falecido em 20 de agosto de 1997

Aqui publicamos a última parte do artigo de Geoff Pilling, que consiste numa análise crítica do livro *Marx no Milênio*, de Cyril Smith. A primeira parte do artigo saiu no nº 2 de *Marxismo Vivo* e a segunda, no nº3.

De onde Cyril Smith começa as suas escavações para exumar Marx, há tanto tempo enterrado? Permita-me apresentar algumas citações do seu capítulo inicial.

“O capítulo I é uma breve resenha do mundo hoje e mostra a confusão em que estamos. Talvez isto seja bastante óbvio, mas o interessante é que todo mundo acha que uma outra forma de viver é impensável.”

“Este mundo se torna cada vez menos compreensível para nós, seus habitantes.”

“A idéia de poder viver de outro modo tornou-se quase inconcebível.”

“O stalinismo convenceu grande quantidade de pessoas que o controle burocrático – era este o significado mais aceito de palavras como “socialismo” ou “comunismo” – era a única alternativa frente ao poder do capital.”

“... três quartos de século depois da Revolução de Outubro, se difundiu a crença que, não importa quão brutais sejam as formas em que aparece, a ordem social existente é a única possível.”

“Assinalei algumas características do mundo neste fim de século –que as pessoas não controlam suas próprias vidas, que não podem compreender as conseqüências de suas próprias ações, que a vida social foi fragmentada – e a crença amplamente difundida que não há outra forma de vida possível.”

“Inclusive antes [sic] do colapso do bloco soviético, o movimento do trabalho internacional, a única força que pode questionar o poder do capital, estava em retrocesso. Durante a década de 1980, os sindicatos se reduziram em todos os velhos países industrializados. Enquanto que a realocização da indústria em países recentemente industrializados levou ao surgimento de um novo sindicalismo, era significativo que, tanto nos novos como nos velhos movimentos, a idéia do socialismo era um tema raramente mencionado.”

“Cada vez mais o pensamento fica dominado pela certeza de que não há saída.”

Até aí chegou nosso autor com seu “retorno a Marx”: imerso na lastimosa e desesperançada lamentação, colocada da maneira mais não-teórica sobre o lamentável “estado” em que nos encontramos. (A palavra “não-teórica” signifi-

ca que suas observações se baseiam em impressões das mais superficiais.) A classe trabalhadora quase não figura em tudo isto, exceto quando nos diz que já vinha muito desarticulada desde antes de se desintegrar. (Se subentende que a queda desta burocracia piorou a situação da classe trabalhadora.) Sua postura tem pouca diferença com aqueles setores da “esquerda” na Grã-Bretanha, que entraram de luto porque Thatcher havia derrotado definitivamente a classe trabalhadora, que o giro à direita por parte dos dirigentes do partido Trabalhista nos deixou sem alternativa frente aos Conservadores. Mas foi sobretudo a queda o que assestou o mais duro golpe a esta esquerda e os colocou de cabeça em retirada, com resmas de papel sobre a “meia-noite do século” e coisas pelo estilo. Isto não deixa de ser uma medida das ilusões que os intelectuais “progressivos” depositam na burocracia stalinista e no “socialismo real”, do qual diziam que talvez não fosse perfeito, mas ao menos era um passo na direção do socialismo. Tal como dizemos, este tipo de opiniões estava bastante difundido entre os que se reclamavam do trotskismo. Este era o significado das palavras de Ernest Mandel e outros sobre o “duplo caráter” da burocracia stalinista e de que o desenvolvimento da economia soviética poderia ocorrer mesmo isolada da economia mundial e que este processo se estenderia por séculos. (Pablo: “séculos de estados operários degenerados”.)

Uma idéia profundamente abstrata caracteriza o modo como o livro começa. Não existem nomes: parece que “todos” estamos na mesma canoa furada. Não sei quem são todas essas forças sem nome que crêem não haver alternativas para a sociedade hoje. Não há dúvida que a classe governante e seus representantes ideológicos e políticos jamais se cansam de dizer que “não há alternativa”. Não foi à toa que a baronesa Thatcher ganhou o apelido de Tina pela

quantidade de vezes que nos disse que não havia alternativa. Mas o problema está em que há uma força que simplesmente não pode reconciliar-se com a sociedade “tal como ela é”. E esta força é a classe trabalhadora. Para além de como suas crenças e estados de ânimo possam apresentar-se em tal ou qual momento, esta continua sendo a verdade. Apesar de serem importantes, os estados de ânimo da classe trabalhadora não são o ponto de partida para os marxistas, mas o que a classe deve fazer. E isso porque, por sua própria natureza, a classe trabalhadora é uma classe obrigada a “servir-se” do que necessita.

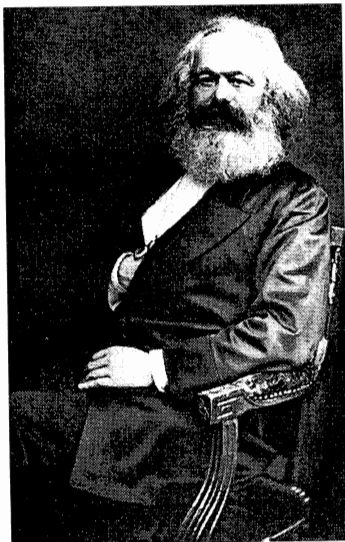
Se o livro começa com uma dose de desesperança, certamente termina igual. Vejam, por exemplo, o que Smith diz sobre a escravidão:

“A contribuição de Marx foi ter compreendido como os horrores da escravidão moderna e o comércio de escravos africanos foram o resultado inumano das atividades de seres humanos.”

Eu sempre pensei que a escravidão (moderna) implicava a escravização de um grupo de “seres humanos” por outro grupo de seres humanos, os escravistas, em busca de lucro. Ao menos, foi isto o que encontrei no *Capital* de Marx. Mas, claro, como todos “os marxistas” destes anos, eu não compreendi nada. Mas o pior ainda está por vir:

“Em qualquer condição, enquanto sobrevivia a humanidade, seu conflito com suas formas inumanas continuará. Como a obscenidade dos campos de concentração é obra de seres humanos, ainda que desumanizados, os humanos podem acabar com eles. É esta, em minha opinião, a forma como a concepção de Marx nos pode mostrar o caminho a seguir.”

Assim é que este reexame de Marx nos levou a este lastimoso e reacionário lugar. Os “seres humanos” têm a culpa pelo fascismo! É esta maneira de torcer as coisas que os liberais tanto gostam e que sempre serve para





ocultar qual é o verdadeiro tema em discussão. Os seres humanos não existem como tais: sempre se enfrentam com a natureza através de relações sociais definidas, que, neste período da história, são as relações antagônicas do capital. O fascismo não foi um repentino ataque de “loucura” ou de insensatez por parte de pessoas “depravadas”, mas a obra da lógica brutal do capital em sua agonia mortal. Os patrões descobriram que milhões e milhões de seres humanos eram “excedentes à disposição” para conseguir lucro. E não foi a “humanidade” “em geral” que pagou o preço da crise: as principais vítimas foram os trabalhadores e grupos perseguidos, que foram usados como bodes expiatórios pelo capitalismo. (ao ler textos como este recorde-me da famosa coluna Private Eye do Reverendo J. C. Flannel, que termina todos os seus comentários sobre as agonias de nossos tempos com um choro: “Em última instância, todos temos culpa”.)

Os intelectuais e a classe trabalhadora

Este artigo está essencialmente dedicado à forma como Cyril Smith vê a história do movimento marxista. Por razões que tratei de explicar, opino que a vê de maneira bastante falsa e abstrata. A história do marxismo é apresentada como um movimento que tem na troca de idéias a sua principal atividade, que não está intimamente ligado nem com a vida nem com o desenvolvimento da classe trabalhadora. Smith vê os problemas do “marxismo” como algo separado dos problemas da classe trabalhadora e, por isso, sua história é oca e pouco convincente. É esta postura que o leva a cometer grandes erros de julgamento sobre a obra e os acertos de Plekanov, para não mencionar Lenin e Trotsky.

O livro parte da idéia de que, com o colapso dos regimes da Europa do Leste e da URSS, muitos intelectuais chegaram à conclusão de que o marxismo estava morto. Mas Cyril Smith não havia chegado à mesma conclusão? Sua história é a seguinte: era uma vez um homem chamado Marx. Ele desenvolveu uma teoria revolucionária que mostrava o caminho para um futuro comunista. Todos os seus seguidores (talvez com exceção de Engels) abandonaram suas idéias. Em maior e menor medida, foi o stalinismo que passou a representar o “marxismo”.

Mas se este foi o triste destino das idéias de Marx, se durante mais de um século não conseguiu ter nenhum ponto de apoio no movimento de massas, então, que se pode dizer de sua força, de seu poder de explicar? Por que devemos crer em Cyril Smith quando nos diz que, uma vez descobertas, as “verdadeiras” idéias de Marx têm muito a oferecer ao mundo em que vivemos hoje? Pela forma como explicou o destino das idéias de Marx, não podemos ter confiança nesta afirmação.


Opino que devemos começar de um ângulo muito diferente. A posição de Marx e Engels era a do trabalho, a posição da classe trabalhadora. A formação social capitalista se desenvolveu segundo leis estritamente objetivas. Mas Marx descobriu as contradições desta formação que encontraram a sua mais alta expressão no conflito entre o capital e o trabalho assalariado, com a classe que tinha o futuro em suas mãos. Opino que esta foi a contribuição teórica mais importante do fundador do marxismo, e é isso que explica por que o revisionismo sempre centrou os seus ataques precisamente nesta concepção. Havendo chegado por meios estritamente científicos a esta conclusão sobre a importância do surgimento da classe trabalhadora nos anos 1840, Marx co-

meçou a aprofundar o conteúdo de sua conclusão, e assim nasceu o *Capital*. O objetivo fundamental deste trabalho (incompleto) foi demonstrar que a classe trabalhadora estava destinada a derrubar o domínio do capital e, ao fazê-lo, criar as bases para o socialismo, uma sociedade realmente humana, fundada sobre a “livre associação de produtores”.

A confiança que Marx depositava na classe trabalhadora não era um assunto pessoal. Baseava-se na conquista teórica mais profunda, na negação (transcendência) das melhores contribuições da burguesia e de seus intelectuais. O panorama mundial que Marx e Engels estabeleceram se desenvolveu na mais íntima relação com as lutas da classe trabalhadora. Marx e Engels participaram em todas as mais importantes lutas da classe trabalhadora, desde os dias do movimento dos Cartistas, passando pela Primeira Internacional, cujo dirigente efetivo foi o próprio Marx, até a formação da Segunda Internacional, no fim da vida de Engels. E foi no transcorrer desta participação, na luta por representar no movimento existente seu futuro real, que se foram enriquecendo e desenvolvendo as bases teóricas da classe trabalhadora. Marx e Engels empreenderam o combate contra todas as formas de ideologia burguesa que apareciam

no movimento da classe trabalhadora.

“Este mundo é uma bagunça”, diz Cyril Smith. Mas isso não é ciência. Para chamarmos pelo seu nome, isso é impressionismo. Qual é a principal contradição deste mundo tão confuso? Será entre a “inumanidade” do mundo tal como existe hoje e a sua humanidade potencial? Expor as coisas desta maneira realmente não oferece saída para ultrapassar o capital. É realmente a classe trabalhadora a única força que nos pode conduzir mais além do capital? Se é assim, nossa investigação deve começar não de um catálogo de desastres, potenciais e reais, que se nos apresentam, mas do impacto que o sistema capitalista decadente tem sobre a estrutura, organização e consciência da classe trabalhadora. Estas são, em minha opinião, as tarefas que os marxistas devem enfrentar hoje, sabendo que o fazem em um período em que a principal força que perverteu e, em grande medida, desprestigiou o marxismo diante da classe trabalhadora, o stalinista, não existe mais.

Com toda certeza, à medida em que vamos cumprindo esta tarefa, vamos ampliando nossa compreensão da obra de Marx. Mas este “retorno a Marx” pouco ou nada tem a ver com o caminho que nos aponta o livro *Marx at Millennium*. 

Natureza dos Estados



OLMEDO BELUCHE

O que é Cuba hoje?

138



O QUE É CUBA HOJE?

OLMEDO BELUCHE

Sociólogo e dirigente do PST(UIT-CI) do Panamá

Um dos mais importantes desafios do marxismo revolucionário do começo do século XXI é compreender, interpretar e dar resposta aos processos de transformação política e econômica que ocorreram nos países que, até 1989, chamávamos “estados operários”. De fato, as burocracias stalinistas que dirigiam esses estados operários iniciaram, primeiro com o “socialismo de mercado” de Deng Xiao Ping, e depois com a “perestroika” de Gorbachov, um processo às vezes gradual, às vezes rápido, de restauração capitalista.

Cuba, único país do continente americano que avançou nos anos sessenta em um processo de revolução socialista, encontra-se nessa situação, assim como pelas novas relações de força estabelecidas pela burguesia imperialista mundial que se denomina genericamente de globalização neo-liberal.

Concretizando nossa reflexão sobre Cuba, cabe perguntar se é possível afirmar taxativamente, como faz o companheiro Martín Hernández que: “Qualquer um que faça um estudo desse tipo sobre Cuba, com um mínimo de seriedade, vai descobrir que nesse Estado, como ocorreu na Rússia, o capitalismo foi restaurado e, mais ainda, que esse Estado está em vias de transformar-se em uma semi-colônia, ou diretamente em uma colônia do imperialismo”.⁽¹⁾

Esta afirmação categórica nos faz duvidar, já que está em contradição evidente com alguns fatos da política internacional, e das relações imperialismo-Cuba, que os meios de comunicação debatem todo dia.

Para compreender a realidade contraditória de Cuba nos parece que é preciso tomar algumas precauções metodológicas:

1. Nos apoiar nos dados objetivos da eco-

nomia cubana, coisa que o companheiro Martín faz de forma parcial, pois toma em defesa de suas teses informação sobre a nova legislação cubana para investimentos estrangeiros, enquanto passa por cima das análises contraditórias feitas pelos próprios organismos econômicos internacionais (como a CEPAL).

2. É preciso analisar a situação cubana como processo, ou seja, como um caminho que está sendo percorrido neste momento, mas um caminho com múltiplas bifurcações, onde está claro que não se chegou ainda ao final. Nos parece que o companheiro Martín confunde uma tendência, contraditória como veremos, com o final do túnel.

3. É evidente que o futuro de Cuba, como o da URSS antes, depende da luta de classes internacional, da relação de forças entre revolução e contra-revolução no mundo. Nós, trotskistas, já sabemos, não pode haver “socialismo em um só país”. Mas, a não ser que pensemos que a revolução socialista esteja derrotada por toda uma época (como já afirmaram alguns) a restauração capitalista completa não é a única alternativa possível para Cuba.

4. Como revolucionários, não podemos deixar de tomar posição a respeito das contradições que caracterizam as relações de Cuba com o imperialismo norte-americano. Defendemos ou não Cuba do bloqueio? Que dizemos sobre a defesa do socialismo que, ao menos na propaganda, é feita pela direção cubana? E as denúncias de Castro sobre a dívida externa ou o ALCA; nos servem para apoiar nossa política ou não? O companheiro Martín, em todo o seu texto, evita tomar posição, mas a vanguarda que luta contra o imperialismo no mundo sim, tem Cuba como um referente.

5. Em relação a isso, é preciso lembrar o que disse Lenin: “A política é a economia concentrada”. E isso é mais verdadeiro do que nunca na época de crise do sistema capitalista mundial. Não só para avaliar a política internacional da direção cubana, como em relação à pergunta: a burocracia cubana tem a mesma capacidade de se auto-transformar em classe proprietária que a russa? Ou as agudas contradições da burocracia cubana com a burguesia cubana de Miami a deixam em uma situação particularmente difícil e complexa? A isto, Martin não dá resposta.



Situação da economia cubana

“Em 1989, Cuba tinha a economia mais coletivizada, igualitária, dependente do exterior e mais subvencionada sovieticamente de todo o mundo socialista”, diz Carmelo Mesa-Lago⁽²⁾. Como não podia deixar de ser, para um pequeno país subdesenvolvido isolado que havia iniciado um processo de revolução socialista a 90 milhas do imperialismo norte-americano. A necessidade de sobrevivência política, combinada com a impossibilidade do “socialismo em um só país”, marcou a alta dependência de Cuba em relação a suas relações econômicas com a ex-URSS.

“O colapso da URSS e do Comecon foi um sopro devastador para a economia da ilha e, no princípio de 1990, forçou um processo, modesto e zigzagueante, de reformas orientadas ao mercado”, agrega Mesa-Lago.

O primeiro dado a levar em conta é que o processo de reformas cubanas começa forçado por uma situação internacional, e não como no caso da Rússia ou da China, que foi uma decisão consciente da direção burocrática do Partido Comunista. Este fato explica o traço ‘modesto e zigzagueante’ do processo de reformas cubanas, que o diferenciam de outros casos.

Creemos que sua explicação última é política: ao contrário da China e da Rússia, onde não existe um setor burguês capaz de disputar o poder à burocracia, a direção cubana sabe que em uma restauração completa será varrida pelo imperialismo e pela burguesia cubana de Miami. Não há muita margem para um acordo.

A nomenklatura cubana não pode transformar-se em classe proprietária e ignorar a burguesia de Miami; ambas estão atravessadas por um processo revolucionário, no qual as massas anti-imperialistas mobilizadas são um fator chave, onde a vitória de uma implica a derrota de outra.

A citação continua: “Este processo começou com uma abertura para o investimento externo e o turismo, já que o governo desejava controlar a reforma dentro dos enclaves estrangeiros. Em 1993, quando se demonstrou que a estratégia não havia tido sucesso, o governo começou de forma tímida uma reforma doméstica. Foi um processo parcial e tímido (comparado com as reformas na China e no Vietnã), com a ausência de um plano bem integrado de etapas coordenadas por uma seqüência lógica. Em vez disso, as medidas foram sendo tomadas componente por componente, com retrocessos periódicos e o governo tentou ajustar o controle da reforma recorrendo a uma excessiva regulamentação”.

Mesa-Lago, analista econômico da Universidade de Pittsburg, nos dá um diagnóstico do processo de reformas cubano mais contraditório e objetivo que

1 Hernández, Martín. “Cuba em Debate”. Revista *Marxismo Vivo*, No. 1, junho/setembro 2000.
2 Mesa-Lago, Carmelo. “Para uma avaliação da atuação econômica e social na transição cubana dos anos noventa”. Revista *América Latina Hoy*, No. 18, março de 1998.

o do companheiro Martín, para o qual na ilha “o capitalismo já foi restaurado”, e que, de maneira simplista, afirma que “no essencial, a restauração em Cuba seguiu o modelo chinês”.

Na parte medular de seu artigo, Mesa-Lago pergunta se a reforma econômica está progredindo, está estancada ou está retrocedendo. Para responder, aponta vários indicadores que devem ser levados em conta.

Para ele, os indicadores de “progresso” da reforma são: 1. A nova Lei de inversões de setembro de 1995; 2. A criação e extensão do “peso cubano conversível” (1995); 3. A legalização do mercado de pescado (1996); criação de impostos menores para ingressos pessoais e trabalho autônomo, e a criação da Oficina para a Administração de Impostos (1996); 4. Regulamentação do trabalho autônomo e expansão de profissões autorizadas, “assim como impostos mais altos” (1996); criação do Banco de Inversão e do Banco Metropolitano, com caráter de sociedades anônimas (1996); 5. Autorização de zonas de livre comércio e parques industriais em quatro cidades portuárias e no aeroporto de La Habana (1996); 6. Autorização para alugar casa para estrangeiros, “sob fortes restrições e fortes impostos” (1996); 7. A regulamentação do banco nacional de Cuba e de instituições financeiras não bancárias (maio de 1997) “apesar de que a esperada reforma bancária ainda não foi feita”.

Os indicadores de “estancamento” são: 1. “não se deu nem a eliminação de 500.000 a 800.000 que não se necessitavam no setor estatal, nem se retiraram todos os subsídios do estado a empresas públicas (ambos planejados em 1996 e não implementados..”); 2. Postergação dos impostos sobre os trabalhadores e as contribuições dos mesmos à previdência social; 3. Atraso na redução do excedente monetário (por não terem sido implementadas as medidas anteriores) e aumento da emissão monetária; 4. Exclusão dos graduados universitários e outras profissões de atividades legais em trabalho autônomo; 5. “a decisão da lei de inversão externa autorizando a contratação direta (como se esperava), o pagamento e promoção dos trabalhadores em empresas mistas com inversão externa (estas ativi-

dades são ainda feitas pela agência estatal)”; 6. A não-autorização aos residentes cubanos ou a grupos de trabalhadores para fazer negócios de pequeno e médio porte; 7. A afirmação oficial de que o peso cubano não teria convertibilidade até que a recuperação econômica estivesse consolidada; 8. Falta de qualquer referência à premente reforma compressiva dos preços.

Em seguida Mesa-Lago analisa fatores externos que, a seu ver, contribuíram para estancar o processo de reformas: Ata Helms-Burton (1996), eleição de Yeltsin e de Aznar na Espanha e “a decisão da Comunidade Européia de não proporcionar ajuda econômica a Cuba devido ao fracasso da ilha em seu movimento em direção à democracia”.

Finalmente, o autor cita um discurso de R. Castro de março de 1996 criticando aspectos das reformas econômicas e aponta seus perigos, cujo conteúdo parece ratificado pelo Congresso do Partido Comunista de outubro de 1997. A seu ver, este congresso: “entre retroceder (uma opção impossível) e continuar (como os reformistas puros recomendavam), o Partido optou por manter o status quo, porque uma maior abertura da economia e expansão do setor não estatal poderia ter ameaçado o poder do regime”.

E conclui que: “os indicadores de estancamento e retrocesso da reforma são mais fortes que as que sugerem progressos contínuos. De fato, o processo de reforma parece ter sido freado ou retardado de forma significativa desde 1995... A lógica política, conseqüentemente, prevaleceu sobre a lógica econômica. A perspectiva de um forte movimento em direção ao mercado, como na China e no Vietnã, parecia nula no final de 1997”.

O que diz a análise da CEPAL?

O Conselho Econômico para América Latina (CEPAL) faz uma análise coincidente com a anterior⁽³⁾. Em relação à reforma em Cuba, diz que: “Surgiu e pouco a pouco se foi consolidando uma “segunda economia”, com a formação de empresas de capital misto, a concessão de autonomia de gestão às empresas exportadoras

e a multiplicação de atores nos mercados liberalizados”.

“A medula da reforma estrutural é a reconstrução das relações econômicas externas com vistas a resolver o estrangulamento externo e o intenso processo de contração econômica” (ocorrido por causa da extinção do Comecon). “A fim de combater tais tendências, o governo liberalizou muitas das regulamentações anteriores; em particular, rompeu o monopólio do comércio exterior ao dar autonomia de gestão às empresas públicas e permitir sua convivência com estabelecimentos privados”.

Com relação à Lei de Inversões Estrangeiras de 1995, a CEPAL afirma: “As principais características dessa lei representam uma importante flexibilização do regime anterior; no entanto, se mantêm práticas restritivas ou de controle, entre as quais se destacam a aprovação, caso a caso, dos projetos com participação estrangeira, e a contratação de pessoal cubano por meio de entidades públicas”.

Em outras palavras, esta reforma representa uma mudança importante em relação à economia socializada, mas está longe de ser um capitalismo completo, dado os controles estatais, inclusive para a compra de força de trabalho pelo capital privado. Alguns dizem que esta medida facilita a superexploração dos trabalhadores, porque o estado recebe seus salários em dólares por parte das empresas estrangeiras, e paga a elas em pesos. Mas a outra cara da moeda é que isto representa um funcionamento anômalo na lógica do capital, que implica o princípio da livre contratação de mão de obra.

Fazendo um balanço, aponta-se que em 1998 havia cerca de 370 empresas com capital estrangeiro instaladas em Cuba, com um investimento de aproximadamente 4,3 milhões dólares, que contratavam entre 60 a 65 mil trabalhadores, sobre uma força de trabalho superior a 4 milhões de pessoas.

Em relação ao setor estatal da economia, se deu um processo de redução em busca de eficiência produtiva, outorgando autonomia de gestão às empresas públicas. No entanto, como já vimos, não ocorreu a redução massiva de pessoal que havia sido prevista de aproximadamente 800 mil postos de trabalho.

O salário dos trabalhadores do setor estatal se mantém fortemente desvalorizado (o salário médio é de 193 pesos ou 6 dólares do mercado negro), e aumentou o número dos que vivem do trabalho autônomo. A esse respeito, Mesa-Lago estima que o desemprego aberto pode chegar a 8% (dado oficial para 1997) e outras estimativas que os situam entre 12 e 19%.

Segundo Mesa-Lago, a força de trabalho oficialmente localizada no emprego autônomo chega a 208.500 pessoas, 4,5% da força de trabalho, dos quais 29% eram antes desempregados, 29% foram demitidos das empresas estatais, 24% eram aposentados e 18% donas de casa (1996).

O que mostram estes é que, apesar dos baixíssimos salários, a maioria dos trabalhadores ainda estão no setor estatal, não nas empresas com capital externo, nem no emprego autônomo (o que poderia ser considerado como um início de setor privado, mas muito longe de um capitalismo real).

Para conhecer a situação da produção agrícola, voltamos à análise de Mesa-Lago, que afirma que, mantendo-se a propriedade estatal sobre a terra, o principal dado das reformas é o fracasso das granjas estatais, a criação de cooperativas, que assumiram uma importância cada vez maior (Unidades Básicas de Produção Cooperativa, UBPCs), e a entrega em usufruto de parte da terra a



3 Ibarra, David y Máttar, Jorge. “A economia de Cuba”. Revista da CEPAL No. 66, dezembro de 1998.

produtores particulares.

Era a seguinte a distribuição das terras produtivas em 1996: 32.8% granjas estatais, 21.55% velhas cooperativas, 3.4% granjas “privadas” (sem propriedade formal), e 42.3% em mãos das UBPCs. E afirma: “No entanto, Cuba não seguiu o o bem sucedido modelo chinês de reforma, onde praticamente toda a terra do estado foi entregue a famílias e grupos de trabalhadores sob contratos indefinidos. E onde os granjeiros tinham liberdade de vender sua produção total”

Em Cuba, em 1995, os mercados livres de produtos agrícolas vendiam apenas entre 25 e 30% de toda a produção, o restante é gerido pela distribuição centralizada do estado, que adquire a maior parte do que é produzido pelas UBPCs.

Com respeito à planificação econômica, uma das características essenciais dos estados operários, diz a CEPAL: “Apesar de tudo, ainda predomina o sistema de controle centralizado e as empresas públicas exercem um papel principal no provimento dos recursos e no abastecimento da maioria dos bens e serviços. No entanto, as forças do mercado estão em ascenso, propiciando a descentralização progressiva de atividades e decisões econômicas. Por isso, coexistem de forma tensionada a planificação central e o mercado em cada vez mais áreas da economia”.

Ou seja, a fotografia que prevalece hoje é a seguinte: “ainda predomina” a planificação e as empresas públicas, mas a dinâmica, se continuam as reformas, é a um crescimento das forças do mercado. Portanto, não se pode afirmar, como ligeiramente faz Martín Hernández, que em Cuba já se restaurou o capitalismo.

O prognóstico da CEPAL é parecido ao de Mesa-Lago: “...ambos processos interdependentes de mudanças não estão concluídos e portanto subsistem tensões, sem que se perfile com nitidez a divisão do trabalho entre o estado e o mercado no provimento de recursos ou na coordenação da atividade econômica”.

“Superada a fase de estabilização do “período especial”, se está diante de uma bifurcação de caminhos, cuja complexidade intrínseca apenas permite um esboço em bruto de ordem ge-

ral”. E deixam duas opções possíveis:

“Uma primeira opção conduziria a limitar os processos de liberalização da “segunda economia”, e a deter o fortalecimento dos direitos privados de propriedade, o que permitiria prevenir a ulterior segmentação da sociedade ou a dispersão do poder político e econômico...”

“A outra opção seria a de prosseguir com as reformas e suprimir gradualmente as travas ao desenvolvimento da “segunda economia”. Na ótica cubana, eleger esta variante não estaria livre de problemas. Em princípio, teria que se aceitar a separação gradual de poderes entre Estado e mercado, o que equivaleria a modificar o paradigma socialista que prevalece até agora”. Mais claro, só a água.

Sobre o caráter de classe do Estado cubano

Creemos que as análises desses economistas (burgueses) mostram com clareza: 1. Que a realidade cubana de hoje é altamente contraditória: 2. Que não se pode afirmar que Cuba seja já um estado capitalista: 3. Que as reformas marcam uma tendência que, se continua, levará esse país ao capitalismo, como ocorreu em outros lugares; 4. Mas que as reformas têm fortes entraves e sofreram estancamentos e retrocessos, porque é evidente para a direção cubana que, se isso continua, estará em jogo o poder político. 5. Que sobrevivem e prevalecem elementos do “paradigma socialista” na economia cubana.

O companheiro Martín Hernández em seu artigo, se mostra bastante preocupado com a definição de classe do estado cubano, elemento chave para definir a atitude e a política dos revolucionários frente a Cuba. Para ele, Cuba deixou de ser um “estado operário” porque permitiu a existência do capital privado.

Mas Martín passa por cima do fato de que, já com Lenin, nos primeiros anos da União Soviética, e em circunstâncias de isolamento parecidas às de Cuba hoje, se deu a curiosa mistura de incentivos ao setor privado no marco de um Estado operário, que Lenin denominou a Nova Política Econômica (NEP).



Guardando as devidas distâncias entre Lenin e Castro, e levando em conta os perigos de uma prolongação no tempo da NEP, que Lenin levou em conta, e que depois Trotsky e a Oposição de Esquerda apontaram, é preciso dizer que nessas circunstâncias e sob um estrito controle, não havia outra saída para a Revolução Russa que outorgar estímulos ao mercado, em circunstâncias muito similares às de Cuba hoje.

Mas, em relação ao problema da definição do caráter de classe do Estado, no marco de uma política como a NEP, Lenin definiu as características que não poderiam ser perdidas, sob o risco de transformar o caráter de classe do estado:

“Praticamente a massa integral dos meios de produção na esfera da indústria e o transporte fica em mãos do Estado proletário. Junto com a nacionalização da terra, esta circunstância demonstra que a nova política econômica não varia a essência do Estado operário, modificando, no entanto, essencialmente os métodos e as formas da construção socialista, já que admite a emulação econômica entre o socialismo em construção e o capitalismo, que aspira a ressurgir, sob a base de satisfazer, por meio do mercado, os milhões de camponeses”⁴.

Pelos dados levantados, é evidente que em Cuba a imensa maioria dos meios de produção industriais, assim como a propriedade da terra permanecem nacionalizados. Talvez a característica essencial do estado operário que se perdeu foi o monopólio estatal do comércio exterior, ainda que não sem fortes regulamentações ao capital externo, como já vimos. Inclusive permanece muito da planificação centralizada, apesar da promoção da autogestão das empresas estatais.

Para quem acha que os dados mencionados são obsoletos e que, desde a data da última pesquisa citada (1997-98) já se restaurou o capitalismo, sugerimos prestar atenção à informação proveniente da política exterior cubana no início de 2001. Tudo indica que existe um choque crescente (corroborado por múltiplas declarações oficiais) entre o governo cubano e governos que até há pouco eram seus sócios comerciais e aliados ocasionais.

Já não são só as pressões do governo espanhol, mas somaram-se a elas o governo canadense (ver Cúpula do ALCA), o novo governo mexicano, inclusive o governo panamenho. Todos pressionando o regime cubano por maiores reformas e este resistindo a fazê-las.

Concluindo, Martín não pode afirmar que sobre este critério leninista podemos definir Cuba como um estado capitalista. No máximo, se pode advertir que, se as reformas continuam, se chegará em um futuro a este salto de qualidade, mas que ainda não se deu, ao contrário de outros países.

Esta precisão tem importância para a política concreta dos socialistas revolucionários, porque mesmo aceitando a situação de pobreza em que vive o povo cubano, é útil para educar os trabalhadores mostrando-lhe que os elementos de socialismo existentes em Cuba lhe permitem obter conquistas sociais que o capitalismo lhes nega.

Em relação à defesa dos estados operários burocratizados existentes, e que o SU não gostava de levantar para não chocar com os preconceitos democrático-burgueses das camadas médias, Nahuel Moreno respondeu a E. Mandel (A ditadura revolucionária do proletariado. D. Karim. Ed. Polêmica Internacional. Bogotá. 1979):

“O documento não diz uma única palavra sobre a obrigação número um

4 Lenin, V.I.
“Sobre o papel e as tarefas dos sindicatos nas condições da Nova Política Econômica”, Resolução do CC do PC(b) da Rússia de 12 de janeiro de 1922. Obras Escogidas, tomo 3.

do proletariado mundial, que é a de ter o patriotismo de classe mais conseqüente em relação a essas ditaduras proletárias, educando o proletariado mundial de que é preciso defendê-las. Jamais o documento aponta como as máximas conquistas do proletariado neste século os atuais estados operários burocratizados, nem levanta a bandeira de sua defesa intrasigente” (p.247).

Moreno compara nossa política de defesa dos estados operários existentes com nossa defesa dos sindicatos e da sindicalização dos trabalhadores, e alerta que é a “partir dessa defesa apaixonada” que “fazemos a crítica mais intransigente à burocracia”.

E agrega: “Este patriotismo proletário, de classe, de defesa até o fim da organizações operárias existentes internacionalmente, se concretiza na defesa intransigente das ditaduras proletárias existentes, contra a campanha de desprestígio do imperialismo e, chegado o momento, contra o ataque militar do próprio imperialismo”.

Moreno fustiga o documento do SU porque: “Não se insiste nunca, não se alerta jamais que estas ditaduras proletárias são um milhão de vezes superiores à democracia burguesa existente nos países imperialistas”.

E culmina dizendo: “Uma das tarefas mais importantes do trotskismo é justamente a de educar a classe operária mundial no reconhecimento das ditaduras proletárias existentes, em demonstrar que são muito mais democráticas para os trabalhadores que qualquer democracia imperialista, no caráter inevitável das guerras contra-revolucionárias dos países capitalistas e imperialistas contra os estados operários e na defesa dos mesmos” (p.249).

Prova disso são os altos índices de saúde e educação alcançados pelo povo cubano, que ainda se mantêm, superiores aos das economias capitalistas mais “prósperas” da América Latina (Brasil, Argentina ou Chile) apesar dos 40 anos de bloqueio imperialista e da extinção do Comecon. Fato este reconhecido pelos próprios organismos imperialistas.

Neste sentido, no Panamá, durante a última Cúpula de Presidentes Íbero-americanos, se difundiu um slogan muito bom: “Na Améri-

ca Latina há 40 milhões de crianças na rua, mas nenhum deles é cubano”.

Cuba e o enfrentamento com o imperialismo ianque

Por último quero ressaltar o fato de que o companheiro Martín evita referir-se à política de denúncia e enfrentamento da direção cubana frente ao imperialismo americano em temas como: o bloqueio, a dívida externa, o neoliberalismo, a integração econômica que nos submete ao imperialismo, a armadilha da ALCA etc.

Ver este fato objetivo, ainda que fosse pura demagogia de Castro, é impossível para Martín, porque refuta sua afirmação de que Cuba se tornou uma semicolônia do imperialismo, que está em vias de converter-se em uma colônia pura. Porque uma semicolônia implica não só a submissão econômica, mas também política às ordens do imperialismo.

As semicolônias do imperialismo e seus governos, do México à Argentina, não fazem estas denúncias, mas se comportam como fiéis lacaios do capital transnacional. Aí existe uma grande diferença entre a direção cubana e o restante dos governos latino-americanos. Por isso, dizer que Cuba é uma semicolônia é uma soberana besteira que despreza os fatos evidentes.

Esta realidade obriga a reconhecer que, mesmo que Cuba não fosse um Estado operário, ela possui um “governo independente”. Recorde-mos que esta categoria foi usada por Nahuel Moreno para referir-se a governos capitalistas confrontados com a política imperialista. E que neste enfrentamento, os trotskistas sempre ressaltam que era uma questão de princípios apoiar estes governos independentes, sem claudicar nas críticas à sua inconseqüência.

Desde 1962, quando a revolução cubana deu um salto, convertendo a ilha no primeiro estado operário do Ocidente, com a nacionalização das grandes empresas transnacionais, o imperialismo manteve uma política de agressão e bloqueio sistemático contra esse país. Desde então, também, o problema da defesa de Cuba e sua auto-determinação frente ao imperialismo ocupou

um papel fundamental na política do movimento operário e os anti-imperialistas da América Latina.

Assim dizia Nahuel Moreno em *Correio Internacional* No. 20, junho de 1986: “A questão dos países independentes está cada vez mais na ordem do dia. Por um lado, porque o ascenso revolucionário fez com que vários países conquistassem sua independência política. E, também, porque a contra-ofensiva imperialista coloca de forma premente a necessidade de defender esses países contra a agressão, e ao mesmo tempo mantendo erguidas as bandeiras da classe operária e do socialismo” (p.17).

Por isso, ao menos nesse sentido, a política de Castro frente ao imperialismo tem uma importância vital para os marxistas revolucionários do planeta, e nos força à unidade de ação com o governo cubano. Obviamente, sem deixar de criticar a ausência de democracia operária em Cuba e seu papel no fracasso de processos revolucionários, como o nicaraguense ou o salvadoreño, aos quais aconselhou “não ser outra Cuba”, ou seja, não expropriar a burguesia.

Conclusão, não defender Cuba frente a agressão, o bloqueio e a política do imperialismo, não só é uma inconseqüência para quem se diz revolucionário, como nos isola sectariamente da vanguarda operária que luta em todo o mundo contra a globalização neoliberal, e que vê Cuba como um referente que resiste a estas imposições do imperialismo, cuja cabeça são os Estados Unidos.

Por um programa revolucionário para Cuba

Os trotskistas têm o desafio de estabelecer um programa revolucionário para Cuba, que responda a esta contraditória realidade do momento presente. Programa que não pretendemos formular aqui de maneira acabada, pois deve surgir do debate democrático, mas que nos parece que em linhas gerais, deve responder às seguintes necessidades:

1. A defesa conseqüente de Cuba frente à agressão e ao bloqueio econômico do imperialismo norte-americano. Este deve ser o fio condutor de toda política para Cuba hoje. Defender Cuba da agressão americana por duas razões:

a. Enquanto estado operário, mesmo deformado burocraticamente, porque representa a máxima conquista do movimento operário latino-americano, talvez a única que sobra no mundo, na luta por uma sociedade mais justa e democrática que a exploração capitalista. Nesse sentido, apesar das atuais penúrias do povo cubano, os grandes avanços em matéria social feitos pela Revolução cubana são um exemplo para o proletariado de que é possível construir um mundo melhor, uma alternativa à miséria capitalista.

b. Como “país independente”, porque definitivamente Cuba é um exemplo de rebeldia frente à dominação imposta pelo imperialismo americano ao conjunto do continente. Por isso, é castigada com o bloqueio e a agressão há 40 anos. Para os marxistas revolucionários, é uma questão de princípios defender toda pequena nação agredida por um país imperialista, independente de qualquer crítica que tenhamos em relação a seu governo.

2. O anterior se vincula com a denúncia permanente da política de opressão política e econômica que os EUA impõem ao conjunto da América Latina, por meio dos ajustes neoliberais e da ALCA. Nesse sentido, nos parece que seria conveniente fazer uma campanha continental propondo que os países que ex-




pressaram sua oposição (Cuba, Venezuela e Brasil) formem uma Frente Contra a ALCA. Ao mesmo tempo, exigir do restante dos governos o estabelecimento de plenas relações comerciais com a ilha e acordos preferenciais, como o que foi feito com a Venezuela por petróleo barato, para aliviar o peso do bloqueio.

3. A defesa dos direitos sociais e econômicos dos trabalhadores e do povo de Cuba frente às reformas feitas pelo regime castrista. É preciso denunciar que as reformas de Castro fomentaram uma enorme brecha social em Cuba, entre os que recebem salários do setor transnacional e ajuda de familiares no exterior, e os que recebem salários em pesos por trabalhar na indústria nacionalizada. Além disso, por fomentar os privilégios de uma minoria, esta política está provocando uma deterioração social e pondo em perigo as conquistas da revolução. O que se expressou em um crescimento descontrolado da criminalidade, a prostituição e outras chagas.

4. Exigência de liberdades democráticas para os trabalhadores e a passagem das decisões econômicas e políticas (o poder real) para as mãos das organizações operárias, acabando com o regime burocrático de partido único. Se a sociedade deve fazer sacrifícios, são os trabalhadores os que devem aprová-los e fiscalizá-los, combatendo os burocratas e setores privilegiados de qualquer tipo, fonte social da restauração capitalista. O que não deve ser confundido com garantias para os setores políticos comprometidos com a gusanada de Miami e o imperialismo ianqui, mas sim o direito de formar partidos operários que discordem da política do PC cubano. Neste marco, é uma tarefa imprescindível a luta por construir um Partido revolucionário em Cuba, que represente a voz da classe operária e suas necessidades.

5. O apoio aos processos revolucionários de outros povos por parte de Cuba, não à ficção stalinista de “socialismo em um só país”. Neste sentido, cabe ressaltar que a política de Castro nos anos 80, de evitar que as revoluções centro-americanas (Nicarágua) “não fossem outra Cuba”, ou seja, não expropriassem a burguesia,

é, em boa parte, a culpada pelo atual isolamento e as penúrias econômicas do povo cubano. Só uma Federação de Repúblicas Socialistas da América Latina permitirá salvar as conquistas da Revolução Cubana, derrotar o imperialismo e livrar da miséria capitalista as grandes maiorias do continente. 



LIVROS

- DIREITO DE CLASSE E REVOLUÇÃO SOCIALISTA** - Piotr Stutchka
Comentários de Aderson Bussinger, Américo Gomes,
Sérgio Augusto Pinto Oliveira **148**
- MULHERES: O GÊNERO NOS UNE, A CLASSE NOS DIVIDE** - Cecília Toledo
Comentários de Claudia Mazzei Nogueira **156**



DIREITO DE CLASSE E REVOLUÇÃO SOCIALISTA - PIOTR STUTCHKA

Comentários de:

ADERSON BUSSINGER

AMÉRICO GOMES

SÉRGIO AUGUSTO PINTO OLIVEIRA

Por iniciativa do Instituto José Luís e Rosa Sundermann, foi lançada recentemente no Brasil uma obra ímpar em sua importância, ineditismo e atualidade: **Direito de Classe e Revolução Socialista**. São textos sobre Direito, Justiça e Estado escritos por Piotr Stutchka, advogado e Comissário da Justiça do governo revolucionário encabeçado por Lenin, na Rússia. A organização e tradução dos textos que compõem esta obra são de Emil Von München e neste artigo, os advogados Aderson Bussinger, Sérgio Augusto Pinto Oliveira e Américo Gomes, coordenadores do Instituto, comentam o livro e ressaltam a premência de que se reveste uma abordagem socialista e de classe do Direito e de todo tema jurídico.

O papel da superestrutura jurídica no processo de recolonização

O livro de Stutchka adquire importância e atualidade de primeira grandeza por diversas razões. Em primeiro lugar, porque recoloca, na dimensão histórico-material dos nossos dias, as afirmações de Marx no Prefácio à **Crítica da Economia Política**:

“Na produção social de sua vida, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade, relações de produção essas que correspondem a um nível de desenvolvimento determinado de suas forças produtivas materiais.

O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual ergue-se uma superes-

trutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas sociais de consciência.

O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, político e espiritual em geral.”¹

A respeito, Stutchka faz considerações perspicazes, já mesmo no quadro de sua concepção marxista do Direito e do Estado, elaborada principalmente ao longo da segunda década do século XX.

Em nossa realidade história do início do século XXI, é importante destacar que as relações de produção que formam hoje a estrutura econômica da sociedade mundial, ao se internacionalizarem ao extremo no processo de globalização, estabelecem uma superestrutura jurídica cada vez mais internacional, colocada a serviço dos interesses do imperialismo capitalista recolonizador.

Hoje constatamos que o imperialismo, em sua monumental decadência, continua aguçando enormemente a exploração da classe trabalhadora. Avança sobre os Estados semi-coloniais em ofensiva desenfreada, munido do claro objetivo de reduzi-los – estes que ainda gozavam de relativa independência – a verdadeiras colônias, no quadro de um inequívoco processo de recolonização, obviamente situado em novos patamares históricos.

Tal processo está longe de ser um fenômeno tranqüilo. De um lado, registra-se a resistência de muitos setores do movimento de massas. De outro, desenvolve contradições entre distintos setores da burguesia e entre os próprios es-



tados-maiores do imperialismo capitalista europeu, japonês e norte-americano. Provoca crises institucionais em cujo seio processa-se a decadência e inclusive paralisa as instituições do Executivo, Legislativo, Judiciário e, em alguns casos, das próprias forças armadas de repressão. A América Latina é um paradigma dessa situação catastrófica.

Este quadro de recolonização, combinado com crises institucionais, provoca profundas mudanças nos ordenamentos jurídicos nacionais e internacionais destes países, como forma de melhor adequá-los aos serviços a serem prestados ao capitalismo imperialista.

Pode-se citar como exemplo o processo de dolarização em vários países, precedido por profundas mudanças nas legislações econômico-nacionais, como ocorreu com a paridade da moeda argentina, votada pelo Congresso Nacional. Outro caso são as leis que liberaram as privatizações ou quebra de monopólios da indústria petrolífera e as alterações nas legislações trabalhistas que abriram as portas para os percalços sociais decorrentes das privatizações, das flexibilizações trabalhistas, das novas leis reguladoras de marcas e patentes, bolsas de valores e mercados financeiros.

Nesse âmbito surge a Lei de Extradicações, votada pelo Congresso colombiano, a mais escandalosa entre todas do gênero, que possibilita ao Poder Judiciário dos EUA julgar qualquer traficante daquele país em recolonização, acabando assim, na prática, com a autonomia e a soberania do exercício da função jurisdicional, abrindo precedentes perigosos. Com efeito, os guerrilheiros desse país são chamados de narco-guerrilheiros pelos burgueses norte-americanos e seus congressistas. Ainda neste mesmo contexto emergem os casos de autorização de instalação de bases militares norte-americanas em território nacional.

Sem dúvida nenhuma, a eventual aprovação do Tratado da Alca (Acordo de Livre Comércio das Américas) em 2005 acirrará esse processo de regulamentação jurídica da superexploração da América Latina. Não é à toa a edição do Documento 315 do Banco Mundial acerca da alteração do Poder Judiciário nos países latino-americanos.

Uma contribuição ao debate teórico-doutrinário e político-programático

O segundo motivo fundamental que confere extraordinária importância ao livro de Stutchka está em que pode contribuir para o debate teórico-doutrinário e político-programático que vivenciamos, presentemente, na vanguarda dos movimentos sociais, sindicais e populares, bem como entre intelectuais das universidades burguesas, ligados à esquerda mundial. Debates que visualizamos no Fórum Social Mundial, de janeiro de 2001, em Porto Alegre, travados contra os meta-marxistas neo-gramscianos e os maoístas-althusserianos, em cujo contexto retoma-se polêmicas antigas e fundamentais, como a de Guerra de Posições, de Gramsci versus Revolução Permanente e Guerra Civil, de Marx e Engels, Lenin e Trotsky, ou ainda a de Cidadania Hiperbólica, de Etienne Balibar, Michaël Löwy e Espaços Marx, em revisão da luta de classes revolucionária, debate esse último entabulado outrora eximamente por Rosa Luxemburgo contra o revisionismo reformista de Eduard Bernstein.

Nesta mesma trilha situam-se ainda temas como Cidadania Planetária em oposição ao Internacionalismo Proletário, Estado Democrático de Direito (Ditadura da Burguesia), supostamente dotado de Democracia Geral Participativa, em detrimento do Estado de Classe Proletário (Ditadura do Proletariado), incorporado da mais ampla e historicamente superior Democracia Proletária. Debates estes que especulam até mesmo com a hipótese de existência de um Poder Judiciário independente e imparcial, conformador de um Estado de Direito, cuja essência ilusória foi, entretanto, plenamente desvendada por Karl Marx.

Não é senão Stutchka quem, reportando-se aos ensinamentos de Marx, veicula-nos a seguinte citação, inteiramente esquecida e repudiada pelos sicofantas ideológicos da inteligência burguesa de nossos dias:

“Que tipo de ilusão estúpida e complicada é, em geral, essa de um juiz partidário, dado que o próprio legislador é partidário. O que significa um julgamento imparcial, se a própria lei é parcial? O juiz pode formular a parcialidade da lei apenas de maneira puritana, apenas aplicá-la desconsideradamente. A imparcialidade é, pois, a forma, não o conteúdo do julgamento. A lei antecipa o conteúdo.”²

É Stutchka quem atrai a atenção dos leitores, em seu livro recém-editado, ao realçar a magistral clarificação de Friedrich Engels acerca do caráter da visão jurídica do mundo, contida em “O Socialismo dos Juristas”, texto produzido, à época, i.e. em 1886, juntamente com Karl Kautsky:

“A bandeira religiosa apareceu, pela última vez na França no século XVII e pouco menos de 50 anos mais tarde surgiu, sem qualquer maquiagem, a nova visão do mundo, aquela que se deveria tornar a visão clássica do mundo da burguesia, a visão jurídica do mundo. Ela foi a secularização da visão teológica do mundo.”³

O livro de Stutchka, editado presentemente, reintroduz e reaviva a polêmica sobre o papel do Direito como instrumento colocado a serviço da classe dominante, visando a assegurar seu poder de Estado. Seguindo rigorosamente

as pegadas de Lenin, Stutchka soube valorizar doutrinariamente as palavras lapidares desse último acerca do fenômeno da lei positiva quando assinalou:

“Porém, o que é a lei? A lei é a expressão da vontade das classes que emergiram vitoriosas e mantêm o poder do Estado em suas mãos.”⁴

Capaz de compreender toda a extensão da concepção marxista-leninista acerca da questão jurídico-legal e dela partindo, Stutchka logra elucidar, circunstanciadamente, a essência do Direito ao considerá-lo, mais vastamente, como “um sistema (ou uma ordem) de relações sociais, que corresponde aos interesses da classe dominante e que, por isso, é assegurado pelo seu poder organizado (o Estado).”⁵

Além disso, tal como assinalou Emil von München, em sua palestra quando do lançamento do livro em São Paulo, Stutchka, dedicando-se a fundamentar de modo rigorosamente jurídico-científico uma teoria geral do Direito, não poupou esforços ao apresentar reflexões intelectuais de grande valia, voltadas a contribuir para o estudo do Direito enquanto fenômeno social complexo. A devida compreensão de sua gênese e natureza, sentido e significado, conceito e função, conteúdo e forma, pressupõe a investigação e abordagem de múltiplos aspectos ligados à análise histórica dialético-materialista da crítica da Economia Política, da formação objetiva e ideológica das classes sociais, de seus interesses materiais e da luta de classes pelo poder do Estado, da doutrina do Estado e das revoluções sociais e políticas, assim como da essência da normatividade moral e jurídica.

Stutchka coopera, assim, para a compreensão do Direito enquanto fenômeno superestrutural, enraizado nas relações econômico-materiais de produção da vida social dos homens. Para isso, o jurista soviético trabalha de maneira precisa com a caracterização apontada manifestamente por Friedrich Engels, em sua carta de 1890, dirigida a Joseph Bloch, ao assinalar, entre outras coisas que, se a base econômico-material condiciona, em geral, o Direito, enquanto fenômeno superestrutural, é mister destacar-se, porém, que o Direito, por sua

vez, também exerce seu efeito sobre a base histórico-real, podendo modificá-la, ainda que apenas dentro de certos limites:

“A situação econômica é a base, porém os diversos momentos da superestrutura, formas políticas da luta de classes e seus resultados – Constituições, estabelecidas pela classe vitoriosa depois da batalha vencida etc. – formas jurídicas e, até mesmo, os reflexos de todas essas lutas reais no cérebro dos participantes, teorias políticas, jurídicas, filosóficas, concepções religiosas e seus desenvolvimentos subsequentes em sistemas dogmáticos, exercem também seu efeito sobre o transcurso das lutas históricas e determinam, em muitos casos, preponderantemente, sua forma.

Trata-se de uma interdependência de todos esses momentos em que, finalmente, mediante a infinita quantidade de acasos (i.e. de coisas e eventos, cujo contexto interno é tão distante ou tão incomprovável que o podemos considerar como inexistente, desprezando-o) impõe-se o movimento econômico enquanto necessário.(...)

Fazemos nossa própria história, porém apenas sob pressupostos e condições bem determinadas.”⁶

Plenamente consciente disso, Stutchka é capaz de examinar, coerente e detidamente, o papel revolucionário do Direito e do Estado no quadro dos processos de intensa transformação social.

Definição de Direito Proletário

Por fim, destacamos que o livro de Stutchka, ao traçar considerações sobre o Direito Proletário e o Problema do Direito de Classe e da Justiça de Classe, coloca à disposição do leitor meios para a devida compreensão das desafiadoras reflexões de Karl Marx, contidas em sua “Crítica ao Programa de Gotha”, publicado em 1875, quando se dedica à análise do Direito, no quadro da primeira fase da sociedade comunista, i.e. o socialismo:

“O Direito igual continua a ser, aqui, – por princípio –, o Direito Burguês, ainda que princípio e prática já não se agridam mais, agarrando-se pelos cabelos, enquanto, no contexto da troca de mercadorias, a troca de equivalentes, apenas existe em média, não porém para o caso individual.

Apesar desse progresso, esse Direito igual continua a estar aprisionado em uma limitação burguesa. O Direito dos produtores é proporcional às suas prestações de trabalho. A igualdade consiste em que se mede segundo o mesmo padrão de medida, segundo o trabalho.

Um é, porém, superior ao outro física e espiritualmente, presta, portanto, no mesmo tempo, mais trabalho ou pode trabalhar, durante mais tempo, sendo que o trabalho, para servir de padrão de medida, deve ser determinado segundo a duração ou a intensidade, caso contrário deixa de ser padrão de medida.

Esse Direito igual é Direito desigual para trabalho desigual.

Ele não conhece nenhuma distinção de classe, porque todos são trabalhadores tal como os outros, conhece, porém, tacitamente, o talento individual desigual e, por isso, a capacidade de prestação de trabalho dos trabalhadores enquanto privilégios naturais. Trata-se, portanto, segundo seu conteúdo, de um Direito da desigualdade, tal como todo Direito.

Segundo sua natureza, o Direito pode existir apenas aplicando padrão igual



de medida. Porém, os indivíduos desiguais (e eles não seriam indivíduos diferentes se não fossem desiguais) são, apenas, comensuráveis segundo um padrão igual de medida, na medida em que se os coloca sob um ponto de vista igual, tomando-os apenas a partir de um lado determinado, p. ex., em dado caso, concebendo-os apenas como trabalhadores e nada mais neles se avistando, deixando-se de ver todo o demais. Além disso: um trabalhador é casado, o outro não. Um tem mais filhos, o outro não etc. etc.

Com prestação igual de trabalho e, por isso, participação igual no fundo social de consumo, recebe um, portanto, mais do que o outro. Um é mais rico do que o outro etc. A fim de evitar todas esses inconvenientes, o Direito teria de ser, ao invés de igual, muito mais desigual.

Porém, esses inconvenientes são inevitáveis na primeira fase da sociedade comunista, tal como emergiu precisamente da sociedade capitalista, depois de longas dores do parto.

O Direito não pode ser jamais mais elevado do que a formação econômica e o desenvolvimento cultural da sociedade por ela condicionado.

Em um ponto mais elevado da sociedade comunista, depois de ter desaparecido a subordinação servil dos indivíduos à divisão do trabalho – com ela, também, o antagonismo entre trabalho espiritual e corporal –, depois de o trabalho ter-se tornado não apenas meio de vida, senão ele mesmo a primeira necessidade de vida, depois de, com o desenvolvimento multilateral dos indivíduos, terem crescido também suas forças produtivas, e fluído totalmente todos os mananciais da riqueza coletiva – tão somente então, poderá ser superado o horizonte do Direito Burguês e a sociedade poderá escrever em sua bandeira: De cada qual segundo suas capacidades, a cada qual segundo suas necessidades!⁷⁷

Acerca do tema, Emil von München destaca a importância de Stutchka para uma concepção marxista do Direito:

“No Estado Proletário de transição, em via de extinção, expressão da Ditadura Revolucionária do Proletariado, o Direito Proletário de transição opera, coercitivamente, no domínio

político, centralizando todos os poderes na mão do proletariado revolucionário e seus órgãos de Democracia Proletária, esmagando toda a resistência das forças contra-revolucionárias, isto é da contra-revolução burguesa e latifundiária.

No processo de produção da sociedade de transição ao socialismo, temos normas de Direito Proletário manifestamente público-administrativas de nacionalização dos bens de produção e planificação das relações econômicas, porém jamais “normas simplesmente neutras ou técnicas”, como afirma Pashukanis e seus defensores.

No processo de repartição de produtos da sociedade de transição ao socialismo, temos também normas de Direito Proletário.

Aqui, o Direito dos Proletários vale-se, entretanto, da forma jurídica do antigo Direito Burguês, agora porém em um processo de repressão da ínfima minoria dos próprios burgueses, visando a cumprir sua missão revolucionária de chegar à fase inferior do comunismo, i.e. ao socialismo.

A aplicação coercitiva do Direito Burguês no processo de repartição tem por conteúdo não mais o interesse material da classe burguesa de assegurar a propriedade privada capitalista dos bens de produção e as relações contratuais burguesas, mas sim o da classe proletária de transitar a um estágio economicamente mais avançado de desenvolvimento das forças produtivas materiais em relação ao capitalismo e cuja forma corresponde à repartição de produtos segundo a máxima de cada um segundo sua capacidade, a cada qual segundo seu trabalho prestado.

A prevalência da natureza desse Direito Burguês, com repressão da ínfima minoria burguesa sobrevivente à tempestade proletário-revolucionária, é o fenômeno mais contraditório de um Estado Proletário, pois representa o redu-to genético de uma burocracia operária.

As reminiscências do exercício dessa função dialética de aplicação coercitiva do Direito do Estado Proletário de transição prossegue no socialismo, enquanto primeira fase ou fase inferior do comunismo, sendo, porém, profundamente atenuada pela abolição da exploração do homem pelo homem e das classes sociais, bem



como pela supressão de seus conflitos que se fundavam na impossibilidade de conciliação de seus interesses materiais antagônicos, aliados à eliminação dos entraves ao desenvolvimento das forças produtivas materiais.

No socialismo, o perecimento da instituição estatal já é praticamente total, na medida em que o Direito é chamado apenas a administrar conflitos sociais de produção e repartição desprovidos do caráter de luta de classes, em um contexto de prosperidade material e crescente eliminação das diferenças econômicas decorrentes da divisão do trabalho físico e intelectual.

No socialismo, a subsistência do princípio do Direito igual, i.e. Direito da desigualdade para trabalhos desiguais, em essência, Direito Burguês, agora porém sem burguesia, no processo de repartição de produtos, é a expressão de que o Direito Proletário, enquanto meio de formação dos proletários em massa unificada para a atividade revolucionária, já atingiu o seu objetivo de eliminar a burguesia, enquanto classe e, ao mesmo tempo, implicou a eliminação do próprio proletariado enquanto classe revolucionária dominante.

Esse processo abre a via para a fase superior do comunismo, em que o perecimento de todo Estado e de todo Direito, seja de origem burguesa ou proletária, está, então, colocado na ordem do dia.

Na fase superior do comunismo, rege-se a sociedade por princípios de convivência social e normas técnico-administrativas de organização das relações materiais.”

Quem foi Piotr Ivanovitch Stutchka

Piotr Ivanovitch Stutchka nasceu na antiga Província da Letônia do Império Czarista, nas proximidades da cidade de Riga, possivelmente em 14 de agosto ou ainda 27 de julho de 1865⁸.

Descendente de família camponesa, formou-se na Universidade de Petesburgo, em 1888. Nessa universidade, começou a militar nos ambientes revolucionários e foi amigo do irmão mais velho de Lenin, Alexander Ilitch Ulianov.

A seguir, trabalhou como advogado e jornalista em Riga, tendo sido, entre 1888 e 1891 e 1895 e 1897, redator do jornal socialista letão **Dienas Lapa** (Folha Diária). Adotou, como pseudônimos literários, Alliluiia, Birznieku Peteris, Vetsbezzemneiks, Vetsis, B. Vetskrauklis, O Akmens, P. Grafs, P. Ledninks, P. Mikelsons, Paragrafs, Politikans, V. Vietieran.

Suprimido o jornal em 1897, Stutchka foi desterrado para a província de Viatka, no Volga, juntamente com outros pioneiros da social-democracia letã, por causa de suas atividades socialistas-revolucionárias. Cinco anos depois, em 1903, estabeleceu-se em Vitebsk, retomando sua atividade política clandestina, fundando o Partido Operário Social-Democrático Letão, POSDL.

Nesse mesmo ano, Stutchka ingressou no Partido Operário Social-Democrata Russo, POSDR, alinhado-se com a fração bolchevique de Lenin e tornando-se o principal responsável pela fusão do POSDL ao partido russo em referência.

Como bolchevique, participou da Revolução de 1905 e, em decorrência da severa repressão desencadeada em Riga, deslocou-se para Peterburgo, onde empreendeu a defesa de inúmeros revolucionários diante do Tribunal Czarista. A seguir, foi preso e exilado na Sibéria.

No curso das Revoluções de 1917, Stutchka foi eleito membro do Comitê Executivo do Soviet de Deputados Trabalhadores e Camponeses de Petrogrado, bem como do Comitê de Petersburgo do POSDR. Protagonista da Revolução Socialista de Outubro, tornou-se membro dirigente da fração bolchevique no II Congresso dos Soviets de Outubro de 1917, o Congresso da Grande Revolução de Outubro.

Nos dias decisivos de Outubro, Stutchka encontrava-se junto a Lenin, no Smolny, contribuindo para a elaboração dos primeiros decretos do governo proletário-revolucionário. A seguir, notabilizou-se ao tomar parte da delegação soviética, presidida por Trotsky, em Brest-Litovsk, em suas tratativas mantidas com o General Hoffman, chefe do estado-maior alemão, os dirigentes da social-democracia alemã, encabeçados por Kühlmann e Czernin, e o rei Leopoldo, da Baviera.

Naquela ocasião, Stutchka trabalhou com Lipsi, Karajan, Kamenev, Radek, Joffe, Bitzenko e Trotsky, no período de 26 de outubro de 1917 a 18 de março de 1918, na busca da celebração do Tratado de Paz concluído entre a Rússia Soviética e a Alemanha Imperial Republicana.

Em março de 1918 foi nomeado Comissário da Justiça do governo revolucionário de Lenin, sendo que já se havia consagrado como mentor intelectual e comissário interino firmatário do Decreto N° 1 sobre os Tribunais, promulgado em 27 de novembro de 1917. Nesse mesmo março de 1918, Stutchka foi eleito como candidato a membro do Comitê Central Bolchevique e, em março de 1919, por ocasião do VIII Congresso do Partido Comunista Russo (Bolchevique), membro do Comitê Central.

Com a explosão da revolução soviética na Letônia, em dezembro de 1918, Stutchka surge no cenário histórico como presidente do Conselho de Comissários do Povo e principal dirigente da comissão envolvida com a elaboração da Constituição da República Socialista da Letônia. Nesse contexto, ele se torna membro da Internacional Comunista (Komintern).

Derrotada a revolução na Letônia em 1919, Stutchka retorna à Rússia Soviética, tornando-

se, então, Vice-Comissário da Justiça, sob a direção de Dimitri Kurski.

A partir de 1923, atua como Diretor do Instituto de Direito da Academia de Ciências da URSS e Presidente do Supremo Tribunal da URSS, tendo permanecido nessa última instituição até 1932, ano da sua morte.

Data igualmente dessa época sua atuação como um dos principais juristas dirigentes da Ajuda Vermelha Internacional (MOPR).

Stutchka foi ainda Diretor da Seção de Teoria Geral do Direito e do Estado da Academia Comunista, constituída, em 1929, em Instituto da Construção Soviética e do Direito.

Com a morte de Lenin, ele se alinha, porém, às posições políticas de Nikolai Bukarin, protagonista à época da ala direita do PC da URSS.

Por essa via, Stutchka confere sustentação aos governos da primeira e da segunda troikas thermidorianas, respectivamente formadas por Stalin-Kamenev-Zinoviev, até o início de 1926, e por Stalin-Bukarin-Rykov, até final de 1928.

Derrotado Bukarin e Rykov da luta política no seio do burocratismo termidoriano, Stutchka procurou ainda alinhar-se, criticamente, às posições stalinistas, sendo porém repudiado.

Acerca do tema, Sharlet, Maggs e Beirne observaram o seguinte:

“Depois de investigar a campanha de coletivização forçada contra o campesinato, durante o inverno de 1929-1930, Stalin criticou, ele mesmo, alguns dos piores excessos dos quadros em seu famoso discurso de 1930, “Estonteados com o Sucesso”.

O artigo de Stutchka “Revolução e Legalidade Revolucionária”(1930) foi uma variação feita sobre o tema de Stalin e foi dirigido especialmente aos quadros jurídicos no movimento de coletivização, alguns dos quais eram agora, retroativamente, considerados culpados de excesso de zelo.

Citando Stalin, Stutchka insistiu, pelo contrário, que um nexos existia entre a legalidade revolucionária e os objetivos da construção socialista.”⁹

Em 1931, Stutchka foi duramente atacado por Andrei Vyshinskii e Piotr Yudin, sendo forçado a realizar sua autocrítica por fundar




supostamente seu pensamento jurídico em concepções exclusivamente bukarinistas.

Em sua autocrítica, contesta, porém, as alegações dos sequazes dogmáticos do stalinismo burocrático, aludindo ao fato de haver fundado seu pensamento jurídico essencialmente em idéias diretamente discutidas e pessoalmente elaboradas com Lenin.

Stutchka foi forçado, então, a abandonar todos os seus postos políticos e científicos, permanecendo, porém, como Presidente do Supremo Tribunal da URSS a título simbólico, devido a seu grande prestígio histórico como revolucionário aos olhos das massas proletárias e camponesas russas.

Morreu em 1932 e foi sepultado no Kremlin.

Após sua morte, foi abertamente difamado pelo stalinismo e apenas reabilitado em 1956.

O Instituto Histórico do antigo Partido Comunista da Letônia informa-nos que o conjunto do patrimônio literário de Stutchka abrange seguramente mais de 1.100 obras dedicadas à Política, Filosofia, Economia Política, Sociologia, Cultura, Educação e – como não poderia deixar de ser – à defesa da concepção marxista-revolucionária do Direito. 

NOTAS

1 Cf. Marx, Karl. Vorwort zur Kritik der Politischen Ökonomie (Prefácio à Crítica da Economia Política)(Agosto de 1858 – Janeiro de 1859), in : Marx und Engels Werke (Obras de Marx e Engels), Vol. XIII, Berlin : Dietz Verlag, 1961, pp. 7 e s.

2 Cf. Marx, Karl. Debatten über das Holzdiebstahls-gesetz (Debates acerca da Lei sobre o Roubo de Madeira) (1º de Novembro de 1842), in : ibidem, Vol. XVIII, Berlin : Dietz Verlag, 1961, Vol. I, p. 145.

3 Cf. Engels, Friedrich & Kautsky, Karl. Juristen-Sozialismus (O Socialismo dos Juristas) (1887), in : ibidem, Vol. XXI, pp. 492.

4 Cf. Lênin, Vladimir I. Das Agrarprogramm der Sozialdemokratie in der ersten russischen Revolution(O Programa Agrário da Social- Democracia na Primeira Revolução Russa de 1905 a 1907)(Novembro – Dezembro de 1907), in : Wladimir I. Lênin Werke, Berlin: Dietz Verlag, 1962, Vol. XXXI, p. 327.

5 Cf. Stutchka, Piotr. Direito de Classe e Revolução Socialista, Organização de Textos e Tradução de Emil von München, Sao Paulo: Xamã VM Editora e Gráfica, Março 2000, p. 74.

6 Cf. Engels, Friedrich. Brief an Joseph Bloch (Carta a Joseph Bloch)(21 e 22 de Setembro de 1890), in : Marx und Engels Werke (Obras de Marx e Engels), Vol. XXXVII, Berlin : Dietz Verlag, 1961, p. 463.

7 Cf. Marx, Karl. Kritik des Gothaer Programms (Crítica do Programa de Gotha) (Abril e Maio de 1875), especialmente Randglossen zum Programm der deutschen Arbeiterpartei. Nr. 1 (Glosas Marginais ao Programa do Partido dos Trabalhadores Alemão. Nr. 1), in : ibidem, Vol. XIX, pp. 20 e 21.

8 Acerca dos dados bibliográficos de Stutchka, vide, sobretudo, Trotsky, Leon. Istoria Russkoi Revoliutsii (História da Revolução Russa) (1930-1933), Vol. II, Parte II, Berlin : Granit, 1931 e New York : Monad Press, 1975, pp. 329 e s.; Institut Istории Parti pri ZK KP Latvii(Instituto de História do Partido Junto ao Comitê Central do Partido Comunista da Letônia). Piotr Stutchka. Biobibliografitseskii Ukazatel'(Indicações Bio-Bibliográficas), Riga : Gosudarstvennaia Biblioteka Latvijskoi CCP, 1988, p. 18 e s.; Sharlet, Robert / Maggs, Peter B. / Beirne, Piers. P. I. Stutchka and Soviet Law, in : Revolution in Law. Contributions to the Development of Soviet Legal Theory 1917-1938, New York-London : M. E. Sharpe, Inc., 1990, p. 45 e s.; Klenner, Hermann & Mamut Leonid. Stutchka und Paschukanis – Stationen ihres Lebens und Schaffens (Stutchka und Paschukanis – Estações de suas Vidas e Criações), in : E. Paschukanis. Allgemeine Rechtslehre und Marxismus, Freiburg-Berlin : Rudolf Haufe Verlag, 1991, pp. 267 e s.; Reich, Norbert. P. I. Stutchka – Leben und Werk(P. I. Stutchka – Vida e Obra), in : Petr I, Stutchka. Die revolutionäre Rolle von Recht und Staat (O Papel Revolucionário do Direito e do Estado), Frankfurt a.M. : Suhrkamp, 1969, pp. 20 e s.; Cerroni, Umberto. Teorie Sovietiche del Diritto, Milano : Giuffrè, 1964, pp. V e s.

9 Cf. Sharlet, Robert / Maggs, Peter B. / Beirne, Piers. P. I. Stutchka and Soviet Law, in : Revolution in Law. Contributions to the Development of Soviet Legal Theory 1917-1938, New York-London : M. E. Sharpe, Inc., 1990, p. 57.

MULHERES: O GÊNERO NOS UNE, A CLASSE NOS DIVIDE - CECÍLIA TOLEDO

Comentários de

CLAUDIA MAZZEI NOGUEIRA

Professora de Políticas Sociais no IPEP e Mestranda em Serviço Social pela PUCSP

O que leva Cecília Toledo a afirmar que o gênero mulher nos une, mas a classe nos divide?

Lendo seu livro, constatamos que Toledo abre uma discussão importante. Apesar de tudo que é comum e próprio do gênero feminino, o sistema capitalista, alicerçado na divisão de classe, favorece a relação de exploração entre a mulher burguesa e a mulher operária e trabalhadora. Mulheres: o gênero nos une e a classe nos divide aborda também a importância que esta problemática teve para os marxistas na história. Ao contrário do que frequentemente se afirma, o livro mostra que o marxismo se preocupou com essa temática durante o decorrer da História.

No capítulo 1 a autora lida com esta questão, discutindo a emancipação das mulheres. Afirma que essa emancipação não pode ser alcançada no capitalismo, deixando claro que a opressão da mulher é um dos pilares de sustentação da sociedade burguesa. Acrescenta que somente com o socialismo a mulher poderá encontrar sua verdadeira emancipação. É nesse capítulo que vemos indicadas e tematizadas algumas passagens das obras de autores/as marxistas e não-marxistas.

Mostra que com Engels, por exemplo, a opressão feminina ganha estatuto de um problema analítico. Relaciona esta questão às formas de organização familiar (família monogâmica) e a divisão sexual do trabalho, mostrando que a opressão feminina não é um fenômeno natural, mas histórico-social. E se a opressão da mulher

não é um dado da natureza, pode ser superada. Dessa forma, Cecília Toledo diz que as afirmações de Engels foram fundamentais para compreendermos que a luta pela emancipação da mulher é uma luta contra o capitalismo e enquanto este sistema existir a emancipação feminina, em sua plenitude, será impossível.

Já Margaret Mead, que também critica o conceito de que a submissão feminina é algo natural, vai buscar em seus estudos antropológicos as raízes da opressão feminina. Afirma que os papéis sexuais são estabelecidos pela cultura, pelos costumes, pelas práticas cotidianas dos povos e sobretudo pelas necessidades econômicas de sobrevivência.

Cecília Toledo indica também outras concepções que se voltaram para o estudo da questão feminina, como o autonomismo e os estudos que partem da categoria de gênero. Problematisa essas concepções, particularmente ao reafirmar uma tese central da teoria marxista, onde a opressão da mulher está vinculada à propriedade privada dos meios de produção e somente poderá ser superada com uma radical transformação capaz de eliminar a propriedade privada e a divisão da sociedade de classes.

O capítulo 2 trata da relação mulher/trabalho, destacando vários temas relevantes sobre esta questão, tais como a mulher e a globalização, a flexibilização, o trabalho terceirizado, a desigualdade salarial e o mito das qualidades ditas femininas. Neste capítulo, a autora destaca a vi-

são de Marx, afirmando que a passagem da manufatura para a grande indústria foi o momento de incorporação do trabalho feminino, visto que a força muscular não era mais imprescindível, facilitando ainda mais a exploração pelo capital. Cecília Toledo conclui ainda que, com esta inserção, conquistas parciais são obtidas pelas mulheres. Mas acrescenta que elas são completamente insuficientes, quando se pensa em um verdadeiro processo de emancipação. Exemplifica mostrando, por exemplo, que a mulher terá duplicada a sua exploração, tanto no espaço produtivo, quanto no reprodutivo.

Já no capítulo 3 vamos nos deparar com a problematização da maternidade, sexualidade e a religião. Quanto à maternidade, a autora mostra que esse culto (dirigido inicialmente à classe média), acabou atingindo também a classe operária. Essa era uma forma de transferir as responsabilidades do Estado burguês para a mulher trabalhadora. Os cuidados básicos com a educação e a saúde ficavam por conta das próprias mães trabalhadoras, ao mesmo tempo em que ampliavam suas atividades no espaço produtivo. No que se refere à sexualidade, a autora aponta alguns estudos sobre o assunto, de que são exemplo Yvette Roudy, Norma Ferro e Emilce Dio Bleichmar, que problematizam as formulações de Freud. Para exemplificar, conforme Cecília Toledo, Yvette Roudy lembra, “o raciocínio de Freud, que consiste em ligar a inferioridade intelectual da mulher e a debilidade de seu superego a seu status sexual {que} pode alimentar facilmente qualquer argumentação sobre o caráter ineludível das desigualdades”.

Em relação à religião, Toledo destaca seu papel central na divulgação e manutenção do conceito da mulher como “sexo frágil” e “ser inferior”, dificultando sua emancipação. Lembra-nos ainda que o marxismo defende a tese de que a religião é uma das formas de manifestação da alienação humana, mantendo e incentivando

a submissão feminina e aceitando pacificamente as tarefas (na verdade a exploração) impostas pelo capitalismo.

O capítulo 4 apresenta uma breve viagem pela História. Resgata a luta pela emancipação da mulher, apontando a Revolução Francesa como marco inicial. Indica as Revoluções de 1830 e 1848 como mantenedoras dessa luta. Destaca o Manifesto Comunista de Marx e Engels, lançado nesta mesma época, mostrando que tanto o movimento feminista quanto o movimento socialista nasceram através das mudanças que o capitalismo trouxe nos espaços da produção e reprodução. Dá como exemplo de luta pela participação das mu-




Título da Obra: “Mulheres: O Gênero nos Une, a Classe nos Divide”.
Autora: Cecília Toledo
Editora: Xamã - S. Paulo SP, 2001 Páginas: 126 pp

lheres na Comuna de Paris. Apresenta ainda o movimento sufragista como uma luta de maior repercussão na História. Ainda neste capítulo nos brinda com passagens de Lenin, Clara Zetkin e Alexandra Kollontai, acerca da luta de emancipação feminina. Lembra a importância da Revolução Russa em relação à luta das mulheres, quando medidas reais foram tomadas visando a diminuição das desigualdades entre homens e mulheres. Ao tratar do Brasil, mostra que foi muito tardiamente, no governo de Getúlio Vargas, que ocorreu o direito ao voto feminino.

Cecília Toledo confere destaque particular aos anos 60, 70 e 80, como os mais importantes para o movimento feminista, desde o movimento sufragista. Nesta nova fase, deu-se a luta pela criação das creches públicas, pelo direito ao aborto e pela igualdade no trabalho e na educação. Termina esse capítulo apontando a crise econômica mundial, mostrando que o neoliberalismo e a globalização são os principais elementos da exploração, não só da mulher assalariada, mas de toda a classe trabalhadora.

No capítulo 5 a autora se dedica a um breve aprofundamento das Internacionais. Indica que, nas polêmicas apresentadas nas ICs havia sempre um destaque à questão da opressão da

mulher. Mostra, por exemplo, que o movimento socialista desde logo se dividiu entre, de um lado, os marxistas, apoiando a emancipação das mulheres e, do outro, os lasalleanos (seguidores de Ferdinand Lasalle) se opondo à igualdade de direitos das mesmas. Fala-nos um pouco do SPD (Partido Social-Democrata Alemão). Neste capítulo comenta ainda sobre as lutas do movimento feminista no final dos anos 60 e na década de 70. Não deixa de apontar também a importância de Trotsky para a luta feminista, particularmente em seu livro “A Revolução Traída”, onde retrata as sérias conseqüências das sanções stalinistas em relação à mulher na sociedade soviética. Conclui com a referência às duas últimas décadas, dos anos 80 até os dias de hoje, mostrando que a crescente incorporação da mulher no mundo do trabalho traz conseqüências importantes para o socialismo e para a luta pela emancipação feminina.

Pelo que acima foi exposto, pode-se concluir que Cecília Toledo levantou pontos relevantes para uma reflexão sobre a questão de gênero numa perspectiva de classe, indicando questões relevantes e atuais. O que, aliás, está sugestivamente indicado no belo título de seu livro: Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide. 



Marxismo Vivo